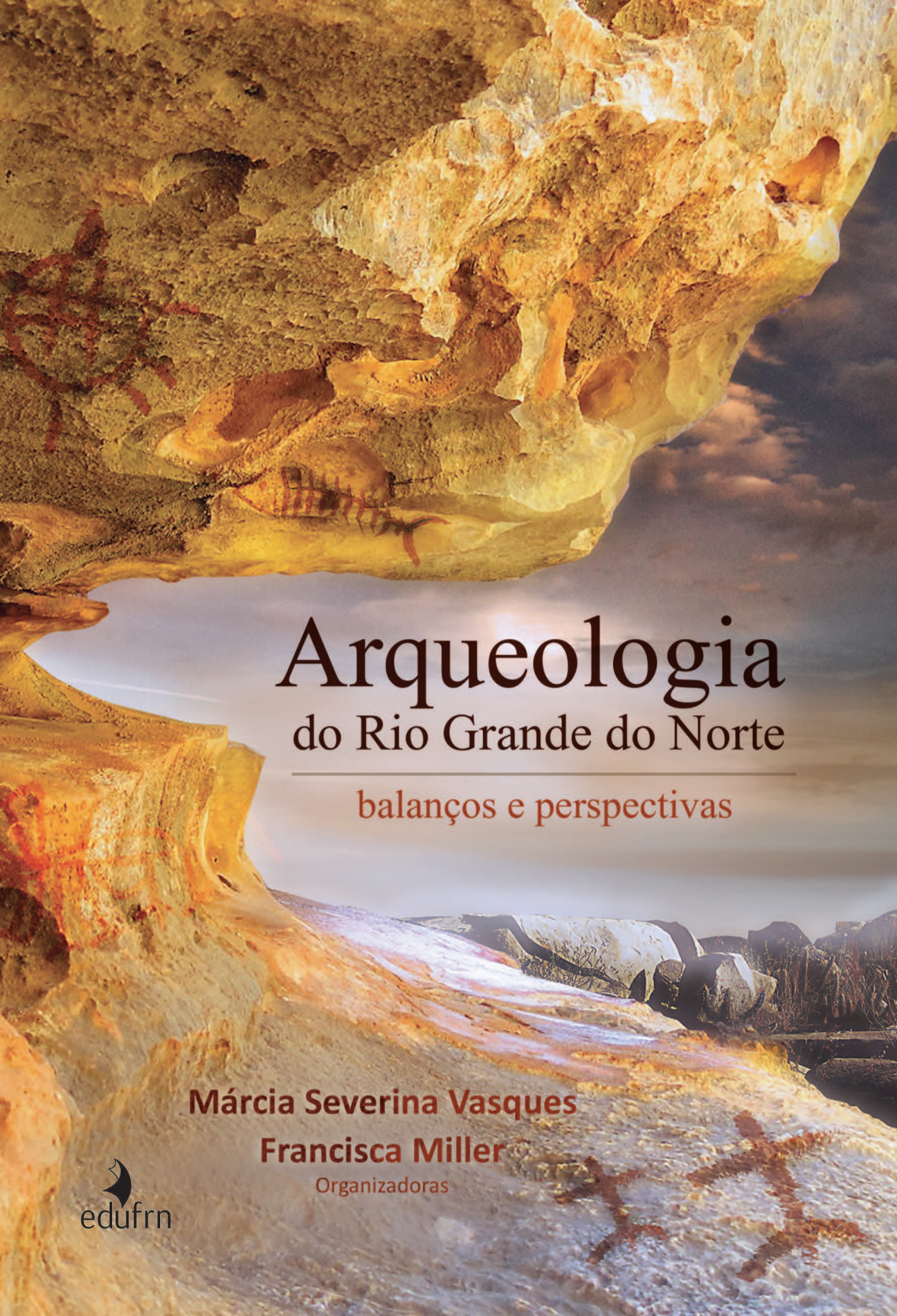




Arqueologia do Rio Grande do Norte

balanços e perspectivas

Márcia Severina Vasques

Francisca Miller

Organizadoras

Arqueologia

do Rio Grande do Norte

balanços e perspectivas



REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITORA

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

DIRETORA DA EDUFRN

Margarida Maria Dias de Oliveira

VICE-DIRETOR DA EDUFRN

Enoque Paulino de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL

Margarida Maria Dias de Oliveira (Presidente)

Andrea Câmara Viana-Venâncio Aguiar

Angela Luzia Miranda

Antonio Sergio Araújo Fernandes

Emerson Moreira de Aguiar

Enilson Medeiros dos Santos

Humberto Hermenegildo de Araújo

Jones de Andrade

Marcus Andre Varela-Vasconcelos

Maria Aniolly Queiroz Maia

Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi

Ricardo Oliveira Guerra

Rodrigo Pegado De Abreu Freitas

Sathyabama Chellappa

Tânia Cristina Meira Garcia

EDITORES

Hélton Rubiano de Macedo

Paula Frassinetti dos Santos

REVISOR

Wildson Confessor

CAPISTA

Michele de Oliveira Mourão Holanda

FOTO DA CAPA

Livio Victorius

PROGRAMADOR VISUAL

Wilson Fernandes de Araújo Filho

SUPERVISORA EDITORIAL

Alva Medeiros da Costa

SUPERVISOR GRÁFICO

Francisco Guilherme de Santana

Márcia Severina Vasques
Francisca Miller
(Organizadoras)

Arqueologia do Rio Grande do Norte

balanços e perspectivas


edufrn
Natal, 2021



Fundada em 1962, a Editora da UFRN (EDUFRRN) permanece até hoje dedicada à sua principal missão: produzir livros com o fim de divulgar o conhecimento técnico-científico produzido na Universidade, além de promover expressões culturais do Rio Grande do Norte. Com esse objetivo, a EDUFRRN demonstra o desafio de aliar uma tradição de quase seis décadas ao espírito renovador que guia suas ações rumo ao futuro.

*Este livro é a versão digital
da obra impressa, publicada em 2014.*

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da publicação na Fonte. UFRN/Biblioteca Central Zila Mamede

Arqueologia do Rio Grande do Norte [recurso eletrônico] : balanços e perspectivas / organizadoras, Márcia Severina Vasques, Francisca Miller. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 42 MB). – Natal, RN : EDUFRRN, 2021.

Modo de acesso: World Wide Web <<http://repositorio.ufrn.br>>.
Título fornecido pelas organizadoras do recurso.
ISBN 978-65-5569-170-2

1. Arqueologia – Rio Grande do Norte. 2. Arqueologia – Estudo e ensino. 3. Gravuras Rupestres – Região Oeste - Rio Grande do Norte. I. Vasques, Márcia Severina. II. Miller, Francisca.

RN/UF/BCZM

2021/13

CDD 930.1 813 2

CDU 902(813.2)

Elaborado por Vânia Juçara da Silva CRB-15/805

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

Apresentação

De 1º a 05 de junho de 2009, aconteceu a XVII Semana de Humanidades, evento anual promovido pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nesse ano, tivemos uma novidade com a realização do Grupo de Trabalho “Arqueologia no RN: balanços e perspectivas”, coordenado pelas professoras Francisca Miller (Departamento de Antropologia) e Márcia Severina Vasques (Departamento de História). O objetivo do GT foi fazer um balanço dos trabalhos arqueológicos que têm sido realizados em âmbito estadual e lançar propostas para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas na região.

Os estudos apresentados versaram sobre temas diversos, abrangendo desde os da Arqueologia Pré-Histórica aos da Arqueologia Histórica, com trabalhos voltados para os registros rupestres, notadamente no Seridó e na região Oeste do Estado, bem como para os sítios dunares do litoral (cujo manuscrito não chegou à comissão de publicação), a Etnoarqueologia e a questão da educação patrimonial. Ao final, apresenta-se um amplo leque de temas, o que demonstra existir um grupo de alunos e pesquisadores interessados em dar prosseguimento às pesquisas no Estado.

Na abertura do evento, Tom Miller, arqueólogo e antropólogo aposentado da UFRN, apresentou um histórico da Arqueologia do Estado, do ponto de vista de quem fazia parte da equipe do Museu Câmara Cascudo. O autor fez uma crônica das atividades arqueológicas no Estado desde o começo até os tempos atuais, entremeada de comentários, inclusive com uma

análise crítica sobre o significado de alguns dos trabalhos em questão. Miller acrescentou ainda sugestões referentes a certas formações geológicas e geomorfológicas de importância para a Arqueologia, apresentando também as relações entre dados arqueológicos e etnográficos, no caso dos tarairiú.

No capítulo *Arqueologia no Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas* o mencionado autor fez ainda, um balanço das contribuições de trabalhos arqueológicos do Estado a determinadas áreas de atuação, tais como Tecnologia, Arte Rupestre, Arqueologia Histórica, Etnoarqueologia e Arqueologia Experimental, Didática, Defesa do Patrimônio Histórico-Arqueológico e abordagens pluridisciplinares.

Finalmente, apresentou uma avaliação do alcance de tais contribuições em termos do que se possa esperar de uma ciência em fase de amadurecimento e em termos de uma perspectiva em relação ao futuro desta.

No segundo capítulo, *Balanço de pesquisas arqueológicas no Seridó: o caso de Carnaúba dos Dantas*, Helder Macedo faz outra apresentação histórica, já do ponto de vista de quem trabalhou na região do Seridó. Embora inscrito no GT, Macedo não pôde apresentar o seu trabalho durante o evento por causa de outras obrigações que surgiram. Seu trabalho, todavia, já está à disposição dos colegas através da publicação dos Anais do evento. Após a apresentação das contribuições pioneiras de José de Azevedo Dantas e das poucas incursões por parte da equipe do Museu Câmara Cascudo e do pessoal do IPHAN, Helder apresenta, muito oportunamente, o resumo dos trabalhos iniciados e desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco – resumo este que estava fazendo muita falta até agora.

São importantes os trabalhos realizados, em conjunto, pelo NEA e as autoridades locais, que resultaram na criação de uma Fundação – nos moldes da FUNDHAM, no Piauí –, a qual manifesta o engajamento da população local na preservação do seu patrimônio arqueológico e histórico. Para a arrecadação

de fundos, com vistas à preservação dessa Fundação, lançou-se mão do incentivo ao turismo ecológico, através do qual também conscientiza-se a população sobre a importância do seu patrimônio. Muito interessante é a descrição do processo de integração da Arqueologia com a pedagogia local e o turismo.

A questão da origem dos estilos de Arte Rupestre da região devia se manter aberta, pois a tendência histórica dos arqueólogos tem sido a de considerar o ponto de origem (orientação teórica difusionista) o local onde arqueólogos os encontraram pela primeira vez, que, no nosso caso, é o Piauí. Quando dispusermos de mais informações, pode ser que a origem acabe sendo indicada para outro lugar, que poderia ser a região do Seridó ou um terceiro lugar ainda não investigado.

O terceiro capítulo, *Balanço e perspectivas da pesquisa em Arqueologia histórica no Rio Grande do Norte*, de Roberto Airon Silva, é também de cunho histórico, no sentido de que estabelece as origens e o contexto da Arqueologia Histórica, com as suas diversas modalidades. Esse trabalho traça também o desenvolvimento dessa modalidade da Arqueologia no Brasil e no Rio Grande do Norte, com informações e perspectivas pouco conhecidas entre a maioria dos arqueólogos brasileiros, os quais lidam com a Arqueologia Indígena ou Pré-Cabraliana. Convém ressaltarmos que o autor cita trabalhos pioneiros de observadores de sítios históricos (ruínas) coloniais pouco conhecidos.

Vários trabalhos foram apresentados com enfoque nas Pinturas e Grafismos Rupestres. Além da reportagem de tais trabalhos no Seridó apresentada por Helder, os nossos quarto e quinto trabalhos também tratam do assunto.

Em *As gravuras rupestres da região Oeste do Rio Grande do Norte*, Valdeci dos Santos Júnior nos apresenta uma discussão das técnicas de execução dos grafismos rupestres. Embora mencionando as pinturas, o referido autor concentra-se nas gravuras, as quais são mais frequentes no nosso Estado. O autor cita três técnicas de gravuras, a saber: (1) raspagens

simples, (2) picotagem e (3) picotagem conjugada com polimento. Santos Júnior conclama os colegas para estudos mais aprofundados, antes de se debruçarem sobre “tradições” e “estilos”. Como outros, porém, continua olhando para rotas de migração (difusionismo).

No quinto capítulo *Pré-história do Seridó: perspectivas para o estudo das gravuras rupestres*, Márcia Severina Vasques também discute as gravuras e pinturas rupestres, inclusive os conceitos de “tradição” e “horizonte”. Ela apresenta uma introdução teórica ao assunto, destacando os problemas de interpretação da mensagem a ser transmitida pelo artista, pois já não temos mais o código para decifrá-la.

A Etnoarqueologia, citada no trabalho de Tom Miller e de Roberto Airon, reaparece no nosso sexto capítulo *Arqueologia e Etnografia*, de Francisca Miller, que, por ocasião do prosseguimento dos seus estudos etnográficos, encontrou muitas evidências de continuidades com o passado pré-histórico e, inclusive, a consciência dos povos rurais da presença, no passado, dos indígenas bem como de sua descendência, em parte, destes. A referida pesquisadora concluiu que o “desaparecimento” da população indígena do RN se deveu não só ao seu extermínio por meios bélicos e biológicos, mas à sua transformação na sociedade colonial. Essa transformação resultou numa ruptura da continuidade consciente da população indígena, embora não completamente, uma vez que a autora encontrou continuidades na cerâmica, nas embarcações (ubá), na formação de conchais, agora individuais em vez de comunitários, nos arranjos domésticos – especialmente os da cozinha –, e assim por diante. Isso é revelador tanto para os arqueólogos quanto para os etnólogos e historiadores.

No sétimo capítulo, *Franceses e holandeses no Rio Grande do Norte durante os séculos XVI e XVII: uma análise pré-arqueológica*, Victor Manoel Ribeiro Fonseca Peixoto explora a importância da Arqueologia como suporte para a Historiografia inicial

do Rio Grande do Norte no período colonial, “ressaltando o aspecto material da ocupação” francesa e holandesa. O autor resume o contexto geopolítico do século XVI, juntamente com referências documentárias sobre as incursões desses povos no RN, como subsídios para pesquisas de documentação arqueológica (material) dos fatos relatados por exploradores contemporâneos a tais incursões.

No oitavo capítulo, *A pré-história do Seridó no ensino básico público*, Evanuel Marques da Silveira e Gilmara Pereira da Costa, alunos da Profa. Márcia, apresentam como objetivo “uma análise acerca do ensino de pré-história no sexto ano do Ensino Fundamental”, focalizando o conhecimento da Arqueologia pré-histórica da região (Seridó). Após uma introdução sobre a matéria (Arqueologia e arte rupestre, especialmente no Seridó), os autores reduzem o campo de observação a uma escola com uma professora que usa um livro-texto defasado, embora recomendado pelo MEC. Foi entrevistada a professora e aplicado um questionário para os alunos, para averiguar o nível de conhecimento sobre o assunto, com o resultado de que, por parte da professora, “o ensino de pré-história ficou restrito às generalizações trazidas pelo livro, não trazendo a referência aos vestígios arqueológicos do Seridó e Rio Grande do Norte.” Por parte dos alunos, “o desconhecimento do conceito de arte rupestre foi quase total”. Apontado como parte da causa de tal situação foi o fato de que, mesmo para os produtos das universidades direcionados para o ensino básico, há pouco contato com os recursos bibliográficos e outros sobre o assunto e, mesmo a esse nível, a Arqueologia continua um assunto esotérico e misterioso. Aqui temos um caso de um mapeamento (avaliação) dos resultados da nossa ação didática. Os resultados são desoladores.

No nono e último capítulo *Usos da Arqueologia na sala de aula*, Tom Miller define os campos de atuação da Arqueologia, com as suas possibilidades e limitações e com a sua importância em relação à nossa memória social futura: a natureza social

do Homem e os seus métodos de adaptação e coparticipação em relação ao ambiente, à luz de conhecimentos arqueológicos, etnográficos e históricos. O pesquisador compara a nossa atuação em relação aos mesmos ambientes com a de outros povos do passado e do presente, que enfrentaram – e, às vezes, até sucumbiram a – problemas que nós ainda não resolvemos. Em seguida, o autor examina diversas situações de sala de aula onde as lições da Arqueologia servem não só para o ensino da História mas também para as situações práticas de metodologia científica, levando, inclusive, os alunos para fora da sala de aula, com vistas à pesquisa de assuntos concretos. Miller, em seu trabalho, apresenta, ainda, o uso de dados arqueológicos na consideração de fenômenos como o Tempo, a Sobrevivência e o Progresso – para chegar a conclusões diferentes das que a nossa mitologia encara com carinho.

No final do GT, as professoras, juntamente com o professor Tom Miller, comunicaram o interesse de estudar a viabilidade da implantação de um curso de Especialização em Arqueologia com fundamentos interdisciplinares, o qual teria como objetivo, num primeiro momento, preparar os alunos interessados em seguir carreira na área, para poderem atuar na região e aprimorar seus estudos em cursos de Mestrado e Doutorado qualificados no País, como aqueles oferecidos por instituições conceituadas entre os quais UFPE, USP e UFRJ.

Chegou o momento da Universidade se posicionar frente a esta importante área do conhecimento, carente de especialistas no Estado, e alertar o Poder Público e a Sociedade Civil para a necessidade de preservação de nosso patrimônio arqueológico. Essa manifestação foi calorosamente apoiada pelos alunos presentes, que garantiram cobrar resultados.

T. O. Miller

Natal, 22 outubro de 2009.

Sumário

Arqueologia do Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas

Arqueologia no Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas	15
<i>Tom Oliver Miller</i>	

Balanço de pesquisas arqueológicas no Seridó: o caso de Carnaúba dos Dantas	53
<i>Helder Alexandre Medeiros de Macedo</i>	

Balanço e perspectivas da pesquisa em Arqueologia histórica no Rio Grande do Norte	103
<i>Roberto Airon Silva</i>	

Registros rupestres

As gravuras rupestres da região Oeste do Rio Grande do Norte	131
<i>Valdeci dos Santos Júnior</i>	

Pré-história do Seridó: perspectivas para o estudo das gravuras rupestres	151
<i>Márcia Severina Vasques</i>	

Arqueologia, história e etnografia

Arqueologia e Etnografia	179
<i>Francisca Miller</i>	

Franceses e holandeses no Rio Grande
do Norte durante os séculos XVI e XVII:
uma análise pré-arqueológica 195

Victor Manoel Ribeiro Fonseca Peixoto

Arqueologia e ensino

A Pré-história do Seridó no ensino
básico público 231

Evanuel Marques da Silveira
Gilmara Pereira da Costa

Usos da Arqueologia na sala de aula 245

Tom Oliver Miller

**Arqueologia do Rio
Grande do Norte:
balanços e perspectivas**





Arqueologia no Rio Grande do Norte:

balanços e perspectivas

Tom Oliver Miller¹

A Arqueologia no Rio Grande do Norte começou tarde, assim como na maior parte do País. Os indícios mais antigos que temos são os de José de Azêvedo Dantas (1994), para pinturas rupestres na Paraíba e no Seridó. Relatos antigos de viagens importantes existem, como, por exemplo, o de Nieuhof (1981) e levantamentos históricos de dados como o de Medeiros Filho (1984), Pires (1990) e de Mariz (1995). Resumos da Arqueologia do Nordeste se encontram nos trabalhos de Martin (1999) e de Prous (1992).

Trabalhos no Museu Câmara Cascudo

Na década de 1960, o Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, agora Museu Câmara Cascudo (MCC), iniciou uma série de trabalhos geológicos, paleontológicos e paleoantropológicos, sob a direção do antropólogo físico José Nunes Cabral de Carvalho e com a participação de outros estudiosos, tais como Antônio Campos e Silva. Um dos enfoques desse grupo foram os “cacimbos” ou poços permanentes na região semiárida, onde se encontraram ossadas

1 Doutor em Antropologia e Arqueologia e professor aposentado da UFRN.

de megafauna pleistocênica e também (embora ainda sem associação direta demonstrável) artefatos como lascas. Anos depois, Valdeci Santos Júnior, Kleberson Porpino e Abraão Sanderson Silva (2007), retomaram essa mesma questão.

Nas décadas de 1960 e 1970, Nássaro A. S. Nasser (1967, 1971, 1974), da equipe do citado Instituto, incorporou-se ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), patrocinado pelo *Smithsonian Institute* e orientado por Betty Meggers e Clifford Evans e, no Nordeste, Valentin Calderón, da UFBA. Nássaro pesquisou vários sítios cerâmicos e definiu uma Fase (Curimataú) tupi e outra (Papeba) não tupi, sendo esta classificável dentro da Tradição Aratu. Posteriormente, Tom Oliver Miller (1991b) ligou o material Papeba ao povo tarairiú de Janduí.

1 Os trabalhos de Laroche

Em termos de publicação, o arqueólogo mais prolixo do RN, sem dúvida, é Armand F. G. Laroche, durante o tempo em que trabalhou no Museu Câmara Cascudo. Num trabalho posterior, pretendemos avaliar as suas formulações paleoecológicas e paleodemográficas, inclusive de rotas migratórias e cronologias de migrações, dentro de um contexto maior.

No momento, vamos enfocar uma publicação sua sobre um sítio paleoindígena, juntamente com os seus comentários sobre o material lítico em geral, porque o volume das suas contribuições e o fato de estas serem pouco citadas fora do RN justifica um exame da sua metodologia.

Laroche começou a se interessar pela Arqueologia quando era curador de um minimuseu no *Gymnásio Pernambucano*. Foi aí que passou a fazer incursões em sítios arqueológicos, num momento em que a Arqueologia Brasileira estava tentando se modernizar e ir além da coleta de “espécimes”, como na História Natural. Um grupo de profissionais, não querendo

desencorajá-lo nem deixar que houvesse intervenções em sítios arqueológicos por pessoas desqualificadas, mesmo bem intencionadas, recomendou que ele fosse estudar com um profissional. Laroche aceitou, então, a recomendação e foi estudar com Valentin Calderón, o qual, desde 1965, participava do PRONAPA.

Embora Calderón tenha tido a sua própria formação em Arte Sacra, passando daí para a Arqueologia Histórica e não Pré-histórica, fez o que podia com relação a Laroche, o qual, após o período de orientação, voltou ao *Gymnásio Pernambucano* para continuar as suas pesquisas. Em 1977, matriculou-se num curso de Tecnologia Lítica na Universidade de Campina Grande/PB, ministrado por Tom Oliver Miller, e, em 1978, visitou o Museu Câmara Cascudo, cujo diretor na época, José Nunes Cabral de Carvalho, estava querendo criar um Departamento de Arqueologia, desfalcado pela saída de Nássaro. Assim, o pesquisador pernambucano se mudou para o Rio Grande do Norte e começou o seu trabalho infatigável de pesquisas arqueológicas no Estado. No ano seguinte, Cabral contratou Vicente Tassone, arqueólogo italiano com formação europeia, convidando, posteriormente, Tom Oliver Miller, que tinha se mudado da UFSC para o Departamento de Ciências Sociais da UFRN, para dedicar um expediente (20 horas semanais) ao MCC.

Designando a si mesmo como “autodidata”, Laroche, conseqüentemente, não tinha titulação de um curso superior. Isto por si só constituía mais um elogio do que uma limitação (não fosse o risco de eventuais problemas burocráticos com a sua contratação para uma Instituição de Ensino Superior. Esses problemas, todavia, curiosamente, nunca chegaram a se concretizar). Afinal, algo parecido tinha se dado com o grande mestre pioneiro de estudos da tecnologia de pedra lascada, Don Crabtree, que não somente era autodidata, mas quase analfabeto (ditou os seus estudos para a esposa registrar por escrito). Mais sério foi o fato de, com o passar de anos, Laroche, ter sido

acometido de catarata, ficando, praticamente, cego. Mesmo assim, tentou analisar e classificar material lítico – incluindo o do abrigo sob rocha de Martins.

Nos seus estudos de 1984, dedicando-se à morfologia das tecnologias líticas (LAROCHÉ, 1984a/b), Laroche faz uma pequena revisão parcial da literatura sobre mudanças climáticas, para situar e interpretar as suas datações em relação às referidas tecnologias. Entrando com uma restrição sobre as datas para os eventos climatológicos da sequência, que podiam não ser as mesmas para todas as regiões do País, procurou associar complexos específicos a datas radiocarbônicas e relativas.

Vamos examinar primeiro, como exemplo, a sua discussão sobre uma suposta indústria de “micrólitos” não só no Nordeste do Brasil, mas em várias partes desse País, porque se trata de um assunto que tem recebido menos atenção do que merece. Simpatizamos com a sua preocupação com uma suposta entrada de uma classe de “micrólitos” na sequência, os quais ele data de 11.000 A.P., declarando que já existiam na Sibéria nessa data.

Nós também encontramos um fenômeno no Sudeste do Brasil que chamamos de “miniaturização”, uma prática de utilização de instrumentos de tamanho reduzido ou com bordos ativos também de tamanho reduzido, com a pressuposição de que ao menos os primeiros seriam destinados a um encabamento em instrumentos maiores. Preferimos não usar o termo “micrólito” por causa das implicações de identidade com os instrumentos miniaturizados, altamente padronizados e bem conhecidos, da Europa, que ostentam esse rótulo. Laroche, ao contrário, aplica aqui a sua prática de comparar instrumentos pré-históricos brasileiros a outros do Velho Mundo (especialmente a França) com o fim de encontrar “tipos diagnósticos”, que viabilizariam uma datação por analogia.

Questionamos, porém, a validade de tais comparações, por razões metodológicas: antes de se usarem tais comparações

para documentação de uma datação contemporânea de dois complexos tão distanciados em espaço (neste caso da Europa ao Brasil, atravessando a Sibéria e a América do Norte), seria necessário DEMONSTRAR-SE (não presumir-se) que se trata do MESMO fenômeno e não apenas de uma semelhança subjetivamente percebida ou de um rótulo de conteúdo presumido, mas não examinado. Uma questão fundamental aqui seria, portanto, “O que é um micrólito?”, com a desvinculação da resposta a qualquer definição de “tipos diagnósticos” de outros continentes.

Por outro lado, podemos admitir como hipótese que, de fato, pode ter havido uma *tendência* para a “miniaturização”, numa certa época, sem referência a fenômenos extracontinentais. Tal tendência não representaria nenhuma padronização de forma além da própria característica da miniaturização em si.

Partindo disso como hipótese testável, podemos proceder a uma segunda questão: qual a provável data desse fenômeno em cada região onde ele venha a se manifestar? A nossa sugestão para a Região Central do Estado de São Paulo foi a de que tal fenômeno acompanhara uma suavização climática, ocorrendo de 10.000 a 8.000 A.P. (com as camadas deflacionadas ou redepositadas durante a erosão agressiva do Máximo Térmico), dentro da gama de tempo indicada por achados miniaturizados em Chivateros, no Peru (ver WILLEY, 1971). Isso não torna descabível a data de Laroche, de 11.000 A.P., para a miniaturização de instrumentos no estado de Pernambuco, sem usar acontecimentos na Europa como supostas evidências.

O trabalho do pesquisador em pauta, numa gruta no município de Martins (LAROCHE, 1988), representa a primeira investida arqueológica num abrigo sob rocha no Rio Grande do Norte, a qual deve-se cercar dos maiores cuidados de documentação. Nesta, encontramos comentários sobre a geologia e

a classificação dos restos de fauna oferecidos pelo paleontólogo Leon Diniz Dantas de Oliveira, anexos ao trabalho arqueológico.

Laroche nos informa que a escavação se dera em camadas de 20 cm cada, com material registrado em 15 camadas, desde 20 cm a 300 cm da superfície. Ora, vinte centímetros é uma camada demasiadamente espessa para dividir a sequência de depósitos num abrigo sob rocha, pois a deposição natural, via de regra, dá-se muito lentamente, tal que a maioria dos estudiosos prefere uma divisão mais minuciosa. Embora não haja registro de camadas naturais associadas aos artefatos, somos informados sobre a quantidade de artefatos ou peças líticas encontrada em cada camada de 20 cm. Infelizmente, a discussão fica em volta do material em geral e não de camada em camada.

Além da falta desse tipo de registro, não dispomos também de análises dos implementos individuais nem da sua localização em termos de camadas, o que era esperado de um sítio paleoindígena de tamanha importância. Devido a tudo isso, não encontramos meios de documentar mudanças através da sequência de camadas.

Há uma discussão a respeito de pontas bifaciais, pedunculadas ou não, bem como de lesmas, mas estas são de diversos locais e ainda de proveniência superficial, evidentemente não da escavação. Algumas têm os lados serrilhados, característica essa que aparece tardiamente em outras partes do País. O próprio material da escavação seria do horizonte “Pré-Ponta de Projétil” (ver KRIEGER, 1964), como grande parte da sequência que documentamos no Estado de São Paulo (MILLER, T. O., 1968, 1977). Lá, diferentemente da extensão desde o Rio Grande do Sul e atravessando Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, as pontas de projétil entram tardiamente na sequência arqueológica. Isto não quer dizer que as pessoas da época não utilizassem pontas de projétil naquela região. Antes, significa que estas não eram feitas de pedra.

Figura 1 – “Ponta de Lança”



Fonte: LAROCHE, 1988.

No entanto, para o material da escavação, várias peças são apresentadas como “pontas” e “foliáceas”, o que corresponde à sua morfologia *lato sensu*, mas, no entender da grande maioria dos arqueólogos, uma lasca de forma vagamente triangular não constitui uma ponta de projétil por si só. A “Ponta de Lança”, figurada com a identificação “M1” (ver Figura 1), por exemplo, teria base diagonal e lados não retocados, salvo um ou outro retoque isolado, sem padronização, podendo estes ser de

uso-desgaste ou ainda acidentais. Laroche mostrou para este autor umas lascas do sítio sob consideração, dizendo que eram “pontas”. Tratava-se de lascas comuns, sem trabalho padronizado, mas com forma trianguloide.

Enfim, isto é uma base pouco precisa para se chegar a conclusões sobre a paleoecologia e as rotas migratórias de povoamento e evolução cultural do Nordeste. Infelizmente, Laroche não deixou um testemunho estratigráfico dos depósitos para verificação posterior, como é de costume entre arqueólogos. Por isso, nada pode ser verificado. Esta é uma triste conclusão, pois o sítio deve ter tido um valor enorme para a Arqueologia.

Na tentativa de dar um contexto maior aos achados, mais uma vez Laroche faz comparação com artefatos do Paleolítico Europeu. Essa prática depara com problemas que limitam a sua utilidade, pois as tradições são diferentes e relacionadas às adaptações peculiares ao ambiente europeu da época. Até que se tenha documentação de contatos e divergências ou convergências de tradições culturais por difusão, os arqueólogos brasileiros concordam que as indústrias líticas brasileiras devam ser vistas como brasileiras e não universais.

Afinal, afirmamos que as especulações de Laroche devem ser examinadas e testadas e não ignoradas nem relegadas a um limbo de esquecimento. A ciência progride através da discussão e não da aceitação do que está na moda do momento, nem tampouco por relegar a ideia diferente a um silêncio, até um completo esquecimento.

Pela nossa observação, Laroche usou como método fundamental (típico da abordagem teórica de Difusionismo) a Analogia Formal de Implementos Diagnósticos, não importando a proveniência das peças individuais. Isso teve como corolário a negligência descritiva ou análise diferencial dos artefatos não diagnósticos e, conseqüentemente, do seu contexto (de associação, inclusive estratigráfica). O resultado é

uma impossibilidade de se elaborar uma definição de culturas tampouco um quadro de mudanças ou ainda de evolução cultural.

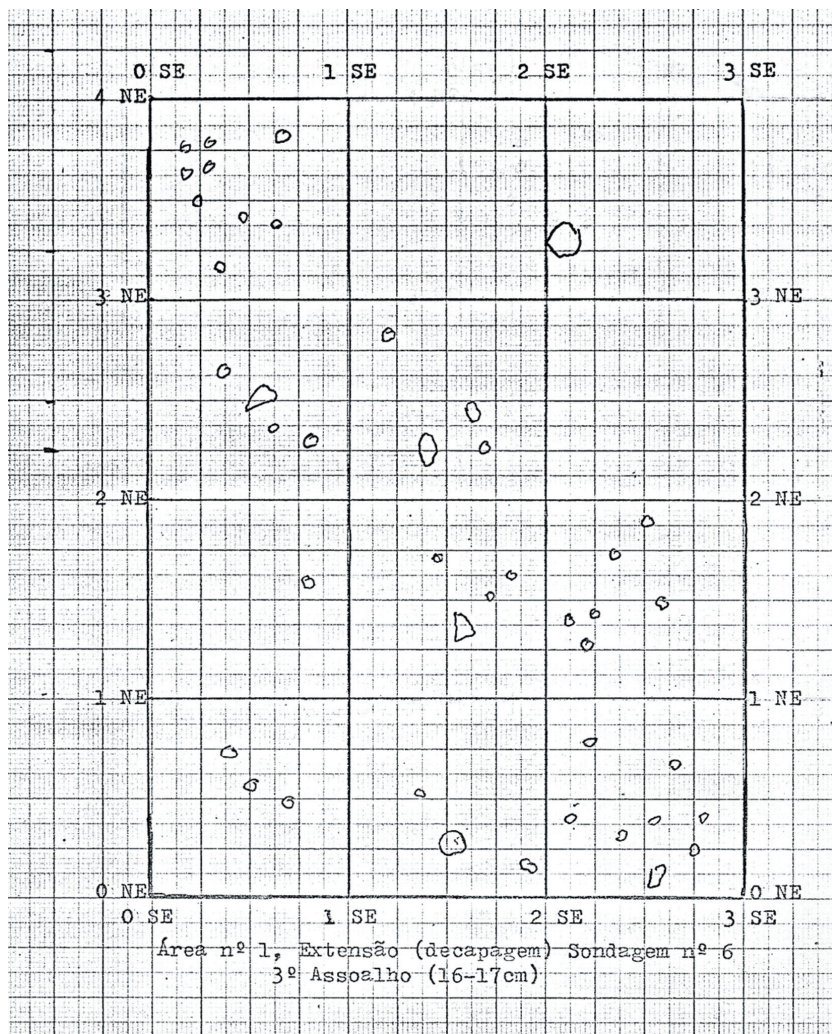
2 Outros pesquisadores do Museu Câmara Cascudo

Em 1980, os arqueólogos do MCC foram chamados para montar um projeto de Arqueologia de Salvamento na área de construção da barragem no Vale do Açu (MILLER, 1980; LAROCHE, 1981), daí resultando em algumas poucas publicações, a maior parte das quais, mais uma vez, de Laroche.

No Anexo 5 do relatório do Departamento², apresenta-se uma lista de sondagens nas “Áreas de Empréstimo” (de terra) da barragem, com a reportagem de “peças” (objetos de cerâmica e de pedra com ou sem modificações) encontradas por nível. Os objetos encontrados foram marcados com números referentes a sua sondagem, localização e ainda número de série, e colocados em sacos, de acordo com a sua sondagem e nível. Foram feitos desenhos (mapas) da localização de objetos em associação a *features* (“feições”) e, no caso de uma decapagem (Figura 2), a localização dos objetos, cada um com o seu número de série. Na decapagem, foram encontrados vários níveis ou assoalhos culturais, inclusive, com *features*, tais como conjuntos de pedras e artefatos e um buraco visto como poste de sustentação. A intenção era de poder reconstituir as *features* e a decapagem no laboratório. No mesmo Anexo, temos desenhos de 36 dos artefatos das sondagens (Figura 3), com a sua proveniência (sondagem e nível).

2 MILLER, T. O. (Org.). *Projeto de Salvamento Arqueológico da Região do Baixo Açu: Projeto Definitivo e Relatório de Pesquisa*. Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo. Natal: UFRN/Museu Câmara Cascudo, 1980.

Figura 2 – Mapa de decapagem, Baixo Açú

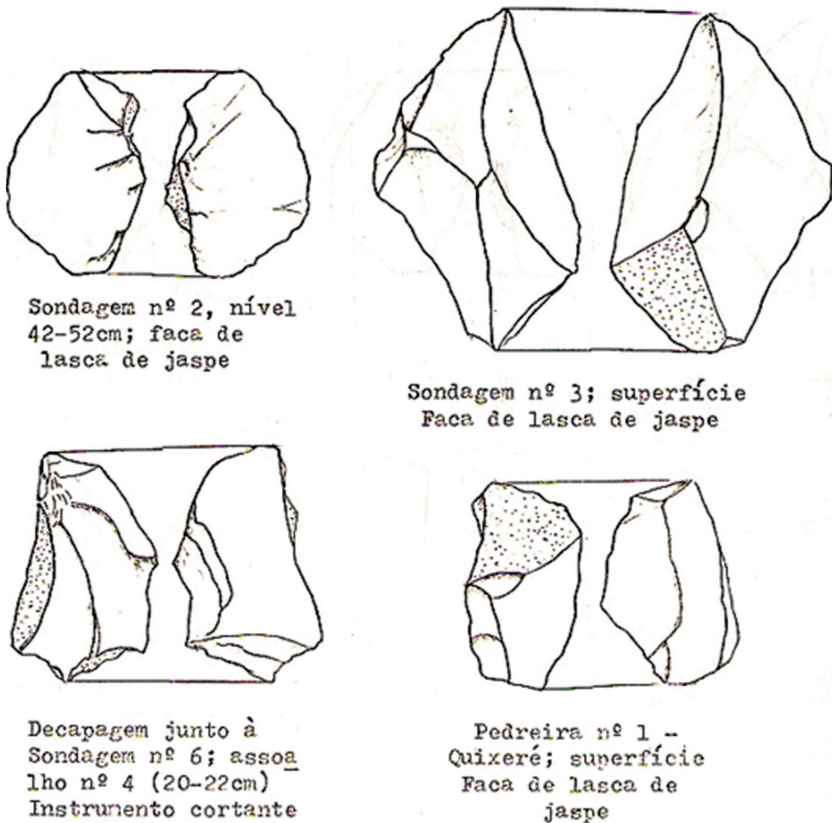


Fonte: MILLER, 1980.

Infelizmente, um funcionário do Museu descartou o material não cerâmico por achar que não tinha nenhuma utilidade (não se tratava de “artefatos diagnósticos” como os que Laroche citava), portanto, não foi possível fazer as reconstituições projetadas.

Embora se trate de uma nota prévia em forma de relatório, este já tinha ido mais longe, na direção de especificar a documentação dos dados e relações, do que qualquer outro trabalho arqueológico do RN até então. Não temos a reportagem final, porque um desmoronamento de terra na construção impulsionou a empresa construtora a suspender os trabalhos arqueológicos para levar os depósitos, às pressas, para a construção. Daí o próprio Projeto Baixo Açu parou.

Figura 3 – Artefatos do Baixo Açu



Fonte: MILLER, 1980.

No Museu, foi montado um Curso de Especialização em Arqueologia e na escola de campo do Curso foi feito um trabalho no Sítio Papeba, município de Senador Georgino Avelino (MILLER, T. O., 1991b; adiante vamos falar mais deste trabalho). Outros trabalhos de Laroche foram realizados no município de Macaíba (LAROCHE; LAROCHE, 1982).

Alunos e ex-alunos do Curso de Especialização, como bolsistas do MCC ou do CNPq, também publicaram trabalhos (SAMPAIO DE SOUZA; MEDEIROS, 1982). Outros também desenvolveram pesquisas sobre a tecnologia lítica, como as de Osmar Medeiros, sobre técnicas do talhe e os seus produtos, e as de Francisca Miller sobre o estudo de sinais de uso-desgaste de instrumentos experimentais sob baixa magnificação (90-120x), e de Willineide Rocha (MILLER, F.; ROCHA, 19--?.) e outros sobre a cerâmica. Dessas pesquisas, poucas foram publicadas.

Também no Museu, Tom Oliver Miller conseguiu a vinda do especialista em tecnologia lítica J. Jeffrey Flenniken, através do Programa norte-americano *Fullbright*, para ministrar cursos de tecnologia lítica em diversos centros brasileiros, incluindo o MCC.

Mais recentemente, alguns trabalhos feitos em Florânia e Pedro Avelino foram publicados por Luis Dutra de Souza Neto (2005), que também havia participado do Curso de Especialização do MCC. Em 1991, Ivanilda Costa publicou um balanço das atividades no Museu Câmara Cascudo (COSTA, 1991).

Na década de 1990, houve uma movimentação no Estado por causa da destruição de pinturas rupestres em áreas de calcário, tais como em Soledade (município de Apodi) e na região do Seridó. A pedido da direção do MCC, Tom Oliver Miller fez uma viagem a Apodi, com bolsistas, para avaliar a situação. O referido pesquisador, posteriormente, elaborou um projeto nos mesmos moldes do Projeto Baixo Açu, o qual, entregue à Diretoria, terminou por desaparecer nos labirintos burocráticos da Universidade.

O laboratório de Arqueologia da UFRN – LARQ

Nesse meio tempo, Paulo Tadeu de Souza Albuquerque chegou ao Departamento de História da UFRN e inaugurou o Laboratório de Arqueologia – LARQ –, trabalhando num sítio colonial, originalmente uma redução indígena, em Vila Flor, também contribuindo com um esforço para a preservação e estudo das pinturas rupestres de Soledade (ALBUQUERQUE; PACHECO, 2002; ALBUQUERQUE; PACHECO; SPENCER, 1994).

Em 1996, Walner Spencer, na época atuando no LARQ, publicou um trabalho didático e especulativo (SPENCER, 1996), retomando as observações paleoclimáticas e de rotas hipotéticas de povoamento levantadas anteriormente por Laroche, as quais seguem muito de perto as considerações de Schmitz (1980). Enquanto cita trabalhos de Ab'Saber e outros, Spencer também segue a prática iniciada por Laroche de observações mais hipotéticas (entremeadas com as conclusões) do que fatuais.

É preciso ter cuidado para não confundir tais especulações com os fatos comprovados, como Spencer parece fazer em relação aos trabalhos de Laroche.

A sua discussão dos *habitats* ou dos microambientes da região é interessante, e deve se acompanhar das ponderações do geomorfólogo Aziz Ab'Saber (1977, 1979), inclusive no tocante às descrições de lajedos e malhadas, além das de Schmitz (1980).

Spencer acompanha Paulo Tadeu (ALBUQUERQUE; SPENCER, 1994) nas considerações sobre a datação de material lítico em relação a dunas litorâneas. Em nossa opinião, eles deviam destacar mais o perigo representado pelo fato de estas possuírem a característica de serem migratórias.

Numa visita a Camurupim, observamos, na superfície, material arqueológico (uma mistura de cacos de cerâmica tupi e neobrasileira com telhas modernas), que foi coberto por uma

duna um ano depois. Ressaltamos que um material que hoje está em cima uma duna pode, em poucos anos, se encontrar debaixo de outra.

Outro realce que fazemos é que investigações de material em aparente associação com dunas devem ser feitas em colaboração com geomorfólogos. Quaisquer associações aparentes de artefatos entre si não teriam validade se os depósitos fossem secundários, exatamente como no caso dos depósitos na forma de pavimentos detríticos, enterrados ou não.

Subsiste, ainda, a possibilidade de se atribuir uma datação relativa ao material arqueológico encontrado na superfície das dunas, no sentido de que esse material seria posterior à formação destas, ou seja, num determinado momento, situado entre o da formação da duna e os séculos XVII e XVIII, quando os colonizadores europeus começaram a dificultar ou impedir as atividades dos indígenas. Isto, afinal, como datação, não parece muito satisfatório.

Outra questão é a da periodização de atividades econômicas de procura. Uma indústria caracterizada por ser voltada para a caça não garante a sua contemporaneidade com o período dos “Grandes Caçadores” de megafauna, o que pode nem ter acontecido no Brasil, nem tampouco com um período pré-agrícola. Convém salientar aqui que os “tapuias” não eram agricultores incipientes ou receptores de uma agricultura de origem tupi, sendo esta uma horticultura de raízes de propagação vegetal. Esses indígenas eram agricultores de uma longa tradição baseada em produtos semeados, com uma tecnologia totalmente distinta, portanto não da mesma origem.

Mesmo agricultores sem animais domésticos também têm que caçar e pescar, porque não podem viver sem proteínas. Ninguém vai carregar o peso de instrumentos de roçar para um acampamento de caça ou de pesca, e não é garantido que vão levar potes de cerâmica para tais acampamentos transitórios. Trata-se da diferenciação de sítios arqueológicos

especializados dentro de um conjunto maior de sistemas de procura adaptados a ambientes com uma pluralidade de opções (microambientes). E, de fato, Paulo Tadeu encontrou alguns desses sítios (p. ex., Genipabu) com material lítico em associação à cerâmica tupi, numa situação de “extrema mobilidade das dunas” (ALBUQUERQUE; SPENCER, 1994).

Os nossos autores corretamente chamam atenção para fato de que a presença de conchas num sítio não constitui um *sambaqui*, pois esse fenômeno é de uma classe muito especial e bem definida de sítio.

No entanto, mais uma vez, não há publicação do material arqueológico analisado e colocado em conjuntos em relação ao seu contexto, para que se possa começar a definir as culturas.

Restingas, pedras e novas frentes de atuação

Se Albuquerque e Spencer apresentaram uma classe de sítios arqueológicos anteriormente negligenciados, o presente autor quer chamar atenção para outra classe de fenômenos nunca investigada por arqueólogos: os “recifes” ou “restingas”, também chamados de *strand lines*. Essas formações se desdobram em três grupos, relativos às oscilações eustáticas do Quaternário, especificamente no Pleistoceno terminal e no Holoceno.

Baseado nos trabalhos de Fairbridge e de Bigarella, Campos e Silva (1968) data essas formações como tendo, pelo menos, 3000 anos de idade. São conglomerados de antigo material praiano, encontrados mar adentro quando associados a regressões marítimas (p. ex., Pirangi) e terra adentro, no caso das transgressões (5 m acima do nível atual do mar em Touros e São Bento do Norte; 2 m em Tibau, Cunhaú e Sibaúma; 1 m em Natal).

Em Senador Georgino Avelino, no barranco da estrada que entra na cidade e abaixo da escola, há um grande

afloramento dessa formação em forma de escarpa, uma concreção (restinga) preta de areia calcário-ferruginosa e conchas, alguns metros acima do nível do mar. Tal formação deve corresponder ao período transgressivo registrado também em Extremoz. As conchas são de moluscos das mesmas espécies encontradas atualmente nas praias. Um exemplo dessa formação foi reportado em Natal, um pouco ao sul da desembocadura do Rio Potengi, encimando uma camada contendo ossos de mastodonte, camada esta evidentemente o resultado de um depósito anterior retrabalhado.

Para o período de tempo envolvido, essa formação deve ser impreterivelmente investigada por arqueólogos, pois os geólogos, normalmente, não têm preparo para distinguir lascas e implementos fabricados de fragmentos naturais. Naturalmente, não se pode fazer escavações nessas formações, mas pode-se observar uma possível presença de lascas no meio das conchas tão nitidamente visíveis.

Também em relação à colaboração com as Geociências, têm surgido perguntas sobre a matéria-prima disponível aos habitantes pré-históricos do nosso Estado. Para tanto, convém examinar rapidamente a litologia da Bacia Potiguar.

As camadas rochosas da região se inclinam para o norte, sendo que as mais baixas afloram no sul e as mais altas no centro e no norte. O calcário basal da região, originário da Formação Parelhas, a qual pode ser observada em Açu e em São Rafael, é característico de regiões mais ao sul até à Serra da Borborema, onde se encontram nódulos de calcedônia no meio do calcário, nódulos esses considerados “lixo” pelos que minam esse calcário. A referida Formação constitui uma camada espessa de calcário cinza puro. Onde houver um “contato dos xistos com o gnaiss de São Rafael ocorre uma silicificação mais ou menos intrusa na rocha, tornando-se de aspecto maciço”³.

3 PINHEIRO, Mário; OLIVEIRA, Wilde Damaso. In: MILLER, T. O. (Org.). *Projeto de Salvamento Arqueológico da Região do Baixo Açu: Projeto*

Estratigraficamente superior à Formação Parelhas, temos a Formação Açú, cuja base se constitui em um conglomerado de arenito avermelhado com seixos de quartzo. Estes podem ser vistos aflorando na região de Lajes, inclusive com retoques feitos pelos habitantes pré-históricos.

O Arenito Açú Superior é uma transição para a Formação Sebastianópolis, constituída de calcários recifais. Esse tipo de arenito passa gradativamente através de um calcário arenoso até chegar a um calcário compacto. A referida Formação é a base da sequência superior calcária da região, “com textura variando desde um calcário arenoso até microcristalino”⁴. Essas formações passaram por uma erosão mecânica num regime pluvial irregular de enxurradas, de drenagem fraca, com os depósitos finos sendo levados a uma maior distância e os seixos ou nódulos mais resistentes e mais pesados se movendo apenas por curtas distâncias. Nos barrancos da estrada que vai de Açú em demanda ao oeste, podemos ver nódulos ou bonecos de um sílex microcristalino, de composição irregular, no meio do dilúvio formado pela lixiviação da rocha envolvente mais mole.

O sílex aparenta ser um arenito permeado de calcário e sílica, apresentando muitas falhas estruturais, não sendo, assim, uma matéria-prima de muita qualidade para o talhe, embora seja abundante no pediplano em questão.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) levou Vicente Tassone e este autor para ver uma região cujo acesso se dava ao longo de uma linha de transmissão de alta tensão. Tratava-se de uma clareira aberta para a manutenção da linha. Durante a viagem, os jipes passaram por quilômetros e mais quilômetros de cascalheira do tipo conhecido como

Definitivo e Relatório de Pesquisa. Departamento de Arqueologia do Museu “Câmara Cascudo”. Natal, UFRN: Museu Câmara Cascudo, 1980, p. 13.

4 Ibid., p. 16.

malhada, ou seja, chão pedregoso (AB'SABER, 1977). Eram nódulos e seixos do mesmo sílex encontrado – e frequentemente trabalhado – aflorando na região de Angicos-Pedro Avelino.

Certa vez, Vicente Tassone e Laroche convidaram este autor para visitar o sítio do Riacho da Volta, perto de Angicos, onde escavavam uma camada de pedregulho do mesmo tipo já citado, porém soterrado abaixo de uns dois metros de alúvio e cimentado numa espécie de calcreta ou ferricreta, como certas formações de Terraço de Várzea que vimos no Estado de São Paulo (MILLER, T. O., 1970). Essas concreções implicam um período quente e úmido (posterior ao período de deflação que produziu a cascalheira) pela percolação de águas carregadas de cálcio em solução. No caso do sítio de Angicos, não foi possível ver se se tratava de um paleopavimento (*stone line* ou linha de pedra), ou de um terraço pedimentado, pois não fomos levados ao córrego, em cujos barrancos teria sido possível ver a origem da formação.

As linhas de pedra são formações subsuperficiais, preferentemente formadas por fragmentos de rochas ou de crostas duras, e, como tal, constituindo fatos quase totalmente abióticos; sobretudo, pelas condições de sua geração, não incluem documentos palinológicos (nem radiocarbônicos) válidos (MILLER, 1970).

Ab'Saber coloca a sua formação no Pleistoceno terminal e observa que

não existem depósitos correlativos definidos das *stone lines* nos aparelhos sedimentários do litoral brasileiro (restingas, lagunas e depósitos de estuários), porque no momento da formação das linhas de pedra o nível do mar estava a dezenas de metros abaixo de seu nível atual (regressão pré-flandriana (AB'SABER, 1979, p. 13-14).

A partir do fim da década de 1980, o geólogo Eduardo Bagnoli, da Petrobras, começou a publicar as suas observações

de material arqueológico na região (BAGNOLI, 1989), inclusive reportando-se a “sambaquis” ou conchais no Litoral Norte. Bagnoli também se interessou pela situação em Soledade (BAGNOLI, 1993, 1994). Com a orientação do geólogo, cidadãos da região de Apodi criaram uma fundação para viabilizar a preservação dos sítios com a participação do próprio povo, que antes minava o calcário. Tal fundação foi financiada através do Ecoturismo arqueológico, seguindo o modelo desenvolvido pela arqueóloga Niede Guidón, no Piauí.

No fim da década de 1990, a equipe da arqueóloga Gabriela Martin, da UFPE, começou a se interessar pelo problema da destruição das pinturas rupestres da região do Seridó, iniciando uma série de trabalhos arqueológicos (FONTES, 2003; MACEDO, 2004; MARTIN, 1991, 2002/2003, 2006, 2007; NASCIMENTO; LUNA 1998; SANTOS JÚNIOR, 2005). No Seridó também foi criada uma fundação para educação patrimonial e Ecoturismo arqueológico.

Durante todo esse tempo, a Fundação “Guimarães Duque”, de Mossoró, vem publicando a *Coleção Mossoroense*, com trabalhos de diversos estudiosos.

Somente agora, estamos com o começo do estabelecimento da Arqueologia em outras instituições do Estado: a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, em Mossoró, com Valdeci dos Santos Júnior (2002, 2005a/b, 2007, 2008a/b/c) e Márcia Severina Vasques e outros na UFRN.

Áreas de contribuição da Arqueologia no RN

A Arqueologia do Rio Grande do Norte contribuiu com os trabalhos na Arqueologia Histórica, desenvolvidos na Fundação “José Augusto”, além do trabalho de Albuquerque já citado. Miller fez um estudo arqueológico dos carimbos postais como um exemplo de Patrimônio Histórico (MILLER, T. O., 2008a).

Depois da chamada histórica de Dantas (1994), as pinturas rupestres foram tratadas nos trabalhos de Paulo Tadeu Albuquerque e outros (1994b, 2002), Bagnoli (1993), Sampaio de Souza e Medeiros (1982) e Santos Júnior (2002, 2005a, 2008a), além dos trabalhos da equipe de Gabriela Martin, no Seridó (1991, 2007).

A associação de trabalhos de Geomorfologia e Geologia do Quaternário com a Arqueologia começou com o estudo de possíveis associações entre fauna pleistocênica e artefatos humanos, iniciado por Carvalho de Cabral e Campos e Silva, sendo comentado por Laroche e por Spencer (1996). Recentemente, como já comentamos, tal estudo foi renovado por Valdeci dos Santos e colaboradores (SANTOS JÚNIOR; PORPINO; SILVA, 2007).

Estudos sobre a tecnologia lítica apareceram nos trabalhos de Tom Oliver Miller (1969, 1975, 1979), e trabalhos sobre a cerâmica nas contribuições de Fontes (2003, 2006) e de Martin (1991, 2007). No Museu Câmara Cascudo foi feito um estudo da cerâmica, combinando abordagens etnoarqueológicas com as análises de laboratório de material arqueológico, testado por métodos estatísticos, por Tom Miller e Willineide de Almeida Rocha (MILLER; ROCHA, 19--), ainda inédito. Posteriormente, a mesma abordagem foi usada numa pesquisa pioneira de carimbos postais como Patrimônio Arqueológico, pois se trata ainda de artefatos (MILLER, T. O., 2008a). Também etnoarqueológico é o vídeo de tecnologia lítica dos xêta e tecnologia cerâmica dos xókleng, produzido por iniciativa da Base de Pesquisas NAVIS, do Departamento de Antropologia da UFRN (MILLER, T. O., 2008b). A análise de cerâmica, inclusive de faiança importada em tempos coloniais, foi um enfoque central do trabalho de Paulo Tadeu Albuquerque, em Vila Flor.

A preservação do nosso Patrimônio tem sido uma preocupação de Martin e Pessis (2002/2003), Santos Júnior (2005b) e Tom Oliver Miller (1998, 2008a). Além da preocupação com

o Patrimônio, teoria e a metodologia na Arqueologia sempre foram uma preocupação de Tom Oliver Miller (1963, 1970, 1978, 1980, 1981, 1982b, 1988c, 1990, 1991a, 1991b). Trabalhos didáticos foram feitos por Tom Oliver Miller (1988b, 2009b) e por Spencer (1996).

Estudos etnográficos começam a receber um apoio no sentido das raízes pré-históricas de comunidades contemporâneas, como nos trabalhos de Francisca Miller (2005, 2007), com o apoio técnico do arqueólogo Roberto Airon Silva, também da UFRN. Um estudo pluridisciplinar no mesmo sentido é o de Valdeci dos Santos Júnior (2008b), combinando dados históricos, etnográficos e arqueológicos em relação à nação tarairiú (hoje extinta). A Etnoarqueologia e a Arqueologia Experimental vêm sendo desenvolvidas nos trabalhos de Tom Miller (1982a, 2008b), inclusive na área da didática, na qual foi ministrado um curso de atualização para professores de Segundo Grau a pedido da Secretaria de Educação do Estado (MILLER, T. O., 1988b).

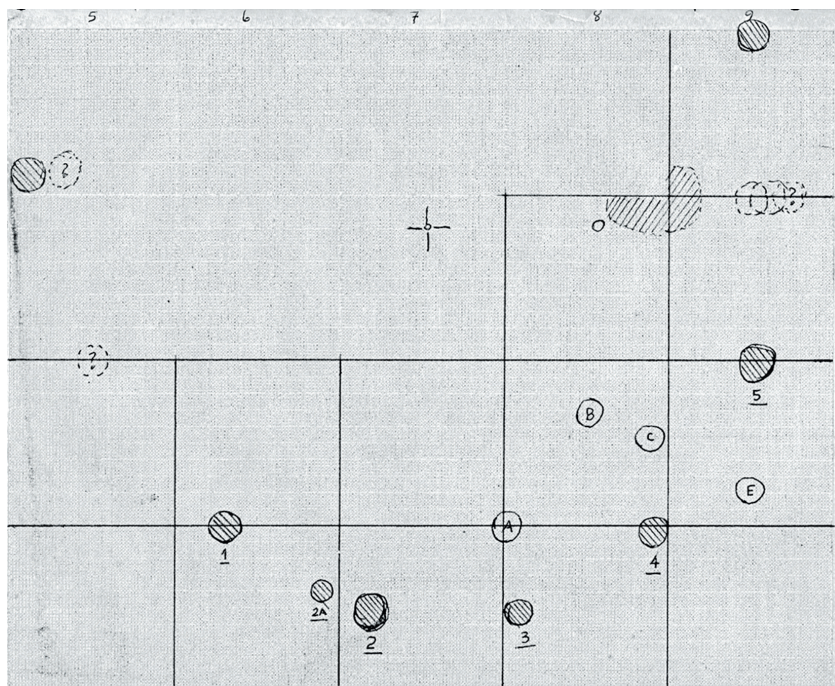
Embora ainda poucos na literatura arqueológica brasileira, trabalhos especificamente pluridisciplinares vêm despertando nos estudiosos um interesse crescente. No Rio Grande do Norte, por exemplo, houve trabalhos, já citados, em que a Arqueologia procura se entrosar com as Geociências e a Paleoecologia.

Uma aldeia tarairiú?

No nosso trabalho no sítio Papeba anteriormente aludido, reportado primeiro por Nasser (1974), combinamos dados históricos e etnográficos para tentar entender a situação encontrada arqueologicamente. O resultado foi publicado nos anais de um Congresso Regional de Antropologia em Recife (MILLER, T. O., 1991b), conquanto tenhamos a impressão de que poucos arqueólogos têm consultado tal comunicação. Por isso, vamos

repetir aqui uns parágrafos do trabalho citado que dizem respeito à curta investigação arqueológica no sítio indicado.

Figura 4 – Buracos de Postes de Sustentação de Casa; sítio Papeba



Fonte: pesquisa de campo.

Na primeira campanha (1982), percebemos, pelo mapeamento do sítio através de prospecções de um m² cada, num xadrez de 20 m x 20 m, que a área de maior acumulação de detritos tem a forma de ferradura. Também sabemos que a cerâmica característica do sítio é da Tradição Aratu, a qual tem a mesma distribuição geográfica que a das línguas do tronco macro-gê. Pelos nossos trabalhos etnográficos com povos como os xavantes, desse tronco no Centro-Oeste, conhecemos aldeias arranjadas em formato de ferradura e constituídas de casas em forma de colmeia em volta de uma praça central que

se mantém limpa. Tradição xavante liga esta tribo a uma origem no Médio São Francisco.

Na campanha de 1983, resolvemos testar a hipótese de que o sítio seria um acampamento de forma semelhante à das aldeias gê do Centro-Oeste (Figura 6), onde também se encontram cerâmicas da Tradição Aratu. Resolvemos atravessar o sítio por uma trincheira exploratória, partindo dos dois lados da ferradura, em direção à praça limpa (índice muito baixo de lixo pré-histórico).

Figura 5 – Buracos nº 2 e 2A, sítio Papeba



Fonte: pesquisa de campo.

Figura 6 – Casa indígena de um grupo de língua gê do Centro-oeste. À esquerda, casa para uma família extensa; à direita, abrigos construídos nas expedições de caça e coleta, feitos com menos esmero e, sendo menores, abrigam apenas uma família nuclear cada. Observe a semelhança da construção e colocação de estacas com o plano de buracos de estacas da Figura 4, Sítio Papeba, RN



Fonte: LOPES DA SILVA .

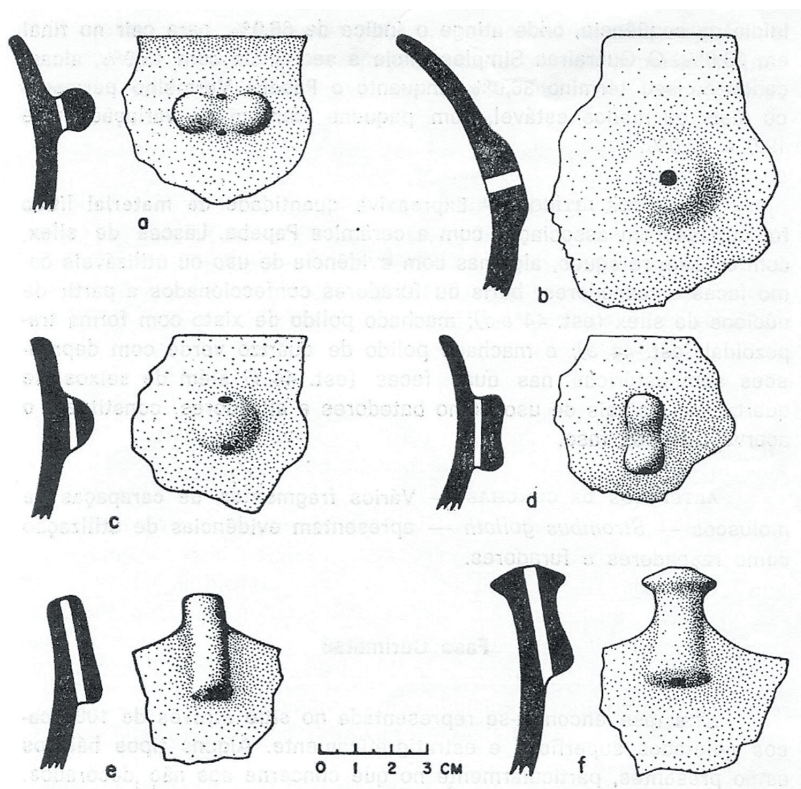
De fato, encontramos, em certo ponto da periferia, uma série de sinais de buracos de 30 cm de largura e 40 cm de profundidade, calçados no fundo com grandes cacos de vasos grossos ou (num caso) com um grande pedaço de concha (*Strombus goliath*) e aparentemente dispostos em forma de círculo, a distância de 1,10 m um do outro (Figura 4). Extrapolando o ponto central da casa e, usando 3 buracos como referência, descrevemos o arco com rádio de 2,6 m (ou seja, o diâmetro da casa seria de 5,2 m), encontrando assim mais buracos de postes (Figuras 4 e 5). Assim, a casa serviria apenas para uma família nuclear, não uma extensa. Não houve buraco para um poste central de sustento, de forma que os postes deviam ter sido amarrados em cima, dando forma de colmeia, como no caso das casas de povos como os xavantes.

No referido sítio, encontramos evidências de contato com o interior na forma de objetos (contas e um tembetá cilíndrico) de amazonita, matéria-prima que não se encontra no litoral, e também de uma esfera de pedra, interpretada como bola de boleadeira, que não seria útil nas matas da região litorânea, mas, sim, para caça no interior.

Abundantes fragmentos de concha e de osso de peixe indicaram uma parte importante da dieta do povo que lá habitava. Também associado com esse povo foram encontrados fragmentos pontudos de sílex, fabricados pela técnica bipolar que, evidentemente, faziam parte de raladores de mandioca; rodas de fuso, evidenciando uso de trançados de fibra; e vasos de tamanho médio e paredes espessas, que serviriam de igaçabas para enterro de ossos, mas não de pessoas inteiras. Posteriormente, os moradores locais localizaram um, ainda com dentes humanos dentro.

Também encontramos evidências de contato com europeus, na forma de fragmentos de porcelana (faiança) e de asas na cerâmica (Figura 7), normalmente perfuradas, as quais não são encontradas em contextos pré-cabralianos. Essas também foram reportadas por Nasser (1974). Foi encontrado também um objeto de cerâmica caolinítica, que interpretamos como um fragmento de cachimbo do tipo caracteristicamente usado pelos holandeses.

Figura 7 – Asas de Cerâmica Papeba



Fonte: NASSER, 1974.

As evidências mais enigmáticas de contato com europeus foram umas pequenas esculturas (ornamentos?) representando folhas e cabeças de serpentes (em estilo naturalista europeu), mas executadas em **osso** (não temos informações de uso de osso, em vez de madeira ou pedra, para tais esculturas na Europa). Só como especulação, podia-se lançar como hipótese de que tais ornamentos foram confeccionados por índios potiguares (“caboclos de língua geral”) aldeados em missões religiosas e apanhados pelos tarairiús, numa das suas investidas contra aqueles.

Investigando a literatura histórica sobre a região, especialmente Nieuhoff (1981) e Medeiros Filho (1984), descobrimos

que os holandeses citaram os “tapuias” (tarairiú), liderados pelo chefe Janduí, como tendo frequentado o litoral numa época em que se registra um estabelecimento holandês em Arês (perto de Senador Georgino Avelino). Esse povo indígena vinha para comer frutos do mar na época da seca do interior, época na qual, de acordo com os depoimentos dos índios aos holandeses, sofriam privações, especialmente de proteínas (caça).

Os tarairiús semeavam os seus campos de milho no início do período da seca no interior e iam para o litoral até à época das chuvas, quando o milho germinava. Depois da invasão dos tupis, eles tinham sido impedidos por estes de se deslocarem para o litoral. A presença dos holandeses, porém, possibilitou-lhes voltar a essa prática, aproveitando o ensejo com investidas contra tupis e portugueses, como forma de descontar a sua raiva contra esses povos, para eles, invasores.

Boleadeiras não são características do Nordeste, mas sabemos que os holandeses mantinham, na Europa, um próspero comércio de penas de ema, um apetrecho essencial nos chapéus dos cavalheiros da Europa da época. Quem caçava as emas eram os índios. Sendo assim, podemos lançar como hipótese que os holandeses introduziram a boleadeira na região para facilitar a produção de penas de ema, um comércio muito lucrativo na época, mas que desapareceu da região juntamente com os holandeses.

Recentes trabalhos de Valdeci Santos Júnior (2008c), na forma ainda de relatórios, alcançam um novo nível para a documentação dos vestígios arqueológicos, embora ainda não tenhamos trabalhos definitivos de análise do material. O mesmo autor também usa fontes históricas e etnográficas dentro da sua apresentação do contexto. Aliás, também fez um levantamento bem aprofundado sobre o que se sabe sobre os tarairiús (SANTOS JÚNIOR, 2008b). O bom começo da diversificação de centros de pesquisa na Arqueologia do RN promete.

Conclusões

Em todos os trabalhos arqueológicos do RN publicados até a década de 1990, o que se tem são “notas prévias”. Destas, vários autores “pularam” para os trabalhos sintéticos sem a documentação intermediária, ou seja, o trabalho descritivo e contextual das pesquisas. Assim, ninguém pode contestar as conclusões desses trabalhos na base de fatos, porque estes não estão disponíveis. Depois que alguns começaram a adotar a prática do “pulo”, outros os imitaram, passando daí a parecer um procedimento normal. O que não devia ser.

A Ciência procura a ordem num Universo aparentemente desordenado. Procura informação, pois esta oferece vantagens no jogo em que procuramos melhorar as nossas probabilidades de sobrevivência e vida melhor para a Humanidade. A Arqueologia é Ciência, não Fé. Conclusões de estudiosos não podem ser aceitas na base de Fé. Esta é Metafísica e não Ciência. A Ciência tem que se basear em fatos demonstráveis e não em opiniões geniais.

Ciências Sociais são, ou devem ser Ciência, no sentido de aplicar uma série de regras para disciplinar o raciocínio na busca de fatos (a “Verdade Científica”, o Santo Graal da Ciência – tão difícil de ser alcançado, mas passível de uma aproximação através da “Observação Intersubjetiva”, portanto, verificável). Os fatos a buscar são os que caracterizam e explanam as atividades humanas, com as suas limitações e possibilidades.

Longe de ser apenas uma Ciência, a Arqueologia é uma Ciência Social. Como outras Ciências Sociais, ela parte de um conceito de Cultura. Na sua prática, ela procura documentar analítica e sinteticamente atividades humanas no “palco” de um assoalho cultural (“componente”), de um sítio arqueológico, através de procedimentos científicos comparáveis aos dos forenses ou criminalistas, que também reconstituem eventos humanos num passado imediato, embora não documentado.

Somando as atividades humanas documentadas pelos objetos, acrescentadas à organização destes, no palco onde os atores humanos os deixaram após terminar a atividade, o arqueólogo coloca o resultado no contexto físico (meio ambiente), social (outras sociedades humanas com as quais aquela sob investigação estiver em contato) e temporal (antes de *o quê*; depois de *o quê*). Com essas informações, o arqueólogo reconstitui a cultura dos atores em questão.

A partir desse momento, a Arqueologia, na prática, se torna “Paleoetnografia”, ou seja, não é só História (crônica), é Antropologia. Quando o arqueólogo passa da pesquisa de campo e laboratório para a interpretação, ele está “fazendo” Antropologia tanto quanto História. Nesse momento, a teoria arqueológica e a teoria antropológica se fundem.

Por esta razão, a Arqueologia de campo e de laboratório tem que fornecer os dados, intersubjetivamente apresentados, suscetíveis a uso como documentos etnográficos. Isso está sendo feito no Sul, Centro-Sul e Centro-Oeste do país, mas ainda não está sendo feito no Rio Grande do Norte. Não temos **nenhum** trabalho definitivo publicado, descrevendo a cultura (arqueológica) de um povo ou sequer um sítio do RN. Dessa crítica nem o presente autor escapa, pois, embora tenha feito trabalhos definitivos no Centro-Sul, não o fez no RN.

Por que os arqueólogos do RN não fazem trabalhos definitivos de documentação científica de comunidades e atividades humanas do passado? É porque já criamos uma tradição local de “pular” das notas prévias para as sínteses especulativas, deixando as evidências concretas nas prateleiras dos laboratórios e museus. O trabalho de laboratório é um trabalho longo e cansativo, requerendo muita dedicação e paciência, mas *o trabalho de campo não alcança nível interpretativo enquanto não terminado no laboratório. Sem isso, as especulações interpretativas não têm valor científico.*

O material coletado no campo fica mais difícil de interpretar a cada ano (e pedaço de memória) que passa; a análise deve ser feita antes de se voltar para o campo e coletar mais material para ocupar espaço nas prateleiras e nos depósitos. Já presenciamos isso também no Sul do País, embora lá a comunidade de pesquisadores arqueológicos esteja saindo desse estágio. É hora de nós fazermos o mesmo.

Também não devemos esquecer de que a Ciência deve servir ao Homem, não apenas à corrida para prêmios acadêmicos. Nas nossas aulas e nos nossos empreendimentos de divulgação ao público (onde estão?), devemos sair das nossas conchas acadêmicas para levar à comunidade envolvente, da qual fazemos parte, os conhecimentos que podem servir ao processo decisório frente aos problemas do presente e do futuro.

Temos como exemplo a ser citado a reunião promovida pela Petrobras, na década de 1990, em Mossoró, sobre o impacto ambiental de projetos nas terras áridas do Rio Grande do Norte. Alguns dos participantes desse evento insistiram que a empresa citada devia liberar os poços abertos na prospecção para petróleo, que, posteriormente, eram lacrados por só produzirem água salobra. Argumentaram eles que o nível de sal não ia prejudicar a produtividade do solo (em curto prazo). Não estavam pensando em longo prazo, quando o efeito CUMULATIVO iria destruir qualquer possibilidade de cultivo durante milênios, como a Arqueologia já mostrou em áreas como Mesopotâmia, o Vale do Indo, o Vale do Gila (Arizona) e outros locais. Foi necessário que este arqueólogo chamasse a atenção a estes fatos históricos.

A Arqueologia do Rio Grande do Norte já teve impulsos de crescimento nas décadas de 1970 e 1980, com a equipe do Museu Câmara Cascudo e, em grau mais limitado (Seridó), na década de 1990, com a equipe da UFPE. Este breve resumo histórico da Arqueologia Norte-Rio-Grandense faz-nos pensar que ela agora pode estar entrando em uma nova fase acelerada e diversificada do seu desenvolvimento.

Referências

- AB'SABER, Aziz. Problemática da Desertificação e da Savanização no Brasil Intertropical. *Geomorfologia*, São Paulo, USP, n. 53, 1977.
- _____. Limitações dos informes paleoecológicos das linhas de pedra, no Brasil. *Inter-Facies*, São Paulo, UNESP, n. 1, 1979.
- _____. Problemas das migrações pré-históricas na América Latina. *Clio*, Recife, Série Arqueológica, n. 4 – Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, 1991.
- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; SPENCER, Walner Barros. *O Homem das Dunas: Reflexões sobre um Projeto Arqueológico*. Natal, mss., 1994.
- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; PACHECO, Leila Serafim; SPENCER, Walner Barros. *Projeto Soledade: relatório final*. Natal. 1994.
- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; PACHECO, Leila Serafim. O lajedo do Soledade: um estudo interpretativo. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-História da terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 115-133.
- BAGNOLI, Eduardo. *Contribuição ao levantamento do patrimônio arqueológico, paleontológico, geológico e ecológico do extremo Nordeste brasileiro*. Abril, 1989.
- PETROBRAS/DEPEX/DEBAR/DINTER/SELAB. O lajedo de soledade, Apodi (RN) – um exemplo de preservação do patrimônio cultural brasileiro com patrocínio da Petrobras. In: SEMINÁRIO AMBIENTAL DO SISTEMA PETROBRAS, 4., 1993, Contagem – MG. *Anais do 4º seminário ambiental do sistema Petrobras*. v. 2. Contagem – MG: Petrobras, nov. 1993.
- _____. O lajedo de soledade, Apodi – RN: um exemplo de preservação do patrimônio cultural brasileiro. *Revista da SAB*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1994.
- BROCHADO, José Proenza. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no Leste da América do Sul. *Clio*, Recife, Série Arqueológica, n. 4 – Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, 1991.
- CABRAL DE CARVALHO, José Nunes. Nota prévia sobre a jazida osteológica da Pedra dos Ossos, Serra do Ronco (município de São Tomé). *Instituto de Antropologia da UFRN*, Natal, v. 1, n. 1, p. 35-39, 1964.
- _____. Relatório preliminar das investigações Geopaleontológicas na área fossilífera pleistocênica da Fazenda Lágua Formosa, município de São Rafael. *Arquivos do I. A. Câmara Cascudo*, UFRN, v. II, n. 1 e 2, 1966.
- _____. *Considerações sobre a fauna pleistocênica do Lajedo da Escada*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1983. (Coleção Mossoroense, Série B, n. 387).
- _____. *et al.* Informações sobre a jazida fossilífera pleistocênica do Lajedo da Escada, município de Mossoró, Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1983. (Coleção Mossoroense, Série B, n. 389).

CABRAL DE CARVALHO, José Nunes; CAMPOS E SILVA, Antonio; OLIVEIRA, Leon Diniz Dantas de; VASCONCELOS, Manoel Daylor Teixeira de.

Relatório preliminar das investigações geopaleontológicas na área fossilífera pleistocênica da fazenda Lagea Formosa, município de São Rafael. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1983. (Coleção Mossoroense, Série B, n. 333).

CAMPOS E SILVA, Antônio. Considerations on the Quaternário of R.G.N. *Arquivos do I.A. Câmara Cascudo*, UFRN, Geologia, n. 1, pt. 1, 1968.

CAMPOS E SILVA; CABRAL DE CARVALHO, José Nunes. *A fitogeografia no Rio Grande do Norte.* Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1983. (Coleção Mossoroense, Série B, n. 390).

COSTA, Ivanilda Pinheiro da. A Antropologia no Museu 'Câmara Cascudo'. In: REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 2., Rio de Janeiro, 1991. *Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste.* Recife: UFPE; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP/ABA, 1991.

DANTAS, Beatriz; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário de. Os povos indígenas do Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal da Cultura/FAPESP, 1992.

DANTAS, José de Azevedo. *Indícios de uma civilização antiquíssima.* João Pessoa: Editora do Governo do Estado da Paraíba, 1994. 167 p.

ETNOARQUEOLOGIA no Brasil: Tecnologia lítica xêta e cerâmica Xókleng. Produção: Tom Oliver Miller. Organização: Francisca Miller. 1 fita de vídeo. Natal: Oficina de Tecnologia Educacional da UFRN/EDUFRN, 2008.

FONTES, Mauro Alexandre Farias. *A Cerâmica Pré-Histórica da Área Arqueológica do Seridó/RN.* 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. O perfil cerâmico cotidiano e cerimonial dos sítios arqueológicos da Pedra do Alexander, Casa de Pedra e Pedra do Chinelo – RN. *Clio*, Recife, Série Arqueológica v. 1, n. 21, 2006.

KRIEGER, Alex D. Early man in the New World. In: JENNINGS, J.; NORBECK, E. (Ed.). *Prehistoric Man in the New World.* Chicago: University of Chicago Press, 1964, p. 23-84.

LAROCHE, Armand François Gaston. *Arqueologia do Baixo Açu e notícias sobre culturas líticas do Rio Grande do Norte.* Natal: UFRN, 1981. Suplemento n. 7.

_____. Tópicos básicos de esclarecimentos resumidos referentes aos caçadores nômades do nordeste, em tempos finais do pleistoceno e começo do holoceno. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, Belo Horizonte, 1981 – 1982a. VI – VII.

- _____. *O sítio arqueológico Riacho da Volta (Angicos-RN)*. Natal: EDUFRN, 1982b. Suplemento.
- _____. *Ensaio de classificações tipológicas sobre pontas de arremessos e outros objetos líticos da Tradição Potiguar do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1983. (Coleção Mossoroense, Série B, n. 412).
- _____. *Ensaio morfológicos sobre tecnologias líticas nordestinas desde 11.000 anos A. P.* Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1984. (Coleção Mossoroense).
- _____. *Sugestões para uma classificação morfológica das pontas foliáceas e lesmas*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1984. (Coleção Mossoroense).
- _____. *Relatório das pesquisas realizadas referentes ao estudo dos grupos humanos pré-históricos pertencentes à Tradição Potiguar*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1987. (Coleção Mossoroense, v. CCCLXXIX).
- _____. *Algumas contribuições para o estudo do povoamento do nordeste do Brasil, a partir de 11.000 anos B.P.: histórico da tradição Itaparica etc.* Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1987. (Coleção Mossoroense).
- _____. *Notas preliminares sobre o sítio pré-histórico da Casa de Pedra: município de Martins – RN*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1988. (Coleção Mossoroense, Série A, n. 28).
- LAROCHE, Armand François Gaston; LAROCHE, Adjelma Soares e Silva. *O sítio arqueológico de Mangueiros, Macaíba/RN*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982.
- _____. *Considerações sobre a Pré-História do Nordeste Brasileiro nos Tempos Finais do Pleistoceno e Início do Holoceno*. *Clio*, Recife, Série Arqueológica nº 4 - Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, 1991.
- LIMA, Jeannette Maria. *Dois períodos de subsistência no Agreste Pernambucano: 9000 e 2000 AP*. *Clio*, Recife, Série Arqueológica, n. 4 – Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, 1991.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Relatório de Pesquisa do Monumenta Arqueológica: diagnóstico dos sítios arqueológicos de Carnaúba dos Dantas*. Caicó: CERES/UFRN, 2004.
- MARIZ, Marlene da Silva. *Repertório de documentos para a História indígena existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 1995. (Coleção Mossoroense, Série C, v. 871).

- MARTIN, Gabriela (Org.). Novos dados sobre as pinturas rupestres do Seridó no Rio Grande do Norte. *Clio*, Recife, Série Arqueológica, n. 4 – Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, 1991.
- _____. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3. ed. Recife: EDUFPE, 1999.
- _____. A arte rupestre da região do Seridó, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. *Fumdhamentos*, São Raimundo Nonato-PI, n. 5 – Anais do I Seminário Internacional sobre Preservação da Arte Rupestre nos Sítios do Patrimônio Mundial, jan. 2007.
- _____. et al. Escavação arqueológica do sítio Casa Santa, Carnaúba dos Dantas, RN. *Clio*, Recife, Série Arqueológica v. 2, n. 21, 2006.
- MARTIN, Gabriela; PESSIS, Anne-Marie. Área arqueológica do Seridó, RN, PB: Problemas de conservação do Patrimônio cultural. *Fumdhamentos*, São Raimundo Nonato-PI, v. 1, n. 2, 2002/2003.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1984.
- MILLER, Francisca de Souza. *Pescadores e Coletoras de Patané/Camocim*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 2005.
- _____. *Comunidade Quilombola de Capoeiras, Rio Grande do Norte: Estudo Antropológico* (Relatório Final). Natal: Relatório apresentado ao INCRA. 2007.
- MILLER, Tom; ROCHA, Willineide de Almeida. Na pista da Artesã: Repensando a cerâmica arqueológica. *Arkios*, Mação (Portugal), 31, p. 95-148, 2012. (Estudos de tecnologia cerâmica. Inst. Politécnico de Tomar).
- MILLER, Tom Oliver. Algumas técnicas estatísticas na pesquisa arqueológica. *Sociologia*, v. 27, n. 2, p. 105-120, 1963. Separata.
- _____. *Dois Fases Paleoindígenas da Bacia de Rio Claro, SP: um estudo em Metodologia*. 1968. Tese (Doutorado) – UNESP, Rio Claro, SP, 1968. Mimeografado.
- _____. Sugestões para uma tipologia lítica para o interior do Sul do Brasil. Pesquisas, *Antropologia*, Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS, São Leopoldo-RS, n. 21, 1969.
- _____. Considerações sobre a Pesquisa Arqueológica. *Cadernos Rioclarense de Ciências Humanas*, Rio Claro-SP, n. 2, 1970.
- _____. Tecnologia lítica arqueológica: Arqueologia experimental no Brasil. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, Florianópolis-SC, n. 8, p. 7-124, 1975.
- _____. Arqueologia da Região Central do Estado de São Paulo. *Dédalo: Revista de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 16, p. 13-118, 1977. Leva data de 1972 na página título.

- _____. Homem, ambiente e sistema: para uma Arqueologia antropológica e intersubjetiva. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, Belo Horizonte, v. III, 1978.
- _____. Stonework of the Xetá Indians of Brazil. In: HAYDEN, Bryan (Org.). *Lithic Use-Wear Analysis*. New York: Academic Press, 1979, p. 401-407.
- _____. *Método e Teoria nos Programas de Salvamento Arqueológico*. Apresentado na seção de Arqueologia da Associação Brasileira de Antropologia no Rio de Janeiro, em 1980. Foi aceito para ser publicado na projetada Revista do Museu Câmara Cascudo, a qual nunca saiu.
- _____. (Org.). *Projeto de Salvamento Arqueológico da Região do Baixo Açu: Projeto Definitivo e Relatório de Pesquisa*. Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo. Natal, UFRN: Museu Câmara Cascudo, 1980.
- _____. *Projeto de Salvamento Arqueológico do Vale do Apodi*. Natal, 1981. Mimeografado. Encomendado pelo Museu Câmara Cascudo.
- _____. Etnoarqueologia – implicações para o Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, Belo Horizonte, v. VI – VII, 1981 – 1982a.
- _____. Técnicas para Arqueologia de salvamento: uma sugestão do Baixo Açu. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*. v. VI – VII. Belo Horizonte: UFMG, 1981 – 1982b.
- _____. *Etnoarqueologia e o Nosso Patrimônio Pré-Histórico*. Natal: UFRN/Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Rio Grande do Norte, 1988b. Trabalho Didático para Orientação de Professores de 2º grau.
- _____. *Proposta de manual e programa para salvaguardar a Memória Patrimonial do povo do Rio Grande do Norte*. Comunicação apresentada no Simpósio sobre Memória Patrimonial, UFRN. Mss. Inédita: 1998c.
- _____. *Epistemologia e ética nas ciências antropológicas: o método científico e os seus desafios*. Natal: EDUFRN, 1990.
- _____. *Métodos e técnicas de pesquisa nas ciências antropológicas*. Natal: EDUFRN, 1991a.
- _____. Do presente ao passado. In: REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E DO NORDESTE, 2., 1991, Recife. *Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste*. Recife: UFPE; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP/ABA, 1991b.
- _____. O estudo dos carimbos postais do Brasil e do Rio Grande do Norte. *Mneme*, Caicó-RN, 2008. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme23/225.pdf>>.
- _____. O Papel da Arqueologia na Educação Patrimonial. In: SARTI, Antonio Carlos; MUNDET, Luís (Org.). *Turismo e Arqueologia: múltiplos olhares*. Piracicaba: PrintFit, 2009b. No prelo.
- NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely. Levantamento arqueológico do Riacho do Bojo, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. *Clio*, Recife, Série Arqueológica, v. 1, n. 13, 1998.

NASSER, Nássaro Antonio de Souza. Notas preliminares sobre a Arqueologia do sistema Curimataú-Cunhaú. *Publicações Avulsas do Museu Goeldi*, n. 6. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do primeiro ano 1965 – 1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967.

_____. Considerações preliminares sobre a Arqueologia da bacia do rio Curimataú. *Publicações Avulsas do Museu Goeldi*, n. 15. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quarto ano 1968 – 1969. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.

_____. Nova contribuição à Arqueologia do Rio Grande do Norte. *Publicações Avulsas do Museu Goeldi*, n. 26. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quinto ano 1969 – 1970. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974.

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1981.

PEROTA, Celso. A paisagem, o Homem e as estratégias de sobrevivência no Nordeste brasileiro durante o Holoceno recente. *Clio*, Recife, Série Arqueológica, n. 4 – Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, 1991.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. “Guerra dos Bárbaros”: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1992, p. 185-98, p. 360-370.

SAMPAIO DE SOUZA, Maurina; MEDEIROS, Osmar. *Inscrições rupestres no Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN, 1982. (Coleção Textos Acadêmicos, n. 214).

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. *Identificação gráfica dos registros rupestres de doze sítios arqueológicos do oeste e alto oeste potiguar*. Relatório de pesquisa – UERN, 2002.

_____. *Os registros rupestres da área arqueológica de Santana (RN)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Conservação do Patrimônio, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. A influência das cartas internacionais sobre as leis nacionais de proteção ao patrimônio histórico e pré-histórico e estratégias de preservação dos sítios arqueológicos brasileiros. *Mneme*, Caicó-RN, v. 6, n. 13, p. 1-15, 2005.

_____. As técnicas de execução das gravuras rupestres do Rio Grande do Norte. *Fumdhamentos*, São Raimundo Nonato-PI, v. VII, p. 516-528, 2008a.

_____. *Os índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 2008b. 213 p. (Coleção Mossoroense, v. 500).

- _____. *Estudos Arqueológicos na Área de Intervenção das Usinas de Energia Eólica UEE Bons Ventos 50 MW, UEE Canoa Quebrada 57 MW E UEE Enacel 31,5 MW, município de Aracati, Ceará. Etapa I – Prospecção. Volume I: Diagnóstico. Relatório apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Bons Ventos Geradora de Energia S/A. Fortaleza-CE: jan. 2008c.*
- SANTOS JÚNIOR, Valdeci; PORPINO, Kleberson; SILVA, Abrahão Sanderson N. F. da. A megafauna extinta e os artefatos culturais de um tanque na região Central do Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO DA SAB, 2007, 14., Florianópolis. *Anais do XIV Congresso da SAB: Arqueologia, Etnicidade e Território*. Florianópolis: UFSC/SAB, 2007.
- SANTOS JÚNIOR, Valdeci; PORPINO, Kleberson de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos. Lajedo de Soledade, Apodi-RN: ocorrência peculiar de megafauna fóssil quaternária no Nordeste do Brasil. *Série Tecnologia Mineral (DNPM)*, v. 3, p. 01-12, 2008.
- SCHMITZ, Pero Ignácio. *A evolução da cultura no Centro e Nordeste do Brasil entre 12.000 e 4.000 anos antes do presente*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/ UNISINOS, 1980. Mimeografado.
- SOUZA NETO, Luis Dutra; BERTRAND, Daniel. Mapeamento dos sítios arqueológicos do município de Florânia/RN. *Mneme*, Caicó-RN, v. 7, n. 15, abr./maio, 2005.
- SOUZA NETO, Luis Dutra; BERTRAND, Daniel; SABINO, Ana Amélia de Brito. Análise da coleção lítica do Sítio Arqueológico Serrote dos Caboclos, município de Pedro Avelino/RN. *Mneme*, Caicó-RN, v. 7, n. 16, jun./jul. de 2005.
- SPENCER, Walner Barros. *Pré-História do Rio Grande do Norte: em busca dos grandes caçadores*. Natal: EDUFRRN, 1996. 86 p.
- WILLEY, Gordon R. *An Introduction to American Archaeology*. v. II: South America. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.

Balanço de pesquisas arqueológicas no Seridó:

o caso de Carnaúba dos Dantas

Helder Alexandre Medeiros de Macedo¹

Carnaúba dos Dantas é considerado um dos municípios da região do Seridó norte-rio-grandense com maior quantidade de sítios arqueológicos conhecidos, razão pela qual é frequentemente citado em publicações científicas de circulação nacional (GUIDON, 1998; MARTIN, 1999; GASPAR, 2003) e mesmo em meios de comunicação como jornais, revistas e televisão. O objetivo deste ensaio é fazer um balanço das pesquisas realizadas no território desse município, a fim de compreender como os pesquisadores e mesmo a comunidade foram apercebendo-se da presença e da importância desses bens patrimoniais.² De maneira didática, podemos dividir as pesquisas arqueológicas feitas em Carnaúba dos Dantas em quatro gru-

-
- 1 Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó.
 - 2 O texto faz parte da monografia *Inventário do Patrimônio Arqueológico de Carnaúba dos Dantas*, que o autor defendeu em 2005, como atividade final do Curso de Especialização em Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Parte dele também foi publicada no livro *Patrimônio arqueológico em Carnaúba dos Dantas: pesquisas realizadas entre 1924 e 2005*, de 2009. As reflexões aqui contidas, pois, historicizam as pesquisas realizadas em Carnaúba dos Dantas entre as décadas de 1920 e 2000.

pos: a iniciativa do autodidata José de Azevêdo Dantas, nos anos 20; as pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); as pesquisas sistemáticas realizadas pelo Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em conjunto com a Fundação Seridó e, por fim, as iniciativas locais. Ademais, comentamos a respeito de como o Poder Público tem atuado em políticas públicas ligadas à preservação do patrimônio em Carnaúba dos Dantas.

José de Azevêdo Dantas e as pesquisas dos anos de 1920

Os anos 20 do século XX assinalam a primeira pesquisa conhecida sobre os sítios arqueológicos de Carnaúba dos Dantas³. Foi desenvolvida por José de Azevêdo Dantas, um autodidata local que percorreu diversas disciplinas do conhecimento em suas obras, quase todas inéditas. Excetuando a pesquisa arqueológica sobre a qual discorreremos, desenvolveu estudos de geografia, história local, genealogia e meteorologia. Além disso, era músico, projetista, desenhista e escrevia jornais manuscritos – três, até onde pudemos investigar – que circulavam entre seus conhecidos e parentes, em Carnaúba dos Dantas – à sua época, ainda uma povoação – e Acari.

O mais surpreendente é a sua história de vida⁴. Mesmo com todos esses interesses nunca frequentou escola formal.

3 Antes de José de Azevêdo Dantas, os sertões do Norte já haviam sido percorridos por naturalistas, sacerdotes e estudiosos interessados em documentar os registros rupestres, a exemplo do Padre Francisco Teles Corrêa de Menezes. Para saber mais sobre o assunto, consultar Martin (1999, p. 23-37).

4 Duas fontes foram imprescindíveis para que pudéssemos recompor a história da vida de José de Azevêdo Dantas: seu diário pessoal, comentado por Gabriela Martin (1994) na apresentação de *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*, e ainda informações prestadas pelo

Segundo informações extraídas de seu diário pessoal, nasceu em 23 de agosto de 1890, no Sítio Xiquexique, à época, pertencente ao vizinho município de Acari. Filho de Manuel de Azevêdo Dantas e de Joana Maria das Virgens era o irmão mais novo de Mamede de Azevêdo Dantas, Martiniano de Azevêdo Dantas e Olímpio de Azevêdo Dantas⁵. Seu pai era agricultor, criador e pedreiro, enquanto sua mãe, além dos afazeres domésticos, era pintora⁶. Os rudimentos de escrita e leitura de nosso biografado foram aprendidos com os irmãos mais velhos, nas areias do Rio Carnaúba, que corta o Sítio Xiquexique. Daí por diante manifestou-se nele um desejo de aprofundar-se nas artes e na literatura. Porém, situações como a morte prematura da mãe, a seca de 1904 e a desilusão frente a um futuro incerto em termos financeiros o fizeram enveredar por várias ocupações como meio de sobrevivência: servente de alvenaria, carregador de lenha e de água, apanhador de algodão, músico, confeccionador de carimbos e comerciante de tecidos em sociedade com um amigo. Trabalhou, ainda, como empregado no comércio do Coronel Manuel Aleixo de Maria, em Currais Novos (1912); na construtora do Açude Gargalheiras, em Acari; no Campo de Demonstração que fazia medições de estradas, localizado em Macaíba e na Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Sua morte aconteceu na mesma casa em que nasceu, no Xiquexique, proveniente de tuberculose, em 29 de junho de 1929. Contava, então, com 38 anos.

José de Azevêdo Dantas iniciou suas pesquisas em sítios arqueológicos no ano de 1924, justamente na localidade

historiador Pedro Arbués Dantas, nascido em 1918, de Carnaúba dos Dantas, residente em Currais Novos.

- 5 Gabriela Martin, na apresentação dos *Indícios* (1994), afirma, com base no diário pessoal de José de Azevêdo, que foram cinco os filhos do casal Manuel de Azevêdo e Joana Maria. Entretanto, somente conseguimos informações a respeito de quatro.
- 6 Segundo a tradição oral, ela pintava motivos sacros e religiosos em oratórios.

Xiquexique, terra de seus pais, onde residia. Ali, no mês de setembro⁷, visitou os locais por ele denominados *Rochedo Pinturas* ou *Talhado das Pinturas*⁸, *Rochedo do Xiquexique*, *Rochedo da Serra do Xiquexique* (3º rochedo) e *Rochedo do Pau d'Arco*⁹, que hoje correspondem aos Sítios Arqueológicos Xiquexique I, Xiquexique II, Abrigo do Morcego¹⁰ e Furna do Pau d'Arco, ambos com pinturas da Tradição Nordeste, Subtradição Seridó e Estilo Carnaúba¹¹.

No mês de outubro, “sobre a canícula abrazadora do verão, [...] de lapis e papel em punho galgando aquelles escabrosos penhascos”, José de Azevêdo visitou o Riacho do Bojo

-
- 7 As averiguações que fizemos com relação ao cronograma da pesquisa de José de Azevêdo Dantas baseiam-se na observação do texto dos *Indícios* e das cópias dos grafismos rupestres dos sítios visitados, que, quase sempre, traziam a data da incursão. Treze dos setenta e quatro sítios anotados por José de Azevêdo, todavia, não trazem a data em que foram registrados, o que faz com que nossas cifras possam ser revistas um dia, caso venha à luz documentação que possa complementar as informações.
- 8 Talhado das Pinturas, Pinturas, Letreiro, Furna dos Caboclos. Esses são topônimos comumente utilizados pela população de Carnaúba dos Dantas (e da região do Seridó, por conseguinte) para designar locais onde existem pinturas ou gravuras rupestres.
- 9 Rochedo do Pau d'Arco, atual Furna do Pau d'Arco, fica localizado no riacho de mesmo nome, na localidade Água Doce, assim chamado pela abundância dessa árvore de grande porte (*Tabebuia heptaphylla*), conhecida, também, como ipê roxo.
- 10 Quando esse sítio foi localizado, nos anos 90, decidimos tratá-lo de Abrigo do Morcego considerando que um dos grafismos presente no painel com pinturas do Estilo Carnaúba parece-se, à primeira vista, com um morcego pendurado em uma planta. É possível que esse grafismo seja um fitomorfo, porém nos escapa do conhecimento o que estaria pendurado: um morcego ou um fruto.
- 11 A primeira vez em que tivemos conhecimento desses sítios sendo denominados com os nomes atuais se deu na publicação de artigos de Gabriela Martin (1982, 1984) na Revista Clio, da Universidade Federal de Pernambuco.

e o Riacho do Olho d'Água¹², onde, assim como nos pontos percorridos no Xiquexique, efetuou o registro dos lugares e a cópia a olho nu das inscrições. Habitualmente também fazia croquis da região, demonstrando onde se localizavam os registros rupestres. Nesses últimos cursos d'água registrou inscrições nos lugares Rochedo do Bojo, Pedra nº 01 (Cachoeira do Bojo), Pedra nº 02, Pedra nº 03, Pedra nº 04, Cachoeira da Cruz e Grotta Funda, que, nos dias atuais, correspondem aos Sítios Arqueológicos Casa Santa, Cachoeira das Canoas III, Cachoeira das Canoas II, Cachoeira das Canoas I, Cachoeira do Letreiro, Cachoeira da Cruz e Grotta Funda, respectivamente. Até então, todas as incursões de José de Azevêdo tinham ocorrido no território da Povoação de Carnaúba, pertencente ao município de Acari (hoje, esse espaço corresponde ao município de Carnaúba dos Dantas).

Durante o mês de novembro destinou suas atenções para os vizinhos municípios de Parelhas e Picuí, visitando, no primeiro, os Tanques Grandes do Riacho de Santo Antônio (nascentes do Rio Cobra) e, no segundo, as Cachoeiras dos Tanques, da Caiçara do Campo e do Saco do Campo (hoje fazem parte do município de Frei Martinho), dos quais suas gravuras foram copiadas.

Em dezembro voltou para o município de Acari onde passou pelo Riacho da Canoa, próximo ao lugar Pitombeira e depois em seis pedras no Rio Acauã, perto do Gargalheira (ambas as pedras localizadas após a instalação para a construção da barragem que viria a chamar-se, nos anos 50, Açude Marechal Dutra). Novamente continuou suas viagens indo pelo município de Picuí, onde visitou a Cachoeira do Retiro (hoje, município de Pedra Lavrada). Ainda em dezembro esteve pelo

12 Trata-se do mesmo Riacho do Bojo, que recebe esse nome a partir da Garganta dos Fundões (ou Grotta Funda), levando o nome de *Olho d'Água* em função de um dos afluentes vir do Riacho do Minador (que nasce de uma fonte d'água permanente).

Rochedo do Boqueirão de Parelhas (hoje, Sítio Arqueológico do Mirador), onde pôde contemplar e copiar seus grafismos rupestres, assim como nos pontos anteriores. No mês de janeiro de 1925 visitou várias cachoeiras no Riacho do Piauí, ainda no município de Acari, onde copiou suas gravuras. Com a chegada do inverno e “em vista de outras circunstâncias de natureza particular”, foi forçado a suspender as pesquisas. Trata-se do momento em que escreveu o texto *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*¹³, que introduz as cópias dos grafismos rupestres, onde comenta os pontos visitados e estabelece suas conclusões acerca da origem e do significado das inscrições.

As pesquisas de José de Azevêdo Dantas somente reiniciaram em julho de 1926, estendendo-se até o mês de novembro. Durante esse interstício, visitou as gravuras dos Tanques (próximos ao Riacho do Meio) e da Pedra Lavrada do Seridó, ambos no município de Jardim do Seridó; as pinturas da Pedra do Alexandre, do Rochedo da Serra Nova (hoje, conhecido como Furna dos Caboclos), de dois pontos na Volta do Rio (hoje, equivalem aos Sítios Arqueológicos Casa de Pedra ou Sibil e Gruta do Criminoso), além das gravuras da Cachoeira Escondida, próxima ao Riacho Fundo, ambos os pontos nas circunvizinhanças da Povoação de Carnaúba; as gravuras dos Tanques do Rio Carnaúba, já em município de Acari e as pinturas da Fazenda Santo Antonio, no município de Campina Grande. O ano de 1927 corresponde ao período em que suas pesquisas mais se intensificaram: entre janeiro e novembro desse ano, José de Azevêdo registrou trinta lugares portando pinturas ou gravuras rupestres, situados, nos dias atuais, nos municípios de Carnaúba dos Dantas, Parelhas, São Vicente, Santana do Matos,

13 A partir de agora as referências que fizermos ao texto dos *Indícios* serão baseadas em uma cópia conseguida junto ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 2002, feita a partir de outra cópia do manuscrito original, datado dos anos 1920 e depositado naquele instituto.

Currais Novos, Pedra Lavrada e Campina Grande (os dois últimos, no estado da Paraíba).

O livro *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*, escrito em fevereiro de 1925, é introduzido com registros rupestres. Nele, José de Azevêdo Dantas teve a humildade de reconhecer que não foi uma “descoberta”¹⁴ sua a existência desses locais, já que seus ancestrais e mesmo as pessoas da região costumemente falavam de “‘letras’ feitas pela própria natureza ou pelo ‘Divino Mestre quando andou no Mundo, se assim é que foram ellas gravadas com o dedo na dureza da rocha’”¹⁵ ou de antigas “figuras dos caboclos”¹⁶. Entretanto, o citado pesquisador não se deixou levar por essas opiniões, tampouco por aquelas que afirmavam serem as pinturas “obra do ‘gentio’ ou do ‘Flamengo’”. Examinando as inscrições dos diversos pontos visitados no ano de 1924, concluiu que “não se trata da existência do gentio brasileiro”, e sim dos “vestígios mais palpáveis de uma civilização pre-histórica, cuja existência perde-se na profunda noite dos tempos”. Segundo Gabriela Martin, as conclusões de José de Azevêdo se mostraram bastante avançadas para o seu tempo ou, pelo menos, para os estudos que se desenvolviam sobre vestígios pré-históricos no Nordeste. Nos anos 10 e 20, por exemplo, o austríaco Ludovico Schwennhagen¹⁷

14 Os termos aspeados usados neste parágrafo foram todos retirados do texto *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*, de DANTAS (1994), que aparecem apenas entre aspas e sem número de página, considerando que a citada publicação não é paginada.

15 José de Azevêdo refere-se, aqui, às gravuras também conhecidas como incisões ou itaquatiaras, inscrições feitas geralmente em baixo relevo nos cursos d’água.

16 Nesse ponto o pesquisador refere-se às pinturas, geralmente executadas com tinta vermelha e amarela em abrigos sob rocha e matacões nas proximidades dos cursos d’água.

17 Os estudos de Ludovico Schwennhagen foram publicados em jornais de circulação de alguns dos estados por onde passou, além de terem sido compilados em sua obra *Antiga História do Brasil de 1100 a.C. a 1500 d.C.*, cuja primeira edição saiu em Teresina-PI no ano de

andou pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí realizando pesquisas em busca de “perdi-
das civilizações mediterrâneas” (1999, p. 31), tendo concluído
que as inscrições rupestres e outros monumentos presentes
no território por ele visitado eram de origem fenícia (*idem*, p.
32). O mais curioso é que, nas suas andanças pelo Nordeste,
Schwennhagen veio parar na região do Seridó, especifica-
mente na cidade de Acari, onde chegou a conversar com José
de Azevêdo¹⁸. Gabriela Martin, na apresentação de *Indícios de
uma Civilização Antiquíssima*, comenta que

Como o título de ‘Um encontro inesperado’, relata a
visita a Acari do austríaco Schwennhagen, ‘o célebre
cientista e mineralogista Ludovico Schwennhagen
que aqui esteve em viagem de estudos na região seri-
doense, sobre pesquisas pré-históricas e mineralógicas;
com o mesmo entretive uma hora de palestra sobre as
inscrições pectroglíficas do Seridó. O professor saíu
bastante impressionado tendo eu fornecido-lhe uma
pequena cópia das inscrições e um croquis do Nordeste
Brazileiro que o mesmo achou ser um trabalho bem
aperfeiçoado’ (MARTIN, 1994, s/p).

Gabriela Martin também afirma, na apresentação dos
Indícios, que José de Azevêdo antecipou-se em cerca de cin-
quenta anos ao estabelecimento das *tradições* de arte rupe-
stre no Brasil, já que percebia, a princípio, “duas civilizações,
dois povos diferentes”¹⁹, sendo que “as figuras humanas e de

1928 e a segunda pela Editora Cátedra, do Rio de Janeiro, em 1970
(Cf. MARTIN, 1999, p. 31). Para um maior conhecimento da obra do
citado professor austríaco e suas visitas no Rio Grande do Norte,
consultar Medeiros Filho (2004).

18 É também Gabriela Martin que afirma que, em seu livro *Antiga
História do Brasil de 1100 a.C. a 1500 d.c.*, o professor Ludovico
Schwennhagen se refere a José de Azevêdo Dantas como “o agricul-
tor e desenhista José Azevedo” (MARTIN, 1999, p. 32).

19 Os termos aspeados usados neste parágrafo foram todos retirados
do texto *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*, de José de Azevêdo

animaes gravados a tinta vermelha se acham completamente separados dos hyeroglyphos cavados nas rochas. Alem disso estes se encontram commumente nos rochedos e lagedos das cachoeiras e quedas d'agua, em leito de rios e riachos e aquellas exclusivamente nos altos rochedos das encostas, principalmente onde existe funda concavidade". Percebemos que José de Azevêdo refere-se, quando fala de "figuras humanas e de animaes gravados a tinta vermelha", às pinturas da Tradição Nordeste, geralmente localizadas em abrigos sob rocha na meia encosta das serras. E, ao nomear "hyeroglyphos cavados nas rochas", encontrados "commumente nos rochedos e lagedos das cachoeiras e quedas d'agua", às gravuras da Tradição das Itaquatiaras. José de Azevêdo não descartava, porém, a hipótese desses grafismos serem oriundos de "uma unica civilização". Segundo o autor, "Veio me esclarecer nesse ponto algumas ligeiras inscripções ao lado de desenhos humanos correspondentes aos que se acham gravados em baixo-relevo". Provavelmente, referia-se a pinturas semelhantes às da Tradição Agreste, que frequentemente aparecem lado a lado com gravuras.

Após a morte de José de Azevêdo Dantas, o calhamaço de 307 lâminas com o texto introdutório a que já aludimos e a cópia das pinturas e gravuras rupestres foi doado pelo seu irmão mais velho, Mamede de Azevêdo Dantas, ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGPB). Essa doação, formalizada em carta escrita na Povoação de Carnaúba em 22 de dezembro de 1929 (que antecede o volume dos *Indícios*), foi intermediada pelo médico paraibano Flávio Maroja Filho, que era sócio daquele instituto e que, no período de 1927 a 1932, esteve clinicando em Carnaúba.

A primeira referência escrita de que dispomos sobre a obra de José de Azevêdo é um artigo de autoria do Cônego

Dantas (1994), que aparecem apenas entre aspas e sem número de página considerando que a citada publicação não é paginada.

Dr. Florentino Barbosa, intitulado *Inscrições indígenas gravadas no Rochedo do Bojo*, que foi publicado na Revista do IHGPB em 1953. Barbosa chama atenção para o “trabalho curiosíssimo realizado por um desenhista primoroso qual era o sr. José Azevedo”, feito “no afan de trasladar aqueles sinais enigmáticos reveladores, segundo diz êle, de uma civilização prehistórica antiquíssima” (BARBOSA, 1953, p. 111), além de lamentar a indisponibilidade de verbas do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba que pudessem ser capazes de levar o manuscrito à publicação. Junto com suas assertivas sobre o manuscrito de José de Azevêdo, Barbosa publicou um dos desenhos constantes no documento.

No mesmo ano, no Rio Grande do Norte, discutia-se o desmembramento da Vila Carnaúba (antiga Povoação de Carnaúba) do vizinho município de Acari. Examinando a documentação manuscrita da Câmara Municipal de Acari, relativa às atas das sessões legislativas nas quais foi debatido o assunto da criação do município de Carnaúba dos Dantas, encontramos uma alusão a José de Azevêdo Dantas.

Tal referência foi feita no pronunciamento de Olavo Lamartine, então vereador, que defendia a criação do novo município desmembrando-o do território de Acari. Ao falar de algumas personalidades importantes da Vila Carnaúba, rememorou da seguinte forma a trajetória da pesquisa de José de Azevêdo Dantas:

Vejam senhores vereadores se podemos chegar ao fim, calando nomear uma criatura que em vida, foi um incompreendido, avaliado por muitos como um louco. Que se busque nos arquivos do Instituto Histórico da Paraíba e o seu nome tem destaque e os seus trabalhos são guardados no carinho, para consulta daqueles que se dedicam, em traduzir a historia barbara da pátria. José Azevedo Dantas, escreveu desenhando, copiando para o papel os sinais petroglifos, que os selvagens gravaram nas nossas pedras, registrando milhares de

documentos interessantes, denunciando os aspectos sociais de uma raça extinta²⁰.

Conforme informação prestada pelo ex-prefeito Valdemar Cândido de Medeiros²¹, o primeiro administrador constitucional de Carnaúba dos Dantas, Anatólio Cândido de Medeiros, e ele próprio, em suas administrações, remeteram diversos ofícios ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, objetivando negociar o retorno do manuscrito para a terra de origem de José de Azevêdo. Todas as tentativas de trazer o manuscrito para Carnaúba dos Dantas, no entanto, não lograram êxito.

Os carnaubenses de fato só conheceram a extensão do manuscrito presente no IHGPB em 1995, durante a *Exposição José de Azevedo Dantas*, realizada nesse ano pelo NEA da UFPE, com apoio da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas. O lançamento da exposição ocorreu em 22 de outubro, quando também foi lançado *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*, na presença da professora Gabriela Martin, que também fez a apresentação do livro. A publicação da obra no final de 1994 somente foi possível por meio de um convênio firmado entre a Fundação Casa de José Américo e o NEA da UFPE, em parceria com o IHGPB²². Sua estrutura compõe-se da apresentação de Gabriela Martin, do texto do próprio José de Azevêdo Dantas (escrito em fevereiro de 1925) e das pinturas e gravuras rupestres por ele copiadas nos sertões paraibano

20 Cf. Pronunciamento de Olavo Lamartine de Faria, de 24/11/1953, constante na Ata da 29ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Acari, de 24/11/1953. In: PODER LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO NORTE. Processo nº 453/53, Lei nº 1.028/53, sancionada em 11/12/1953 e publicada em 12/12/1953 com ementa “Cria o município de ‘Carnauba dos Dantas’ desmembrado do de Acari” (cópia conseguida junto ao Arquivo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Natal-RN).

21 Informação pessoal prestada em 21 de fevereiro de 1999.

22 A obra foi aprovada pelo Conselho Estadual de Cultura da Paraíba e incluída na Série Biblioteca Paraibana sob o volume nº XI.

e potiguar, transcritas para o livro por alunos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco a partir de uma cópia dos originais depositados em João Pessoa. Por razões que desconhecemos, a edição dos *Indícios* excluiu as lâminas de números 11, 27 e 29 do original, que traziam imagens dos Sítios Xiquexique I e II, fato também percebido pelo jornalista espanhol Pablo Vilarrubia Mauso ao comparar o manuscrito depositado em João Pessoa e a publicação (MAUSO, 1997, p. 282-90).

Esforços acadêmicos e institucionais: o papel da UFRN e do IPHAN

As primeiras iniciativas que conhecemos por parte de instituições acadêmicas com vistas a documentar os sítios arqueológicos do Rio Grande do Norte ocorreram nos anos de 1960, vinculadas ao Departamento de Antropologia Cultural do antigo Instituto de Antropologia (hoje, Museu Câmara Cascudo, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Como resultado de visitas efetuadas à região Oeste do estado, Elizabeth Mafra Cabral e Nássaro A. Souza Nasser (1964) publicaram *Informação sobre inscrições rupestres no Rio Grande do Norte*, texto em que figuram locais com pinturas e gravuras nos municípios de Mossoró, Upanema, Caraúbas, Apodi, Itaú, Marcelino Vieira, Tenente Ananias, Alexandria e Antonio Martins.

A região do Seridó somente seria percorrida no ano de 1966²³, quando Oswaldo Câmara de Souza, representante do IPHAN no estado, empreendeu viagem de reconhecimento aos sítios arqueológicos do interior. Partindo do município de Acari

23 Esta viagem prosseguiu pelos municípios de Caicó, Cruzeta, Jardim do Seridó, Santa Cruz, Currais Novos, Acari e Carnaúba dos Dantas. Posteriormente Oswaldo Câmara de Souza também esteve no município de Parelhas.

e singrando pelas Fazendas Cajueiro e Logradouro, Oswaldo Câmara visitou e registrou as pinturas dos sítios arqueológicos Casa Santa e Cachoeira do Letreiro, ambos no Riacho do Bojo, em território de Carnaúba dos Dantas. Notou, também, a presença de gravuras pouco acima da Cachoeira do Letreiro. As fotografias produzidas à época, entretanto, não foram satisfatórias para o registro pretendido pelo IPHAN. Novamente esteve em Casa Santa e em Cachoeira do Letreiro, dessa vez em 1971 e em companhia do professor Carlos Lyra, o qual cedeu suas melhores imagens fotográficas para inclusão no levantamento do IPHAN. Esse levantamento, todavia, somente viria a ser publicado em 1981, sob organização de Oswaldo Câmara de Souza, com o título de *Acervo do patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Norte*.

Antes, aproximadamente em 1976, o então Instituto de Antropologia da UFRN deu início a um trabalho sistemático de levantamento dos sítios arqueológicos do interior do estado do Rio Grande do Norte. Esse projeto estendeu-se até, aproximadamente, o ano de 1985, quando, por razões de diversas naturezas, os pesquisadores foram obrigados a suspender as atividades, mormente na região do Seridó, que já se encontrava sendo visitada pela equipe do NEA da UFPE.

Durante o período de 1976 e 1985, professores e bolsistas estagiários do Instituto de Antropologia desenvolveram um importantíssimo trabalho de identificação e registro de sítios arqueológicos no interior do estado, principalmente na região do Seridó, partindo sempre das informações coletadas na população sobre a existência de “letreiros”, “sinais dos índios” e dos “caboclos”. Trata-se de um esforço sistemático e disciplinar ímpar, vez que corresponde, em se tratando do território seridoense, do primeiro registro dos locais com pinturas ou gravuras rupestres feito após a morte de José de Azevêdo Dantas (1929), excetuada a atividade do IPHAN relatada anteriormente. Esse registro foi feito sob a orientação de diversos

arqueólogos, dentre os quais os de procedência internacional, lotados no Instituto de Antropologia como professores visitantes ou contratados. É o caso dos professores Armand François Gaston Laroche, Tom Miller e Vicente Giancotti Tassone, que se somavam a outros, inclusive brasileiros, como Nássaro Nasser.

Esse levantamento dos sítios arqueológicos tinha como objetivo principal efetuar um mapa da presença humana pré-histórica a partir dos diversos locais, no interior do estado, com vestígios perceptíveis (fosse cultura material, fosse arte rupestre). Assim, procedia da identificação dos sítios utilizando uma ficha de cadastro própria, com elementos para sua localização futura e descrição dos elementos contidos nas pinturas ou gravuras. A essa ficha somava-se documentação feita através de fotografia em preto e branco e colorida e de produção de slides, além do decalque de alguns painéis e posterior transferência para papel, utilizando o recurso do papel milimetrado. O trabalho era feito em parceria com as prefeituras municipais, que forneciam transporte da cidade aos sítios e, em alguns casos, hospedagem e alimentação.

Observando os relatórios internos de pesquisa e as fichas de cadastro do atual Departamento de Antropologia do Museu Câmara Cascudo (que abriga parte do acervo produzido pela pesquisa aqui comentada), constatamos que a equipe procedeu ao registro dos seguintes sítios arqueológicos, no período supracitado: em Carnaúba dos Dantas, os sítios Xiquexique I e II (em maio/1978), Pedra do Alexandre, Pote, Serrote do Gavião, Furna dos Caboclos, Casa Santa (25/08/1977), Volta do Rio (06/1978) e Criminoso (06/1978); em Parelhas, os sítios Pedra do Letreiro ou Boqueirão (hoje, Mirador, registrado em 12/10/1978) e Espinheiro; em Cruzeta, os sítios Pedra dos Letreiros e Fazenda Olho d'Água²⁴.

24 Cf. MUSEU CÂMARA CASCUDO. DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA. Relatórios internos de pesquisa e fichas de cadastro de sítios arqueológicos.

No ano de 1978, dois estagiários do Instituto de Antropologia, Maurina Sampaio de Souza e Osmar Medeiros, fizeram incursões a duas microrregiões do estado, o Seridó e o Sertão de Angicos, como parte das atividades do Projeto *Inscrições Rupestres do Rio Grande do Norte*, implantado pelo Programa Bolsa Trabalho/Arte e oriundo de convênio DAC/DAE-MEC/UFRN. Dos dez sítios registrados, sete encontravam-se no Sertão do Seridó. Em Carnaúba dos Dantas foram documentados a Fazenda Xiquexique, a Fazenda Volta do Rio, a Gruta do Criminoso e o Serrote do Gavião, que correspondem, hoje, aos sítios arqueológicos Xiquexique I, Casa de Pedra ou Sibil, Gruta do Criminoso e Talhado do Gavião. Esses sítios foram registrados pelo preenchimento de “um formulário contendo elementos necessários à localização e acesso, além das descrições do ambiente local e das pinturas” (SOUZA; MEDEIROS, 1982, p. 6). Seus grafismos rupestres foram documentados através da fotografia e da técnica do decalque, com posterior transferência para papel milimetrado. *Inscrições Rupestres no Rio Grande do Norte*, publicação do Museu Câmara Cascudo contendo os resultados dessa incursão ao interior do estado, somente sairia em 1982, pela Coleção Textos Acadêmicos, da UFRN.

Temos notícia de pesquisas, ainda, no ano de 1985, quando o professor Armand François Laroche visitou a cidade de Carnaúba dos Dantas, objetivando realizar estudo sobre os grupos humanos pré-históricos pertencentes à Tradição Potiguar. Localizou, no Horto Florestal, um sítio arqueológico onde houve pousos indígenas e onde

As manchas que testemunham a ocupação por cabanas ou ocas são visíveis no solo, apesar das plantações que ali se realizaram. Foram coletadas em superfície amostras de material lítico que parece se referirem ao período cerâmico. Também foram encontrados na margem da estrada de rodagem vestígios de trabalhos de lascamento, sendo recolhidas várias amostras (LAROCHE, 1987, p. 30-1).

Trata-se das últimas notícias que temos de pesquisas feitas pela UFRN em território de Carnaúba dos Dantas. Por essa época, o Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco já desenvolviam estudos em Carnaúba dos Dantas.

Após a chegada do Ensino Superior no interior do estado em 1974, por intermédio do Centro Regional de Ensino Superior do Seridó (CERES), o Curso de História – sediado no Campus de Caicó – realizou atividades de registro de alguns sítios arqueológicos da região, vinculadas à disciplina Arqueologia, ministrada pela professora Paula Sônia de Brito. No ano de 1984 uma aluna do Curso de História, Denise Socorro dos Santos, natural de Carnaúba dos Dantas e residente na mesma cidade, efetuou o registro dos sítios arqueológicos Xiquexique I e II. Talvez por falta de informação mais precisa, a autora do trabalho equivocou-se ao denominar os locais visitados: o Xiquexique I era, na verdade, o Sítio Serrote das Areias e o Xiquexique II, o Sítio Xiquexique I. No trabalho entregue como exigência da disciplina figuram a cópia dos grafismos do Sítio Xiquexique I, croquis dos pontos percorridos e mapa de acesso aos mesmos. Durante o ano de 1990 a citada professora, ministrando as disciplinas Pré-História e Arqueologia, tornou a fazer viagens de campo com seus alunos, que resultaram no registro de alguns sítios arqueológicos nos municípios de Carnaúba dos Dantas, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas, Parelhas, Caicó e São João do Sabugi. Tal levantamento foi publicado em 1999 no Portal História do Rio Grande do Norte n@ Web, localizado no endereço <http://www.seol.com.br/rnnaweb> e nele incluímos o registro dos sítios arqueológicos Xiquexique I, Xiquexique II, Cacimba dos Três Perdidos, Serrote das Areias, Pedra do Alexandre II, Pedra da Mesa, Pedra da Macambira, Grota Funda, Furna do Pinhão Branco, Furna do Cupim, Furna da Jararaca, Fundões VI, Casa Santa, Cachoeira do Letreiro, Cachoeira das Canoas, Cachoeira da Cruz e Abrigo do Morcego,

fruto de pesquisas por nós desenvolvidas em Carnaúba dos Dantas (BRITO; MACEDO, 1999).

Ao averiguarmos as monografias de graduação do Curso de História do CERES verificamos que apenas uma trata de temática ligada aos vestígios pré-históricos da região. Coincidentemente trata-se de um estudo feito por Juçara Medeiros e João Batista Lucena de Assis (1997) destinado ao registro e identificação dos sítios arqueológicos Furna das Pinturas, Grota Funda, Pedra do Chapéu (Pedra do Alexandre II) e Toca das Pinturas (Pedra do Alexandre III), em Carnaúba dos Dantas, além do Sítio Pintado, em Timbaúba dos Batistas.

Outra iniciativa importante por parte do corpo docente do CERES foi a realização do Projeto de Pesquisa²⁵ *Itacoatiara: paisagem e sobrevivência pré-histórica no Seridó – uma interação com a Geografia*, vinculado ao Departamento de História e Geografia. Esse projeto, que teve como coordenadora a professora Maria das Graças do Lago Borges e, como bolsista, o aluno Agassiel de Medeiros Alves, foi executado entre os anos de 2000 e 2001. Sua principal atividade foi fazer o registro e a documentação fotográfica de quinze sítios arqueológicos contendo gravuras em duas áreas, uma situada nas ribeiras afluentes do Rio Piranhas e outra localizada na região de Carnaúba dos Dantas e Acari. Nesta última, o projeto catalogou nove sítios com itaquatias, presentes nas localidades Espera, Fundões e Brás.

Novas iniciativas envolvendo o Patrimônio Arqueológico do Seridó surgiram no âmbito do Departamento de História e Geografia do CERES quando assumimos a docência naquela

25 Já que estamos falando de projetos, gostaríamos de ressaltar a iniciativa do professor Luís Dutra de Sousa, do Museu Câmara Cascudo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que, desde o final dos anos 90 desenvolve o Projeto *Mapeamento e Cadastramento do Patrimônio Arqueológico do Rio Grande do Norte*, responsável pela catalogação de cerca de 500 sítios em todo o estado (Cf. MARTINS, 2001; SOUZA, 2001; CRISTINA, 2002).

unidade departamental, em outubro de 2003. Na responsabilidade de ministrar as disciplinas de Pré-História e Arqueologia, coordenamos quatro projetos e um curso de extensão que foram desenvolvidos, principalmente, no município de Carnaúba dos Dantas, os quais serão comentados adiante ao falarmos das iniciativas locais. No campo da educação formal, participamos, na qualidade de orientador pedagógico, do Projeto de Ensino *Um passeio pelo Rio Grande do Norte através da disciplina Pré-História*, coordenado pelo professor João Quintino de Medeiros e ligado à Pró-Reitoria de Graduação. Em termos de pesquisa, coordenamos o Projeto *A pesquisa arqueológica de José de Azevêdo Dantas (1890-1929) no contexto do Seridó dos anos 20*, ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa, do qual apresentamos alguns resultados no início deste texto.

A UFPE no Seridó

Vimos, no item anterior, as iniciativas de pesquisa por parte do IPHAN e da UFRN. A partir de 1980 o NEA da UFPE, liderado pela professora Gabriela Martin, iniciou pesquisas sistemáticas na região do Seridó, concomitantemente às desenvolvidas pela UFRN. Essas pesquisas, todavia, não surgiram do nada. A pista para que a comunidade científica fora do território potiguar soubesse da existência dos sítios arqueológicos do Seridó foi, justamente, o manuscrito de José de Azevêdo Dantas, guardado no IHGPB, em João Pessoa. Ao conhecer a obra de José de Azevêdo em uma visita ao IHGPB, Gabriela Martin decidiu conhecer os municípios de Carnaúba dos Dantas e de Parelhas e qual não foi sua surpresa ao constatar a veracidade do documento. Nas palavras da autora, “Foi através desse manuscrito, do diário pessoal e de alguns números dos jornais conservados pela família Azevedo Dantas, ainda residente na cidade de Carnaúba dos Dantas, no Rio Grande do Norte, que nos foi possível iniciar as pesquisas que nos levariam à descoberta de um dos conjuntos pictóricos rupestres mais belos e interessantes do Brasil” (MARTIN, 1984, p. 31).

As constantes visitas da equipe do NEA a Carnaúba dos Dantas e a Parelhas, além de comprovarem a autenticidade dos *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*, puderam atestar a presença em massa de registros rupestres pertencentes à grande Tradição Nordeste, já identificada por Niède Guidon na Serra da Capivara, no Piauí. A posição dos estudos antropológicos e arqueológicos permitiu que se identificasse, logo no início dos anos 80, um *estilo Seridó* de pintura rupestre, espalhado em abrigos sob rocha nos vales do Rio Seridó e seus afluentes, com alturas médias de 500 metros acima do nível do mar (MARTIN, 1982, p. 55). Embora Gabriela Martin tivesse feito uma primeira explanação sobre o Estilo Seridó para a comunidade científica durante a I Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), no Rio de Janeiro (1981), os primeiros resultados oficiais da pesquisa na região do Seridó somente saíram um ano depois. Em *Clio – Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco*, Gabriela Martin publicou um estudo realizado no Sítio Casa Santa²⁶, em Carnaúba dos Dantas, onde teceu comentários sobre o Estilo Seridó e publicou as pinturas rupestres do sítio – treze cenas isoladas e um grande painel – fazendo considerações sobre as mesmas. Até aquele momento, contudo, as assertivas estabelecidas pela pesquisadora para explicar o passado pré-histórico do Seridó baseavam-se apenas nos dados antropológicos fornecidos pelas pinturas rupestres, vez que os abrigos nos quais tinham sido realizadas sondagens haviam-se mostrado estéreis, inclusive o Casa Santa (MARTIN, 1982, p. 55-78). Ainda nos princípios da década de 80 o NEA

26 Para um maior aprofundamento acerca dos grafismos rupestres do Sítio Casa Santa, consulte-se Martin (1982). Nesse mesmo volume de *Clio*, Gabriela Martin publicou um estudo sobre as indústrias de pontas de projétil no Rio Grande do Norte, tendo feito citação da presença de pontas dessa natureza em duas coleções particulares em Carnaúba dos Dantas: uma, pertencente ao Bispo Dom José Adelino Dantas (à época, residente no sopé do Monte do Galo) e a outra, de propriedade do Sr. Airson José Dantas (MARTIN, 1982, p. 81-9).

iniciou uma pequena escavação no Sítio Mirador – localizado no município de Parelhas –, portador de pinturas da Tradição Nordeste e Estilo Seridó, onde foram exumados “restos de enterramentos infantis parcialmente incinerados, mobiliário fúnebre composto de contas de colar de osso e de conchas marinhas, algumas lascas de quartzo sem retoque e uma de sílex finamente retocada; os restos malacológicos coletados na mesma área dos enterramentos poderiam fazer parte do enxoval ou do banquete fúnebre” (MARTIN, 1985, p. 81-96). A escavação não prosperou, na opinião da autora estudada, pois “lamentavelmente, ao final da campanha o abrigo foi em parte depredado pelos próprios donos da fazenda onde o mesmo se localiza, na vã procura de ouro” (*idem*, 1999, p. 113). Porém, a datação radio carbônica proveniente dos sepultamentos infantis em contato com as pinturas do Mirador, de 9410 ± 100 AP²⁷, obrigou Gabriela Martin a reformular sua hipótese a respeito da Pré-História do Seridó²⁸.

27 A primeira referência a essa datação foi anunciada por Gabriela Martin na comunicação *Novos dados sobre as pinturas rupestres do Seridó, Rio Grande do Norte*, durante o I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, realizado em Recife, de 30 de março a 03 de abril de 1987. Os anais desse encontro somente foram publicados quatro anos depois, como número extraordinário da Revista *Clio* (MARTIN, 1991, p. 141-5).

28 Em artigos anteriores Gabriela Martin (1982, p. 63) assegurou a hipótese, baseada na observação dos grafismos rupestres, de que os homens que os executaram compunham “uma sociedade organizada e hierarquizada que em nada difere dos grupos indígenas conhecidos a partir do Descobrimento e que possuíam culturas agrícolas”, a qual conhecia “a tecelagem, navegação fluvial com pirogas, arcos e flechas, propulsores e bordunas, adornos plumários e provavelmente cerâmica, esta última, pelos recipientes redondos que muitos dos antropomorfos carregam, inclusive no abrigo Xique-Xique I, algumas figuras humanas carregam uma barra sobre os ombros com quatro a seis recipientes pendurados”. Tratava-se, assim, de uma sociedade que corresponderia “a grupos primitivos que possuíam culturas agrícolas baseadas no milho ou na mandioca e que, calcula-se que em torno de 2000 anos atrás tenham iniciado formas

A primeira reformulação diz respeito à classificação das manifestações rupestres encontradas na região do ponto de vista estilístico. Anteriormente foram tratadas como pertencentes ao *Estilo Seridó*, cuja categorização fora baseada na metodologia classificatória utilizada por Niède Guidon no Sudeste do Piauí. Com o acúmulo dos dados provenientes do levantamento de painéis rupestres em outros sítios da região, Gabriela Martin passou a chamar as pinturas situadas em abrigos nos vales do Seridó como sendo pertencentes à *Subtradição* – e não mais *Estilo – Seridó*²⁹. Essa mudança corresponde a um momento em que, no Sudeste do Piauí, o estudo da Tradição Nordeste avança no sentido de distinguir duas *subtradições*, que são “diferenciáveis pelo critério de unidades regionais e pelo tratamento específico, de acordo com a apresentação gráfica

incipientes de agricultura no Nordeste do Brasil” (MARTIN, 1984, p. 32).

- 29 As principais características da Subtradição Seridó, apontadas por Gabriela Martin, são o tamanho diminuto dos grafismos, a utilização das cores vermelha, amarela, branca e preta (por vezes formando conjuntos gráficos policrômicos), dominância dos antropomorfos sobre os zoomorfos e fitomorfos, tendência à utilização de elementos materiais para identificar as representações gráficas (variedades de cocares, no caso de figuras humanas). Constituem temáticas particulares dessa subtradição as que denunciam representações sexuais, agressão, rituais cerimoniais em torno de árvore e figuras humanas de costa a costa (1989, p. 23-4). Os sítios apontados pela autora como sendo classificados dentro dessa subtradição são o Mirador de Parelhas e os sítios da Casa Santa, Xiquexique I e II, Talhado do Gavião, Serrote do Reinado, Pedra do Alexandre e Serrote das Areias, ambos em Carnaúba dos Dantas (*idem*, p. 20). Um artigo de Valter Goldmeier sobre a geomorfologia de alguns sítios pré-históricos do Seridó, publicado também em 1989, no mesmo volume de *Clio*, acrescenta lugares portadores de pinturas rupestres (sem indicar tradição): Serrote do Urubu, Curva do Rio, Sibil e Serrote das Areias. Apresenta, no anexo de seu artigo, um mapa da área de pesquisa do NEA naquele momento, com a indicação dos sítios arqueológicos tomada através de suas coordenadas geográficas (GOLDMEIER, 1989, p. 33-40).

da temática típica da Tradição”. Sendo assim, duas eram as subtradições da Tradição Nordeste naquela região do Piauí, a Várzea Grande e a Salitre. O que as diferenciava, segundo a autora, era a sua concentração em setores geográficos bastante diversos e características próprias muito marcadas (MARTIN, 1989, p. 21).

A outra reformulação é do ponto de vista cronológico, favorecida até mesmo pela data bastante recuada para os carvões que estavam associados à necrópole infantil do Mirador. Com base na datação de cerca de 9410 AP e fundamentada, também, nas séries diacrônicas inerentes à Tradição Nordeste em São Raimundo Nonato - PI, Gabriela Martin descartou a possibilidade da existência de grupos de agricultores que morassem em aldeias perto dos rios e que subiriam as serras para pintar os abrigos, bem como a ideia de que alguns dos antropomorfos representados nas penhas portassem vasilhames cerâmicos. Acredita a autora que se tratava de grupos de caçadores que já deveriam estar pelo Seridó há pelo menos 10 mil anos, embora não soubesse, nesse momento, quais exatamente eram suas estratégias de sobrevivência em época tão remota. Acreditava, porém – e o fazia com base nos dados fornecidos pelas pinturas rupestres – que a comunicação fluvial era uma atividade importante entre esses grupos humanos, cujas inscrições a levavam a crer em uma sociedade hierarquizada e complexa, onde a representação do lúdico era comum (MARTIN, 1991, p. 141-5).

A partir do mês de novembro de 1990 foram realizadas escavações no Sítio Pedra do Alexandre, que, ao final, constatarem a presença de material lítico, fogueiras, enterramentos, restos de fauna e, em menor quantidade, fragmentos cerâmicos (FONTES, 2003, p. 13). A Pedra do Alexandre também possui pinturas rupestres da Tradição Nordeste e Subtradição Seridó, embora em estado avançado de degradação. Em 1994 alguns resultados prévios da escavação compuseram parte de

um artigo em que Gabriela Martin estudou os rituais funerários na Pré-História do Nordeste. Àquela época, quatro eram os cemitérios pré-históricos mais antigos do Nordeste, estudados pela autora na busca de entender como se davam os ritos fúnebres entre as pessoas ali sepultadas: a Gruta do Padre e a Furna do Estrago (PE), o Sítio do Alexandre (RN) e o Sítio do Justino (SE). Segundo Gabriela Martin (1994, p. 31), a Pedra do Alexandre “forneceu as datações mais antigas do Nordeste para um abrigo-cemitério, um enterramento secundário de criança de quatro a cinco anos foi datado em 9400 anos BP”. A pesquisadora ainda comenta alguns dos enterramentos primários e secundários achados no sítio, bem como as datações dos que foram possíveis datar através do rádio-carbono. No mesmo volume de *Clio*, Ana Catarina Torres e Hugo Sergio Villarroel (1994, p. 21-7) publicaram um artigo em que problematizam o uso de raios-X na identificação de jazidas minerais, aplicado ao Sítio Pedra do Alexandre, considerando a constatação de pigmento originado de óxido de ferro recobrendo alguns dos esqueletos e mesmo nas camadas arqueológicas.

Os resultados da escavação realizada na Pedra do Alexandre, contudo, só seriam publicados oficialmente em 1995-1996³⁰, em artigo de Gabriela Martin no qual a pesquisadora aponta para a importância do abrigo como cemitério pré-

30 Também em 1996 foi publicado um artigo da mesma professora Gabriela Martin em que comenta os resultados das pesquisas arqueológicas nos sítios rupestres do Seridó no contexto do povoamento da América do Sul, citando o Mirador e a Pedra do Alexandre. Essa publicação integra os Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, realizada em São Raimundo Nonato - PI no ano de 1993 (MARTIN, 1996, p. 339-46). Sobre a temática dessa conferência, a Revista USP organizou um dossiê em 1997 intitulado *Surgimento do Homem na América*, ricamente ilustrado com pinturas rupestres do Seridó e de outras regiões do Nordeste. Um dos artigos, escrito por Marta Mirazón Lahr – *A origem dos ameríndios no contexto da evolução dos povos mongoloides* – traz referência a pinturas rupestres de Carnaúba dos Dantas (LAHR, 1997, p. 70-81).

-histórico utilizado por longos períodos, já que suas datações mais recuadas são de 9400 AP e as mais próximas, de 2620 AP, além de comentar suas pinturas rupestres.

Coincidentemente foi no ano de 1995 que realizou-se a Exposição *José de Azevêdo Dantas*, fruto do convênio assinado entre o NEA da UFPE e a Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas. Realizada na sede da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Carnaúba dos Dantas no período de 22 de outubro a 22 de novembro de 1995, prestou uma homenagem à figura de José de Azevêdo Dantas como pioneiro das pesquisas arqueológicas na região. Amplamente visitada pela comunidade, especialmente pela classe estudantil, era composta de painéis rupestres dos sítios Casa Santa, Xiquexique I e Mirador de Parelhas, além da reprodução de uma das lâminas dos *Indícios*. A mostra, que teve como curador Plínio Araújo Victor, tinha ainda a reprodução de um abrigo sob rocha comum no Sertão do Seridó.

O ano de 1996 foi decisivo para o prosseguimento das pesquisas arqueológicas em Carnaúba dos Dantas e, bem assim, do Seridó³¹. Nesse ano, seguindo o exemplo da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), arqueólogos, historiadores e outros cientistas, além de autoridades locais, criaram a Fundação Seridó, com sede social em Carnaúba dos Dantas. Trata-se de uma entidade civil de direito privado, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos e de interesse público, presidida ainda hoje pela professora Gabriela Martin, cujo objetivo é desenvolver projetos de pesquisa científica multidisciplinar na região do Seridó, primando pela preservação

31 Foi neste mesmo ano que Gabriela Martin, compilando pesquisas por ela desenvolvidas e também por outros colegas arqueólogos, lançou o livro *Pré-História do Nordeste do Brasil*, reunindo conhecimento acumulado sobre o passado mais remoto da região que hoje denominamos de Nordeste. Na obra há várias referências à Área Arqueológica do Seridó e, por conseguinte, a Carnaúba dos Dantas.

e pela divulgação do seu patrimônio cultural arqueológico. A Fundação Seridó, criada em 29 de julho de 1996 e com sede administrativa assentada em Recife-PE, conta com a participação, dentre seus sócios fundadores, de cientistas importantes como Niède Guidon, Anne-Marie Pessis e Armando Souto Maior³². No final do ano de 1996 a Fundação Seridó, o NEA da UFPE e a Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas, sob a administração do Prefeito Valdenor Euclides de Araújo, promoveram mais uma exposição arqueológica, intitulada *A Pré-História do Seridó*, desta vez realizada nas dependências do Centro de Atividades Recreativas (CENAR), no período de 11 de dezembro de 1996 a 11 de janeiro de 1997. O objetivo dessa exposição, que confirma a atuação da Fundação Seridó, era demonstrar o resultado dos quase vinte anos de pesquisa da UFPE na região, por intermédio da divulgação dos seus painéis rupestres. Com uma estrutura ampliada em relação à exposição de 1995 e também realizada sob a curadoria de Plínio Araújo Victor, contava com dez painéis rupestres (três do Sítio Mirador, quatro do Xiquexique I, um do Xiquexique II, um da Casa Santa e um do Serrote das Areias), tapetes decorativos pendurados no teto do CENAR (contendo motivos geométricos extraídos da Casa Santa), artefatos ósseos (dois colares de osso vindos do Mirador e um de ossos de cervídeo provindo do Sítio do Alexandre), artefatos sobre concha (um colar de contas de concha, vindo do Sítio Mirador) e artefatos líticos (cinco batedores, sete lâminas de machado, sendo uma com encabamento e três pilões), todos encontrados no Seridó. Além dos painéis e dos artefatos trazia a representação de um abrigo sob rocha com pinturas e, numa redoma de acrílico protegida, um dos esqueletos exumados da Pedra do Alexandre, o de uma mulher adulta, datado pelo C14 em 8280 AP. Também fazia parte dessa exposição uma seção de releitura da arte pré-histórica do Seridó (painéis e

32 Cf. Ata da Reunião de fundação, eleição e posse da Diretoria e Aprovação do Estatuto Fundação Seridó, Carnaúba dos Dantas-RN, 29/07/1996.

cartazes), fruto de oficinas de arte-educação desenvolvidas a partir de 1996 por artistas plásticos de Pernambuco com alunos da rede pública de Carnaúba dos Dantas, no Programa de Educação Patrimonial desenvolvido pelo NEA da UFPE e pela Fundação Seridó.

No ano de 1997, o NEA efetuou um levantamento dos sítios arqueológicos do Riacho do Olho d'Água e Riacho do Bojo, considerando a localização do Sítio Casa Santa desde o início dos anos 80 e o fato do Projeto Expedições Arqueológicas (PEA) – do qual falaremos posteriormente – ter encontrado novos lugares com inscrições rupestres nos leitos desses cursos d'água. O levantamento, a cargo das arqueólogas Suely Luna e Ana Nascimento, conseguiu identificar quinze sítios arqueológicos, com pinturas das Tradições Nordeste e gravuras pertencentes à Tradição das Itaquatiaras, além de grafismos semelhantes à Tradição Agreste. Infelizmente esse cadastramento preliminar executado pelo NEA não levou em conta os nomes dos sítios arqueológicos que tinham sido dados pelo PEA, que havia percorrido a região desde 1996, mudando alguns nomes de localidades com registros rupestres. Um dos sítios registrados, o Furna do Cupim, foi objeto de sondagem efetuada pelo NEA, que atingiu a rocha matriz a uma profundidade de 15 centímetros. O resultado da sondagem foi a evidência de fragmentos da parede da furna (com restos de pigmento), fragmentos de carvão (sem formar estrutura de fogueira), uma contralasca de sílex e uma lasca cortical de quartzo (LUNA; NASCIMENTO, 1998, p. 181).

A partir do ano de 2001 a Fundação Seridó empreendeu uma política de expansão das suas pesquisas por outras cidades da região do Seridó. Nesse sentido, os municípios de Parelhas, Currais Novos e Cerro Corá foram objeto da atenção dos pesquisadores coordenados pela professora Gabriela Martin, no intuito de buscar em seus territórios vestígios do passado pré-histórico da região. As pesquisas em Carnaúba dos Dantas,

assim, tornaram-se gradativamente cada vez mais escassas, resultando em que, no presente momento (início de 2005), não tenhamos notícia de algum deslocamento da Fundação Seridó ao município, no sentido de conduzir pesquisas.

Entretanto, de 2001 em diante, no município de Parelhas foram estudados e escavados os sítios Pedra do Vem-Vem, Olho d'Água das Gatas e Pedra do Chinelo, ambos com pinturas da Tradição Nordeste e Subtradição Seridó. Do segundo foi obtida uma datação rádio-carbônica de 208 ± 26 BP para “o carvão de uma fogueira associada, restos de talha lítica na forma de sílex” (VIDAL, 2002, p. 159), enquanto que, para o terceiro e último, a datação obtida pelo mesmo método para ossos humanos foi de 1991 ± 28 BP³³ (*idem*, p. 165). Vem-Vem, Olho d'Água das Gatas e Pedra do Chinelo também são sítios que apresentaram fragmentos de cerâmica nos seus subsolos (MARTIN, 2003, p. 24-8). Na zona rural de Currais Novos, mais especificamente na região banhada pelo rio Totoró, a Fundação Seridó identificou cinco sítios arqueológicos: Pedra do Letreiro, Pedra da Lagoa do Santo, Pedra Furada do Totoró, Pedra Grande e Pedra dos Namorados (VIDAL, 2004, p. 8) e, no município de Cerro Corá, os sítios Pedra da Gameleira e Toca de Zé Brás, também com pinturas rupestres (MARTIN, 2003, p. 20-1). Enquanto isso, em Carnaúba dos Dantas, a Fundação Seridó realizou a escavação do sítio Casa de Pedra (a partir de março de 2003), próximo à Comunidade Garrotes, abrigo sob rocha em micaxisto com gravuras e pinturas rupestres – que diferiam dos padrões gráficos encontrados até o momento na região do Seridó, cujo saldo foi a presença de fogueiras, material lítico (lascado e polido), restos de ossos de fauna, óxido de ferro e fragmentos de cerâmica (em número de setenta e quatro) (FONTES, 2003; MARTIN, 2003, p. 28-30).

33 A escavação arqueológica no Sítio Pedra do Chinelo, entretanto, iniciou-se em agosto de 2000 (FONTES, 2003, p. 14).

Em decorrência do amadurecimento das pesquisas e do acúmulo de dados em outros municípios do Seridó que não apenas Carnaúba dos Dantas, Gabriela Martin procedeu a uma revisão dos estudos que vinha procedendo a respeito da arte rupestre na área arqueológica de mesmo nome, na tentativa de definir suas fronteiras estilísticas e culturais. Os anos 80 foram responsáveis pelo reconhecimento, no Seridó, da presença de pinturas rupestres da Tradição Nordeste, classificadas inicialmente como sendo *Estilo Seridó* e, posteriormente, como *Subtradição Seridó*. A situação mudou na medida em que

Com o avanço das pesquisas e o aumento do número de sítios que podíamos incluir na subtradição Seridó, foi possível começar a separar categorias por estilos que, hipoteticamente, teriam uma sucessão cronológica e que, sem dúvida, indicavam evolução estilística e cronológica nos casos confirmados de superposição de imagens (MARTIN, 2003, p. 14).

Considerando o Sudeste do Piauí como sendo a mais provável origem da Tradição Nordeste, a primeira leva migratória de grupos humanos que chegou ao espaço hoje chamado de Seridó teria executado suas pinturas de forma similar à que executavam na região do Parque Nacional da Serra da Capivara, com predominância de zoomorfos sobre os antropomorfos. Pinturas que seguem esse padrão, presentes, até o momento, nos sítios Olho d'Água das Gatas (Parelhas) e Furna do Messias (Carnaúba dos Dantas) pertenceriam, assim, ao *Estilo Serra da Capivara II* incluso na Subtradição Seridó. O período posterior a essas primeiras levas de caçadores, muito mais intenso em termos de atividade pictural, segundo Gabriela Martin, corresponde ao *Estilo Carnaúba* (com sítios localizados principalmente nos municípios de Carnaúba dos Dantas e Parelhas), cujas principais características são a representação da cabeça em perfil (assemelhando-se à castanha do caju) e de cenas cerimoniais onde aparentemente um casal protege ou entrega uma criança e outro tipo em que os antropomorfos aparecem de costas

um para o outro, em alguns casos separados por um tridígito. Haveria, também, uma fase final da Subtradição Seridó (com nome de estilo ainda não definido, tampouco suas fronteiras cronoestilísticas), caracterizada pela “tendência ao geometrismo nas figuras, maior complexidade nos atributos e na pintura corporal da figuras humanas” (MARTIN, 2003, p. 16). Outro estilo da Subtradição Seridó que poderá ser confirmado no futuro, caso haja outros sítios com igual composição, é o *Estilo Cerro Corá*, cuja principal característica seria a representação de antropomorfos iguais enfileirados, geralmente associados com uma figura principal ou de maior tamanho, tal como aparece no sítio Toca de Zé Brás, no município de Cerro Corá.

Com relação às pinturas anteriormente classificadas como sendo pertencentes à Tradição Agreste, a autora prefere tratá-las, a partir de 2003, como sendo “pinturas de tendência agrestoide” ou “grafismos de tipo Agreste”, já que se trata de um horizonte cultural ainda por se definir (em termos de cronologia e de perfis estilísticos), pelo menos, para o sertão do Rio Grande do Norte³⁴. Esse tipo de grafismo aparece ora como superposto a painéis da Subtradição Seridó, ora em abrigos sob rocha ou mesmo matacões isolados próximos a cursos d’água (MARTIN, 2003, p. 20-2).

O terceiro e último horizonte cultural presente em Carnaúba dos Dantas é o da Tradição Itaquatiara, que compreende as gravuras sobre rocha em dois estilos nitidamente diferentes, nas palavras de Gabriela Martin. Um deles, vinculado à Subtradição Ingá, caracterizado por

34 Em trabalhos anteriores, até mesmo nos de Gabriela Martin, tais pinturas eram sempre classificadas como sendo da Tradição Agreste por assemelharem-se bastante aos grafismos já levantados no agreste e no sertão da Paraíba e Pernambuco, regiões onde predomina esse horizonte cultural.

sítios situados sempre ao longo de cursos d'água, com grafismos de tendência curva e complexa, pontos e pequenas formas circulares gravadas ordenadamente e que dão a impressão de linhas de contagem, denso preenchimento dos painéis com aproveitamento da maior parte do espaço disponível e tendência ao horror vacui (MARTIN, 2003, p. 22).

O outro estilo, que aparece em abrigos e não nos leitos de cursos d'água, é marcado “por gravuras realizadas depois da preparação do suporte, por raspado ou alisado, com aplicação de uma camada de tinta vermelha sobre a qual se realizam depois as gravuras, que, em alguns casos, foram também pintadas” (MARTIN, 2003, p. 22). Tais gravuras aparecem intrusivas em painéis da Subtradição Seridó e Estilo Carnaúba ou de grafismos do tipo Agreste³⁵, muito embora no Sítio Casa de Pedra – de que falamos anteriormente – essa técnica seja a única empregada³⁶.

Na conclusão do artigo Gabriela Martin faz algumas considerações sobre a Pré-História do Seridó, partindo dos dados até agora coletados e analisados: acredita a autora que os abrigos da Subtradição Seridó serviram de “lugares cerimoniais” e que “seus autores moravam em aldeias” fora dos mesmos, não encontrando explicações, ainda, para o fato de os poucos sítios com pinturas que foram escavados apresentarem “pobreza e limitação da cultura material” frente à “variedade dos temas representados, a riqueza de atributos e adornos que

35 É o caso do sítio Letreiro, abrigo localizado na Comunidade Lajêdo, que tem pinturas de tendência agrestóide e incisões, que foi inventariado pela nossa pesquisa.

36 Essa mesma técnica da gravação sobre fundo pintado notamos no Sítio Pedreira, na Comunidade Várzea Verde, no município de Frei Martinho-PB. Atualmente não temos notícia sobre o sítio, porém, da última vez que o visitamos, nos anos 90, iniciava-se a construção de uma caixa d'água próxima ao matacão onde se encontram as gravuras.

acompanham as figuras humanas”. Grupos de ceramistas que deixaram seus vestígios nas camadas estratigráficas da Pedra do Chinelo, da Pedra do Alexandre e da Casa de Pedra viveram em épocas posteriores à execução das pinturas da Subtradição Seridó, segundo a hipótese de Gabriela Martin (2003, p. 30).

Esforços em nível local: o PEA, pesquisas e projetos posteriores

Desde o início dos anos 1990, quando manifestamos nosso interesse em conhecer a história e a cultura local – estamos nos referindo a Carnaúba dos Dantas –, bem como a genealogia da nossa família, o interesse pela história indígena sucedeu-se. E, mais especificamente, o da história indígena que ultrapassava os limites temporais do Período Colonial e adentravam rumo à Pré-História. Assim, passamos a visitar alguns sítios arqueológicos da região a fim de conhecer de perto as tão faladas *pinturas rupestres*, como as pessoas da comunidade diziam. A Pedra do Alexandre e as gravuras do sítio Pote foram os primeiros lugares que visitamos. Sendo assim, no período de 1995 a 2000 trabalhamos em regime de voluntariado junto ao NEA da UFPE, em seus diversos trabalhos de pesquisa na região do Seridó, especialmente em Carnaúba dos Dantas.

Concluíamos o que hoje é chamado de Ensino Médio quando, partindo do pressuposto de que a população local deveria ter consciência da importância patrimonial desses sítios arqueológicos, através do conhecimento e valorização dos mesmos, montamos o PEA, vinculado à disciplina de História da Escola Estadual *João Henrique Dantas*, de Carnaúba dos Dantas-RN (Ensino de 1º e 2º graus), que foi coordenado pela Professora Maria da Paz Medeiros Dantas. O intuito do projeto era levar os alunos do 2º grau a conhecerem os sítios arqueológicos; aliado a isso, estava o objetivo de fazer prospecções arqueológicas na região, já que éramos sabedores da existência de vários pontos onde havia inscrições rupestres não registradas

pelo NEA da UFPE. No decorrer do projeto, alunos do Instituto Municipal *João Cândido Filho* aliaram-se aos da Escola Estadual *João Henrique Dantas*. No ano de 1996 a Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas, na pessoa do Prefeito Valdenor Euclides de Araújo, firmou parceria com o projeto, fornecendo o transporte para as visitas às unidades rurais e, em alguns casos, cópias de textos e inscrições rupestres copiadas dos painéis. Em 1997 o apoio da Prefeitura Municipal, representada pelo Prefeito Paulo Medeiros foi negado, com a justificativa de que a camioneta fornecida anteriormente teria de ser utilizada para levar água em pipa para a população do município. Dessa forma, as viagens foram realizadas, algumas vezes, de bicicleta e outras, a pé.

Para atingirmos as metas propostas pelo projeto inicialmente foram repassados conteúdos informativos sobre os sítios arqueológicos da região produzidos pela comunidade científica (MARTIN, 1982; 1989; 1995/1996; 2003; ALVIM; UCHÔA; SILVA, 1995/1996; GOLDMEIER, 1989; QUEIROZ; CARDOSO, 1995/1996). Passamos, em seguida, à realização das viagens de campo, aos sábados, perfazendo um total de quarenta e cinco expedições no período de 13 de janeiro de 1996 a 22 de outubro de 1997. No tocante às técnicas metodológicas utilizadas, nos sítios onde ocorriam inscrições rupestres obtivemos a cópia dos grafismos por meio da técnica do decalque efetuada sobre plástico transparente. Utilizamos a caneta para retroprojektor para copiar os grafismos, a fim de obtermos uma cópia mais próxima da realidade, o que, como sabemos, nem sempre é possível. Em alguns sítios, fizemos documentação fotográfica, além de preenchermos fichas para registro, com dados relativos ao local. Duas vezes a cada mês, a equipe do projeto reunia-se, nas dependências da Escola Estadual *João Henrique Dantas*, para que os grafismos copiados em campo pudessem ser reduzidos graficamente, a partir do processo de xerografia, possibilitando, em alguns casos, o aproveitamento do painel em sua totalidade. Aproveitamos, também, material já publicado pela

comunidade científica. A sistemática utilizada na catalogação e no registro dos sítios arqueológicos se baseou nos parâmetros utilizados pelo NEA da UFPE, principalmente no que se refere à classificação dos sítios rupestres pelo conceito de *tradição* e *subtradição* (MARTIN, 1999, p. 240).

Parte das visitas do PEA recaiu sobre sítios arqueológicos localizados no Vale do Rio Carnaúba, já conhecidos pelo NEA da UFPE ou noticiados pelas populações que vivem nas proximidades do rio de mesmo nome. Este, com cerca de 50 quilômetros de extensão, constitui o principal curso d'água do município. Nesse vale foram registrados os Sítios Pedra do Alexandre, Gruta do Criminoso, Casa de Pedra (Sibil) e Xiquexique I e II. Com relação ao Riacho do Olho d'Água, outra área pesquisada pelo PEA, ele corresponde ao principal afluente do Rio Carnaúba. Com dimensões de um rio, passa a ser chamado com essa denominação a partir da localidade Fundões. Subindo riacho acima, em direção contrária ao leito, ele passa a chamar-se Riacho do Bojo.

Uma primeira classificação dos sítios arqueológicos do Vale do Riacho do Bojo/Riacho do Olho d'Água foi feita pelo PEA entre 1996/1997, iniciando-se a contagem dos sítios da Furna das Pinturas, subindo o curso d'água até as suas nascentes.

A classificação proposta pelo NEA da UFPE em uma campanha arqueológica de identificação dos sítios do vale, no entanto, foi feita descendo o curso d'água no sentido horário do riacho, ao contrário, portanto, da orientação seguida pelo PEA. Desse modo, a classificação do NEA (LUNA; NASCIMENTO, 1998) ficou estruturada de maneira diversa daquela do PEA.

O levantamento do NEA deixou de cadastrar os sítios Talhado das Pinturas, Gruta das Cabras³⁷, Fundões IV, Fundões

37 Quando o PEA localizou o sítio, em 1996, várias cabras ocupavam o seu recinto. Por essa razão, decidimos chamá-lo de Gruta das Cabras.

V, Bojo e Cachoeira do Bojo. No inventário que fizemos entre 2004 e 2005, junto com a equipe do GEPS, nos utilizamos dos nomes originalmente aplicados pelo PEA, considerando o princípio da anterioridade, excetuando-se a Furna da Jararaca, para que não houvesse certa confusão com nomes de outros sítios (chamava-se anteriormente *Furna das Pinturas*). Alguns dos sítios foram condensados em um, por tratarem-se de locais com pouquíssimas gravuras, razão pela qual os agregamos aos sítios arqueológicos mais próximos (é o caso do antigo *Fundões IV*, que ficou agregado à Pedra do Cavalo e do antigo *Fundões V*, agora agregado ao atual *Fundões II*)³⁸.

Em 1997 localizamos³⁹ três sítios com material lítico em território carnaubense. O primeiro, Curral das Ovelhas⁴⁰, localiza-se no limite entre as Comunidades Carnaúba de Baixo e Ramada, próximo à residência das senhoras Leocariana Medeiros e Maria Dantas. A localização do sítio ocorreu de maneira acidental, quando, no dia 08 de março, presenciamos uma cheia do Rio Carnaúba. Como o sítio é localizado num terraço fluvial ao lado do rio e a cheia havia sido de grandes proporções, toda aquela área foi lavada, fazendo aflorar lascas (a maioria em sílex) e alguns fragmentos de cerâmica (com e sem decoração). Rapidamente, com o receio de que as águas do Carnaúba pudessem levar os materiais, fizemos a coleta de superfície das lascas e fragmentos. Ainda em 1997, em 22 de outubro, localizamos o Sítio Pé-da-Serra, também na mesma região, porém, no sopé da Serra dos Lúcius; nele também encontramos material lítico e restos de lascamento. O último

38 Os resultados e conclusões da pesquisa empreendida pelo PEA podem ser conferidos em Macedo (2004).

39 Trata-se, aqui, de prospecções que realizamos individualmente no território do município de Carnaúba dos Dantas.

40 O topônimo do sítio deve-se, de fato, a sua localização: fica situado dentro de um cercado (curral) destinado a ovelhas, próximo a um terraço fluvial do Rio Carnaúba.

é o Sítio São José, no território do Sítio Monte Alegre⁴¹ (propriedade da Paróquia de São José), onde afluíam restos de material lítico e rochas com moluscos fossilizados. O material lito-cerâmico desses sítios foi doado ao NEA da UFPE para que pudesse ser melhor conservado e estudado.

Dos últimos meses de 1998 em diante, passamos a fazer constantes prospecções à zona rural de Carnaúba dos Dantas, na tentativa de localizar sítios arqueológicos informados por moradores locais ou mesmo ainda não conhecidos, para o que contamos, a partir dessa época, com o concurso do jovem pesquisador Manuel Messias Santos Silva.

A partir do ano de 1999 começamos a nos indagar como os conhecimentos científicos produzidos pela comunidade científica – leia-se, o NEA da UFPE – poderiam ser aproveitados pelas escolas situadas no município de Carnaúba dos Dantas na forma de conteúdo. Também nos perguntávamos sobre quais seriam as formas pelas quais deveríamos fazer com que o conhecimento sobre a Pré-História da região pudesse ser incluída nos currículos educacionais dos estabelecimentos de ensino. Partindo do pressuposto de que a população estudantil deveria ter consciência da importância patrimonial desses sítios arqueológicos, através do conhecimento e valorização dos mesmos, elaboramos, juntamente com as professoras Maria da Paz Medeiros Dantas e Maria de Fátima Lopes de Medeiros, da Rede Municipal de Ensino de Carnaúba dos Dantas, o Projeto Pedagógico *Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas*. Tal projeto, vinculado à disciplina de História do Instituto Municipal João Cândido Filho, de Carnaúba dos Dantas-RN (Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries), objetivava levar os alunos do Ensino Fundamental a conhecerem os sítios

41 Não conseguimos achar o significado para o topônimo desse sítio. O registro mais antigo que encontramos dessa localidade data do século XIX, quando a fazenda era habitada pelo Capitão Manuel Francisco Dantas Corrêa, conhecido como Cara Preta.

rupestres da região, tornando-os multiplicadores do conhecimento produzido pela Arqueologia acerca da Pré-História da região onde estavam inseridos.

As ações do projeto foram desencadeadas no ano de 1999 e, *a priori*, pensávamos em desenvolvê-las de forma interdisciplinar, valorizando os tangenciamentos dos conteúdos inerentes à Arqueologia e à Pré-História com as outras disciplinas. Nosso desejo, no entanto, foi frustrado em razão da resistência dos professores das outras disciplinas do Ensino Fundamental que lecionavam no Instituto Municipal João Cândido Filho. Trabalhávamos prestando consultoria de pesquisa às duas professoras citadas, que figuraram como coordenadoras do projeto. Outra justificativa para elencarmos a realização do projeto devia-se ao fato de entendermos que a Educação Ambiental cruzava-se, em muitos momentos, com as ações que prevíamos desenvolver, considerando que os sítios arqueológicos localizavam-se em paisagens ecológicas encravadas no bioma da Caatinga, além do que, através de seus registros gráficos, pudemos conjecturar algumas assertivas a respeito de como se apresentava o ambiente há dez mil anos atrás, data mais recuada para a presença humana na região. Por outro lado, a informação sobre os sítios arqueológicos e o conhecimento produzido pelos cientistas a respeito de seus registros poderiam servir para a progressiva implantação da prática turística no município, aliada à preservação do patrimônio cultural.

Para atingirmos as metas propostas pelo projeto, inicialmente foram ministradas aulas expositivas na disciplina de História, pelas professoras coordenadoras, na tentativa de introduzir conteúdos informativos sobre Arqueologia e Pré-História, ligados aos conteúdos curriculares previstos na Rede Municipal de Ensino. Trazendo tais informações para a realidade regional, foram aproveitadas bibliografias produzidas pela comunidade científica, já referendadas, cujo

conteúdo foi adaptado para as quatro últimas séries do Ensino Fundamental. Posteriormente, com transporte fornecido pela Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas, foram realizadas viagens de campo a sítios arqueológicos, com o objetivo de tornar mais patente a realidade vista em sala de aula por intermédio das aulas expositivas. Para o concurso das viagens, as turmas de alunos não ultrapassaram o número de vinte, vez que sempre primamos pelo cuidado com a conservação e a preservação do sítio arqueológico. Por ocasião das viagens de campo, ministramos aulas expositivas no próprio ambiente do sítio arqueológico, utilizando situações-problema para estimular o raciocínio do alunado que estava presente, além de fornecer simulações de como é o trabalho de um arqueólogo. Para tanto, executamos o preenchimento de uma ficha de registro (baseada no modelo do IPHAN), documentamos alguns grafismos rupestres através de fotografia colorida e da técnica do decalque, além de fazermos limpeza do local (alguns sítios, por serem de fácil acesso, se encontravam com certa quantidade de lixo nas proximidades).

As viagens foram realizadas aos sítios arqueológicos da Pedra do Alexandre (I, II e III), Xiquexique I, Furna da Jararaca, Fundões I, Grotta Funda, Lagoa do Caramungu e Pedra da Macambira, ambos portadores de arte rupestre. O repasse das informações relativas às inscrições rupestres foi baseado na sistemática utilizada pelo NEA da UFPE, principalmente no que se refere à classificação dos sítios pelo conceito de *tradição* e *subtradição*. As principais dúvidas dos alunos envolvidos pelas ações do projeto eram a respeito de como chegaram os primeiros arqueólogos até o município. Indagavam desde a procedência das equipes e até mesmo que pesquisas vinham fazer, bem como para onde levavam os materiais arqueológicos exumados. Tivemos, portanto, que repassar informações acerca da História da Arqueologia no município, iniciando com a noção de que os primeiros indícios de pesquisa arqueológica em Carnaúba dos Dantas remontam à década de 20, quando o

autodidata José de Azevêdo Dantas (1890-1929) fizera incursões no território potiguar e paraibano, registrando os sítios arqueológicos rupestres aí presentes, passando pelas intervenções da UFRN e IPHAN até chegar às pesquisas desenvolvidas pelo NEA da UFPE.

Quando da formulação e da elaboração do projeto, havíamos previsto a realização de oficinas pedagógicas no período que se seguiria às viagens de campo. Estas foram realizadas em número de três, com a mesma clientela que visitara os sítios arqueológicos, com o objetivo de fixar ainda mais os conhecimentos a respeito da Arqueologia praticada na região, da sua Pré-História e da importância patrimonial dos sítios rupestres. Os procedimentos utilizados nas oficinas, dependendo da sua temática, partiam de uma retomada da discussão teórica a respeito das tradições de arte rupestre e dos achados arqueológicos regionais. Após debate entre os presentes e a formulação de questões dirigidas aos alunos, partimos para as atividades de cunho artístico-lúdico. Dentre elas, registramos a montagem de uma réplica de um abrigo pré-histórico (em tamanho natural), utilizando papel de cor marrom (utilizado rotineiramente para embrulho) e tinta baseada em óxido de ferro; a montagem de uma réplica dos painéis rupestres dos sítios visitados, em tamanho maior; a criação de *histórias em quadrinho* utilizando os motivos da arte rupestre regional; a elaboração de painéis abordando o tema transversal da pluralidade cultural, nos quais foram reunidos os elementos das três principais tradições de arte rupestre do Nordeste brasileiro. Na culminância do projeto, os materiais didático-pedagógicos produzidos foram reunidos numa sala intitulada *Manifesto Brasil 50 000 anos*, inserida na I Feira Cultural do Instituto Municipal João Cândido Filho, evento organizado anualmente desde 1999. Na sala estiveram presentes os alunos envolvidos pelo projeto, revezando-se no repasse das informações a respeito da Arqueologia e da Pré-História regional à população do município na qualidade de visitante da feira cultural. Dentre

os visitantes, estava a professora Gabriela Martin, responsável pelas pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região do Seridó, com membros de sua equipe.

Mediante o estudo da arte rupestre em sala de aula e das viagens de campo, o alunado do Ensino Fundamental pôde evidenciar certos aspectos da vida dos grupos indígenas que habitaram o território de Carnaúba dos Dantas durante a Pré-História; além disso, constatou, em Carnaúba dos Dantas, a existência de duas grandes regiões, onde os sítios arqueológicos se concentram com mais intensidade, os Vales do Rio Carnaúba e de seu afluente, o Riacho do Bojo/Riacho do Olho d'Água, dos quais alguns sítios rupestres foram visitados. Utilizando os dados antropológicos fornecidos pelos registros rupestres, mais os registros arqueológicos e o próprio ambiente onde se localizam os sítios arqueológicos pôde imaginar como viviam os grupos indígenas citados. Muito mais que isso: o fato de saírem da escola para aulas práticas e, logo após, a realização de oficinas pedagógicas, possibilitou aos alunos a quebra das relações verticais tradicionalmente no topo o professor – considerando que puderam formular suas conclusões a respeito dos conteúdos ministrados – e concentradas no ambiente cartesiano da sala. Por outro lado, o conhecimento dos sítios arqueológicos visitados alertou a comunidade estudantil para a importância patrimonial dos mesmos, necessitando-se urgentemente de uma política ambiental que viesse a protegê-los de forma correta, e, ao mesmo tempo, estudar a fundo os seus painéis rupestres e materiais arqueológicos, para se estabelecer dados mais profundos acerca dos grupos humanos que habitaram o Seridó na Pré-História⁴².

42 Costumamos dizer que, embora as ações do Projeto Pedagógico *Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas* tenham sido restritas ao ano curricular de 1999, seus reflexos ainda se fazem sentir. Alguns integrantes do projeto hoje são guias de turismo, prestando serviços de cooperação junto à Gerência Municipal de Turismo de Carnaúba dos Dantas e outros são integrantes do Grupo de Estudos em Patrimônio

Nos anos de 1998 e 1999, também foram localizados diversos sítios arqueológicos ainda referenciados pela pesquisa de José de Azevêdo Dantas e ainda não revisitados, fruto das pesquisas por nós desenvolvidas junto com o pesquisador Manuel Messias Santos Silva ou por este último individualmente.

Entre 2000 e 2002, o número de prospecções arqueológicas que realizamos foi bastante reduzido. Entretanto, gostaríamos de registrar a localização, por parte do pesquisador Manuel Messias Santos Silva, de um novo sítio, localizado na Serra do Cardão e repleto de pinturas rupestres nas cores vermelha, amarela e branca, em ótimo estado de conservação, que foi batizado de *Furna do Messias*. Posteriormente Gabriela Martin o classificaria como sendo pertencente ao Estilo Serra da Capivara II da Subtradição Seridó e Tradição Nordeste. Na viagem que empreendemos com o citado pesquisador para conhecer a Furna do Messias, nos deparamos com mais dois novos sítios arqueológicos, ambos portadores de pinturas da Tradição Nordeste e Subtradição Seridó e ambos situados na região do Cardão: a *Furna do Helder* e a *Furna dos Veados*, nenhum dos três, infelizmente, com sedimento factível à escavação arqueológica, porém, detentores de belíssimas pinturas rupestres.

No mês de outubro de 2003, pudemos dar vazão aos nossos ideais de preservação e conservação do patrimônio cultural com a criação de um grupo composto dos egressos de um Curso de Jovem Guia, que ministramos em Carnaúba dos Dantas, financiado pela Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas, que se propôs a realizar estudos locais sobre a questão patrimonial e, especificamente, arqueológica. Estamos falando do Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó (GEPS), do qual assumimos a coordenação, vinculando-o à Universidade

e Arqueologia do Seridó – GEPS, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cumprindo sua missão de protetores e multiplicadores do patrimônio cultural da região onde moram.

Federal do Rio Grande do Norte como um projeto de extensão oriundo do Departamento de História e Geografia. Junto com os integrantes do GEPS – em sua maioria, jovens com ensino médio e um estudante de graduação em História no Campus de Caicó – desenvolvemos debates acerca da Pré-História do Nordeste a partir da obra de Gabriela Martin e também prospecções com o objetivo de localizar novos sítios arqueológicos. Ainda em 2003 localizamos o Sítio Furna da Desilusão, situado na localidade Baixa da Barriguda, próximo ao Riacho do Cardão, singular por conter pinturas da Tradição Nordeste, da Subtradição Seridó e do Estilo Carnaúba na cor preta. O outro sítio localizado foi o GEPS I, situado na localidade Volta do Rio, com pinturas da Tradição Nordeste, da Subtradição Seridó e do Estilo Carnaúba praticamente no cume de uma serra, voltado para o Rio Carnaúba. No decorrer de 2004, levamos à frente o Projeto de Extensão *Monumenta Arqueologica – Diagnóstico dos Sítios Arqueológicos de Carnaúba dos Dantas*, também ligado ao Departamento de História e Geografia, com o objetivo de cadastrar os sítios arqueológicos do município em ficha própria (baseada no modelo do IPHAN) e fazer a documentação de seus grafismos rupestres, que se encerrou no início de 2005.

O papel do poder público

Somente nos anos de 1990 o Poder Público local passou a ver com outros olhos o patrimônio cultural arqueológico. Poderíamos registrar a administração do Prefeito Valdenor Euclides de Araújo (1993-1996) como o período em que o Poder Público passou a interessar-se pelas pesquisas que vinham se desenvolvendo no município pelo NEA da Universidade Federal de Pernambuco. Essas pesquisas, desenvolvidas desde os anos 80, eram realizadas e não se conhecia até então alguma iniciativa de divulgar os resultados das pesquisas para a

comunidade⁴³. Pensando nisso, e em razão dos pedidos insistentes do Prefeito Valdenor Euclides, o NEA da UFPE firmou um convênio com a Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas em 1995, do qual decorreu a realização da Exposição *José de Azevedo Dantas*, sobre a qual já comentamos. A realização desse convênio propiciou, também, o conhecimento, por parte da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação e Cultura, das pesquisas que vinham se desenvolvendo no município, especialmente a escavação do Sítio Pedra do Alexandre. Ainda como produto desse convênio ocorreu a Exposição *A Pré-História do Seridó* e a criação, no mesmo ano (1996), da Fundação Seridó, sobre as quais já falamos anteriormente.

Na administração subsequente, do Sr. Paulo Medeiros (1997-2000), a Fundação Seridó e o NEA da UFPE continuaram a receber apoio da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas, entretanto, em menor escala que no governo anterior. Mesmo assim, temos que registrar a realização de um curso de capacitação sobre a Pré-História do Nordeste Brasileiro, ministrado pelos pesquisadores do NEA no ano de 1998, destinado a professores da rede pública de ensino. Devemos registrar, também, que foi nessa administração que o município de Carnaúba dos Dantas ingressou no Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), fato que foi concomitante à criação, por intermédio de Lei Municipal, do Fundo e do Conselho Municipal de Turismo. Como consequência do ingresso no PNTM, foram realizadas diversas oficinas técnicas e de aprimoramento visando à capacitação dos monitores do programa, durante o período de 1999 a 2000.

43 Devemos excetuar a publicação dos resultados de algumas pesquisas na Revista *Clio*, do Programa de Pós-Graduação em História (hoje, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio); entretanto, trata-se de uma divulgação de caráter científico, que não consegue atingir toda a comunidade carnaubense, mas, apenas uma microscópica parcela.

No início do ano de 2001, na tentativa de desenvolver um Projeto de Extensão Pedagógica sobre a História Indígena do Seridó – incluindo a presença indígena na Pré-História –, procuramos a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Carnaúba dos Dantas. Tencionávamos novamente prestar consultoria às professoras Maria de Fátima Lopes de Medeiros e Maria da Paz Medeiros Dantas, docentes da disciplina de História do Instituto Municipal João Cândido Filho. Para nossa infelicidade, a responsável pela Secretaria de Educação sempre conseguia um subterfúgio para se desvencilhar de nossas conversas, embora tenha recebido em seu gabinete cópia do projeto. O resultado é que não conseguimos levar à frente o projeto pedagógico, uma vez que a Secretaria de Educação nem mesmo nos deixou margem para que pudéssemos conversar e expor nossas ideias.

A mesma administração que, através da sua Secretaria de Educação e Cultura, nos negou o apoio para a execução de um projeto pedagógico, retomou, todavia, a iniciativa de seus predecessores de implantar a atividade turística no município aproveitando os seus atrativos, inclusive os sítios arqueológicos, numa atitude louvável, que, até hoje, merece o nosso reconhecimento. Sendo assim, durante o mês de agosto do ano de 2003, ministramos, em Carnaúba dos Dantas, a segunda etapa do Curso de Jovem Guia, financiado pela Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas, que tinha como objetivo capacitar jovens para o exercício da prática de guia turístico. Nessa segunda etapa, intitulada de *Nos caminhos da Pré-História: Arqueologia em Carnaúba dos Dantas*, ministramos aulas teóricas e também fizemos visitas de campo aos sítios arqueológicos da Pedra do Alexandre I, II e III, Xiquexique I e II, Abrigo do Morcego, Serrote das Areias e Talhado do Gavião, com a finalidade de treinar os jovens *in loco*. A culminância desse curso ocorreu com a realização da *II Mostra do Turismo Carnaubense – Os artistas da Pré-História: Arqueologia em Carnaúba dos Dantas*, que realizou-se no período de 03 a 06 de setembro de 2003, no

Centro de Atividades Recreativas (CENAR). A mostra contou com painéis das Tradições Nordeste, Agreste e Itaquiara e a réplica de um abrigo sob rocha, resultante de oficinas que ministramos para os cursistas, tendo sido todo o material elaborado pelos mesmos. Na solenidade de encerramento da mostra, no dia 06 de setembro, manifestamos o desejo de continuar trabalhando com os jovens que tinham feito o curso, dada a sua vontade manifesta de não parar com os contatos com o grupo e de estudar a fundo o município de Carnaúba dos Dantas, especialmente no que tange aos sítios arqueológicos.

Reunimo-nos com os egressos da segunda etapa do Curso Jovem Guia no dia 13 de setembro do mesmo ano, no salão do Centro de Valorização da Vida (CVVIDA), quando fundamos o GEPS, destinado a realizar estudos e pesquisas sobre questões patrimoniais e arqueológicas no município. Posteriormente o nome do grupo foi mudado, por sugestão dos Professores Joel Carlos de Souza Andrade e Regina Coelli Gomes Nascimento, do Departamento de História e Geografia da UFRN, para *Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó*, objetivando dar uma maior visibilidade ao conjunto de pessoas e mesmo facilitar a obtenção de recursos via agências e órgãos de fomento. No mesmo dia em que foi fundado o GEPS decidimos por unanimidade, que tanto as regras para a visita dos sítios como a composição e a ordem das duplas a acompanharem os turistas seriam deliberadas pela assembleia do grupo. Sendo assim, efetuamos o sorteio das duplas a visitarem os sítios arqueológicos com os turistas e/ou outras pessoas e também estipulamos, por sugestão de Paulo Sérgio Dantas de Medeiros – então responsável pelo Setor de Turismo –, o valor da diária a ser cobrada por dia de trabalho, de R\$ 30,00 (trinta reais). A partir dessa data passamos a nos reunir semanalmente para discutir temas ligados à questão patrimonial e à Arqueologia, além de fazermos, nos fins de semana, prospecções na zona rural em busca de novos sítios arqueológicos.

Entre o final do ano de 2003 e o início de 2004, desenvolvemos, pelo menos, três projetos: o cadastramento dos sítios arqueológicos de Carnaúba dos Dantas, o levantamento do patrimônio cultural edificado do complexo histórico-cultural e uma cartilha sobre o patrimônio histórico-cultural da cidade. O resultado desses projetos, brevemente, estará disponível na internet no site do GEPS, a ser armazenado na página do Centro de Ensino Superior do Seridó da UFRN, no endereço <http://www.cerescaico.ufrn.br/geps>.

Contudo, as ações do GEPS foram bastante atrapalhadas pela danosa política-partidária que reina nas cidades do interior. De meados de 2004 em diante algumas ações⁴⁴ por parte da Prefeitura Municipal – que, em tese, dava apoio institucional ao grupo – fizeram com que, a partir do ano de 2005, deixássemos de lado esse apoio⁴⁵.

44 Entre essas ações podemos citar a de que alguns guias que participavam do GEPS deixaram de ser chamados pela Gerência de Turismo para acompanhar os visitantes e turistas, por razões bastante nebulosas, ainda hoje mal compreendidas e não esclarecidas.

45 Não poderíamos deixar de mencionar, também, que o GEPS encaminhou sugestão à Prefeitura Municipal, por meio da Gerência de Turismo, para que o Sítio Xiquexique I fosse fechado para visitação turística ou, pelo menos, essas visitas fossem feitas apenas quinzenalmente, objetivando a melhor conservação do abrigo e de seus grafismos. Tomamos essa providência porque o número de visitas estava sendo demasiadamente grande, especialmente por grupos de turistas estrangeiros, chegando, em algumas vezes, a haver duas visitas por dia; sem falar de como a frente do abrigo já se encontra aberta por conta do desmatamento efetuado para acentuar a profundidade da trilha que conduz os turistas. Infelizmente nunca recebemos resposta da sugestão enviada, tampouco ela foi cumprida. As visitas continuaram até que as agências de viagem responsáveis pela sua efetivação cancelaram (temporariamente?) o roteiro. Não estávamos, com essa atitude, querendo impedir o avanço do turismo, porém atenuar seus efeitos com relação aos abrigos rupestres e suas pinturas, já tão desgastadas por agentes naturais e mesmo pelo homem.

Infelizmente, se nos espelharmos no que vem acontecendo no Seridó com relação ao cuidado com a preservação do patrimônio cultural – notadamente, o arqueológico –, nossas previsões para os sítios rupestres não são muito boas. Se quisermos continuar a ter entre nós esses monumentos pré-históricos, representativos de nosso patrimônio cultural, devemos pensar e agir como fez o sábio José de Azevêdo Dantas em meados dos anos 20: empregar “algum esforço em proveito da humanidade, ainda mesmo que seja na mais insignificante parcella de que pode ser capaz o factor *homem*”...

Referências

- ALVES, Márcia Angelina. Teorias, métodos, técnicas e avanços na Arqueologia brasileira. *Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, Xingó, SE, n. 2, p. 9-51, dez. 2002. Anual.
- ALVIM, Marília Carvalho de Mello e; UCHÔA, Dorath Pinto; SILVA, Sérgio Monteiro da. Osteobiografia da população pré-histórica do abrigo Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN. *Clio: Série Arqueológica*. Recife, v. 1, n. 11, p. 17-42, 1995/1996. Anual. ISSN 0102-6003.
- ASSIS, João Batista Lucena de; MEDEIROS, Juçara. *Registro de cinco sítios arqueológicos não explorados dos municípios de Carnaúba dos Dantas e Timbaúba dos Batistas*. 1997. 61 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 1997.
- BARBOSA, Florentino. Inscrições indígenas gravadas no Riacho do Bojo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, v. 12, p. 109-12, 1953. Anual.
- BRITO, Paula Sônia de; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Levantamento dos Sítios Arqueológicos do Seridó: uma experiência vivida na disciplina Arqueologia*. Caicó: 1999. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/rnnaweb>>. Acesso em: 8 mar. 2004.
- CRISTINA, Lana. *Homem habitava o Rio Grande do Norte há 30 mil anos*. [S. l.]: 2002. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/ct/2002/notas_040102.htm>. Acesso em: 25 fev. 2005.
- DANTAS, José de Azevêdo. *Indícios de uma civilização antiquíssima*. João Pessoa: Governo do Estado/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Casa de José Américo/IHGPA/A União, 1994 (Biblioteca Paraibana, n. XI). 316 p.
- DANTAS, José de Azevêdo. *Indícios de uma civilização antiquíssima*. Povoação de Carnaúba [Acari], 1924-7. 200 p. (cópia xerográfica do original)

existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa).

DANTAS, José de Azevêdo. *Inscrições lapidares no município de Picuhy*. [S.l.], [S.d.]. 12 p. (cópia do original do Arquivo Particular de Carlos José Archanjo).

DANTAS, José de Azevêdo. *Notas de José de Azevêdo Dantas em 1916*. [S.l.]: 1916. 25 p. inclui 1 cartão de visita e 1 bilhete escrito por Josefa Tomázia de Azevêdo. (Arquivo Particular de Helder Alexandre Medeiros de Macedo).

FONTES, Mauro Alexandre Farias. *A cerâmica pré-histórica da área arqueológica do Seridó/RN*. 2003. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. *Ata da reunião de fundação, eleição e posse da diretoria e aprovação do estatuto Fundação Seridó*. Realizada em 29 de julho de 1996. Livro de Protocolo A-1, p. 11v, nº 116, do Cartório Único Judiciário de Carnaúba dos Dantas.

GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003 (Coleção Descobrimos o Brasil). 84 p.

GOLDMEIER, Valter Augusto. Geomorfologia de alguns sítios pré-históricos do Seridó (RN). *Clio: Série Arqueológica*, Recife, n. 5, p. 33-38, 1989. Anual. ISSN 0102-6003.

GUIDON, Niède. A arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato: síntese de dez anos de pesquisas. *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*, Recife, n. 7, p. 3-80, 1985. Anual. ISSN 0102-6003. (Série Arqueológica, n. 2).

GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas no Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998, p. 37-52.

LAGE, Maria da Conceição Soares Meneses; BORGES, Jóina Freitas. A teoria da conservação e as intervenções no Sítio do Boqueirão da Pedra Furada, Parque Nacional da Serra da Capivara - Piauí. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 16, p. 33-47, 2003. Anual. ISSN 0102-6003.

LAHR, Marta Mirazón. A origem dos ameríndios no contexto da evolução dos povos mongoloides. *Revista USP*, São Paulo, n. 34, p. 70-81, jun./jul./ago. 1997. Anual. ISSN 0103-9989. (Dossiê Surgimento do Homem na América).

LAROCHE, Armand François Gaston. *Relatório das primeiras pesquisas realizadas referentes ao estudo dos grupos humanos pré-históricos pertencentes à Tradição Potiguar*. Mossoró: ESAM, 1987 (Col. Mossoroense, Série A, v. XXVII).

LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. Levantamento Arqueológico do Riacho do Bojo, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 13, p. 173-86, 1998. Anual. ISSN 0102-6003.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Expedições arqueológicas em Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, Brasil: resultados das prospecções realizadas entre 1996 e 1997. *Cadernos do CEOM – Unochapecó*, Chapecó, SC, n. 18, 2004. Anual.

MARTIN, Gabriela. A Subtradição Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, n. 5, p. 19-26, 1989. Anual. ISSN 0102-6003.

MARTIN, Gabriela. Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira. *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*, Recife, v. 1, n. 6, p. 27-37, 1984. Anual. ISSN 0102-6003. (Série Arqueológica, n. 1).

MARTIN, Gabriela. Apresentação. In: DANTAS, José de Azevêdo. *Indícios de uma civilização antiquíssima*. João Pessoa: Governo do Estado/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Casa de José Américo/IHGPA/A União, 1994 (Biblioteca Paraibana, XI). não pag.

MARTIN, Gabriela. Arte rupestre no Seridó (RN): o sítio Mirador do Boqueirão de Parelhas. *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*, Recife, n. 7, p. 81-95, 1985. Anual. ISSN 0102-6003. (Série Arqueológica, n. 2).

MARTIN, Gabriela. Casa Santa: um abrigo com pinturas rupestres do estilo Seridó, no Rio Grande do Norte. *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*, Recife, n. 5, p. 55-78, 1982. Anual. ISSN 0102-6003.

MARTIN, Gabriela. Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN, PB). *Clio Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 16, p. 11-32, 2003. Anual. ISSN 0102-6003.

MARTIN, Gabriela. Indústrias de pontas de projétil no Rio Grande do Norte. *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*, Recife, n. 5, p. 81-90, 1982. Anual. ISSN 0102-6003.

MARTIN, Gabriela. Novos dados sobre as pinturas rupestres do estilo Seridó, no Rio Grande do Norte. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 4, p. 129-31, 1991. Anual. ISSN 0102-6003. (Número extra, dedicado à publicação dos Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, de 1987).

MARTIN, Gabriela. O cemitério pré-histórico “Pedra do Alexandre”, Carnaúba dos Dantas-RN. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 11, p. 43-57, 1995/1996. Anual. ISSN 0102-6003.

MARTIN, Gabriela. Os rituais funerários na Pré-história do Nordeste brasileiro. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 10, p. 29-46, 1994. Anual. ISSN 0102-6003.

- MARTIN, Gabriela. Os sítios rupestres do Seridó, no Rio Grande do Norte (Brasil), no contexto do povoamento da América do Sul. *Fundamentos*: Revista da Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, PI, v. 1, n. 1, p. 339-46, 1996. Anual. ISSN 0104-351X. (Número dedicado aos Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas, de 1993).
- MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 3. ed. atual. Recife: Editora da UFPE, 1999. 440 p.
- MARTIN, Gabriela. Registro rupestre e registro arqueológico do Nordeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 291-302, 1994/1995. Anual. ISSN 0102-6003. (Número dedicado aos Anais da VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira).
- MARTINS, Edileusa. Pesquisador pretende mapear patrimônio arqueológico do RN. *Acadêmika*, Natal, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.academika.ufrn.br/arqueologia.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2005.
- MAUSO, Pablo Villarrubia. *Mistérios do Brasil: 20.000 quilômetros através de uma geografia oculta*. São Paulo: Mercuryo, 1997. 320 p.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os fenícios do Professor Chovenáguas*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2004. (Col. Mossoroense, Série C, v. 1428).
- MEDEIROS, Valdemar Cândido de. Informação oral prestada em 21 de fev. 1999.
- MUSEU CÂMARA CASCUDO. DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA. Relatórios internos de pesquisa e fichas de registro de sítios arqueológicos.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Anual.
- PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. Área arqueológica do Seridó (RN, PB): problemas de conservação do patrimônio cultural. *Fundamentos*: Revista da Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, PI, v. 1, n. 2, p. 187-208, 2002. Anual. ISSN 0104-351X.
- PESSIS, Anne-Marie. Apresentação gráfica e apresentação social da Tradição Nordeste de pintura rupestre do Brasil. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, n. 5, p. 11-17, 1989. Anual. ISSN 0102-6003.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1992. 605 p.
- PROUS, André. Arqueologia, Pré-história e História. In: TENÓRIO, Maria Cristina. (Org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999, p. 19-32.
- QUEIROZ, Albérico Nogueira de; CARDOSO, Glória Maria Brito. Nota prévia sobre a fauna holocênica de vertebrados do sítio arqueológico “Pedra do Alexandre”, Carnaúba dos Dantas-RN, Brasil. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 11, p. 137-40, 1995/1996. Anual. ISSN 0102-6003.

- RIO GRANDE DO NORTE. Poder Legislativo. *Processo nº 453/53, Lei nº 1.025/53, sancionada em 11/12/1953 e publicada em 12/12/1953*: “Cria o município de ‘Carnauba dos Dantas’ desmembrado do de Acari” (ementa). Natal, 1953. 15 p. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Natal)
- SANTOS, Denise Socorro dos. *Trabalho sobre inscrições rupestres*. Caicó: 1984. mimeografado. (Trabalho apresentado à disciplina Arqueologia, do Curso de História, do CERES, Campus de Caicó, da UFRN).
- SOUZA, Juliano de. Professor mapeia sítios arqueológicos do RN. *O Estadão*, São Paulo, 28 de dez. 2001. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2001/dez/28/64.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2005.
- SOUZA, Maurina Sampaio ; MEDEIROS, Osmar. *Inscrições rupestres no Rio Grande do Norte*. Natal: PRAEU/Museu Câmara Cascudo, 1982. (Col. Textos Acadêmicos, ano 2, n. 214).
- SOUZA, Oswaldo Câmara de. *Acervo do Patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Norte*. Natal: IPHAN, 1981.
- SPENCER, Walner Barros. *Ecos de silêncio! A memória indígena recusada*. 2000. 155 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.
- TORRES, Ana Catarina; VILARROEL, Hugo Sérgio. O uso de raios-X na identificação de jazidas minerais: o sítio “Pedra do Alexandre”, RN. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 10, p. 21-46, 1994. Anual. ISSN 0102-6003.
- TORRES, Ana Catarina. Estudo dos pigmentos do sítio pré-histórico Pedra do Alexandre - Carnaúba dos Dantas - RN. *Clio: Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 11, p. 59-70, 1995/1996. Anual. ISSN 0102-6003.
- VIDAL, Irma Asón. Arqueologia em Currais Novos. In: GALVÃO, Edneide Maria Pinheiro; SOUZA, Iranete Medeiros de; MEDEIROS, Getson Luís Dantas de (Org.). *Currais Novos: das inscrições rupestres do Totoró às galerias da Mina Brejuí*. Natal: SEBRAE, 2004, p. 8-9.
- VIDAL, Irma Asón. Projeto Arqueológico do Seridó: escavação no Sítio Pedra do Chinelo, Parelhas, Rio Grande do Norte. Primeiros resultados. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 15, p. 157-69, 2002. Anual. ISSN 0102-6003.

Balanço e perspectivas da pesquisa em Arqueologia histórica no Rio Grande do Norte

Roberto Airon Silva¹

A Arqueologia histórica ou Arqueologia das Sociedades Modernas

Das muitas divisões e classificações aplicadas para caracterizar os campos de atuação da Arqueologia no mundo contemporâneo, destacamos a divisão clássica proposta para a América como um todo e especificamente, para a América do Sul, de dois grandes campos de trabalho desta disciplina, e que consistem numa Arqueologia voltada para dois momentos históricos marcantes e o desenvolvimento dos respectivos campos de atuação vinculados a estes dois grandes recortes históricos.

O primeiro momento e que desenvolveu um respectivo campo de trabalho arqueológico, se refere ao estudo arqueológico do período anterior ao contato dos povos nativos do continente americano com os povos de origem europeia, isto é, uma Arqueologia dos povos autóctones do continente em toda sua ancestralidade, e com base teórico-metodológica na etnologia francesa e inglesa e nos estudos arqueológicos da pré-história do Velho Mundo. A esse campo, se convencionou

1 Prof. Dr. Departamento de História/CCHLA/UFRN; Membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e Coordenador do Laboratório de Arqueologia/DEHIS/UFRN.

chamar de “Arqueologia pré-histórica” ou tal como apresentado por André Prous no manual de Arqueologia brasileira (PROUS, 1992), trata-se sim de uma Arqueologia “pré-colonial”. A despeito de críticas nativistas a essa denominação, por considerá-la de sentido eurocêntrico, ela especifica muito mais um recorte temporal para uso arqueológico, do que propriamente, uma forma específica de campo da Arqueologia.

O segundo momento, mas também relacionado a um respectivo campo de atuação da Arqueologia, se refere a uma Arqueologia direcionada ao estudo dos materiais vestigiais do período que se inicia no contato euro-indígena, ou seja, das relações interétnicas entre povos nativos, colonizadores e outros povos transpostos ao Novo Mundo. Nesse sentido, inclui em sua definição temporal desde o processo inicial de contato, posse, ocupação, exploração e colonização europeia no Novo Mundo aos processos de resistência desses povos nativos; desde o processo de formação dos Estados-Nações do continente americano à formação das identidades socioculturais na América, bem como os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais decorrentes, correspondendo todos esses elementos ao âmbito de uma Arqueologia chamada de “Arqueologia histórica”.

Este segundo campo de atuação aparece subdividido de acordo com o intervalo espacial e temporal de cada pesquisa. Sendo assim, aparece identificado com o nome de *etnoarqueologia* quando se refere às pesquisas relacionadas ao estudo arqueológico de populações indígenas ou de remanescentes destas no continente, e que de alguma forma foram registradas pela etnografia. Quando aparece identificado com o nome de *Arqueologia colonial* se refere às pesquisas relacionadas ao estudo dos elementos vestigiais materiais pertencentes aos séculos XVI, XVII e XVIII nas áreas de ocupação colonizadora portuguesa, espanhola, francesa, holandesa ou inglesa. Aparecem ainda sob a denominação de *Arqueologia industrial*

para os estudos relacionados aos espaços construídos, objetos manufaturados e maquinário-faturados dos séculos XIX e início do século XX e nas áreas modificadas pela ação urbanístico-industrial. E, por último, com o nome de *Arqueologia urbana*, para as pesquisas relacionadas ao estudo arqueológico de áreas que foram ocupadas em diferentes séculos de acordo com os modelos de ocupação humana nas cidades ou núcleos urbanos fundados no território do Novo Mundo.

No entanto, apesar de toda esta gama de definições, no escopo da discussão teórica em Arqueologia, a definição deste campo – a Arqueologia histórica ou das sociedades modernas –, não é possível se propor uma definição única sobre esta, pois segundo os arqueólogos Maria Ximena Senatore e Andrés Zarankin, a chamada Arqueologia histórica pode ser definida como o estudo da formação do Mundo Moderno, que se inicia com a expansão europeia e ao mesmo tempo coincide com a consolidação do sistema capitalista e de uma nova ordem social, que consiste no surgimento, dispersão e manutenção de novas práticas sociais (SENATORE; ZARANKIN, 2002). Isso implicou, segundo Senatore e Zarankin, não só uma mudança nas relações entre indivíduos, mas também numa mudança na relação entre as pessoas e as coisas. Tal viés, enquanto modelo teórico, utiliza-se de três eixos de discussão em suas variantes: o primeiro eixo é a própria *sociedade moderna*; o segundo são as *práticas individuais e coletivas* em relação à mudança e à reprodução da sociedade, cultura material e identidade; e o terceiro são os *discursos* sobre a sociedade moderna sul-americana.

Tais estudos na Arqueologia sul-americana são na atualidade ainda poucos, se considerarmos a diversidade de dinâmicas implicadas na formação do Mundo Moderno nos diferenciados contextos, quer sejam eles regionais, quer sejam locais, na esteira da abordagem de Anthony Giddens, ao considerar que “[...] todas as ações humanas são levadas a cabo por agentes que constroem o mundo através de suas ações, porém,

estas (ações) a sua vez são condicionadas ou construídas pelo mundo que criam” (*apud* SENATORE; ZARANKIN, 2002, p. 8).

Para os arqueólogos argentinos Felix A. Acuto e Andrés Zarankin (1999), definitivamente, a Arqueologia é uma ciência social, pois o objetivo da Arqueologia é estudar a dinâmica da vida social e a produção cultural de indivíduos e sociedades; portanto, nesse sentido, a teoria arqueológica é teoria social. Para esses autores, a preocupação em estabelecer o caráter social da Arqueologia tem sido um elemento central para muitos dos arqueólogos sul-americanos e, dessa forma, não se pode deixar de referirem-se às posições de arqueólogos sul-americanos que deram prioridade, em suas assertivas teóricas, às ideias e aos marcos conceituais derivados da teoria social. Dentre esses trabalhos, destacam-se a chamada Arqueologia social latino-americana e as correntes marxistas surgidas na década de 1970.

Segundo Acuto e Zarankin (1999, p. 9), em relação à Arqueologia latino-americana:

Contrariamente ao esperado, os marcos predominantes na Arqueologia latino-americana contemporânea são da Arqueologia tradicional – histórico-cultural ou evolucionismo cultural – ou as correntes processuais e neoevolucionistas. Somente nos últimos anos, e de maneira restrita, os enfoques ligados com a teoria social têm retomado alguns dos princípios já esboçados pela Arqueologia Social latino-americana.

Para a arqueóloga brasileira Tânia Andrade Lima (2002, p. 117-127), ao se questionar sobre o fenômeno da globalização, que pela sua escala interplanetária, tem levado diversos cientistas sociais a debruçar-se na análise do assunto, se levantam algumas questões fundamentais, como por exemplo, qual seria a sua profundidade temporal e quais foram as forças diretoras que atuaram para que essa globalização assumisse a sua forma atual.

Para Lima, a cultura material é um campo do conhecimento que tem muitas possibilidades de oferecer importantes contribuições a esse entendimento, visto que essa cultura material foi um processo atrelado à produção e ao consumo de bens. E, dessa forma, a Arqueologia, principalmente, aquela cujo direcionamento visa estudar materialmente a sociedade moderna forjada no Novo Mundo, dará valiosas contribuições, pelo seu caráter de análise das transformações, mudanças e relações sociais do passado e pela via dos dados empíricos materiais. Ao referir-se ainda à Arqueologia, afirma Lima que por ser a Arqueologia uma ciência social, esta não pode permanecer alheia aos processos sociais, tanto do presente quanto do passado, e deve dar sua contribuição ao estudo desses processos, pois investiga pelo estudo da cultura material, a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através do tempo (LIMA, 1989, p. 87-99). Para Lima, cabe à Arqueologia histórica ou das sociedades modernas analisar esses processos em seus primórdios, nas suas diferentes etapas de existência, etapas que coincidem com o longo processo de colonialismo europeu nas Américas, e que definem assim, o campo operacional da Arqueologia histórica no continente americano. Entende Lima que a Arqueologia histórica como Arqueologia das sociedades modernas nas Américas é como a Arqueologia do capitalismo, tal como enfatizado por outros pesquisadores como Deetz, Orser Jr., Leone & Potter,² que buscaram dar conta desse processo através da análise da cultura material, de acordo com a qual cabe, então, a esta Arqueologia analisar os objetos materiais em domínios onde o elemento documental é falho, tendenciosos ou até mesmo opacos para as demais disciplinas.

2 Ver trabalhos de DEETZ, J. *In small things forgotten: the archaeology of Early American Life*. New York: Anchor Press, 1977; ORSER JR, C. *Introducción a la arqueología histórica*. Buenos Aires: AINA, 2000.

Um bom exemplo dessa forma de trabalho em Arqueologia histórica foi o caso da pesquisa realizada pelo arqueólogo Carlos Alberto Etchevarne, em 2001, no Centro Histórico de Salvador, na Bahia, com o estudo dos materiais provenientes das escavações da Praça da Sé de Salvador e de parte do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas na mesma cidade.³ Ao dispor na pesquisa de restos de cerâmicas de várias categorias, fragmentos de porcelana chinesa e de faianças, para análise arqueológica, foram de suma importância as inferências sócio-históricas que esses materiais puderam oferecer (ETCHEVARNE, 2003).

Segundo Etchevarne, a análise realizada nos contextos arqueológicos da pesquisa no Centro Histórico de Salvador mostrou evidências de variadas formas de reciclagem, especialmente a reciclagem feita com fragmentos de faianças portuguesas produzidas no século XVII. Tal análise, em que o número elevado de fragmentos de louças, encontrado em um setor específico do que atualmente constitui a Praça da Sé, pode ser explicada por várias razões, entre elas a posição que a cidade de Salvador ocupava em relação ao império colonial atlântico português à época. A cidade de Salvador foi, nesse período, a capital de uma colônia próspera e em plena expansão e era, assim, o porto de escoamento de toda a produção açucareira do Recôncavo Baiano para a Europa, e um entreposto vital do comércio português na chamada Carreira das Índias.

Ademais disto, Carlos Etchevarne (2006, p. 54) afirmou que, em relação ao estudo da cerâmica portuguesa do século XVII

3 Conforme informações de Carlos A. Etchevarne e Carlos Costa. *Relatório de atividades do Plano de Intervenção Arqueológica na área do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas de Salvador*. Salvador: Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA, 2001 (digitado).

[...] é deveras promissor se atenta para os vínculos econômicos entre metrópole e colônia. Este vínculo permite inserir o Brasil no âmbito da circulação de mercadorias entre os países do Mediterrâneo e Extremo Oriente, no início de um sistema econômico que já apresenta os traços do fenômeno da globalização.

Entretanto, a Arqueologia histórica ou Arqueologia das sociedades modernas só teve grande incremento na América do Sul e no Brasil a partir da década de 1980. Nesse contexto, diversos trabalhos foram desenvolvidos em nosso país e algumas questões teóricas importantes sobre o campo de pesquisa da Arqueologia histórica no Brasil começaram a fazer parte do rol de preocupações dos pesquisadores em Arqueologia.

No início da década de 1990, André Prous (1992) no seu manual sobre Arqueologia brasileira afirmou que a “Arqueologia histórica” era um ramo da Arqueologia, na época ainda pouco desenvolvido no país, e que esta se voltava ao estudo de vestígios que evidenciavam influência europeia e para a qual se dispunha de documentos escritos. Para Prous, era possível observar algumas direções da pesquisa em Arqueologia histórica no Brasil naquele período, a saber: o estudo de grupos indígenas influenciados pelos colonizadores; o estudo de núcleos de escravos rebeldes que criaram comunidades independentes, os quilombos; o estudo de comunidades de tradição europeia, o qual envolvia desde os estudos de restos materiais de antigos naufrágios, o estudo arquitetural das cidades antigas, o estudo das fortificações e de monumentos isolados até o estudo da evolução das estruturas agrárias no Brasil desde o início da colonização portuguesa até a atualidade.

O arqueólogo norte-americano Charles Orser Jr. (2000) afirmou que, no continente americano, a Arqueologia histórica constitui-se em estudar *artefatos*, assim como aquela outra Arqueologia chamada de “pré-histórica”. Esses artefatos devem ser pensados como elementos materiais confeccionados ou modificados pela ação humana. O que diferencia a

Arqueologia histórica das outras Arqueologias é, na verdade, seu foco de atenção que está direcionado a um passado recente ou moderno, ou seja, direcionado ao estudo de um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que, em grande parte, ainda estão sendo usados em nossos dias. Segundo Orser Jr. (2000, p. 27), esses elementos: “[...] do passado recente, moldam ou dão forma ao mundo moderno, e este mecanismo de constituição, ainda que extremamente complexo de entender, está relacionado com objetos materiais”.

A Arqueologia histórica no Brasil

Para o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2004), a Arqueologia histórica tem sido objeto de grandes debates nos últimos anos, e podemos considerá-la como uma Arqueologia das sociedades com escrita e com grande tradição no estudo das civilizações fundadoras do Ocidente. Na América do Norte, entretanto, o termo tem sido usado para referir-se ao estudo de um período histórico específico, o período moderno, particularmente no contexto espacial do continente americano. O termo não é usado, porém, na Europa e na Ásia, já que nesses continentes se entende por “históricas” uma diversidade de arqueologias, tais como, por exemplo, a dos estudos sobre o mundo grego e romano antigos (Arqueologia clássica) e sobre o Egito antigo (Arqueologia egípcia). Entre as questões contemporâneas mais recorrentes, segundo Funari, deve-se mencionar o estudo sobre as relações de poder que são expressas na dominação e resistência, na desigualdade social, e nos agentes históricos, colonizadores e colonizados, dentre outros temas abordados na última década.

A Arqueologia surgida em solo europeu, por sua vez, é herdeira da tradição dos estudos relacionados com a história da arte e na arquitetura acadêmica, e tem na filologia sua base de fundamento humanístico. De acordo com o mesmo autor, a situação acadêmica do outro lado do Atlântico no decorrer

do século XX, nos Estados Unidos, será muito diferente, pois a Arqueologia europeia, inicialmente implantada na América dentro das universidades e museus dos EUA – nos campos da Arqueologia clássica, a Arqueologia bíblica, a Arqueologia do Egito e da Mesopotâmia – terá acrescido outro campo de conhecimento arqueológico, a Arqueologia pré-histórica americana.

A Arqueologia pré-histórica enquanto campo da Arqueologia chegou ao Brasil na década de 1960 em diante, a partir da iniciativa de arqueólogos e antropólogos provenientes de duas orientações e formações acadêmicas distintas: a antropologia cultural norte-americana; e a etnologia e a paleoantropologia francesa (FUNARI, 2004/2005).

Para Funari (1999), a Arqueologia histórica é uma disciplina ainda muito jovem, que se institucionalizou há apenas quarenta anos nos Estados Unidos. No Brasil, no entanto, sua prática tem-se ampliado, principalmente, a partir dos anos 1980, e deve-se isto, em parte, à lenta e demorada restauração das liberdades públicas e do declínio do arbítrio político no país, com processos tais como a anistia em 1979 e o relaxamento da censura em meados da década de 1980.

Em razão disto, a Arqueologia desenvolveu-se de maneira desigual nos diferentes países da América do Sul e, segundo Funari, não é de se surpreender que essa mesma Arqueologia tenha se dedicado principalmente aos restos materiais de origem europeia e se desenvolvido muito mais nos países sul-americanos os quais, por sua específica história cultural e política, tiveram as próprias identidades nacionais muito mais direcionadas à Europa, como é o caso de Argentina, Brasil e Uruguai.

De acordo com o autor, a Arqueologia histórica brasileira não deixa de: “[...] compartilhar as aporias e contradições inerentes a este campo de pesquisa. Na origem da Arqueologia histórica, está o patrimônio, bem material de alto valor monetário, e ‘eo ipso’, símbolo da vitória da apropriação do trabalho alheio” (FUNARI, 2004/2005, p. 4).

Porém, o mesmo autor alerta para o fato de que tais tensões fazem parte da própria historicidade da sociedade brasileira, em que

os sujeitos sociais fragmentados da Arqueologia histórica no Brasil são mais ambivalentes e contraditórios, a começar de uma elite patriarcal predatória e truculenta, pouco instruída infensa a qualquer liberdade: pouco aristocrática e em nada burguesa, a despeito do uso de porcelanas e perfumes que, alhures seria sinal de uma coisa ou de outra (FUNARI, 2004/2005, p. 5).

E, além disso, por outro lado, nesta historicidade brasileira os sujeitos são heterogêneos por sua própria origem e definição: *indígenas, negros, mulatos, libertos, pobres, caboclos, sertanejos*, num elenco vasto de sujeitos sociais em luta e que não gozam do *status* hegemônico de seus congêneres norte-americanos e europeus. Para Funari (2004/2005), a Arqueologia histórica ou das sociedades modernas, de forma engajada e na sua dimensão pública poderá resgatar as vozes, os vestígios e os direitos de nativos, negros e todos os outros atores sociais excluídos das narrativas dominantes.

Para outro arqueólogo brasileiro, Arno Alvarez Kern, a dimensão da Arqueologia como ciência social está construída na relação estreita entre a Arqueologia histórica e a ciência histórica. A relação existente entre essas duas formas de conhecimento das sociedades humanas desempenha papel de extraordinária importância para a compreensão dos processos globais de mudança sociocultural das sociedades em outros tempos. No entanto, essas duas disciplinas se diferenciam pelo tipo de fontes de informação e pelos recursos que utilizam. Para Arno Kern (1998, p. 26), a interdisciplinaridade entre Arqueologia histórica e história fica claramente explícita quando levamos em conta que

[...] tanto o trabalho do arqueólogo histórico como o do historiador estão voltados para a tarefa de precisar

ou esclarecer os diversos aspectos das sociedades que estudam, bem como pelas transformações por que passam em um momento de seu processo histórico.

Segundo Kern (1998, p. 26), o estudo interpretativo da cultura material, por exemplo, nos estudos arqueológicos que desenvolve há mais de duas décadas sobre as Missões Jesuíticas no período colonial na região do Rio da Prata, criaram a oportunidade de reconstituir os processos de transculturação que se desenvolveram quando dos “contatos e dos impactos das sociedades indígenas entre si e destas com a sociedade colonial ibérica”. Dessa forma, afirma que a Arqueologia histórica enquanto estudo da sociedade colonial, isto é, uma “Arqueologia colonial”, tem permitido em seus estudos compreender a atividade missioneira e o processo de formação das fronteiras culturais platinas e da emergência de uma nova sociedade colonial naquele contexto.

Tais possibilidades de análise não seriam exequíveis não fosse pelos métodos e abordagens utilizados na Arqueologia histórica ou das sociedades modernas, tanto na sua dimensão de ciência social quanto na sua estreita relação com a ciência histórica, tal como afirmou Arno Kern. Pois é justamente nessas duas dimensões, de Arqueologia como ciência social e de uma Arqueologia próxima da História, que tem sido possível à Arqueologia no Brasil trabalhar a partir de noções como espacialidade, contatos interétnicos, fronteiras espaciais e culturais, transculturação e aculturação, redes sociais de poder e de produção, por serem estes temas específicos relacionados à análise do processo colonizador no Novo Mundo, bem como aos estudos das resultantes sociais e culturais desse processo (KERN, 1998, p. 6).

Diferentemente da Arqueologia pré-histórica ou pré-colonial, originada no Brasil a partir das informações sobre pinturas rupestres e artefatos indígenas nos relatos de viajantes, cronistas do século XVII, XVIII e de naturalistas do século

XIX, e posteriormente, nas coleções de artefatos depositadas no Museu Nacional no Rio de Janeiro para análise de arqueólogos estrangeiros, o campo da Arqueologia histórica é originário das pesquisas históricas e documentais e dos interesses na história da arquitetura e nos estudos da cultura colonial portuguesa no Brasil.

No entanto, seria de todo muito extenso e extrapolaria as dimensões deste capítulo mostrar um quadro completo da “história da Arqueologia histórica” realizada no Brasil nos últimos cinquenta anos, aproximadamente; por isso, decidimos então mostrar seu crescimento através do desenvolvimento evidenciado no âmbito do principal meio divulgador das pesquisas em território nacional, a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), enquanto espaço privilegiado das pesquisas e de discussão científica e acadêmica.

A prova desse crescimento pode ser visualizada no aumento da quantidade de trabalhos publicados nas reuniões bienais da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) desde os anos 1980.

Segundo as arqueólogas Sheilla Mendonça e Maria Dulce Gaspar (2000), foram as chamadas Jornadas Brasileiras de Arqueologia (JBA), realizadas no Rio de Janeiro, sob coordenação do Instituto Superior de Cultura Brasileira, na pessoa do professor Alfredo Mendonça de Sousa na década de 1970, o elemento germinador da criação da SAB, exatamente no momento em que estava ainda atuante o trabalho de levantamento de sítios no Brasil por parte do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), desde 1968.

A criação da SAB aconteceu durante o Seminário Goiano de Arqueologia, realizado em 1980. A primeira reunião científica da SAB foi então realizada em 1981, no Rio de Janeiro, na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, hoje denominada Universidade Estácio de Sá, que era então a única Faculdade no país com uma graduação em Arqueologia. Na sua primeira

reunião foram apresentados 64 trabalhos ao todo e a partir desse momento as reuniões aconteceram sempre a cada dois anos em diferentes cidades do Brasil. Na terceira reunião, em 1985, a SAB filiou-se à Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC), mas não conseguiu assento na organização da SBPC, pois ainda contava com poucos arqueólogos e pouca articulação política no Brasil acadêmico. A *Revista de Arqueologia* foi criada em 1983 sob a coordenação da arqueóloga Maria Conceição M. B. Beltrão e era editada originalmente pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa).

Nos anos de 1990, por exemplo, os debates promovidos, as discussões e os resultados apresentados e divulgados nas revistas da SAB, através dos Anais dos encontros científicos, mostram em relação aos outros campos de pesquisa da Arqueologia brasileira, o paulatino crescimento da divulgação de resultados e a ampliação de temas apresentados, bem como dos debates teóricos acerca da Arqueologia histórica.

Na *VIII Reunião Científica da SAB*, por exemplo, realizada em Porto Alegre-RS, em 1995, quatro mesas-redondas aprovadas foram dedicadas exclusivamente ao tema da “Arqueologia histórica”, e consequentemente, houve a publicação, nos Anais do Encontro (1995), de quatro artigos completos resultantes delas. Dentre os autores dessas publicações, aparecem dois pesquisadores brasileiros e dois pesquisadores estrangeiros, sendo um desses uma arqueóloga uruguaia e outro, um arqueólogo norte-americano, em meio a outras vinte e cinco mesas-redondas dedicadas a outros temas, com a publicação de trabalhos completos resultantes da Reunião Científica da SAB. Esses trabalhos giravam em torno de campos de atuação bem diferentes da Arqueologia histórica tais como: história da Arqueologia, arte rupestre, grupos horticultores, grupos caçadores – coletores, sepultamentos, biologia humana e a atuação legal dos arqueólogos no Brasil.

A *Revista de Arqueologia* da SAB, no ano de 1996, por exemplo, foi uma publicação dedicada quase que exclusivamente a trabalhos sobre temas ligados ao recorte espaçotemporal da Arqueologia histórica, tais como: *análise distribucional intrassítio*, *artefatos reciclados*, *mineração colonial* e *antropologia biológica de populações coloniais*. Para se ter uma ideia desse crescimento, ao longo de dez anos, no ano de 2007, no XIV Congresso da SAB, realizado em Florianópolis/SC, mesmo considerando a ampliação das possibilidades temáticas constituídas na Arqueologia brasileira em uma década, é fato que dos 41 simpósios temáticos realizados, em oito destes, o tema foi direcionado às questões teóricas e metodológicas referentes a sítios de ocupação coloniais ou pós-coloniais no Brasil, ou seja, no recorte espaço-temporal da Arqueologia histórica no Brasil.⁴

Além disso, a amplitude de pesquisas e temas, no universo de comunicações apresentadas no mesmo congresso de 2007, pode ser conferida a quantidade de categorias, para dar conta da totalidade das comunicações coordenadas com temáticas relacionadas à Arqueologia histórica. Essa área temática foi distribuída em nove categorias dentre os sessenta e sete temas ao todo, assim distribuídos: *Arqueologia histórica I, II, III, IV, V e VI*; *Arqueologia urbana*; *arquitetura histórica/ técnicas construtivas/ preservação I e II*.

O importante papel de elemento divulgador e incentivador desse campo da Arqueologia, sem dúvida, foram os núcleos de pesquisa que se desenvolveram nos últimos vinte anos em vários estados do Brasil, com projetos de pesquisa e com a orientação de trabalhos de alunos de graduação e pós-graduação no campo da Arqueologia histórica. Tal é o caso do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco e os trabalhos publicados na revista *Clio* (Série Arqueológica), do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Preservação do

4 Anais do I Congresso Internacional da SAB – XIV Congresso da SAB – III Encontro do IPHAN e Arqueólogos. Florianópolis/SC, 2007.

Patrimônio, também da UFPE; o Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais e o Laboratório de Arqueologia do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia dessa universidade, que publica uma revista especializada em Arqueologia histórica no Brasil, a *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*; o Programa Internacional de Investigações Interdisciplinares da Região do Prata (PROPRATA), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e a publicação da “Coleção Arqueologia”, com volumes dedicados a divulgar trabalhos sobre Arqueologia nas Missões Jesuíticas da Região do Rio da Prata; o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com teses e dissertações sobre temas de Arqueologia histórica; o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade de São Paulo (USP) e a *Revista da USP*, com edições em forma de dossiês dedicados à Arqueologia brasileira; e o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Universidade de Estadual de Campinas (Unicamp), com um Grupo de Pesquisa sobre Arqueologia Histórica (registrado no CNPQ).

A Arqueologia histórica no Rio Grande do Norte

As referências a vestígios materiais da época colonial e imperial no Rio Grande do Norte vêm de longa data e assim como na historiografia brasileira, estão vinculadas à produção intelectual dos Institutos Históricos e outras academias científicas, criadas desde o final do século XIX no intuito de construir a história do país e a história regional e local. O Rio Grande do Norte não foi exceção, pois desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) em 1902, essa instituição tem sido uma depositária da intelectualidade local e do interesse na construção e pesquisa sobre a História do Rio Grande do Norte.

As primeiras referências a elementos vestigiais materiais coloniais e imperiais estão relacionadas a interesses vinculados à história da arte, à história da arquitetura civil e religiosa ou da própria história político-econômica do estado, e não a um caráter nitidamente arqueológico, como era de se esperar.

Podemos citar como exemplo, trabalhos como o de Manoel Jácome de Lima, publicado na *Revista do IHGRN*, dos anos de 1918/1921, nos quais relata sobre os municípios de Papary, Santo Antonio, Luiz Gomes e Touros, e em que cita construções dos séculos XVIII e XIX que, segundo ele, estavam relacionadas à construção histórica desses lugares, importantes na história do Rio Grande do Norte.⁵

Sobre a cidade de Luiz Gomes, Manoel Jácome de Lima faz referência a uma construção histórica que, na sua época, era a igreja da cidade, afirmando ser essa igreja a primeira da cidade, a qual havia sido construída no século XVIII. Ou ainda, referindo-se ao município de Touros, o autor do artigo relata acerca do material bélico encontrado nos arredores da Vila de Touros, no qual se destacavam os seguintes artefatos: peças de canhão e balas de ferro. Esses materiais foram encontrados no Morro de Touros e no Morro Vermelho, ambos situados a uma légua da mesma Vila de Touros. Obviamente, que as indicações nesse período, ou seja, a década de 1920 eram por vezes vagas e imprecisas, pois os interessados relatavam acerca dos vestígios materiais sem qualquer preocupação em situá-los contextualmente em um determinado sítio histórico, muito menos preservá-los para estudos arqueológicos sistemáticos posteriores.

Outro desses trabalhos sobre a Capitania do Rio Grande do Norte foi publicado na *Revista do IHGRN*, de 1913/1915, no qual foram listados os aldeamentos criados na Capitania, situando-os em relação à toponímia daquele período, qual a

5 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. v. XVII-XIX, 1918-1921 (Dicionário Histórico, geográfico e etnográfico do Brasil), p. 79-103 (v. XVII.) e p. 91 (v. XIX).

invocação do santuário daquelas missões, e quais foram as respectivas “nações” de índios que foram aldeados ou reduzidos nesses lugares, no final do século XVII e início do século XVIII.⁶

Outro exemplo é o estudo de Fernando Távora acerca das origens do engenho Cunhaú, famoso pela sua relação com o povoamento inicial e da colonização efetiva da Capitania do Rio Grande, publicado na *Revista do IHGRN*, de 1951/1952, em que o autor relata acerca do fortim, do engenho e da capela do engenho de Cunhaú e as matanças e destruições ocorridas ali. Diz o autor restar da capela original de Nossa Senhora das Candeias apenas as “paredes semidestruídas” e afirma serem essas construções “seiscentistas”, ou seja, construídas no século XVII (TÁVORA, 1951/1952).

Na mesma pesquisa, observamos que nessa fase inicial de interesse pelos vestígios materiais históricos, algumas ruínas de edificações e edifícios remanescentes tornaram-se alvo de constantes relatos e citações, as quais são as mais conhecidas na historiografia norte-rio-grandense: a Fortaleza dos Reis Magos, os engenhos de Cunhaú e Uruaçu, o engenho Potengi (ou do Ferreiro Torto), as Missões de Igramació (Vila Flor) e de São Miguel de Guajiru (Extremoz), e as capelas que deram origem às diversas povoações coloniais no Rio Grande do Norte, incluindo, além do litoral, a região do Seridó e a cidade de Mossoró.

A década de 1980, no entanto, marca um período importante, pois na historiografia norte-rio-grandense teve grande destaque a produção bibliográfica de autores como Olavo Medeiros Filho, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e pesquisador dos fatos históricos do estado, sempre com base em registros documentais e pesquisa exaustiva nesse tipo de fonte. Olavo Medeiros Filho (1984, 1989,

6 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. V. XI, XII, XIII. (Capitania do Rio Grande), 1913-1915.

1997) dedicou um espaço importante em seus escritos ao estudo das fontes documentais do período de dominação holandesa na Capitania do Rio Grande no século XVII, nos quais deu destaque à pesquisa e à busca por fontes cartográficas e fontes etnográficas desse período.

Seu interesse nesse tipo de pesquisa documental gerou trabalhos importantíssimos para o desenho da história colonial em solo potiguar, pois tratou de assuntos desde os contatos iniciais da colonização ao conhecimento da localização geográfica dos aldeamentos missioneiros, das verdadeiras origens históricas de Natal, bem como do interesse do autor pela Guerra dos Bárbaros, ou seja, pela ação colonizadora portuguesa no espaço sertanejo em razão das lutas contra os índios tapuias na Capitania do Rio Grande. Em *Índios do Açu e Seridó*, o pesquisador refere-se não só às ruínas de casas fortes na Capitania do Rio Grande, mas alerta para a necessidade de uma pesquisa arqueológica que pudesse elucidar tais dúvidas historiográficas sobre essas construções.

Em 1992, com a dissertação de mestrado do arqueólogo Paulo Tadeu de S. Albuquerque sobre a faiança portuguesa dos séculos XVII e XVIII, coletada nas escavações feitas por ele na área da antiga Missão de Igramació, atual cidade de Vila Flor, situada no litoral sul do estado, deu-se início à pesquisa sistemática e de base arqueológica e, efetivamente, classificada como trabalhos de Arqueologia histórica.

Além desta, outras prospecções foram realizadas sob a coordenação desse pesquisador, à frente do então recém-criado Laboratório de Arqueologia (Larq), do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo realizados também trabalhos de prospecção arqueológica na Fortaleza dos Reis Magos, no calçadão da Rua Chile no Bairro da Ribeira e no interior da Igreja Matriz de N. S. da Apresentação, todos esses, sítios históricos situados na cidade do Natal.

No final da década de 1990, houve um hiato nas pesquisas em Arqueologia histórica no estado, quando se mantiveram ativas somente as pesquisas em sítios de ocupação pré-colonial e em lugares já identificados pelo menos duas décadas antes. O Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da UFRN buscou dar continuidade a esses trabalhos, analisando materiais e orientando trabalhos monográficos de alunos graduandos-bolsistas envolvidos nos trabalhos do laboratório. Nas ações acadêmicas vinculadas ao laboratório também foram oferecidos oficinas e minicursos com discussão de questões teóricas e metodológicas atualizadas para incremento da atividade arqueológica e das disciplinas de formação dos alunos do curso de História desta mesma universidade.

Os trabalhos monográficos de conclusão de curso sob nossa orientação, e que estão a seguir listados, foram arquivados na Divisão de Documentação e Bibliografia do NEHAD e mostram a dimensão dessa sistematização dos conhecimentos de base arqueológica no estado: *Levantamento das potencialidades arqueológicas da Cidade Alta – séculos XVII e XVIII*, de Iago Henrique A. Medeiros (2000); *As transformações urbanas no bairro da Ribeira e a economia do Rio Grande do Norte*, de Marluce Lopes Silva (2000); *A modernização da cidade do Natal: o aformoseamento do bairro da Ribeira*, de Lídia Maia Neta (2000); *Fluxos e refluxos comerciais na Bacia do Potengi: século XIX*, de Wagner Nascimento Rodrigues (2002); *Vestígios de um Rio Grande do Norte sem fronteiras: a relação da História, Arqueologia e a Coleção Indígena do Museu Lauro da Escóssia / Mossoró*, de Abrahão Sanderson F. Nunes (2004).

Dois trabalhos de pesquisa foram desenvolvidos sob nossa coordenação: no primeiro, tratamos sobre as referências arqueológicas contidas na bibliografia e nos relatos produzidos e publicados sobre o Rio Grande do Norte desde o século XVIII até o século XX; e no segundo, discorreremos acerca da identificação de fontes documentais para o estudo da Arqueologia

colonial no Rio Grande do Norte, principalmente no que diz respeito às informações sobre a ocupação, defesa e formação territorial da Capitania, trabalho que serviu de base para tese de doutoramento (SILVA, 2010).

O primeiro projeto de pesquisa realizado na nova coordenação do Laboratório de Arqueologia (Larq), nos anos de 2001 a 2003, obteve apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa (Propesq) e foi intitulado *Contribuições Bibliográficas à Arqueologia no Rio Grande do Norte*. Nele, levantamos dados importantes que nos serviram de aporte para analisar a historicidade do interesse nos elementos vestigiais que podemos considerar hoje referentes à Arqueologia pré-histórica e histórica no contexto do Rio Grande do Norte, a partir de fontes escritas: livros, relatos de viagens e documentos.

O segundo projeto de pesquisa, realizado entre os anos de 2004-2005, também com apoio institucional, foi intitulado *Arqueologia colonial: as casas fortes como unidades de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no final do século XVII*, e se constituiu na pesquisa que nos serviu de base para trabalho de tese de doutoramento (SILVA, 2010).

Desde o ano de 2006, quando da efetivação do projeto de trabalho sobre as casas fortes, temos buscado introduzir estudos e análises sistemáticas em Arqueologia histórica e do período colonial no Rio Grande do Norte, sob a forma de minicursos, palestras, mesas-redondas e comunicações orais, sejam em congressos, encontros, sejam em semanas universitárias e eventos dessa natureza. A pesquisa sobre as casas fortes, por sua vez, desenvolvida como tese de doutorado, teve como objetivo compreender um processo importante para a ocupação da área dos sertões do Nordeste colonial do Brasil, e os interesses e conflitos existentes entre colonos e índios desses sertões.

Esses conflitos se estenderam territorialmente desde a Capitania da Bahia até a Capitania do Rio Grande (do Norte), na segunda metade do século XVII e início do século XVIII.

Para solucioná-los, formou-se uma rede de relações sociais e de poder em vista da necessidade estratégica de guerra, tanto do ponto de vista da formação de uma fronteira cultural e espacial, quanto do ponto de vista da organização de uma guerra declarada como justa contra esse inimigo interno da colonização: o gentio tapuia. Dessa forma, não se poderia pensar em casas fortes na Capitania do Rio Grande sem relacioná-las a um contexto sociopolítico e espacial mais amplo na sua relação com as outras Capitanias do Estado do Brasil no final do século XVII.

Apresentadas em textos de vários historiadores, as casas fortes se constituíram em nosso objeto de estudo, pois, embora tendo sido comentadas e citadas, foram muito pouco ou quase nada estudadas com a devida profundidade, principalmente, quanto às suas características materiais e sua aplicação no espaço, bem como outras características de cunho sociocultural, durante o período colonial no Brasil.

Nossa pesquisa assentou-se, então, na dimensão teórica de colocar a Arqueologia e o campo da Arqueologia histórica como uma ciência social, portanto, um fazer científico preocupado em estabelecer o entendimento e a compreensão dos processos sociais e seus agentes históricos como atuantes e efetivamente relacionados e não apenas dos achados arqueológicos *per se*.

Assim, três fases foram estabelecidas para sistematizar os dados empíricos e analisar as casas fortes, a saber: a coleta e a análise de informações bibliográficas, cartográficas e documentais referentes ao século XVII; a identificação e a análise de informações provenientes dos relatos etnográficos de cronistas portugueses e holandeses, também do século XVII; e por último, as informações arqueológicas a serem observadas a partir das prospecções e dos restos materiais identificados nesses locais (SILVA, 2007).

Atualmente, novos trabalhos estão em andamento, tais como o projeto *Sistematização das Informações em Arqueologia Histórica no Rio Grande do Norte* (2011-2013) e o projeto *Levantamento das Potencialidades Histórico-Arqueológicas da Microrregião da Serra de Santana do Matos* (2013-2014), ambos desenvolvidos no âmbito das ações acadêmicas do Larq da UFRN. Outra estratégia de divulgação e ampliação da atuação da Arqueologia e, em especial, da Arqueologia histórica no Rio Grande do Norte foi a criação do Núcleo de Estudos em Arqueologia Brasileira, desde o ano de 2010 no âmbito do trabalho do Larq no Departamento de História da UFRN.

Essa atividade tem incentivado a pesquisa no campo da Arqueologia histórica como é o caso das monografias de final de curso, da criação de um Curso de Especialização em Arqueologia do Nordeste Brasileiro, também no âmbito da UFRN, em que constam no currículo a disciplina Arqueologia Histórica e outras disciplinas com conhecimento correlato a esse campo de atuação arqueológico.

Deve-se ressaltar também o aumento na quantidade de trabalhos em Arqueologia preventiva ou Arqueologia de contrato, em razão dos licenciamentos ambientais e dos diversos empreendimentos na área de ampliação de estradas de rodagem, de aeroportos e linhas de transmissão de energia eólica, além de outros empreendimentos, que têm sido realizados por equipes de trabalho acadêmicas ou empresas de consultoria arqueológica no território do Rio Grande do Norte.

Esses trabalhos arqueológicos assim têm evidenciado em sua coleta de campo uma grande quantidade e diversidade de materiais arqueológicos históricos, os quais exigem cada vez mais conhecimento especializado dos arqueólogos em atuação no estado. Esse conhecimento especializado dos arqueólogos e das equipes de trabalho deve-se também à sua necessidade de atualização, dada a variabilidade de métodos de análise de materiais, de prospecção e de escavação em sítios arqueológicos

históricos utilizados hoje, no âmbito da Arqueologia brasileira, nas pesquisas em áreas urbanas ou em áreas rurais quando o assunto é o campo da Arqueologia histórica.

Referências

- ACUTO, Félix A.; ZARANKIN, Andrés. *Sed non satiata: teoria social en la Arqueologia latinoamericana contemporânea*. Buenos Aires: Ediciones Del Trident, 1999. (Colección Científica).
- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Sousa. A faiança fina portuguesa em Vila Flor-RN. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.
- DEETZ, J. *In small things forgotten: the Archaeology of Early American Life*. New York: Anchor Press, 1977.
- ETCHEVARNE, Carlos; COSTA, Carlos. *Relatório de atividades do Plano de Intervenção Arqueológica na área do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas de Salvador*. Salvador: Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA, 2001. (digitado).
- _____. A reciclagem da faiança em Salvador: contextos arqueológicos e tipos de reutilização. *Clio*, Recife, v. 1, p. 103-118, 2003.
- _____. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII em Salvador – Bahia. *Clio*, Recife, v. 1, n. 20, 2006.
- FUNARI, P. P. A.; FOGOLARI, Everson P. (Org.) *Estudos de Arqueologia histórica*. Erechim: Habitus/Unicamp, 2005.
- FUNARI, P. P. A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Mneme*, Caicó-RN, Dossiê Arqueologias Brasileiras, v. 6, n. 13, dez. 2004/ jan. 2005.
- _____. Contribuições do estudo da cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul. *Tempos Históricos*, Cascavel, n. 1, p. 11-44, 1999.
- KERN, Arno Alvarez. (Org.). *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. (Coleção Arqueologia, 06).
- LEONE, Mark P.; POTTER, Parker B. *The Recovery of Meaning*. Clinton Corners, NY: Percheron Press/Eliot Werner Publishing, 2003.
- LIMA, Tânia Andrade. O papel da Arqueologia Histórica no Mundo Globalizado. In: SENATORE, M. X.; ZARANKIN, A. (Org.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Trident, 2002, p. 117-127. (Colección Científica).

_____. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. *Clio, Série Arqueológica*, Recife, n. 5, p. 87-99, 1989.

MEDEIROS, Iago Henrique A. *Levantamento das potencialidades arqueológicas da Cidade Alta – séculos XVII e XVIII*. Monografia de final de curso, Natal: UFRN, 2000.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *No rastro dos Flamengos*. Natal: FJA, 1989.

_____. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

_____. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: Depto Estadual de Imprensa, 1997.

MENDONÇA DE SOUSA, Sheila M. F.; GASPAR, Maria Dulce. A Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB: perspectivas da maioria. In: *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, agosto/2000.

NETA, Lidia Maia. *A modernização da cidade do Natal: o aformoseamento do bairro da Ribeira*. Monografia de final de curso, Natal – UFRN, 2000.

ORSER JR, C. *Introducción a la arqueología histórica*. Buenos Aires: AINA, 2000.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8., 1995, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 1995.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA. Sociedade de Arqueologia Brasileira, volume 09, 1996.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal, v. XVII-XIX, p. 79-103 (vol. XVII.) e p. 91 (vol. XIX), 1918-1921. (Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal, v. XI, XII, XIII, 1913-1915. (Capitania do Rio Grande).

RODRIGUES, Wagner Nascimento. *Fluxos e refluxos comerciais na Bacia do Potengi: século XIX*. Monografia de final de curso, Natal – UFRN, 2002.

SENATORE, M. X.; ZARANKIN, A. (Org.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Trident, 2002 (Colección Científica).

NUNES DA SILVA, Abrahão S. F. *Vestígios de um Rio Grande do Norte sem fronteiras: a relação da História, Arqueologia e a Coleção Indígena do Museu Lauro da Escóssia/Mossoró*. Monografia de final de Curso de Especialização em História, Natal – UFRN, 2004.

SILVA, Marluce Lopes. *As transformações urbanas no bairro da Ribeira e a economia do Rio Grande do Norte*. Monografia de final de Curso, Natal: UFRN, 2000.

SILVA, Roberto A. Arqueologia, Antropologia e História: o interesse pelos vestígios humanos. *Revista Cadernos de História*, v. 45, n. 2/1, p. 143-160, jul./dez. 1997, jan./dez. 1998.

_____. As casas fortes: estudos preliminares em Arqueologia histórica no Nordeste do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 1., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis-SC, 2007.

_____. *Uma Arqueologia das casas fortes: organização, território e guerra na Capitania do Rio Grande – século XVII*. Tese Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUSA, Sheila M. F. Mendonça; GASPAR, Maria Dulce. A Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB: perspectivas da maioria. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 2000, Rio de Janeiro.

Anais... Rio de Janeiro, 2000, p. 1-13.

TÁVORA, Fernando. Cunhaú. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. XLVIII-XLIX, 1951-1952.



Registros rupestres





As gravuras rupestres da região Oeste do Rio Grande do Norte

Valdeci dos Santos Júnior¹

Introdução

O Estado do Rio Grande do Norte possui atualmente (2013) 295 sítios arqueológicos registrados oficialmente no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e mais 192 sítios ainda inéditos catalogados pelo Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (NEA/UERN) e em fase de registro no IPHAN, perfazendo um total de 487 sítios arqueológicos.

Uma parte desses sítios está situada na região Oeste e apresentam registros rupestres com duas tipologias – pintados e gravados –, que testemunham a passagem de grupos humanos pré-históricos na chapada do Apodi entre o vale do Jaguaribe, no Ceará, e o vale do Assu, na mesorregião central do Rio Grande do Norte. Embora o sítio arqueológico mais conhecido da região, o Lajedo do Soledade, seja composto predominantemente por painéis com registros pintados, a técnica de elaboração dos registros gráficos na maior parte dos sítios dessa região é de registros gravados.

Os estudos contemporâneos sobre os registros rupestres no Nordeste brasileiro tentam, em última instância, segregar

1 Professor do Departamento de História, UERN – Mossoró/ RN. Mestre em Arqueologia – UFPE. Coordenador do Laboratório de Arqueologia – O Homem Potiguar – LAHP – UERN.

identidades gráficas, regionais ou locais, que permitam obter respostas mais concretas sobre o modo de vida e a complexidade social dos grupos pré-históricos que habitaram essa região brasileira durante milhares de anos.

As técnicas de execução dos registros gravados

Na análise das técnicas de execução na elaboração dos registros gravados, devem ser levadas em consideração algumas opções de escolha e procedimentos metodológicos adotados por seus autores para atenuar o dispêndio físico que a execução desses registros exige, entre eles podem ser citados: o tipo de suporte escolhido e sua posição no contexto geoambiental, a proximidade da água, a exposição ao sol, o instrumento lítico utilizado e as posturas gestuais adotadas (PESSIS, 2003). A observação atenta dessas premissas pode trazer informações importantes sobre padrões regionais/locais adotados na escolha dessas técnicas de execução.

Os registros gravados na região Oeste foram realizados através das seguintes técnicas de execução: raspagens simples, picotagem (percussão) e picotagem (percussão) com posterior polimento (fricção).

A técnica da raspagem simples é oriunda de um gesto que aplica contato superficial entre dois corpos, em sentido unidirecional ou bidirecional, isto é, a mão que empunha o instrumento abrasivo executa movimentos num único sentido ou em dois (ida e volta), que deixa visíveis irregularidades nas bordas e no interior dos sulcos, oriundas da textura natural da rocha ou de percussão, quando precedida por esta. Exige pouco tempo de trabalho (em relação as demais técnicas) sendo realizada simplesmente através de contato direto de duas superfícies de atrito (VALLE, 2003).

Essa técnica de execução foi realizada, predominantemente, em lajedos graníticos rentes ao solo ou em formações

rochosas (graníticas ou calcárias) próximas a olhos-d'água ou nas margens de riachos, com ranhuras superficiais na rocha, ou seja, em baixo relevo e com pouca profundidade de penetração (entre 1 a 3 mm em média). Quase todos os grafismos foram elaborados com traços retilíneos ou curvilíneos, formando composições ou não, com contornos simples, realizando símbolos abstratos em forma de circunferências, quadrados, retângulos, tridígitos e linhas paralelas horizontais ou oblíquas.

O preenchimento das gravuras com essa técnica quase sempre está limitado aos contornos fechados dos símbolos elaborados em movimentos unidirecionais ou bidirecionais, não havendo uma preocupação em preencher através de raspagens a superfície dos espaços internos das criações. O preenchimento completo do espaço interno desses símbolos aparece somente em raros grafismos (Figura 1) ou de forma alternada (Figura 2).

Figura 1 – Gravuras rupestres com preenchimento dos espaços internos (sítio Arqueológico Serrote das Cachorras – Upanema-RN)



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 2 – Alternância do preenchimento dos espaços internos (sítio arqueológico Poço do Letreiro – Itaú-RN)



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

A técnica da picotagem abrange posturas corporais na manufatura das gravuras no qual o traço é obtido por uma série de pequenos impactos contínuos na superfície rochosa, feito com um instrumento (percutor) com ponta arredondada ou não (PESSIS, 2002). Em alguns casos poderia também ter sido utilizado um segundo instrumento que corresponderia a um elemento intermediário entre o percutor e a rocha (suporte) para permitir uma melhor definição das linhas mais finas. Naturalmente, esses instrumentos de trabalho deveriam ter um grau de dureza igual ou superior ao suporte utilizado (ETCHEVARNE, 2007). Essa técnica, em comparação com a raspagem simples, normalmente pressupõe um tempo maior e um dispêndio de mais energia do autor, dependendo também do tipo e das dimensões do grafismo elaborado.

Na região Oeste essa técnica foi bastante utilizada, principalmente, na criação de grafismos em conjunto com cúpules (pequenos círculos côncavos, podendo ser depois polidos

ou não – Figura 3) em série ou conjugados com determinados símbolos rupestres, como círculos concêntricos, radiados ou não (Figura 4). Em outros casos, essa picotagem aparece como ponto central de círculos concêntricos ou não, ou simplesmente isolados, alternando-se com outra técnica de execução (raspagens simples). Na realização desses cúpules, seria necessária a utilização de um instrumento, “com bordo ligeiramente convexo, que possuísse um apêndice como elemento preênsil, de modo a permitir a rotação sobre um mesmo ponto, desgastando a rocha por abrasão” (ETCHEVARNE, 2007, p. 119). Esses símbolos rupestres também são conhecidos como capsulares ou cúpulas.

Um detalhe importante que se deve ter cuidado, relacionado a esse tipo de grafismo (cúpule), é a intencionalidade do autor, que pode conter diversos significados simbólicos em forma de abstração, mas também em alguns casos poderia ser fruto de uma utilidade prática que nada tem a ver com o mundo das ideias, como por exemplo, a confecção e o afiamento das lâminas (gumes) de machados, polidas em suportes conhecidos como bacias de polimento (PROUS, 1992) (Figura 5).

Figura 3 – Técnica da picotagem – Cúpulas em série. Sítio arqueológico Santa Maria – município de Campo Grande-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 4 – Círculos concêntricos radiados. Sítio arqueológico Pedra Pintada – município de Caraúbas-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 5 – Sítio arqueológico Papagaio II – Gravuras rupestres ou bacia de polimento? – município de Santana do Matos-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

A técnica da picotagem (percussão) com posterior polimento interno nas concavidades dos registros abrange os mesmos procedimentos da picotagem simples, sendo acrescentados movimentos extras, multidirecionais, no interior dos sulcos realizados, com elementos abrasivos como areia e água, deixando marcas mais profundas. Essas marcas quando mais estreitas requereram um cinzel, obtidas com uma simples lasca de pedra ou um instrumento de gume estreito. As “marcas mais rugosas podem ter sido posteriormente polidas, esfregando-se nelas uma pedra abrasiva” (JORGE; PROUS; RIBEIRO, 2006, p. 148).

Essa técnica exige tempo e paciência, dependendo das dimensões do grafismo, da localização do suporte e da postura do autor do grafismo quando da elaboração. Os suportes verticais (formações rochosas laterais situadas nas margens de riachos) parecem ter sido a opção preferencial de escolha. Essa técnica só aparece na região Oeste em alguns grafismos

figurativos, tendo como um dos exemplos, representações lagartiformes (Figura 6) do Sítio Arqueológico da Pedra Pintada, no município de Caraúbas-RN.

Figura 6 – Gravuras rupestres do Sítio Arqueológico Pedra Pintada
– Técnica de picotagem com posterior polimento – Zoomorfos
(lagartiformes) em sentido oblíquo – município de Caraúbas-RN,
região Oeste



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

As questões de espaço e as temáticas representadas

Na maioria dos sítios arqueológicos com registros gravados da Região Oeste não foi respeitada uma delimitação ordenada de espaço entre os registros, ocorrendo, frequentemente, as sobreposições (Figura 7). Elas acontecem de forma repetitiva, tendo como suportes pequenas formações rochosas semiovaladas, situadas às margens de cursos d'água ou foram efetuadas rente ao solo, em lajedos graníticos. As dimensões das gravuras superam frequentemente os 15 cm, atingindo até 1,5 m. Normalmente é utilizado um plano horizontal ou

conforme a proximidade do suporte com as rochas mais altas do lajedo que propiciam sombras no período matutino ou vespertino. Essa peculiaridade foi observada no sítio arqueológico da Pedra do Anjinho, no município de Campo Grande-RN, onde a concentração dos painéis com os grafismos gravados estão em setores protegidos dos raios solares nesses períodos do dia.

A raspagem dos espaços internos dos registros normalmente não acontece, permanecendo apenas os traços geométricos de contornos simples, fechados (Figura 8) ou semiabertos, que delimitam os símbolos representados. O preenchimento com a técnica de raspagem completa do espaço interno ocorre em raras ocasiões, geralmente com motivos figurativos ou partes desses motivos (pés e mãos).

Figura 7 – Gravuras rupestres do Sítio Arqueológico Pedra do Anjinho – Sobreposições dos grafismos – município de Campo Grande – RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 8 – Grafismo com contorno fechado. Sítio Arqueológico Pedra do Serrotão de Cima – município de Upanema-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

A altura e a distribuição espacial dos grafismos variam de acordo com o suporte escolhido. Nos suportes verticais, observa-se um respeito maior com a regra da distância entre os grafismos, com a ocupação de outros espaços e evitando-se a sobreposição. Nos suportes rentes ao solo, essa regra geralmente não é obedecida. Normalmente a altura de início da elaboração dos grafismos é superior a 50 cm (em relação ao solo atual) nos suportes verticais. Entretanto, em alguns sítios da região, essa relação não é observada por conta de outros fatores, tais como, a ocorrência de enxurradas, que trazem sedimentos que aumentam o nível do solo. A altura dos registros gravados, porém, pode chegar a 4,7 m como é o caso da Pedra do Serrotão de Cima, em Upanema-RN.

As temáticas utilizadas nos registros gravados direcionam-se, predominantemente, para a elaboração de grafismos puros (registros gráficos que não permitem uma correlação segura, a nível cognitivo, com imagens que evidenciam o

nosso sistema de ideias atual), com raras criações voltadas para registros reconhecíveis como zoomorfos e antropomorfos esquemáticos ou mãos e pés. Os traços geométricos mais utilizados nesses grafismos puros são os círculos, cúpules, retas entrecortadas, círculos cortados por pequenas retas (concêntricos radiados), tridígitos, retângulos e traços retilíneos.

Já os grafismos reconhecíveis (figurativos) aparecem em menor número, compostos por zoomorfos e antropomorfos, elaborados quase sempre de forma esquemática, com delineamento fechado dos traços elementares, tais como, braços, pernas, tronco e cabeça. Esses traços simples são compostos normalmente por retas entrecortadas, efetuados com raspagem simples, tentando caracterizar as representações humanas (Figura 9) ou de animais. Raramente aparece a representação do elemento fálico, facilitando a diferenciação do gênero. Em nenhum desses grafismos reconhecíveis (antropomorfos), existe adornos culturais ou qualquer tipo de vestuário. Muito raramente, as representações antropomorfas aparecem de forma mais clara, com contornos bem definidos, preenchimento interno e não deixando dúvidas quanto a sua elaboração (Figura 10). Nessas ocasiões, os seus posicionamentos espaciais apresentam-se destacados dos demais grafismos do painel, evidenciando assim a intencionalidade da segregação dos demais registros gravados. Outro fator importante nessas representações são as alterações nos planos, ora de forma horizontal, ora de forma oblíqua.

Figura 9 – Antropomorfo esquemático - Sítio Arqueológico Cachoeira dos Desenhos – município de Campo Grande-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 10 – Antropomorfo – Sítio Arqueológico Pedra do Serrotão de Cima – município de Upanema – RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Em nenhum painel da região Oeste foi observada a existência de antropomorfos em série. Sua presença sempre ocorre de forma isolada, com dimensões variando entre 15 a 20 cm. Um detalhe que chama a atenção (em relação à elaboração de antropomorfos gravados em outras regiões do Estado) é a sua cenografia no desenho dos dedos das mãos ou dos pés, quando são evidenciados os cinco dedos (ou mais), fato que não ocorre nos registros gravados de outras regiões, quando os dedos normalmente são retratados em forma de tridígito.

Uma peculiaridade que foi observada é que essas representações antropomorfas, por vezes, aparecem de forma sutil, ou seja, são elaborados somente determinados membros do corpo humano, como pés, mãos e braços, e até mesmo, pegadas em série (Figuras 11 e 12). Esses grafismos foram realizados em suportes horizontais e verticais, localizados próximos a reservatórios de água (olhos-d'água) ou riachos, com a utilização da raspagem simples e com preenchimento interno de todo o espaço que delimita o grafismo. Pode ser observada, nesse tipo de grafismo, uma equidistância em relação aos demais grafismos do painel, assim como entre eles próprios, mantendo um espaço original que assegura a intencionalidade do autor em mostrar a duplicidade (ou não) dos órgãos e manter preservada a sua integridade (a salvo de sobreposições).

Figura 11 – Representações de partes do corpo humano – Gravuras rupestres do Sítio Arqueológico Poço do Letreiro – município de Itaú-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 12 – Pegadas em série – Sítio Arqueológico Poço do Letreiro
– município de Itaú-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Já a presença de zoomorfos, proporcionalmente, é bem mais representada que os antropomorfos, principalmente, os que são elaborados de forma esquemática, somente com os traços mínimos de identificação. Os animais da pequena fauna, como lagartos, por exemplo, são de longe os mais representados (Figura 13). Entre as figuras lagartiformes, a representação do tejo (teiú) aparece com frequência bem superior aos

demaís. Em menor número e de forma esporádica, aparecem as aves (Figura 14), os felinos e os quelônios (Figura 15). Em alguns sítios arqueológicos existem também raras representações que apresentam semelhanças morfológicas com peixes. Outros grafismos não permitem uma identificação segura se realmente se trata mesmo de um zoomorfo (Figura 16).

Figura 13 – Zoomorfo – Lagartiforme – Gravuras rupestres do Sítio Arqueológico Poço do Letreiro – município de Itaú-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 14 – Zoomorfo – Ave. Sítio Arqueológico Pedra do Serrotão de Cima – município de Upanema-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 15 – Zoomorfo – Quelônio – Gravuras rupestres do Sítio Arqueológico Poço do Letreiro – município de Itaú-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Figura 16 – Zoomorfo? Sítio Arqueológico Poço do Letreiro – município de Itaú-RN



Foto: Valdeci dos Santos Júnior.

Considerações finais

Na região Oeste do Rio Grande do Norte foi possível observar três técnicas de execução dos registros gravados na região Oeste do Rio Grande do Norte (raspagens simples, picotagem e picotagem com posterior polimento) e que apresenta em sua dimensão temática uma predominância quase absoluta de grafismos puros (vide Quadro 1). Os grafismos reconhecíveis aparecem em maior quantidade nos sítios arqueológicos localizados nos municípios de Upanema, Campo Grande e Itaú.

Quadro 1 – Características predominantes dos registros gravados da região Oeste do Rio Grande do Norte

Características predominantes dos registros gravados – região Oeste do Rio Grande do Norte				
Tipo	Suporte	Técnicas	Temáticas	Tradição
Gravados	Lajedos graníticos rentes ao solo e formações rochosas laterais próximas a pequenos riachos	Raspagens simples Picotagem Picotagem com posterior polimento	Grafismos puros Raros motivos figurativos	Por definir

A análise das semelhanças e diferenças nas formas de apresentação cenográfica, técnicas de execução e temáticas apresentadas, permitem pressupor a existência de variados grupos pré-históricos na região Oeste, que dominavam a prática de deixar gravados em paredões rochosos, parte do simbolismo do grupo. Embora ocorram semelhanças gráficas nessas dimensões de análise em alguns sítios arqueológicos existentes nessa região, a percepção do contexto ao redor não permite falar ainda em qualquer tipo de tradição ou horizonte cultural vinculado a determinada identidade gráfica já conhecida no Nordeste brasileiro nesse tipo de registro. O que se percebe são semelhanças/recorrências nessas dimensões em espaços restritos e localizados com dois ou três sítios, no máximo, provavelmente elaborados por grupos locais.

O parâmetro geoambiental para essa análise, em nosso entender, passa obrigatoriamente pela oferta de água e pela cadeia alimentar/flutuações climáticas da região Oeste em períodos pretéritos. A irregularidade do período chuvoso e um aquecimento gradual da temperatura no período holocênico, naturalmente, devem ter provocado deslocamentos periódicos dos grupos pré-históricos que dominavam as técnicas dos registros rupestres. A existência de quantidade considerável de registros gravados em pequenas formações rochosas

nos leitos de pequenos tributários intermitentes do rio Apodi-Mossoró, que exige um tempo menor de execução e elaboração dos símbolos, com predominância quase absoluta dos grafismos puros, pode ser um indício evidente dessas migrações humanas. Os poucos grafismos reconhecíveis que aparecem nesses locais foram criados de forma esquemática, com traços retilíneos e sem muita preocupação com os delineamentos dos membros superiores e inferiores. Por outro lado, em sítios arqueológicos da região, onde existe uma concentração maior de água durante boa parte do ano, percebe-se uma quantidade mais expressiva de painéis com grafismos e com temáticas que exigem um tempo maior de elaboração e desgaste físico. Outra constatação que ficou patente nos registros gravados foi a representação de parte da fauna pretérita, composta por lagartiformes (predominante), felinos, quelônios e aves, presumindo uma interação direta e cotidiana dessa fauna com os autores dos registros. Já na dimensão cenográfica o que chamou a atenção foi as representações de cenas nos painéis, fato considerado raro nos registros gravados do Nordeste brasileiro.

Referências

- ETCHEVARNE, Carlos. *Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia*. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht; Versal, 2007. 312 p.
- MARCOS, Jorge; PROUS, André; RIBEIRO, Loredana. *Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira*. Curitiba-PR: Zencrane livros, 2006. Fotografias: Marcos Jorge. Texto: André Prous/Loredana Ribeiro. 272 p.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1992. 605 p.
- PESSIS, Anne-Marie. Área arqueológica do Seridó, RN, PB: Problemas de conservação do patrimônio cultural. *Fundamentos*, São Raimundo Nonato- PI, II, v.1, n. 2, p. 188-208, 2002.
- _____. *Imagens da Pré-história*. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano, 2003. 307 p.
- VALLE, Raoni Bernardo Maranhão. *Gravuras pré-históricas da área arqueológica do Seridó potiguar/paraibano: um estudo técnico e cenográfico*. 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Pré-história do Seridó:

perspectivas para o estudo
das gravuras rupestres

Márcia Severina Vasques¹

1 Introdução

O conceito arqueológico de *tradição* tem sido, normalmente, aplicado aos estudos dos registros rupestres do Seridó, muitas vezes sem haver um trabalho mais sistemático sobre a ocupação pré-histórica da região. O objetivo deste trabalho é abordar o conceito de tradição aplicado aos registros rupestres e propor uma nova categoria de análise baseada na Arqueologia Contextual. Para isso, apresentamos, inicialmente, as aplicações tradicionais e atuais do termo *tradição*; em seguida, fazemos um breve relato sobre os tipos de interpretações mais utilizados para as pinturas e gravuras rupestres; e, por fim, mostramos alguns exemplos de representações que, a nosso ver, podem ser correlacionadas com outros grafismos presentes na região sem, no entanto, propor interpretações “fechadas” para eles.

1 Professora do Departamento de História/CCHLA/UFRN. Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.

2 Registros rupestres: da tradição ao contexto arqueológico

O uso do termo *tradição* remonta aos estudos da Arqueologia Histórico-Cultural do início a meados do século XX. Nessa época, os estudiosos acreditavam que era possível correlacionar grupo étnico com a cultura material. Portanto, determinada característica estilística de algum objeto (na forma ou na decoração, por exemplo) indicava que esse artefato havia sido produzido por um grupo humano em especial. Se havia variação na composição, esta era explicada pela inserção de um outro grupo humano que entrara em contato com o primeiro. Nos estudos dos registros rupestres, gravuras e, sobretudo, pinturas, o tipo de confecção (formas, cores utilizadas, motivos representados) nas paredes rochosas indicava também a qual grupo étnico determinada composição e estilo pertenciam.

Com o desenvolvimento científico da Arqueologia, nos anos 50 e 60 do século passado, outras preocupações passaram a ter prioridade, e se percebeu que era muito difícil associar grupos étnicos com a cultura material. Outras formas de abordagem dos registros rupestres foram propostas, seja na Arqueologia Estruturalista ou na Arqueologia Processual, nas décadas de 60 e 70 e, posteriormente, na Arqueologia Pós-Processual, a partir dos anos 80 do século XX.

O estudo dos registros rupestres variou consideravelmente no decorrer do tempo. No século XIX, predominava a ideia da “arte pela arte”, ou seja, a realização de pinturas e gravuras se dava apenas pelo prazer estético dos grupos humanos primitivos. Ainda que a questão estética não possa ser descartada, a presença de grafismos em locais de difícil acesso indicava que essa explicação era simplista e precisava ser revista (GASPAR, 2003, p. 22). A hipótese que afirmava ser, a magia simpática, a chave de interpretação para as pinturas do Paleolítico europeu foi proposta, pela primeira vez, pelo abade

Henri Breuil. A analogia etnográfica com grupos tribais que estavam sendo estudados pela etnologia do final do século XIX e início do XX serviu de estímulo para o emprego desse tipo de interpretação. No entanto, não podemos simplesmente transpor dados colhidos de sociedades tribais contemporâneas e atribuí-los às pinturas rupestres pré-históricas. Cenas de caça, comuns na Pré-história mundial e brasileira, podem ser interpretadas de diversas maneiras e, provavelmente, não existe uma explicação única para essas representações visuais.

A Arqueologia Estruturalista, baseada na Antropologia de Claude Lévi-Strauss, trouxe novas maneiras de interpretação da arte rupestre. O foco deixou de ser a descrição em pormenores de figuras isoladas, e passou-se a dar ênfase à análise do conjunto e da disposição espacial dos painéis com figuras representadas (GASPAR, 2003, p. 25). No Brasil, as análises estruturalistas de André Leroi-Gourhan e Annette Laming-Emperaire influenciaram vários arqueólogos, notadamente aqueles formados pela Escola Francesa, como Niède Guidon e André Prous.

Com a Arqueologia Processual de finais dos anos 1950, que predominou nos estudos arqueológicos na década de 70, o campo de pesquisa se ampliou para o entorno geográfico do sítio arqueológico. Não apenas o painel deveria ser explorado e analisado mas também a paisagem arqueológica, o meio ambiente e as condições de vida daquele grupo humano. A organização social do grupo deveria ser estudada, assim como os meios de subsistência e os sistemas econômico, ecológico e tecnológico. Sabemos da dificuldade de relacionar os registros rupestres com dados provenientes de escavações, pois dificilmente podemos provar que uma dada pintura ou gravura corresponde à época de ocupação do sítio. No entanto, a tentativa de se estudar o sítio arqueológico como um todo e integrar o painel ou painéis com os registros rupestres na análise do sítio foi um avanço para a pesquisa arqueológica.

A teoria arqueológica que se seguiu à Nova Arqueologia, denominada de Arqueologia Pós-Processual, ampliou as maneiras de interpretação da arte rupestre, considerando-a como um “texto” a ser lido, cuja leitura poderia variar de espectador para espectador, seja este o próprio homem pré-histórico seja o arqueólogo que estuda o registro rupestre. Enquanto a Arqueologia Processual está preocupada com leis de comportamento humano, que poderiam ser aplicadas a vários tipos de sociedades, a Arqueologia Pós-Processual enfatiza os aspectos individuais e históricos e tende partir do estudo particular para o geral desconsiderando que haja um padrão de comportamento inerente a todos os grupos humanos. São duas linhas teóricas distintas, mas que estão dentro do ramo científico da Arqueologia atual, cabendo ao pesquisador escolher qual a melhor metodologia a aplicar em seu trabalho.

Os estudos dos registros rupestres da Região Nordeste têm sido, de maneira geral, desenvolvidos a partir do conceito de *tradição*. Atualmente, *tradição* tem sido definida como um horizonte cultural comum em uma dada área arqueológica, o qual era compartilhado pelos vários grupos humanos que viviam no mesmo hábitat. A divisão da *tradição* é feita por similaridades temáticas e técnicas, sobretudo. Assim, a repetição de temas e o modo de confecção das pinturas ou gravuras indicariam que, em determinada área, predomina uma *tradição* específica. A *tradição* pode ser dividida em subtradições, que estariam associadas a um grupo desvinculado de uma *tradição* e estabelecido em outra área geográfica em condições ecológicas distintas com a presença de elementos gráficos novos. As subtradições, por sua vez, também são divididas em estilos e variedades ou fácies, o que indicaria uma diferenciação temporal e espacial.

Martin (2003, p. 21-22) acredita que, em relação aos registros rupestres, existam três horizontes gráficos na área do Seridó: 1) Subtradição Seridó, ramo pertencente à Tradição

Nordeste que, no Seridó, se divide em três estilos distintos: Serra da Capivara II, Carnaúba e Cerro Corá; 2) Tradição Agreste, ainda mal definida para a região; 3) Itaquatiaras, que são as gravuras rupestres, que podem ser inclusas em dois estilos distintos: um dentro da Subtradição Ingá, com sítios situados ao longo dos cursos d'água, e outro, nos abrigos rochosos. Alguns autores consideram também a existência de uma Tradição Geométrica composta por grafismos puros, ou seja, aqueles que não podemos identificar à primeira vista. São figuras humanas esquematizadas, mãos e pés e representações de lagartos. Normalmente, aparecem junto a outras tradições (PESSIS, 1992, p. 44).

A Tradição Nordeste, com sua Subtradição Seridó, é a mais conhecida e estudada na região. Está presente nos sítios com pinturas, principalmente abrigos sob rocha, localizados nas serras e serrotes. A Tradição Nordeste seria originária do Piauí, pois a região da Serra da Capivara é a que apresenta as datações mais antigas de ocupação humana do país e uma das mais antigas da América. Martin (2003, p. 14-15) acredita que levas migratórias tenham partido do Piauí em direção à planície da bacia do Rio São Francisco por volta de 9000 A.P. (Antes do Presente). As rotas para a região do Seridó ainda são incertas, mas, provavelmente, as populações pré-históricas se deslocaram pela bacia hidrográfica do Açu-Piranhas, onde as condições de vida eram mais favoráveis. O primeiro estilo de pintura seria muito semelhante ao da Serra da Capivara e recebeu o nome de Estilo Serra da Capivara II. O estilo seguinte já seria típico da região e foi chamado Estilo Carnaúba. Já o estilo Cerro Corá seria mais próximo da Tradição Agreste.

A Tradição Nordeste caracteriza-se pela sua grande variedade de temas com predominância de figuras em movimento com cenas de caça, dança, sexo e luta. Representações lúdicas também são comuns. A Subtradição Seridó apresenta elementos próprios que, embora apareçam na Tradição Nordeste, formam

o cerne distintivo do Seridó, como, por exemplo, a cabeça das figuras humanas em forma de caju, pessoas representadas ao redor de uma árvore, duas figuras humanas protegendo uma criança e figuras humanas de costas umas para outras (dorso contra dorso), geralmente com um sinal chamado tridígito (três dedos), registro emblemático da Tradição Nordeste.

A Tradição Agreste, por sua vez, não está bem-definida para o Seridó. No sudeste do Piauí e no agreste pernambucano, essa tradição caracteriza-se pela presença de figuras antropomórficas de tamanho grande, geralmente isoladas (sem formar composições) e sem movimento (estáticas). Martin (2003, p. 20-21) acredita que, para o Seridó, não podemos considerar que exista uma tradição desse tipo e sim pinturas com tendências “agrestoides”. É assim que Martin caracteriza o estilo Cerro Corá presente na área que cobre o município que dá nome ao estilo, Cerro Corá, e também em Currais Novos.

As Itaquatiaras, “pedras pintadas” em tupi, constituem as gravuras rupestres encontradas à beira dos cursos d’água e nos abrigos rochosos. Em ambientes diferentes notam-se, também, maneiras diversas de entalhes. Enquanto nos sítios arqueológicos às margens de rios e riachos predominam formas circulares e linhas que se assemelham a pontos de contagem com espaços totalmente preenchidos, nos abrigos, a superfície rochosa recebe um preparo de raspagem ou alisamento antes da gravação. O suporte rochoso pode receber uma camada de tinta vermelha antes do entalhe ou, em certos casos, a gravura pode ser pintada com a mesma coloração.

Obter cronologia das gravuras é muito difícil. No Piauí uma datação foi possível na Toca dos Oitenta devido à presença de carvão no sedimento que cobria as gravuras (MARTIN, 2003, p. 22). O resultado foi uma datação entre seis mil e sete mil anos A.P. Para o Seridó, ainda não possuímos datações para as gravuras. Os sítios arqueológicos mais antigos são a Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas, e o Sítio Mirador,

em Parelhas, com datação aproximada de nove mil anos A.P.. Ambos os sítios apresentam pinturas no Estilo Carnaúba, Subtradição Seridó.

Em relação às Tradições Agreste, Geométrica e das Itaquatiaras, ainda há muito estudo a ser feito para que possamos constatar realmente a sua existência. O termo *tradição* deve ser usado com cautela em relação às gravuras. Podemos denominar Itaquatiaras às gravuras em geral, mas estas não podem ser enquadradas em um modelo único para todo o Seridó. A única tradição mais pesquisada é a Nordeste, com sua Subtradição Seridó, para a qual existem estudos mais sistemáticos.

Vários autores sinalizam a necessidade de uma análise do contexto arqueológico como um todo para se poder compreender melhor os registros rupestres. Gabriela Martin propõe o estudo dos registros rupestres associados a dados cronológicos e históricos (2003, p. 13-14). Também Anne-Marie Pessis (1992, p. 39) mostra a necessidade de se estudar pinturas e gravuras em relação ao contexto arqueológico. Segundo a proposta de Loredana Ribeiro (2006), na sua metodologia utilizada no Vale do Peruaçu em Minas Gerais, uma análise de cada sítio particular e o estudo da rede de entrelaçamentos de áreas com pinturas e gravuras são primordiais para o estabelecimento de critérios de definição de padrão de habitação e uso do espaço para as comunidades pré-históricas, assim como para as interpretações dos registros rupestres como linguagem e código de comunicação visual. Uma análise detalhada feita por meio de prospecção e escavação permitiria a reunião de dados mais completos para podermos auferir se realmente determinadas pinturas e gravuras se inserem nas tradições, subtradições e estilos já definidos.

Loredana Ribeiro (2006) segue a linha teórica e metodológica da Arqueologia Contextual proposta na década de 80 do século XX pelo arqueólogo britânico Ian Hodder. As

prerrogativas de análise da Arqueologia Contextual são as seguintes:

- 1) Análise de todos os dados disponíveis: é impossível compreender qualquer aspecto específico de uma cultura sem o exame de todos os seus elementos.
- 2) Cultura Material: analisada como elemento constitutivo ativo da prática social, é um elemento ativo das estratégias sociais humanas.
- 3) Estilo: informa sobre os contextos nos quais os processos sociais/culturais tiveram lugar. Tanto os aspectos funcionais-adaptativos da sociedade em relação ao meio ambiente quanto as escolhas individuais dos membros do grupo devem ser levados em consideração.
- 4) Papel do indivíduo: ativo na sociedade, pois ele é visto como sendo um agente no meio social em que vive.

Segundo os critérios expostos, propõe-se a análise da cultura material a partir de uma rede de semelhanças e diferenças, que deverão ser abrangidas nos seguintes aspectos: temporal, espacial, unidade de deposição e tipologia. Para o estudo inicial dos registros rupestres, para os quais não temos dados provenientes de escavação, a tipologia é o critério de análise básico a ser utilizado. Por tipologia entendemos, no caso específico dos registros rupestres, sua classificação por meio de características semelhantes como formas circulares de um lado e grades, de outro. Por outro lado, comparações com representações diferentes também são importantes, estando estas no mesmo painel de representação ou não. Evidentemente, sem parâmetros de análise provenientes do contexto arqueológico, a interpretação dos registros rupestres mostra-se insatisfatória. Por outro lado, um levantamento inicial de dados mostra que os motivos geralmente se repetem e, em alguns casos, podem ser comparados com outros tipos de representação como aqueles que encontramos nas pinturas.

Exemplificaremos com representações do sítio Pintado, em Timbaúba dos Batistas; Tanques, em Jardim do Seridó; Pedra Lavrada em São João do Sabugi; Cachos em Serra Negra do Norte; a Gruta da Caridade, em Caicó; Mirador, em Parelhas e Xiquexique I, em Carnaúba dos Dantas.

A) Sítio Pintado, Cachos e Pedra Lavrada

a) Sítio Pintado

Figura 1 – Vista geral do Sítio Pintado



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 2 – Sítio Pintado



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 3 – Sítio Pintado



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 4 – Sítio Pintado



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

b) Cachos e Pedra Lavrada

Figura 5 – Vista geral do Sítio Cachos



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 6 – Sítio Cachos



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 7 – Sítio Cachos



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 8 – Sítio Pedra Lavrada



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Nesses sítios, situados à beira de riachos, notamos um padrão de representação comum: gravuras em formas circulares, raiadas, muitas vezes ligadas por traços. Pontilhados também são comuns nesse tipo de grafismo. Muitas gravuras com essas características foram interpretadas como símbolos astronômicos, como se fossem uma representação do céu, com o sol e as estrelas (MARTIN, 2005, p. 290-291). Os pontilhados poderiam ser sistemas de contagem. Outros autores acreditam que o uso de alucinógenos poderia provocar esse tipo de representação. Embora possam ser relevantes para algumas situações, essas teorias não podem ser comprovadas de fato sem um exame mais acurado, pois não temos mais o código visual que está retratado nesses grafismos.

B) Sítio Pintado e Xiquexique I

Figura 9 – Sítio Pintado



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 10 – Sítio Pintado



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 11 – Sítio Xiquexique I



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

As Figuras 9 e 10 são do sítio Pintado. Trata-se de representações de figura humana? Não podemos afirmá-lo com certeza. A imagem da Figura 10, à direita na parte inferior da foto, parece um esquema figurativo humano. O círculo raiado da Figura 9 é semelhante às representações circulares que encontramos entre as gravuras. Representações antropomórficas não são muito comuns entre as gravuras, pois aparecem, com mais frequência, na Tradição Nordeste. Na Figura 11, do sítio Xiquexique I, em Carnaúba dos Dantas, estão retratadas figuras humanas carregando bastões ou cestos, típicas da Subtradição Seridó, Estilo Carnaúba. Como não sabemos as datações das gravuras, é difícil estabelecer se elas foram contemporâneas ou não das pinturas. De qualquer forma, acreditamos que dependendo do suporte e da técnica de confecção utilizada, as representações poderiam variar, mesmo com a mesma temática. Portanto, a escolha de técnicas de representação e dos suportes não está necessariamente condicionada a períodos cronológicos distintos. Gravuras e pinturas podem ser contemporâneas. Somente uma datação por métodos físico-químicos pode nos dar as indicações corretas.

C) Sítios Mirador, Xiquexique I e Pintado

Figura 12 – Sítio Mirador



Foto: Diego da Silva Medeiros.

Figura 13 – Sítio Xiquexique I



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 14 – Sítio Pintado



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

A primeira e a segunda foto são, respectivamente, dos sítios Mirador, em Parelhas (Figura 12), e Xiquexique I (Figura 13), em Carnaúba dos Dantas. Podemos considerar que ambas se assemelham e estão inseridas na Subtradição Seridó. O motivo representado é controverso. Durante muito tempo acreditou-se que esse tipo de grafismo representava embarcações, pirogas primitivas usadas na navegação dos rios da região. Essa interpretação foi colocada em xeque por Anne-Marie Pessis que, utilizando-se de dados etno-históricos, defende a hipótese de que são representações de redes (MARTIN, 2003, p. 18-19). A gravura (Figura 14) do sítio Pintado encontra-se no meio de várias outras representações. A sua característica afunilada (na parte central da foto) nos leva a pensar que pode também se tratar de uma rede, embora não tenhamos conhecimento de outros grafismos desse tipo para as gravuras da região.

D) Sítio Tanques e Gruta da Caridade

a) Sítio Tanques

Figura 15 – Sítio Tanques



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 16 – Sítio Tanques



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 17 – Sítio Tanques



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 18 – Sítio Tanques



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

b) Gruta da Caridade

Figura 19 – Gruta da Caridade



Foto: Paula Sônia de Brito.

Figura 20 – Gruta da Caridade



Foto: Paula Sônia de Brito.

As representações do sítio Tanques, em Jardim do Seridó e da Gruta da Caridade, em Caicó, são semelhantes no tipo de grafismo como os sinais, ao que parece, emblemáticos das Figuras 16, 17, 19 e 20. A Gruta da Caridade apresenta superfície rochosa avermelhada, onde foram talhadas as gravuras. Alguns grafismos do Sítio Tanques também apresentam uma coloração em vermelho, difícil de identificar. Natural ou não, a presença da coloração vermelha indica um propósito na composição da representação.

3 Considerações finais

Muitos sítios arqueológicos do Seridó apresentam representações repetitivas que demonstram o compartilhamento de um mesmo padrão cultural pelos grupos humanos que transitavam pela região. Um levantamento sistemático desses sítios proporcionaria uma melhor dimensão dos antigos habitantes da região e das redes de relacionamento entre eles. Sabemos, por exemplo, que gravuras semelhantes às do Seridó norte-rio-grandense são encontradas também no Seridó paraibano e em outras áreas do semiárido nordestino. Por outro lado, as gravuras poderiam ser mais bem compreendidas caso pudessem ser comparadas com representações pintadas. Grafismos enquadrados na Tradição Geométrica, ou seja, aqueles não reconhecíveis e identificáveis, possuem, muitas vezes, semelhanças na representação com o que encontramos nas gravuras. A técnica de confecção influencia na maneira de representação, seja abstrata ou figurativa e isso deve ser levado em consideração pelo pesquisador. As gravuras não devem ser tratadas isoladamente das pinturas, como se tivessem sido realizadas por outros grupos humanos. E essa conexão (ou não) entre suportes e técnicas diferenciadas de representações rupestres só pode ser considerada a partir da análise do contexto arqueológico.

Referências

- BERRA, J. C. de A. *A arte rupestre na Serra do Lajeado, Tocantins*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CAVALHEIRO, A. B. C. M. *Pinturas rupestres dos Campos Gerais, Paraná*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GASPAR, M. D. *Arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Descobrimos o Brasil).
- HODDER, I. *Interpretación en Arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.

MARTIN, G. Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN, PB). *Clio Arqueológica*, Recife, n. 16, p. 11-32, 2003.

MARTIN, G. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. UFPE, 2005.

PESSIS, A. M. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do nordeste do Brasil. *Clio Arqueológica*, Recife, n. 8, p. 35-68, 1992.

RIBEIRO, L. *Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos rupestres: um estudo regional das gravuras e pinturas do Alto-médio Rio São Francisco*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2006.



**Arqueologia, história
e etnografia**





Arqueologia e etnografia

Francisca S. Miller¹

Introdução

De um modo geral, os etnógrafos não têm mostrado interesse pelos problemas que interessam aos arqueólogos. Não temos certeza do porquê disso, mas talvez a razão esteja no fato de os conjuntos de elementos, arranjos de moradias, acampamentos e outros aspectos da cultura material em tantos casos apresentarem uma tamanha simplicidade aparente, que a tendência entre etnógrafos, que estudam as culturas de povos de tecnologia simples, seja a de focar a sua atenção mais para as descrições da organização social e cerimonial, mitologia, sistema de rituais e crenças, e outros aspectos menos tangíveis ou materiais da cultura (MILLER, T., 1981/82, p. 296). O que resulta daí é que, quando os arqueólogos querem realizar comparações detalhadas entre certas culturas etnográficas estudadas por etnógrafos e os artefatos escavados por aqueles, isso se torna quase impossível pela falta de informações detalhadas em certas áreas cruciais dos relatos etnográficos.

Todavia, o aumento de estudos ecológicos feitos por etnógrafos tem se mostrado muito valioso para os arqueólogos. As descrições quantitativas e detalhadas de diferentes aspectos da coleta de alimentos, da utilização da paisagem, do abatimento e distribuição da caça, entre outros assuntos, têm importância

1 Professora do Departamento de Antropologia – UFRN, Doutora em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

direta ou indiretamente para a Arqueologia. Alguns estudos têm mostrado que há uma grande semelhança entre os acampamentos pré-históricos e os acampamentos contemporâneos, em termos de conteúdo e formas de organização interna. Nessa perspectiva, já é possível tentar estimar o número de pessoas que ocuparam os acampamentos pré-históricos.

Ao examinar o enfoque de estudos realizados por etnógrafos e os estudos dos arqueólogos fazendo etnografia, Gould (1972 *apud* MILLER, T., 1981/82) concluiu que a diferença é a preocupação destes com sítios específicos como enfoques para diferentes aspectos do comportamento humano. Enquanto o etnógrafo se preocupa com a natureza e as transformações culturais totais, o arqueólogo como etnógrafo (etnoarqueólogo) se preocupa com sítios como casos particulares de comportamento padronizado. Nessa perspectiva, o etnoarqueólogo se preocupa e estuda os sítios ocupados e usados por pessoas em sociedades vivas, de modo a tornar a sua evidência etnográfica inteiramente comparável à evidência coletada em sítios escavados.

A presença de dados arqueológicos na pesquisa etnográfica com populações tradicionais

No espírito da abordagem pluridisciplinar exposta na seção anterior, o presente capítulo, mesmo breve, pretende relatar certas experiências nos estudos em comunidades tradicionais no interior do Rio Grande do Norte e chamar atenção para as vantagens de tais procedimentos para futuros estudos etnográficos.

Nós nos referimos aqui a observações de sítios arqueológicos encontrados durante nossas pesquisas etnográficas nas comunidades de pesca de Patané/Camocim, entre 2002 e 2003, no município de Arês, e durante a realização de nossa pesquisa

na comunidade quilombola de Capoeiras, no município de Macaíba, em 2006 e 2007.

Apesar dos registros históricos (LIMA, 1929; CASCUDO, 1984; MEDEIROS FILHO, 1984; MEDEIROS, 1973, 1985) atestarem o desaparecimento dos povos indígenas enquanto etnias no Rio Grande do Norte, o seu conhecimento e *saber-fazer* foram incorporados e persistem na população das comunidades citadas. Ao contrário do que pensávamos antes de começar o presente estudo, a presença de alguns indivíduos que se dizem de ascendência indígena é atual e isso pode ser constatado em alguns dos depoimentos.

Ao longo de nossos estudos com comunidades de pesca e numa comunidade quilombola, deparamo-nos com vestígios arqueológicos (cacos de cerâmica, conchais, canoa ubá, entre outros objetos materiais) e com alguns relatos das populações locais, que sinalizam para uma mistura de tradições que remontam a seus antepassados. Observamos situações que são características de comunidades de culturas indígenas, embora o povo hoje não tenha consciência de que essas práticas são indígenas.

Em Patané/Camocim, no município de Arês, encontramos indícios materiais de que ali, um dia, havia residido uma população diferente da que lá se encontra hoje. Havia uma aldeia indígena nas proximidades da lagoa Guaraíras que, de acordo com Nestor Lima (1929), teria sido formada por casais das aldeias Potiguara da região do rio Jacu, como a aldeia Jacumaúma. Tratava-se, inclusive, de uma região de missões no período da Colônia.

Um dos primeiros registros a respeito dos recursos da Capitania do Rio Grande do Norte e da Lagoa Guaraíras – esta localizada na nossa área de estudo – foi feito pelo holandês Nieuhof, em seu livro *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Segundo Nieuhof (1981, p. 87),

a Capitania foi bastante desprezada pelos portugueses; entretanto produz ela, em abundância, caça e pescado tão deliciosos, que são geralmente servidos apenas com limão ou vinagre, mas sem azeite. No lago de Groairas, há uma quantidade incrível de peixes e a região produz farinha em grande escala. Daí vieram os fartos abastecimentos para as nossas guarnições da Paraíba e outras partes, durante a rebelião dos portugueses.

De acordo com Lopes (1999), os aldeamentos indígenas Potiguara de Guajiru (Tupis de língua geral da nação Paiaçu, localizados na Vila Nova de Extremoz) e Guaraíras, administrados pelos padres jesuítas vindos do Colégio de Olinda/PE, foram os mais estáveis da Capitania do Rio Grande, em virtude da própria cultura potiguar, que já admitia um sistema sedentário e agrícola anterior à colonização, e de não haver necessidade de adaptação dos índios ao ambiente, pois estes já se encontravam nas suas terras de origem. Tais Missões de Aldeamento foram implantadas na Capitania do Rio Grande na década de 1680 e, desde a restauração do Senado da Câmara de Natal em 1659, recebiam a visita de Padres seculares – como o Padre Leonardo Tavares de Mello –, que continuavam pregando e tentando a catequese. Nesse período, as aldeias eram controladas pelo Administrador dos Índios do Rio Grande, que as entregou à administração missionária quando os jesuítas chegaram. Segundo Lopes (1999, p. 40-48),

para alcançar os objetivos pretendidos pelos missionários, as Missões deveriam ser localizadas em áreas que fossem realmente interessantes à colonização. Sabe-se que o contingente de mão de obra necessário ao trabalho na pecuária é muito reduzido em comparação ao do trabalho nas lavouras e, provavelmente, por este motivo não havia grande preocupação em estabelecer aldeamentos nas áreas da pecuária, mas sim nas de atividade agrária. Além disso, no sertão era necessário que se fizesse um “despovoamento” de índios para que se pudesse efetivar um “povoamento” colonial. Não é à-toa

que das cinco Missões estabelecidas no Rio Grande, apenas uma, a de Apodi, fosse localizada no sertão, e mesmo assim com curta duração. As outras quatro – Guajiru, Guaraíras, Igramació e Mipibu – localizavam-se em área litorânea, caracterizada pela ocupação agrária. [...] Os índios Potiguares, que já habitavam o litoral, foram aldeados em suas próprias aldeias, Guajiru, Guaraíras, Mipibu e Igramació, enquanto que os Tarairiú sofreram o padrão de redução jesuítico, sendo transferidos do seu *habitat* tradicional no sertão para os aldeamentos do litoral agrário, onde seriam muito mais cobiçados e aproveitados pelos colonos.

Durante nossa pesquisa no município de Arês em 2003, fomos informados de que as casas indígenas ficavam nos terrenos mais baixos, próximos às nascentes de água doce. O depoimento de um morador de ascendência indígena que, enquanto falava, apontava em direção à Lagoa Guaraíras, nos lembra isso: “Aqui tudo era morada, lá embaixo ali onde correm aquelas águas, era onde moravam os índios ali detrás”.

Cerâmica

Em Patané/Camocim, observamos cacos de “louça” (cerâmica) que, de acordo com T. Miller, pertencem às tradições tupi-guraraní e neobrasileira (Figura 1).

Figura 1 – Adolescente mostrando uma panela de barro (cerâmica neobrasileira), que é utilizada para cozinhar peixe.



Foto: Francisca Miller, 2003.

Os informantes afirmam que a cerâmica fina (neobrasileira) era feita pelas mulheres da comunidade, numa época em que não havia “louça” pronta para ser comprada nas redondezas da comunidade, e que a cerâmica grossa (tupi-guarani) é indígena. Outra moradora informou que, num outro local próximo da comunidade, podem-se encontrar potes e jarras indígenas. De acordo com moradores locais, ainda existem oleiras em Goianinha e Arês. Há também informações de que havia um cemitério indígena na Ilha do Flamengo.

Quando ainda criança, na década de 1970, observamos índias Kaingang do estado de São Paulo e Xókleng de Santa Catarina fazendo cerâmica; a partir dessa lembrança, pensamos em procurar oleiras no município de Arês para observar o processo de produção da sua “louça”. Nosso interesse era observar as técnicas de confecção e morfologia da cerâmica para verificar se havia alguma continuidade da tradição indígena na cerâmica contemporânea. Estivemos na casa de dona Ana Patrícia, mas infelizmente a ceramista se recusou a fazer cerâmica, dizendo que já não enxergava e nem tinha mais paciência e que “dava muito trabalho”. De acordo com ela, já não havia mais de onde tirar a argila necessária para tal, porque as terras haviam sido cercadas e os donos das propriedades não permitiam que alguém entrasse lá para buscar o barro. A grande concentração de terras, inclusive, tem sido um problema para as oleiras. A informante, que não havia entendido o que eu queria, disse que eu podia adquirir uma cerâmica parecida com a que ela fazia na feira de Arês ou de São José de Mipibu.

A concentração de terras e a indústria vêm contribuindo para o desaparecimento de alguns aspectos da cultura material dessas populações. É o caso da cerâmica confeccionada pelas mulheres e da cestaria feita pelos homens na localidade, as quais vêm desaparecendo ou sendo substituídas por produtos industrializados.

Ubá

Observamos uma canoa feita do tronco de uma árvore, na localidade (ver Figura 2). A chamada “canoa de Ubá” era fabricada numa época em que ainda se tinha acesso livre à Mata Atlântica na região. A melhor madeira para a fabricação de canoa era o que eles chamam de pau-d’arco. Mas utilizavam também o Ipê e a Imbirindiba.

Figura 2 – Uma das últimas canoas feitas de tronco ainda existentes na comunidade de Patané/Camocim



Foto: Francisca Miller, 2003.

Apesar de todos os esforços das autoridades eclesiásticas e civis da Colônia de erradicar a cultura indígena, a presença desta ainda é muito forte em Patané/Camocim. A consciência dessa continuidade foi expressa, por exemplo, na declaração de um informante que diz ser neto de índios e que indicou a localização das casas destes nos terrenos mais baixos próximo às nascentes de água. Além do mais, os pescadores ainda preservam outros costumes de tradição indígena, dentre os quais, a disposição dos conchais.

Conchais

Após retirar os moluscos das conchas, os moradores costumam jogá-las atrás das casas, na parte não cercada do

quintal. Assim, é comum encontrar sambaquis (FUNARI, 2001)² vivos ou, como uma informante chamou, “lixo que não sai do canto”, atrás das casas dos moradores cujas esposas fazem coleta de moluscos (Figura 3).

Figura 3 – “Lixo que não sai do canto” (sambaqui), no quintal de trás da casa de Aulenora



Foto: Francisca Miller, 2003.

Jogar os “cascos” dos “lilius” (mariscos) atrás da casa formando o que os arqueólogos chamam de sambaqui é um costume que ainda persiste, podendo ser observado nos quintais das coletoras de hoje. Observamos, inclusive, que uma das casas foi construída em cima de um dos lados do sambaqui. Há

2 De acordo com Funari, sambaqui é uma palavra tupi que significa monte de mariscos. Eles são encontrados no litoral e nas margens dos rios e serviam de alimentos aos antigos habitantes que comiam os mariscos e jogavam fora as conchas. Beltrão e Kneip propõem que o nome sambaqui “para os depósitos conchíferos acumulados por grupos tribais que dependiam essencialmente da coleta de moluscos para sua alimentação, ocupando-se paralelamente da pesca” (*apud* ALBUQUERQUE; SPENCER, 1994).

mais ou menos dez anos, essas conchas eram vendidas para uma fábrica de pentes e de botões.

O costume de assar o peixe num pequeno fogo no chão sem retirar as vísceras ainda pode ser visto durante a festa do Burraio. Várias famílias preparam os alimentos num fogão no quintal (costume tupi). Com exceção das casas doadas pela Prefeitura, as dos pescadores-agricultores-coletores têm um fogão a lenha no quintal dos fundos para cozinhar moluscos, assar bolos e preparar beijus e tapiocas, tanto para o consumo no dia a dia quanto nos períodos de festas.

Em algumas casas, pode-se observar também no chão, entre uma choupana e outra, um pequeno fogão temporário feito com três pedras, normalmente utilizado para cozinhar o “liliu”. Esse é um costume que observamos entre os índios Tupinikim de Vitória, no Espírito Santo. Eles fazem um pequeno fogo no chão para assar caranguejo.

Os quintais de casa dos moradores são normalmente utilizados também para experimentação com novas culturas e para o cultivo individual de plantas medicinais, rituais e aromáticas. De acordo com Posey (1997), esse tipo de utilização do solo precede a colonização europeia e foi observado entre os Kayapó.

Outra evidência da cultura indígena em Patané/Camocim é a presença da “panema”, força mágica que impede o indivíduo de realizar suas atividades relativas à pesca. A fonte de tal força encontra-se nas mulheres menstruadas e em menor grau nas mulheres grávidas. Esse fenômeno foi registrado por Galvão (1976), entre os caboclos da comunidade de Ita na Amazônia, e por Mindlin (1983), entre os Suruí de Rondônia. Clastres (1995) observa que, entre os Guayaki, acredita-se que tal é a potência da mulher, que ela é maléfica para os homens. Para ser caçador, isto é, homem, é preciso ter cuidado com as mulheres, mesmo quando elas não estão menstruadas.

Praia de Malembar

Embora Patané/Camocim seja de fácil acesso (há ônibus de meia em meia hora de Natal), não se torna atrativa para os turistas e veranistas pelo difícil acesso às áreas adequadas para banho. Como é uma área de mangue, é preciso passar pela lama do mangue e alugar uma canoa para a praia de Malembar. Esta, muito frequentada pelos pescadores de Patané/Camocim, fica na margem esquerda da desembocadura da atual Lagoa de Guaraíras, margeando a antiga trilha colonial que levava do vale do Cunhaú até às alturas do antigo Papary, hoje Nísia Floresta, e daí para o rio Jundiá, ou, com maiores dificuldades, para a região de Natal e arredores.

Dois outros estudiosos da Arqueologia norte-rio-grandense teceram comentários sobre sítios e regiões arqueológicos, numa base interdisciplinar: trata-se de Valdeci Santos Júnior (2008) e Tom Oliver Miller (1991). Faremos, a seguir, umas pequenas observações sobre este.

O Sítio Papeba

Perto de Patané/Camocim, em Senador Georgino Avelino, foram encontrados os restos arqueológicos de uma aldeia Tarariú em contato com holandeses. Durante a primeira expedição de campo (1982) do Curso de Especialização em Arqueologia no Sítio Papeba, localizado no município de Senador Georgino Avelino, num espigão de siltito (piçarra) entre as lagoas Guaraíras e Papeba, Miller (1991, p. 544) constatou que a cerâmica característica do sítio é da tradição Aratu, a qual, segundo ele, tem a mesma distribuição geográfica que a das línguas do tronco Macro-Jê.

Após uma nova expedição em 1983, o professor encontrou sinais de buracos dispostos em forma de círculo, tendo as casas forma de colmeia, e a aldeia, de ferradura, como no caso das casas dos Xavantes, grupo Jê do Centro-Oeste brasileiro

(possivelmente originário do Médio São Francisco), o que vem confirmar a presença de grupos Macro-Jê na localidade.

O autor encontrou ainda evidências de contatos interétnicos com o interior, como a bola de boleadeira que, segundo ele, não tem utilidade na Mata Atlântica, e objetos de amazonita, matéria-prima que não se encontra no litoral. A boleadeira pode ter sido introduzida pelos holandeses, pois estes exportavam para a Europa, a bons preços, as penas de ema, que lá se tornaram peça indispensável para ornar os chapéus dos cavaleiros. Santos Júnior (2008) chama atenção para o fato de que a ema figurava no brasão usado na Província do Rio Grande.

Capoeiras

De acordo com uma das linhagens que compõem a comunidade de Capoeiras, no município de Macaíba, a origem dessa comunidade teria se dado a partir de um homem negro que havia chegado naquelas terras e se casado com uma índia “Tapuia” e cujos filhos, ao casarem, deram origem às famílias que hoje compõem a comunidade.

Durante nossa pesquisa, vários moradores da referida comunidade comentaram acerca de uns cacos de “panela” encontrados nos seus roçados, que dizem ser dos “Tapuias” (termo tupi que significa “gente que fala enrolada”, portanto, não Tupi).

Um informante nos conduziu até seu roçado situado na localidade de Mangueiros para mostrar os vestígios arqueológicos. Lá encontramos muitos fragmentos de “panela” com desenhos pintados (tinta vermelha e preta). Enquanto estávamos olhando os cacos de cerâmica, o morador apontou para outro local dizendo que lá ainda havia a marca das cinzas dos fogos e os buracos dos pilares das casas dos índios.

O referido sítio foi encontrado pela primeira vez em 1978, pela equipe de Antropologia do Museu Câmara Cascudo, que estava sob a direção do Professor Raimundo Teixeira da Rocha, numa pesquisa referente a um grupo endogâmico, sediado nas vizinhanças. Em agosto do mesmo ano, a equipe de Arqueologia do referido Museu esteve no local e, na ocasião, coletou numerosos cacos de cerâmica e alguns artefatos líticos na superfície do solo. Um estudo foi planejado e incluído no Projeto de Levantamento Arqueológico do Rio Grande do Norte, sob a coordenação de A. F. G. Laroche.

Laroche (1982) afirma ter identificado no local cinco manchas de terra enegrecidas, prováveis testemunhos de chão de cabanas arcaicas. Quase todas as manchas medem cerca de 20 metros de diâmetro e estão dispostas em torno de um caminho que atravessa a área arqueológica, disposição que, de acordo com o professor citado, parece indicar a presença de um sítio de habitação a céu aberto. A cerâmica associada a essas manchas é tupi, que Laroche denomina *Potengi*, está dentro da fase que o Prof. Nasser A. de Souza Nássero chamou de *Curimataú*.

De acordo com Laroche, a cerâmica coletada nas estratigrafias do Sítio Mangueiros parece ser de uma de contato interétnico de dois grupos diferentes, apresentando pela sua diagnose características das fases “Potengi” e “Papeba”.

O estudo antropológico realizado na Comunidade de Capoeiras toma como base os termos, categorias, significados e práticas dos próprios agentes envolvidos na situação etnográfica pesquisada.

Embora os artefatos ou documentos que possam vir a ser encontrados sejam de grande valor, achamos apenas que estes têm que ser relativizados, conforme as condições reais de registro e de conservação das fontes. Tanto os documentos quanto os indícios arqueológicos podem nos ajudar a compreender as formas de ocupação do território e possivelmente

nos dar uma ideia sobre a antiguidade da relação da população com o território.

Capoeiras é um sítio de ocupação quilombola multicomponencial (no passado era ocupado por índios e quilombolas e hoje é território negro). Após consultar os arqueólogos Tom O. Miller (UFRN), Roberto Airon (UFRN) e Rossano Lopes Bastos, então Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), sugerimos que seja realizado um trabalho de educação patrimonial com uma equipe interdisciplinar composta de educadores, antropólogos e arqueólogos nesse sítio.

Assim, apesar da brevidade do referido capítulo, acreditamos ter mostrado algumas das direções das quais os estudos da Etnografia e da Arqueologia no Rio Grande do Norte podem vir a se beneficiar mutuamente pelos trabalhos interdisciplinares.

Referências

- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; SPENCER, Walner Barros. *O Homem das Dunas: reflexões sobre um projeto arqueológico*. Natal, mss., 1994.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- CLASTRES, Pierre. *Crônicas dos índios Guayaki: o que sabem os Ache, caçadores nômades do Paraguai*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Coleção TRANS).
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.
- LAROCHE, Armand François Gaston. *O Sítio Arqueológico de Mangueiros, Macaíba, RN*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1982.
- LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arês, Açú e Augusto Severo*. Mossoró, Fundação Vingt-Un Rosado, 1990 [1929]. (Coleção Mossoroense, Série C, v. DXCV).
- LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitânia do Rio Grande do Norte*. 1999. Tese (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
- _____. *Proto-história do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Presença Edições; Natal: Fundação José Augusto, 1985, p. 82.

- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.
- MINDLIN, Betty. *Nós Paiter: os Suruí de Rondônia*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MILLER, Francisca de Souza. *Pescadores e Coletoras de Patané/Camocim*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MILLER, Tom O. Etnoarqueologia: Implicações para o Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural/Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. VI-VII, 1981-1982.
- _____. Do presente ao passado. In: REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 2., 1991, Recife. *Anais...* Recife: UFPE; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP/ABA, 1991.
- NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- POSEY, Darrell. Introdução – Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta G. et al. (Coord.). *Suma Etnológica Brasileira*. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. v. 1. 3. ed. Belém: Editora da UFPA, 1997, p. 3 a 15.
- SANTOS JÚNIOR, Valdeci. *Os índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 2008. (Coleção Mossoroense, vol. 500).

Franceses e holandeses no Rio Grande do Norte durante os séculos XVI e XVII:

uma análise pré-arqueológica¹

Victor Manoel Ribeiro Fonseca Peixoto²

O território do atual estado do Rio Grande do Norte, durante a sua história, testemunhou a presença de três sociedades europeias. Além dos portugueses, cuja colonização e ocupação efetiva iniciaram-se quase um século após o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, em 1500, o Rio Grande do Norte (à época Capitania do Rio Grande) foi também ocupado por duas sociedades europeias não ibéricas, a francesa e a holandesa, respectivamente, cada uma atuando em circunstâncias distintas, em um contexto histórico distinto, com suas particularidades e traços característicos.

Durante o século XV, a Europa vivenciou a transição da Idade Média para a Idade Moderna, período marcado pelas

1 Texto baseado na Monografia de graduação do autor, sob o título *Resquícios materiais de construções de sociedades não ibéricas no Rio Grande do Norte durante os séculos XVI e XVII*, apresentada à Coordenação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em História, sob a orientação do Professor Luiz Eduardo Brandão Suassuna, no ano de 2008.

2 Bacharel em História pela UFRN.

Grandes Navegações. Estas, por sua vez, testemunharam o pioneirismo de Portugal na exploração das vias marítimas, na descoberta de novas rotas comerciais e na posterior anexação de novos territórios, como as ilhas no litoral atlântico da África; e mais tarde, pelas explorações e descobertas realizadas pela Espanha. O processo expansionista dessas duas nações culminou com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, o qual, ratificado pela Igreja Católica, dividiu o mundo entre essas duas potências, a partir de um meridiano situado a 370 léguas da ilha de Cabo Verde, cabendo a Portugal as terras já conhecidas e as que fossem descobertas a leste dessa demarcação; e à Espanha, as terras ao oeste. Em 22 de abril do ano de 1500, a armada de Pedro Álvares Cabral chega ao sul do continente americano, no que seria futuramente o Brasil. Depois da primeira expedição de Cabral, D. Manuel I envia uma segunda expedição a fim de tomar maior conhecimento da terra nova. Desta, participa Américo Vespúcio, e cujo comandante é até hoje motivo de discussões, embora o senso comum entre a maioria dos historiadores aponte para Gaspar de Lemos. A partir de então, a Coroa portuguesa parece ter dado pouca importância à exploração do Brasil, restringindo suas ações apenas à defesa da terra contra invasores, de forma que a ação de aventureiros parece ter sido bem mais efetiva para a exploração e o conhecimento graduais do território do que a própria iniciativa da Coroa. O nítido abandono do Brasil por parte da Coroa portuguesa durante as três primeiras décadas do século XVI é consequência direta de acontecimentos relativos às Grandes Navegações. O fato de Vasco da Gama ter alcançado o porto de Calicute, na Índia, em 17 de abril de 1498, abrindo finalmente a rota marítima para o lucrativo comércio com o Oriente, desviou as atenções de Portugal, apesar de toda a repercussão que o descobrimento do Novo Mundo gerou para a Europa. Isso permitiu a visitação, e mesmo a instalação por parte de navegadores de outras nações, em território brasileiro; sobretudo dos franceses, que se instalaram no Brasil e, mais especificamente,

para fins deste trabalho, no Rio Grande do Norte³. Segundo Tarcísio Medeiros (1985), a presença dos franceses neste território é sentida desde 1516.

Em janeiro de 1515, assumia o trono francês Francisco de Angoulême – Francisco I –, num reinado que seria marcado por acontecimentos de grandes proporções, em especial de origens religiosa e militar, durante a primeira metade do século XVI. Foi nesse reinado que se intensificaram as incursões ao litoral brasileiro – e norte-rio-grandense, em especial –, causando a deterioração das relações diplomáticas de França e Portugal. Segundo Adriana Lopez, em *Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil*, a coroação de Francisco I foi muito bem recebida, pois “renovou o ânimo das comunidades de homens de negócios e dos armadores dos movimentados portos do litoral da França Atlântica” (LOPEZ, 2001, p. 35). Também de acordo com Lopez, os súditos da Normandia e Bretanha – territórios que ainda não estavam totalmente incorporados à monarquia francesa –, nutriram esperanças de obter financiamento do novo rei para suas empresas em ultramar, a fim de buscar os lucrativos gêneros encontrados no sul do continente americano. O que talvez tenha sido a característica marcante de Francisco I foi a sua atitude frente à associação de Portugal e Espanha a Roma, havendo contestado e condenado veementemente o monopólio sobre o Oceano Atlântico concedido pela Igreja Católica às potências ibéricas. Consta que Francisco I é o autor da célebre frase na qual contesta ironicamente o tratado de Tordesilhas e a atitude de Roma sobre a partilha do mundo entre portugueses e espanhóis, indagando sobre a suposta cláusula do testamento de Adão que o excluía dessa partilha (idem)⁴. Verdadeira

-
- 3 Embora em várias partes deste capítulo seja atribuído um enfoque maior – e talvez exclusivo – ao RN, em face dos objetivos deste trabalho, cabe lembrar que a ação francesa se deu ao longo de quase toda a costa brasileira.
- 4 Em *Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil* consta a menção a este episódio. Contudo, não há neste livro a transcrição da frase em si.

ou não⁵, essa anedota histórica se verifica adequada à realidade geopolítica do século XVI. Era uma das justificativas do modo francês de expansão marítima. Um dos fatores que influenciaram no reinado de Francisco I e, de certa forma, em sua atitude expansionista, é de origem religiosa. Em 1516, um ano após a coroação do rei francês, Lutero publicava seus primeiros trabalhos e, em 1517, as suas famosas 95 teses. Dois anos depois, tais trabalhos chegaram à França, espalhando-se rapidamente e adquirindo grande popularidade, a ponto de a publicação em francês ter sido proibida. Mas isso não impediu a difusão do protestantismo no país, dividindo-se a França entre as duas fés. Contudo, Francisco não pendeu diretamente por nenhum dos dois lados, buscando em sua política a conciliação entre católicos e protestantes. Se por um lado Francisco I não queria romper com Roma – por esta lhe conceder alguns benefícios, como o poder de nomeação dos membros do clero –, por outro, ele também fez concessões aos protestantes (foi bastante tolerante com eles, apesar das pressões da comunidade católica). Os ricos comerciantes do litoral da França Atlântica – Bretanha, Normandia, Dieppe, Honfleur e outros – aderiram largamente à fé reformada, além de membros da própria Corte francesa e funcionários de alto escalão do Estado.

Outro fator por trás da expansão francesa durante o século XVI – sobretudo no Novo Mundo – foi o contexto geopolítico na Europa: o Velho Continente passava pela formação

Mas uma versão da mesma pode ser encontrada em várias fontes no meio virtual. Segue uma versão da famosa frase de Francisco I: “Le soleil luit pour moi comme pour les autres. Je voudrais bien voir la clause du testament d’Adam, qui m’exclut du partage du monde”. Disponível em: <http://www.herodote.net/7_juin_1494-evenement-14940607.php>. Acesso em: 16/04/2009.

- 5 Outra obra, intitulada *La Possession du monde: poids et mesures de la colonisation (XVIIIe-XXe siècles)*, de Bouda Etemad, publicada no ano 2000, também traz esta frase. A obra se encontra disponível para consulta no site Google Books.

de seus Estados Nacionais, com os primeiros impérios coloniais começando a se estabelecer. Em 1519, sobe ao trono do Sacro Império Romano Germânico, Carlos V, de Habsburgo. Dois anos mais tarde, a França e o Sacro Império iniciam uma longa e dispendiosa guerra, que acabou minando as pretensões francesas no Novo Mundo. Francisco I teve de lutar, em várias frentes, contra Carlos V, dono de vasto império espalhado por quatro continentes (grandes porções territoriais na Europa, as possessões espanholas na América e colônias na Ásia e norte da África), “onde o sol nunca se punha”, e de grandes extensões da Europa. Em poucos anos de guerra contra o Sacro Imperador, Francisco I, da França, sofreu várias derrotas, até que, em 1525, foi capturado na batalha de Pavia, o que o forçou a assinar o Tratado de Madri, perdendo sua influência na península itálica. Essa guerra acabou com os recursos da França e levou Francisco à necessidade de assinar um tratado de não agressão e neutralidade, com João III, rei de Portugal. Por outro lado, entretanto, Francisco I não poderia abrir mão dos vultosos lucros que obtinha com o comércio marítimo estabelecido em ultramar e dos lucros obtidos também pelos corsários⁶.

Apesar do pioneirismo luso-espanhol na descoberta do Novo Mundo, foram os franceses a primeira civilização europeia que teve contato com os indígenas e com quem eles primeiro estabeleceram aliança. Isso lhes garantiu rápido acesso a

6 Não se devem confundir corsários com piratas. O corso consistia numa tática de guerra, na qual excursões ou investidas de navios armados eram feitas contra navios mercantes, com o propósito de apresar suas cargas, ação esta, que, eventualmente, se fazia igualmente contra portos e povoações litorâneas. Os navios com *carta de corso* tinham autorização de um governo beligerante para atacar os barcos mercantes de bandeira inimiga, tendo direito à participação nos lucros auferidos. Já os piratas eram homens fora da lei que agiam por conta própria, pilhando e saqueando embarcações unicamente para proveito próprio. Estes eram criminosos e não contavam com o apoio de nenhum Estado, sendo oriundos de vários países, e não só da França, Inglaterra ou Holanda.

vários locais dentro dos territórios ocupados pelos potiguares, por exemplo. A presença francesa no Brasil ao longo da primeira metade do século XVI, segundo Tarcísio Medeiros (1985), foi efetiva o suficiente para que se estabelecesse um núcleo de colonização no sudeste, na atual Baía da Guanabara, posteriormente conhecida como “França Antártica” – que existiu de 1555 a 1567. Há relatos sobre navegadores franceses e suas viagens às terras brasileiras alguns anos depois de Cabral, como a viagem da nau L’Espoir⁷ em 1503, e mesmo antes, como foi o caso da expedição de Jean Cousin, em que este “teria estado no litoral do Atlântico Sul em 1488” (LOPEZ, 2001, p. 30), embora tal expedição nunca tenha sido cientificamente comprovada. No Rio Grande do Norte, vários historiadores dão notícia da presença de franceses de 1516 a 1518; Olavo de Medeiros Filho (2001) vai ainda mais longe ao afirmar que o litoral do Rio Grande era testemunha da presença de navegadores franceses já em 1503, o que de certa forma corrobora, ou ao menos reforça, os relatos trazidos por Adriana Lopez, e a teoria de que a costa brasileira (e a norte-rio-grandense) teria sido desbravada e visitada muito antes do que se tem correntemente como conhecido. Situada a cerca de 5 graus da chamada “linha Equinocial”, a costa do Rio Grande do Norte, inicialmente conhecida como “rio dos Tapuios”, posteriormente referida como “rio Potengi”, e, com a colonização portuguesa, pelo nome de “Capitania do Rio Grande”, apresentava uma singular característica geográfica – sua localização no globo –, sendo o ponto mais próximo do litoral do continente africano, e local de parada quase obrigatória para qualquer navegador que cruzasse o Atlântico, pois proporcionava lugar para aguadas – o reabastecimento de água potável –, reaprovisionamento de mantimentos, reparos das embarcações ou mesmo abrigo, através do trato amigável com os autóctones. Além disso, a região era rica em pau-brasil,

7 O relato desta viagem encontra-se, segundo Adriana Lopez, traduzido por Leyla Perrone-Moisés no livro *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil – 1503-1505* (PERRONE-MOISÉS, 1992).

do qual se extraía a tinta vermelha para o tingimento de tecidos, bastante requisitado no continente europeu, o que rendia grande lucro a quem o vendesse, e que era um dos produtos de escambo de parte dos indígenas. Atraídos pela lucratividade que oferecia o pau-brasil, e burlando a soberania lusitana estabelecida pelo tratado de Tordesilhas, os ricos comerciantes dos portos franceses da Normandia e da Bretanha viajavam para essa costa com regularidade.

Aproximadamente na metade da década de 1530, ficou claro para a Coroa portuguesa que manter o comércio pelas rotas marítimas do Índico seria dispendioso e inviável no longo prazo. Decidiu então voltar as atenções ao comércio marítimo pelas rotas do Atlântico. Ao tomar conhecimento dos riscos que corria sua soberania no Brasil a Coroa reage, promovendo assim políticas de colonização, além de aumentar as pressões diplomáticas sobre os franceses – a maior pressão era para que fossem anuladas as cartas de corso, visando acabar com essa prática e fazer respeitado o Tratado de Tordesilhas. Primeiramente, D. João III estabeleceu o sistema de Capitanias hereditárias. Com um litoral de cerca de 100 léguas – distribuídas igualmente entre Aires da Cunha e João de Barros, ambos homens de confiança do rei de Portugal – a Capitania do Rio Grande se estendia da Baía da Traição, ao sul, à Angra dos Negros, ao norte⁸. Até a sua expulsão definitiva da Capitania do Rio Grande em 1598, os franceses exploraram largamente o território. Segundo Tarcísio Medeiros, os domínios franceses na Capitania estendiam-se

[...] desde o cabo de São Roque até a fronteira, então fixada na Baía da Traição, passando por Acejutibiró, Goaripari, Itapitanga, Ceará-Mirim, especialmente as regiões de Gaujiru e Extremoz, Potengi (Aldeia Velha de Igapó), Búzios, Pipa, Tabatinga, Curimataú e

8 Sabe-se que a então Capitania do Rio Grande englobava uma porção de terra que hoje pertence ao Estado do Ceará.

Aratipicaba⁹, a Baía Formosa [...] (MEDEIROS, 1985, p. 190-191).

Gabriel Soares de Souza, cronista e senhor de engenho português que viveu durante o século XVI, traz em sua obra, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, diversas passagens nas quais menciona a presença de marinheiros franceses no litoral da então Capitania do Rio Grande, além de descrições detalhadas a respeito dela, nos alguns capítulos¹⁰, a se ver:

Do cabo de São Roque até a ponta de Goaripari são seis léguas, ao qual está em quatro graus e $\frac{1}{4}$, onde a costa é limpa e a terra escavada, de pouco arvoredo e sem gentio. De Goaripari à enseada da Itapitanga¹¹ são sete léguas, a qual está a quatro graus e $\frac{1}{4}$ da ponta desta enseada à ponta de Goaripari são tudo arrecifes, e entre eles e a terra entram duas naus francesas que surgem nesta enseada à vontade, sobre o qual está um grande médão de areia [...] Da Itapitanga ao rio Pequeno, a que os índios chamam Baquipe, são oito léguas, a qual está a cinco graus e um seismo. Neste rio entram chalupas francesas a resgatar com gentio e carregar do pau-de-tinta, as quais são das naus que recolhem na enseada de Itapitanga (SOUZA, 2001, p. 39-40).

Em descrição que faz referência ao atual rio Potengi, tem-se: “Esta terra do Rio Grande é muito sofrível para esse rio haver de se povoar, em o qual se meter muitas ribeiras em que

9 Nome dado pelos índios ao que hoje é o município de *Baía Formosa*, segundo Câmara Cascudo, em *Nomes da Terra*. Para mais informações vide Luís da Câmara Cascudo (1968, p. 63).

10 As seguintes passagens são encontradas nos capítulos IX, X e XI, em que o autor descreve a costa da Capitania do cabo de São Roque à baía da Traição, cujo nome atualmente designa um município no estado da Paraíba.

11 Esta enseada estaria próxima à povoação de Macaíba, segundo se pode deduzir de Câmara Cascudo (1968, p. 126). O autor se refere ao termo Tapitanga, que afirma ser uma Povoação em Macaíba, como derivante de Itapitanga.

se podem fazer engenhos de açúcar pelo sertão. Neste rio há muito pau-de-tinta, onde os franceses o vão carregar muitas vezes” (SOUZA, 2001, p. 40).

Gabriel Soares de Souza também descreve a presença de embarcações no porto de Búzios¹² e na baía da Traição:

Entre esta ponta [da Pipa] e o porto dos Búzios está a enseada de Tabatinga, onde também há surgidouro e abrigada para navios em que detrás da ponta costumavam ancorar naus francesas e fazer sua carga de pau-de-tinta. [...] de Goaramataí ao rio de Camarative são duas léguas, o qual está em seis graus e $\frac{1}{4}$, e entre um e outro rio está a enseada de Aratipicaba¹³ onde dos arrecifes a dentro entram naus francesas e fazem sua carga [...] Chama-se esta baía pelo gentio potiguar Acajutibiró, e os portugueses, da Traição, por com ela matarem uns poucos de castelhanos e portugueses que nesta costa se perderam. Nesta baía fazem cada ano os franceses muito pau-de-tinta e carregam dele muitas naus (SOUZA, 2001, p. 40-41).

Os franceses foram também os primeiros a desbravar o rio Potengi e suas proximidades, alcançando a principal taba dos potiguares, Igapó ou Aldeia Velha; lá, nas praias da margem esquerda do Rio Grande, fizeram amizade ainda com alguns *tuxauas*, como Poti, Jacaúna, Surupiba, Jaguarari e Ibiratinim; pela margem direita, no local onde mais tarde Natal seria fundada pelos portugueses, fizeram amizade com Pau Seco,

12 A localidade do porto de Búzios, que hoje faz parte de uma praia homônima, era importante, devido não somente à abundância do pau-brasil, mas também pela presença de um búzio, utilizado como moeda entre os nativos e mesmo em transações comerciais em outras partes do mundo.

13 A enseada de Aratipicaba situa-se entre os rios denominados Goaramataí e Camarative. Para situar essas localidades, o autor usa como referência a distância do primeiro rio a outro rio, denominado Itacoatigara. Este por sua vez distava 9 léguas do porto de Búzios.

Sorobobé e Ilha Grande. Fizeram também uma primeira incursão pelo rio Guamoré; construíram feitorias na ilha da Redinha – em Guajiru, onde se encontra a atual lagoa de Extremoz e o município homônimo¹⁴; em Muriú, aportaram para reabastecimento de provisões. A localidade de Búzios também foi bastante visitada, principalmente pela abundância do pau-brasil. Embora não se tenha um total conhecimento da história da Capitania do Rio Grande durante a presença francesa, sabe-se que sua ocupação em território norte-rio-grandense não foi algo intermitente. Existem menções às atividades de comércio com os índios em todo o decorrer do século XVI. Nos Anais da Biblioteca Nacional, volume XIII, fascículo 1^o¹⁵, encontram-se três menções em diferentes épocas: duas à Baía da Traição, em 1574 e 1584, e outra ao porto de Búzios, já no final de sua ocupação.

Cabe ainda destacar aqui uma evidência física dos tempos coloniais da então Capitania do Rio Grande: as ruínas de uma grande construção de pedra, presente à margem direita do rio Pirangi, no limite da praia de Cotovelo, próximo a Pirangi do Norte. O terreno dessa construção estaria localizado dentro do sítio Coqueiros, que pertenceu ao Dr. Silvino Lamartine de Faria. Tais ruínas seriam, segundo Olavo de Medeiros Filho (2001), os restos de uma antiga casa-forte francesa. Na opinião do autor, essa construção seria uma espécie de armazém ou feitoria, empregada durante a permanência francesa em terras norte-rio-grandenses, na segunda metade do século XVI, na carreira econômica do pau-brasil. Suas dimensões (23 m comprimento por 14,69 m de largura, numa área de 338 m²), assim como a disposição de seus cômodos, parecem denotar

14 “‘São Miguel do Guajiru’, aldeia dos jesuítas, de fins do séc. XVII a 1760 quando se tornou a Vila de Extremoz” (CASCUDO, 1968, p. 89); atualmente o município é denominado Extremoz.

15 Esses anais foram compilados em formato eletrônico (arquivos PDF) e disponibilizados na página da Biblioteca Nacional.

algo mais do que uma simples moradia¹⁶. Medeiros Filho menciona o documento de uma sesmaria doada a João Seremenho na região do rio Pirangi em 1603, descrita em 1614. Nesse documento, estaria mencionada a existência de uma casa ao local na área da doação. Apesar de toda a especulação e opinião de Olavo de Medeiros, não se pode afirmar definitivamente se essa construção pertenceu mesmo aos franceses. Faz-se necessária uma prospecção arqueológica para revelar definitivamente sua origem. Fica patente, para fins dos objetivos principais deste trabalho, avaliar, ainda que primariamente, que o Rio Grande do Norte possui um potencial arqueológico a ser explorado, relativo à história francesa em seu território durante o primeiro século de sua existência, no período colonial.

Conforme nos contaram a História e seus agentes, desde os cronistas quinhentistas até historiadores contemporâneos do século XXI, o século XVI foi marcado por fatos singulares e assistiu a dominação e pioneirismo ibérico sobre os mares; os eventos desenvolvidos a partir daí moldariam a história do continente americano (sobretudo do Brasil e, mais especificamente, do Rio Grande do Norte). Durante este século, Portugal toma posse das terras descobertas a Oeste do Velho Mundo, no “Mar-Oceano”, além de estabelecer rotas marítimas às Índias, prática essa que lhe garantiu vultosos lucros, em decorrência de seu monopólio; paralelamente, durante considerável período de tempo, dispensou pouca importância ao Brasil. Mas com o avançar do século, a Coroa portuguesa viu a necessidade de povoar sua maior colônia – infestada pelos franceses – já que o comércio com o Oriente se verificava dispendioso e bastante arriscado. Ademais, o Brasil era rico em pau-brasil, cujo comércio somava grandes lucros. Com isso, foram implantadas

16 A descrição completa da construção encontra-se às páginas 29 a 31 da obra *Notas para a história do Rio Grande do Norte* (MEDEIROS FILHO, 2001).

políticas de colonização e povoamento, além do combate ostensivo à ação francesa.

Contudo, a Espanha viria a seguir o desenvolvimento de Portugal, e isto, somado a alguns outros fatores, traria consequências que desfechariam no ataque holandês à “Terra Brasilis”. Sabe-se que portugueses e holandeses eram bastante próximos. Conforme a historiadora Denise Mattos Monteiro, estes últimos tinham uma participação direta no comércio marítimo exercido por Portugal.

Com uma rica burguesia de mercadores e usurários e cidades importantes nas rotas mercantis daquele continente, a Holanda constituía, no começo do século XVI, quando os europeus chegaram à América, a maior potência comercial do mundo, mas era, politicamente, uma possessão espanhola, chamada então de ‘Províncias Setentrionais’. Sua burguesia, se não havia participado do movimento inicial das grandes navegações, que implicariam na ‘descoberta’ de novos territórios por Portugal e Espanha, far-se-ia presente no processo de incorporação da América ao capitalismo mercantil europeu através de sua frota mercante – a maior então existente na Europa – e do controle da distribuição dos produtos coloniais naquele continente. Era principalmente em seus navios que se transportavam as mercadorias que cruzavam o Atlântico e eram comerciantes holandeses que dominavam sua distribuição por cidades europeias (MONTEIRO, 2007, p. 14).

A partir de 1519, a Espanha começa a se configurar como potência, à altura de Portugal. Nesse ano, Carlos de Habsburgo¹⁷ herda o trono de seu avô paterno, Maximiliano I de Habsburgo, imperador da Alemanha, e passa a constituir um dos maiores impérios já vistos sobre o planeta, abarcando possessões em toda a Europa, na Ásia e também nas Américas.

17 Seu título varia de acordo com a região, de Carlos V da Alemanha (em termos gerais) a Carlos I (na Espanha).

Carlos V passaria então o trono da Espanha¹⁸ a Filipe II em 1556. Este, cerca de 24 anos após o início de seu reinado, assumiria o trono português, no episódio conhecido como a “União Ibérica”¹⁹. Até que se livrasse do domínio espanhol e retomasse a sua independência política em 1640, Portugal teve que encarar as consequências inerentes à sua união com a Espanha. Em 1580, dissidências e rivalidades religiosas²⁰ levam a Holanda²¹, que adotara a chamada “fé reformada”, a decretar sua independência da Espanha, mas ainda lutaria por cerca de 80 anos até completar o processo de separação e ter sua independência reconhecida. Durante as hostilidades com Filipe II e seus sucessores, a Holanda, em virtude da proibição do comércio com as colônias portuguesas – vez que, conforme já citado, Portugal, e consequentemente suas colônias, estavam subordinados à soberania espanhola à época –, da rivalidade religiosa e do lucrativo comércio de especiarias, passaria a hostilizar e atacar as possessões luso-espanholas no Atlântico, a fim de

-
- 18 Durante o seu reinado, Carlos de Habsburgo doa suas possessões austríacas a seu irmão Fernando, permanecendo ele, Carlos, apenas com a Espanha.
- 19 Em 1578, D. Sebastião, então rei de Portugal, morre na batalha de Alcácer-Quibir, na África, sem deixar herdeiros e gerando assim uma crise sucessória. O trono lusitano passa então a seu tio, D. Henrique, que morre dois anos depois, prolongando a crise sucessória. Assim, Filipe II é reconhecido, dentre outros possíveis candidatos, como rei, pelas instituições mais altas do poder luso;
- 20 Como se sabe, a esfera religiosa exerceu grande influência em processos históricos durante a história da humanidade. Assim, o século XVI assistiu também à divisão da cristandade entre o catolicismo e o protestantismo, fundado por Martim Lutero.
- 21 Embora este termo seja de certa forma generalizante, está sendo aqui usado apenas para situar o leitor de forma mais simplificada; o território que hoje é denominado Holanda fazia parte de uma possessão espanhola chamada “Províncias Setentrionais”, segundo a historiadora Denise Monteiro. Com a proclamação da independência, a Holanda passaria então a fazer parte da “República das Sete Províncias Unidas”.

não só obter os lucros do comércio marítimo, como também comprometer gradualmente a capacidade espanhola de guerrear, que dependia fundamentalmente da exploração de suas colônias ultramarinas.

Para o esforço de guerra contra a Espanha e também assegurar posições no Oriente, as Províncias Unidas se utilizaram da fundação de uma companhia, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, dando-lhe autonomia política e autorização a comercializar e estabelecer tratados e pactos no Oriente, assim como também declarar guerra em nome dos Estados Gerais, como relata Tavares de Lyra (1998, p. 70). Vendo os grandes lucros arrebanhados por essa Companhia e acreditando que a mesma tática poderia dar certo também no Ocidente, o comerciante e diplomata Guilherme Usselinex propõe a fundação de uma nova companhia, a Companhia das Índias Ocidentais, cujo objetivo principal seria atacar e dominar o Brasil²². Assim, a 3 de junho de 1621 estava fundada a Companhia das Índias Ocidentais, à qual foram concedidos os privilégios de autonomia e o monopólio sobre comércio do oceano Atlântico por 24 anos, dentre outras concessões, direitos e obrigações regulamentados por quarenta e cinco cláusulas, concomitantemente ao fim de uma trégua de doze anos²³ estabelecida entre a Espanha e as Províncias Unidas. Começaria então a invasão ao Brasil.

A primeira invasão aconteceria na Bahia, então capital da colônia, em 1624. Apesar da fraca resistência e da vitória fácil, os holandeses não durariam muito tempo nessa paragem, sendo expulsos pouco mais de um ano depois, em maio

22 Apesar de enfrentar oposição, Guilherme Usselinex consegue levar a cabo a fundação da Companhia.

23 Tavares de Lyra fala, com aparente indignação, que, apesar da trégua de doze anos, os holandeses não pararam de atacar e aprisionar navios portugueses e espanhóis e que durante esse período as investidas contra o Atlântico acabaram por aumentar.

de 1625. Tal derrota significou duro golpe nos recursos da Companhia das Índias Ocidentais. Por outro lado, segundo Sérgio Luiz Bezerra Trindade, em *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, utilizando uma descrição de Arno Wehling, o apresamento de vários navios espanhóis que carregavam prata permitiu a formação de nova força invasora (TRINDADE, 2007, p. 48). Desistindo da Bahia, os holandeses resolvem atacar Pernambuco, o maior centro produtor de açúcar, não só da colônia como também do mundo, e a partir daí também as Capitanias ao norte, dentre elas o Rio Grande. Depois de falhar a tentativa de invasão à Capitania da Paraíba, em novembro de 1631 com sérias perdas, é enviada uma expedição ao Rio Grande, a 21 de dezembro do mesmo ano, mas esta recua ao se deparar com a força de Matias de Albuquerque, que estava na Paraíba e, sabendo da invasão, foi ao socorro da Capitania. Até a conquista definitiva do Rio Grande, em 1633, foram tentados dois ataques. O termo “ataque” verifica-se aqui assaz vago; Sérgio Luiz Bezerra de Trindade (2007) menciona quatro tentativas. Entretanto, ele não define o que seria “ataque”. Como se sabe, foram várias as incursões, mas quais delas se pode considerar um ataque propriamente dito? Para fins de lógica, utiliza-se neste trabalho a concepção de “ataque” como uma manobra militar na qual se utilizam equipamentos bélicos e tropas em larga escala, tais como esquadras, exércitos e artilharia, cujo fim é a conquista concreta e efetiva de um território. Entretanto, antes de planejarem seus ataques à Capitania do Rio Grande, os holandeses fizeram largo uso de expedições de conhecimento.

A primeira delas, mencionada pela grande maioria (senão a totalidade) dos historiadores é a de 1625. Depois de tentar explorar algumas vezes sem sucesso a costa nas proximidades do rio Paraíba, assim como o rio *per se*, o almirante Veron²⁴

24 A armada era comandada pelo general Boudewijn Hendricksz; o almirante Andries Veron teria se juntado a essa tropa posteriormente,

decide rumar para a Baía da Traição, a cerca de 20 de junho, de onde promoveram várias entradas ao território potiguar²⁵. Na primeira entrada em que os holandeses fizeram, o capitão Stapels seguiu para esse povoado com uma pequena tropa de escolta, mas os portugueses que o habitavam haviam fugido. Lá, durante cerca de 2 ou 3 dias, ergueram uma trincheira e barracas para soldados doentes de escorbuto, e foram bem recebidos pelos índios, que os trataram pacificamente e ofereceram seu auxílio contra os portugueses, “cujo jugo suportava mal soffridos” (LAET, 1912, p. 96), além de encontrarem uma casa com trinta caixas de açúcar. Em 25 de junho, deu-se a segunda entrada. O capitão Boshuysen marcha para o sertão em busca de mantimentos para os doentes, retornando no dia 19 de julho apenas com quatro cavalos. No começo de julho, é mandada nova entrada, da qual participaram o capitão Swart e o vice-almirante Jan Van Dijke. Acompanharam-nos soldados, marinheiros e índios. Durante essa entrada encontraram resistência portuguesa, que acabou matando dez holandeses. Retornam a cerca de 4 do mesmo mês, também com poucos mantimentos. No dia 5 de julho, o capitão Boshuysen é novamente mandado a uma expedição. Teria subido o rio Mamanguape, segundo seus cálculos, aproximadamente 8 léguas, avistando algumas casas de portugueses, e trazendo algumas peças de rês. Voltou 3 dias depois. No dia 9, parte nova entrada – a quinta desde que os batavos haviam desembarcado na Baía da Traição – a subir o rio Mamanguape, chefiada pelo

com um navio e um iate. Estranhamente, no documento oficial da Companhia das Índias Ocidentais, na descrição da expedição, o nome de Hendricksz quase não é citado, apesar de ter sido o chefe da tropa.

- 25 A descrição da Baía da Traição na letra dos holandeses encontra-se nos Anais da Biblioteca Nacional (disponíveis na Internet através do site da Biblioteca Nacional, em formato PDF), volume XXX, que traz a *História ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* por Joannes de Laet, diretor da Companhia, e traduzido pelos Doutores José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior.

capitão Stapels. Enquanto sua tropa retornou três dias depois trazendo mais gado, este chegaria ao quartel apenas no dia 13, sem ter encontrado resistência. A sexta e última entrada, citada pela maioria dos historiadores, foi a do capitão Uzeel Johannes de Laet, iniciada no dia 19 de julho. O local exato de onde essa entrada partiu é incógnito, não sendo mencionado nem mesmo no próprio documento da WIC – Western Indian Company, ou Companhia das Índias Ocidentais. Dela apenas se sabe que se deu em “caminho do Rio Grande”, e durante ela foi encontrado um engenho com trezentas caixas de açúcar e muito gado, mas que nada disso foi aproveitado. O capitão Uzeel chegou no dia 23 ao quartel, sem trazer outra coisa que não limões para os enfermos. Denise Mattos Monteiro traz algumas informações complementares a respeito desta incurção, afirmando que a esquadra de Boudewijn teria aportado na “Baía da Traição, para abastecer-se de água e alimentos, de onde saiu uma patrulha terrestre de observação” (MONTEIRO, 2007, p. 34).

No mesmo parágrafo, a autora frisa o contato estabelecido com os índios Tupi-Potiguara por parte dos holandeses, do qual alguns índios acabariam partindo para a Europa, onde aprenderiam a ler e escrever, e seriam catequizados, passando conhecimentos sobre sua terra, e voltando mais tarde para servirem de intérpretes²⁶. Já em maio de 1630, um pequeno grupo liderado por Adriano Verdonck teria entrado em Cunhaú, passado pela aldeia de Mipibu e finalmente chegado a Natal, onde até mesmo o Forte dos Reis Magos teria sido examinado, ainda

26 Vê-se novamente a utilização de intérpretes, como fizeram os franceses, com a diferença que os holandeses levaram índios para a Europa ao invés de deixarem dos seus ao convívio com o gentio; além dos intérpretes, os holandeses se aprofundaram no relacionamento com os índios, procurando sempre estabelecer alianças com as tribos, obviamente com as nações inimigas das tribos que eram aliadas aos portugueses. Essa tática verificar-se-ia bastante eficaz com o passar do tempo.

que discreta e cautelosamente; em 1631, ocorreriam mais duas expedições. Na primeira delas embarcaram Marcial – índio que fugira dos acampamentos portugueses e fora ao Recife, em nome dos chefes cariris Janduí e Oquenuçu, solicitar a ajuda dos holandeses e a ocupação da Capitania do Rio Grande –, juntamente com André Tacou, Araroba e Francisco Matawe, índios que serviriam de intérpretes e mediadores, a fim de estabelecer alianças para os holandeses com outras tribos e colher dados sobre o litoral que fosse costeado²⁷. Desceram a 15 de outubro, dois dias após a partida, num local chamado Ubranduba²⁸, ao norte do rio Potengi. Cerca de 25 dias depois, uma tropa que ia por terra, liderada pelo capitão Albert Smient, encontra, guiada pelo clarão de uma fogueira à noite, um português, João Pereira, que transportava ninguém menos que André Tacou, juntamente com outros seus e mais 17 mulheres e crianças. O português acabaria sendo morto e André Tacou liberto, além dos outros índios. Como se sabe, o português trazia consigo documentos importantes sobre a Capitania do Ceará, que teriam sido muito úteis na conquista desta. Smient então volta ao Recife, seguindo Joost Closter sua jornada pelo litoral até chegar ao Ceará. No Livro Oitavo da *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*, referente ao ano de 1631, compilado no volume XXXVIII dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontram-se as descrições de todo o litoral costeado durante essa expedição. A segunda expedição de 1631 foi a tentativa de assalto à Capitania, que conforme mencionada acima, não obteve sucesso. Câmara Cascudo traz uma descrição diferente desta expedição, que foi utilizada por Sérgio Luiz Bezerra Trindade (2007). Segundo tal descrição, os holandeses, ao passarem muito próximo ao

27 O destino prioritário desta expedição era o Ceará.

28 Para uma descrição na íntegra desta expedição vide Sérgio Luiz Bezerra Trindade (2007, p. 49); Tavares de Lyra (1998, p. 75-76) também deve ser consultado, a fim de se cruzar informações trazidas por ambos.

Forte, teriam enfrentado fogo deste e retrocedido para a praia de Ponta Negra. Após a marcha da praia até a cidade, a qual teria exaurido as forças das tropas, estas teriam desistido do ataque. Cascudo parece não dar muito crédito a essa teoria, de que uma marcha de dezoito quilômetros não poderia deter tropas experientes. Supõe então que os holandeses teriam preferido permanecer algum tempo em Genipabu, abastecendo-se de gado e saqueando algumas casas.

Dois anos se passariam até que se fizesse o segundo e derradeiro ataque²⁹ à Capitania, composto de 808 homens e onze embarcações, combinando ações terrestres com apoio naval. Partindo de Recife a 5 de dezembro de 1633, a tropa em terra teria desembarcado na praia de Ponta Negra a 8 de dezembro do mesmo ano, e marchado até Natal, encontrando insignificante resistência no caminho (segundo consta no diário da expedição, trazido à tona Tavares de Lyra, apenas uma casa fez desnecessária resistência, o que aos invasores teria passado despercebido, não tivesse disparado contra a tropa). No dia 10, as tropas em terra se estabelecem numa duna adjacente ao Forte, posicionando artilharia ali. Teriam também conseguido informações sobre o Forte depois da captura de um sargento-mor numa pequena escaramuça na “Ponta do Morcego”. Finalmente, no dia 11 a batalha inevitável começaria, desfechando com a rendição do Forte no dia 12 – os invasores ainda tentaram negociar uma capitulação pacífica para os portugueses, mas diante da determinação do capitão-mor Pero Mendes de Gouveia foi vã a tentativa³⁰. Estava conquistada, assim, a Capitania do Rio Grande, que só se libertaria do domínio holandês 21 anos depois.

Ainda dentro do objetivo principal deste trabalho, em um segundo momento, constatou-se que em termos de ocupação

29 Conforme a lógica adotada neste trabalho, citada anteriormente.

30 O conteúdo da resposta de Pero Mendes pode ser encontrada em Lyra (1998, p. 82).

e povoamento, os holandeses não adentraram muito o Rio Grande³¹, instalando-se às proximidades do litoral, apesar das expedições ao interior da Capitania; não teriam se expandido para o sertão, restringindo-se à região Agreste, apesar da aliança com os janduís, que habitavam as áreas mais centrais da Capitania, conforme afirma Trindade (2007, p. 53):

[...] os holandeses não incursionaram muito pelo interior, limitando-se mais às áreas litorâneas e agreste, nos atuais municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Arês, Goianinha, Canguaretama, todo o vale do Rio Ceará-Mirim e toda a área salina.

Denise Monteiro também delimita eficazmente o espaço ocupado pelos batavos: “Como a presença holandesa na Capitania se restringiu a uma estreita faixa litorânea – que ao norte chegava até o vale do rio Maxaranguape e a oeste até o atual município de Macaíba – o sertão continuou desconhecido pelo homem branco [...]” (MONTEIRO, 2007, p. 41). Essa ideia parece já não ser mais válida, dada a grande variedade de mapas existentes, muitos dos quais delimitando também as aldeias indígenas. Também existem fontes primárias e obras retratando as tribos íncolas. Câmara Cascudo também dá uma delimitação do raio de ocupação batava: “O holandês conheceu o litoral e a região agreste norte-rio-grandense. Os municípios do seu domínio compreendiam parte essencial de Canguaretama, Goianinha, Arês, São José de Mipibu, Natal, Macaíba, o antigo São Gonçalo e o vale do baixo Ceará-Mirim [...] Conheceu e utilizou as salinas de Areia Branca” (CASCUDO, 1955, p. 88). Quanto à região das salinas, o autor chega a afirmar que houve produção industrial de sal, embora breve, uma vez que os índios, que ajudavam na mão de obra, teriam se revoltado e matado a todos os brancos. Olavo de Medeiros

31 Contudo, sua ocupação ainda foi mais aprofundada que a ocupação francesa, também estudada neste trabalho.

Filho também faz menção à atividade salineira praticada pelos batavos. Determina que era extraído sal marinho “formado nas salinas naturais existentes a partir do rio Guamaré e que também atingiam as barras dos rios Açu e Upanema (hoje Mossoró)” (MEDEIROS FILHO, 2001, p. 11). Continuando-se sobre a descrição de Câmara Cascudo tem-se que dentro dos domínios batavos,

[...] ia-se até Piquiri, Pedro Velho, toda a redondeza das lagoas de Guaraíras, Papeba e Paraguaçu (Papari) e São José, várzeas do Jacu, Baldum, Sapé, Capió, taboleiros para Cajupiranga, Pitimbu e Natal, incluindo os vales úmidos do Maxaranguape. [...] Os vales de São Gonçalo assim como Macaíba foram aproveitados, mas apenas em roçarias e criação de gado. O único engenho, corrente e historicamente moente, era o de Cunhaú (CASCUDO, 1955, p. 88).

Finalizando sua descrição, o historiador e folclorista afirma que a ocupação batava se deu em um raio de 30 a 50 quilômetros do litoral, durante a qual a região agreste foi a mais povoada. Tal informação sobre o engenho de Cunhaú não deve ser tomada por conclusiva e incontestável. Sabe-se que o Rio Grande do Norte possui terras propícias à plantação de cana-de-açúcar, abrigando potenciais possibilidades de ter abrigado mais engenhos do que se tem correntemente documentado. Dos pontos ocupados pelas tropas holandesas de 1633 a 1654, na ótica deste trabalho, alguns merecem um destaque especial. São pontos em que se percebe que a ocupação se deu de forma mais intensa, ou que parecem ter tido maior importância para o ocupante batavo. O território do atual município de Extremoz é um desses locais. A região aparece mencionada em mapas holandeses, como Marcgrave e Vingboons, e possuiu vários nomes até se chegar ao atual. Sabe-se que o local era utilizado para a produção de mandioca e de farinha em larga escala. A lagoa, hoje conhecida como lagoa de Extremoz, apresenta o que parece ser uma “língua”, ou divisória, separando-a

ao meio. Câmara Cascudo afirma que tradicionalmente se associa essa suposta obra de engenharia ao ocupante batavo. O autor supõe que esse trabalho se deu na finalidade de “dividir a lagoa para que a parte superior, com as águas do rio Caratan, ficasse permanentemente doce e a parte inferior, salgada” (CASCUDO, 1955, p. 77). O autor ressalta que, embora não exista ou não se conheça documento batavo da época sobre este local, existem documentos posteriores que mencionam esta espécie de península, atribuindo-a ao trabalho dos holandeses. Outro ponto também mencionado por Cascudo é a região do Cunhaú. Nessa região, há a lagoa de Guaraíras, na qual existe a chamada Ilha do Flamengo, que Cascudo afirma ter se tornado ilha propriamente dita depois de uma enchente em 1924. O mesmo especula ter sido esta ilha um aterro, uma obra de engenharia como aquela executada na lagoa de Extremoz. Lá os holandeses ergueram uma fortificação para vigiar, proteger a área e garantir o abastecimento de provisões como carne, peixe e mandioca para as outras Capitânicas em sua posse. Aliás, esse papel de centro de abastecimento de víveres para as outras Capitânicas sob posse holandesa desempenhado pelo Rio Grande é uma característica frisada por vários historiadores.

Recentemente o arqueólogo e historiador Walner Spencer destacou este traço, no trabalho já citado aqui. Nesse caso, ele destaca que, pela sua posição geográfica, e apesar de ser uma das Capitânicas em que o homem holandês mais tempo ocupou, o Rio Grande foi uma das que menos sofreram destruição física, a despeito das batalhas que nela foram travadas. Isso permitiu ao Rio Grande manter essa situação e posição de centro abastecedor. A Ilha do Flamengo é famosa pelas batalhas que enfrentou, em especial por uma: em janeiro de 1648, o fortim foi atacado pelo mestre de campo Henrique Dias, que partira para Cunhaú na manhã seguinte à luta. Essa batalha foi marcada por grande violência, talvez ao ponto de ser considerada como massacre. Diz-se que ninguém foi poupado, nem brancos, nem negros escravos, de qualquer sexo ou idade; 3

anos depois, o local seria novamente atacado, dessa vez pelo capitão João Barbosa Pinto. Sabe-se que no intervalo da primeira para a segunda batalha houve a reconstrução do forte. Um ponto que Cascudo afirma ser comum tanto na história portuguesa quanto na holandesa é o emprego de artilharia na fortificação da ilha da lagoa de Guaraíras. O autor também fala de um canhão que permaneceria atualmente em um sítio em Patané, enquanto outro estaria numa esquina da atual cidade de Arês³². Por fim, Câmara Cascudo alerta: além da vegetação ter coberto o local onde o fortim existiu, residentes das redondezas têm utilizado pedras do local em construções, o que deixa claro a agressão a um potencial sítio arqueológico³³. A região de Cunhaú também abrigou o engenho de mesmo nome e um fortim, que fora atacado e destruído em 1634. Até a expulsão dos holandeses da Capitania do Rio Grande, Cunhaú foi palco de diversos episódios, como a marcha do mestre de Campo Luís Barbalho Bezerra em 1640, uma violenta batalha, em 1645, em que o capitão João Barbosa aparece, em outubro do mesmo 1645, queimando tudo, matando holandês como quem mata formigas, segundo descrição de Câmara Cascudo (1955, p. 82). Há que se retornar aqui à crítica feita anteriormente neste trabalho, sobre a parcialidade dos historiadores para com o elemento português. Parece que, ao se falar das atrocidades cometidas pelos portugueses, fala-se com brio, com ânimo, como se fossem atos de bravura, louváveis, dignos de apreciação, enquanto as cometidas pelos holandeses são vistas como exemplos da mais pura e bárbara crueldade cometida por seres humanos. Novamente, não se trata de defender ninguém, mas de se encarar a história como uma ciência, e não

32 O autor afirma ter visto as duas peças em 1932.

33 O alerta, aqui, trata-se não só de trabalhar a Arqueologia no local, a fim de se encontrar vestígios e se resgatar parte da história da região mas também no sentido de educar a população local a preservar o patrimônio.

como uma novela ou filme com protagonistas e antagonistas, heróis e vilões.

Olavo de Medeiros Filho, em *No Rastro dos Flamengos*, apresenta uma série de documentos³⁴ e afirma, baseado nesses estudos, terem os holandeses, durante sua permanência na Capitania do Rio Grande, promovido pesquisas e viagens de cunho mineralógico ao interior da Capitania, voltadas à procura de jazidas e prospecção de metais preciosos. O ano dessa pesquisa teria sido 1637. Em um relatório destinado à Assembleia dos XIX³⁵, o Conde Maurício de Nassau afirma, aparentemente animado, ter certeza da existência da existência de uma mina “na Capitania do Rio Grande, acima do rio Cunhaú” (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 33). Na mesma obra, o autor aponta outros estudos que fazem menção a duas minas situadas também nas proximidades de Cunhaú, chamadas minas de Camarajibe e Iporé³⁶. Com relação à mina do Cunhaú, apesar de todo o entusiasmo de Maurício de Nassau, alguns anos parecem ter se passado sem se ter notícia dessa mina, até que em 18 de fevereiro de 1645 é anunciada a retomada das pesquisas mineralógicas.

34 Como traduções do Dr. José Higinio de documentos holandeses presentes no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, um artigo do próprio José Higinio intitulado *Minas de Ouro e Prata no Rio Grande do Norte – Explorações Holandesas no Século XVII*, e o livro *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, do Dr. Alfredo de Carvalho, no qual existe um capítulo intitulado “Minas de Ouro e Prata no Brasil Oriental – Explorações Holandesas no Século XVII.

35 O quadro de diretores da Companhia das Índias Ocidentais, composto por 19 membros.

36 Para o estudo dessas duas minas, foram utilizados por Olavo de Medeiros dois relatos da respectiva expedição, intitulados *Diário da Viagem à Mina de Prata*, do engenheiro Pieter van Struch, e *Diário da Viagem à Mina Situada no Rio Grande*, escrito pelo bailio do então Castelo de Keulen, Johannes Hoeck, a 4 de fevereiro de 1650. Ambos os documentos, cronologicamente posteriores aos utilizados no estudo da mina do Cunhaú, foram trazidos da Holanda pelo Dr. José Higinio e traduzidos pelo historiador Alfredo de Carvalho.

Organiza-se então uma expedição à região do Cunhaú, cerca de 15 dias depois, liderada por Jodocus Stetten. Este permaneceu no local cerca de 3 meses, o que pode indicar que a expedição teve alguma importância. Do relato de Jodocus Stetten, Olavo de Medeiros Filho traz um croqui, ou esboço, no qual descrevia a região onde a expedição se instalou. Esse esboço continha informações táticas sobre o local e adjacências, relatando seus acidentes geográficos, assim como também assinalava as posições militares amigáveis e inimigas. Pela descrição de Alfredo de Carvalho, aproveitada por Olavo de Medeiros Filho em seus estudos sobre esse esboço, havia a indicação de um rio no centro do mesmo, embora não tenha sido especificado o curso de tal rio. Numa de suas margens, estavam os alojamentos do explorador e dos mineiros da expedição. Através de estudos sobre este croqui, e também de pesquisas no local, Olavo de Medeiros afirma ser este o rio Calabouço³⁷, afluente de um outro rio, denominado Salgado. O sítio da mina estaria situado na junção desses dois rios, a cerca de 10 quilômetros a oeste do município de Nova Cruz. Entretanto, esse local parece ter sido apenas uma parte da extensão total da “Mina do Sertão do Cunhaú”. Tomando-se ainda pela descrição de Jodocus Stetten, Olavo de Medeiros Filho afirma que havia sido encontrado um grande veio de ouro no sentido nor-noroeste para sul-sudeste, fato que levou o explorador a deduzir que a base e o centro da mina se localizariam em um monte, distante cerca de 22 quilômetros do local onde houvera se estabelecido inicialmente. Olavo de Medeiros infere que este monte seja a atual Serra de São Bento. A atual cidade de Passa e Fica localiza-se na base dessa serra.

Em 25 de janeiro de 1650, outra expedição de cunho mineralógico levaria o engenheiro Pieter van Struch e o bailio da

37 O autor cita que, através da leitura de textos de sesmarias concedidas pelo governo da Paraíba, descobriu que o rio Calabouço era também conhecido, no século XVIII, pelo nome de Curimataú-Mirim.

Capitania do Rio Grande, acompanhados de, Johannes Hoeck e Pieter Persijn³⁸ ao sertão de Cunhaú, a encontrarem 2 supostas jazidas, cujos nomes já foram anteriormente citados: as minas do Camarajibe e Iporé. Olavo de Medeiros analisa o relato por trechos, tecendo comentários e esclarecendo os pontos geográficos então mencionados. Não cabe transcrever aqui a expedição, sendo frisadas apenas passagens importantes. A descrição na íntegra encontra-se no capítulo 6, “As minas de camarajibe e iporé (1650)”, a partir da página 87 de *No Rastro dos Flamengos*. A primeira mina encontrada, a de Camarajibe, situava-se em um monte, localizado à esquerda do rio Potengi, próximo à foz do rio Camarajibe. Pela descrição dos expedicionários, Olavo de Medeiros deduz ser este monte o atual Serrote das Cajaranas:

Chegados ao cotovelo da terceira reta, que se estendia para o sul-sudeste, avistaram à direita, ao norte, na fralda do monte à margem do Potengi e próximo à foz do Camarajibe, algumas pedras enormes, milagrosamente sobrepostas umas às outras como que por mão de homem [...] (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 89).

O autor afirma que esse “cotovelo da terceira reta” fica próximo ao norte do município de Igreja Nova. A mina estaria então localizada na parte oriental desse serrote, que estaria contido no território de uma fazenda chamada Lagoa do Sal, à época em que foi escrito o livro (1989).

No dia 30 de janeiro, os viajantes seguem meia légua ao longo do curso do atual Riacho Santa Rosa, citado no relato com o nome de Tortuoso, até chegarem num ponto em que Pieter Persijn indica ser o local, um monte coberto de mato, onde em outra ocasião teria retirado amostras de minério e levado aos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais.

38 Não há menção ao cargo ou posição deste homem. A única referência ele é “Comandante dos Tapuias”, o que leva a crer que se tratasse de um índio de maior hierarquia.

Entretanto, não avistando certos acidentes geográficos que identificariam o local onde estivera antes (uma aldeia, um monte chamado Itaberaba e uma fonte), continuou a seguir com os expedicionários pelo riacho até chegarem à aldeia de um cacique conhecido por João Açu.

Nas adjacências dessa aldeia, que ficava a 26 léguas do Forte Keulen, restava a dita fonte, perto da qual havia rochedos de que os viajantes extraíram amostras de minério, e que tinha nome de Iporé. Essa foi a terceira mina, ou veio de minério, na Capitania do Rio Grande indicada pelos holandeses.

Olavo de Medeiros menciona ainda outro artigo³⁹ de Alfredo de Carvalho em que o historiador aponta o texto de uma carta enviada pelos Membros do Conselho aos Diretores da Companhia (das Índias Ocidentais). Essa carta relata o descobrimento de uma mina no sentido oeste-sudoeste, em relação ao Forte, o que, segundo o autor, confirma a existência da mina de Iporé, nas cabeceiras do riacho Santa Rosa, na Serra da Tapuia, atual município de Sítio Novo.

Esse seria o verdadeiro local onde a mina estaria situada. Segue o trecho da carta holandesa de onde surgiu a dedução de Alfredo de Carvalho: “Pieter Persijn só foi encontrar minério ao sul do rio Potengi, nove milhas mais para o interior e a W S W do forte Ceulen, conforme claramente se depreende do mapa ou roteiro que nos apresentou o mesmo Pieter Persijn e vos será remetido oportunamente (5: 164)” (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 96).

Na historiografia norte-rio-grandense contemporânea, e mesmo em algumas obras mais antigas, tem-se mencionado algumas construções espalhadas em locais diversos pelo estado, que vêm sendo pano de fundo para especulações e

39 “Minas de ouro e prata no Rio Grande do Norte – Explorações Holandesas no Século XVII”.

dúvidas e têm suscitado curiosidade entre aqueles que as têm estudado.

Aliando-se a ciência histórica às tradições orais e culturais em torno desses monólitos e locais extraordinários, sob os auspícios de uma pesquisa histórica fundamentada na prospecção teórica e material (i.e., arqueológica, perspectiva à qual este trabalho se direciona), poder-se-á obter uma luz sobre essas misteriosas construções de pedra, desvendando os segredos que guardam, obtendo o conhecimento histórico que contêm, ou que levem a se descobrir, acerca das mesmas e do contexto histórico no qual estiveram presentes, fortalecendo assim a história da região à qual pertencem, como também da historiografia potiguar como um todo. Luís da Câmara Cascudo, Olavo de Medeiros Filho e Lenine Pinto são autores potiguares que parecem dar importância ao potencial do conhecimento arqueológico.

Menciona-se aqui, como um reforço ao foco deste trabalho – que é, resumindo em poucas palavras, uma avaliação do potencial arqueológico do Rio Grande do Norte através de prospecção em fontes escritas, atuais e históricas –, os restos de supostas fortificações holandesas, localizadas no perímetro da Grande Natal e citadas unicamente por Câmara Cascudo. O autor fala de um suposto baluarte que se localizara, durante a ocupação holandesa, em um declive da colina à direita da atual Praça Augusto Severo.

Embora não mais exista nada sobre o solo – Câmara Cascudo (1955) afirma ter encontrado menção a essa construção num livro denominado *Inventário das Armas e Apetrechos Bélicos*, escrito pelos holandeses – é possível que ainda exista algo sob o chão da então praça. Outra suposta fortificação, também presente dentro da área urbana de Natal, estaria situada no atual Bairro de Petrópolis, onde está a Avenida Getúlio Vargas.

O autor informa sobre um coronel chamado Joaquim Manuel Teixeira de Moura, o qual teria descoberto, ao construir uma casa no local, em 1893, grandes alicerces, de tijolos resistentes, que tinham a impactos como se fossem de metal. Para Cascudo, o que confirma a existência de um fortim seria a informação, no mapa de Marcgrave, da indicação “N. S. do Monte” ao local do bairro de Petrópolis (o autor também afirma já ter o local tido os nomes de “Monte” e “Belo Monte”). Afirmou também haver recebido do historiador José Moreira Brandão Castelo Branco a confirmação da existência desses alicerces. Nas praias do litoral sul de Natal também consta a menção de supostas construções holandesas. Uma delas estaria no topo de uma elevação na praia de Búzios, próximo a um Rio Doce, num trecho sem vegetação e onde o chão possui areia fofa e branca. Desse local, que, segundo Câmara Cascudo, possui localização estratégica, seria possível avistar as Pontas de Tabatinga e Camurupim.

O último fortim holandês mencionado estaria situado próximo à praia de Pirangi do Norte, “uns dois quilômetros para o interior”, onde “há ruínas misteriosas de uma construção sólida, atarracada, com paredões de pedra, tendo ainda visíveis os repartimentos, numa altura de dois metros do nível do solo [...]” (CASCUDO, 1955, p. 81).

Essa parece ser a mais visível das ruínas então mencionadas, juntamente com a construção situada no rio Pirangi. Contudo, o autor alerta que as pedras do local estão sendo paulatinamente utilizadas por moradores locais em suas construções próprias. Este, aliás, é um aspecto que deve ser ressaltado neste capítulo.

Considerando a época em que alguns dos livros utilizados neste trabalho foram escritos, é possível que os locais indicados estejam bastante danificados, em decorrência do processo de urbanização e/ou da ação de moradores próximos a esses sítios, que por ignorância – acentuada pela falta

de uma política pública que investigue e preserve esses locais, tidos como arautos do passado, das sociedades europeias que passaram em solo norte rio-grandense –, acabam danificando e destruindo o que pode ser fonte de informações e de tradições culturais das várias comunidades do Rio Grande do Norte. Para além de fornecer informações históricas sobre a terra e contribuir para o aperfeiçoamento dela, este trabalho visa também alertar sobre a importância do patrimônio e de sua conservação.

Como resultado deste trabalho, sob pesquisa em fontes escritas, e no cruzamento das informações coletadas em tais fontes, constatou-se que houve, de fato, larga ocupação e exploração do que hoje é o estado do Rio Grande do Norte, por parte das sociedades europeias não ibéricas aqui enfocadas. Suas excelentes condições geográficas naturais permitiram a exploração e o conhecimento da terra – sua hidrografia é rica, apresentando várias baías e rios navegáveis, por onde se entrava e se fazia trato com os índios –, assim como sua exploração econômica em dois momentos, que no contexto estudado (as Grandes Navegações e suas consequências na Europa dos séculos XV, XVI e XVII) era de sumo interesse às potências então emergentes na Europa.

O Rio Grande era rico em pau-brasil – cuja exploração se deu em larga escala durante o século XVI e continuou, porém, em ritmo menor, nos séculos subsequentes – e foi bastante explorado pelos franceses durante o tempo em que aqui estiveram. Seu solo e clima também foram adequados à introdução e plantio da cana-de-açúcar pelos portugueses, que trouxeram consigo os engenhos; seu relevo favorecia a instalação desses engenhos, tendo sido a atividade açucareira explorada por portugueses e holandeses, quando da invasão e conquista da Capitania por parte desses últimos em meados do século XVII. Um estudo dessas regiões indicadas deverá trazer à tona os resquícios materiais das ocupações.

Faz-se necessário salientar, porém, que nas localidades aqui indicadas a morfologia do terreno pode ter sofrido alterações, dificultando o reconhecimento, o que exige um estudo mais amplo e meticoloso, que pode (e deve) ser auxiliado pelas inovações técnicas e tecnológicas adquiridas durante o contínuo desenvolvimento da ciência arqueológica e o aperfeiçoamento da ciência histórica.

Constatou-se também com este trabalho que não só a história norte-rio-grandense mas também a história do Brasil estão profundamente atreladas à história de Portugal e da América Portuguesa. Trata-se de uma história “lusitanizada”, o que se verifica como um problema. O Brasil, embora tenha sido descoberto oficialmente (o que não significa que o tenha sido de fato) por Portugal e tenha sido colônia dessa nação e posse durante trezentos e vinte e dois anos, possui uma história própria. Atravessou, até a sua independência, o domínio de quatro sociedades europeias (portuguesa, francesa, espanhola e holandesa), além do próprio domínio dos índios, que aqui se encontravam desde tempos mais remotos, de cuja história, anterior à chegada do homem europeu, não se tem registro, em decorrência de eles não terem desenvolvido a escrita, e cujas tradições orais não puderam ser resgatadas e registradas. Não se trata aqui de estudar fatos isolados de seu contexto temporal e espacial.

Todavia, os historiadores não podem registrar e interpretar os fatos munidos de juízos próprios de valor e imbuídos de sentimentos pessoais. Talvez tais vestígios possam nunca vir a serem encontrados. Porém, uma vez em que a História se configura como uma ciência, esta se investe automaticamente de caráter investigativo, utilizando-se de todos os meios válidos disponíveis para atingir seu objetivo. Isso quer dizer que este trabalho não traz para si a pretensa infalibilidade, sob um véu de pragmatismo e parcialidade, com que alguns historiadores

dizem contar a história da humanidade. E isso vale também para a história do Rio Grande do Norte.

Referências

- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serv. de Documentação, 1955. 524p.
- . *Nomes da Terra: geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968. (Coleção Cultura).
- . *História da Cidade do Natal*. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999. 495p. (Coleção Cultura, 11).
- DESCLAUX, Marie. 7 juin 1494. Partage du monde à Tordesillas. Disponível em: <http://www.herodote.net/7_juin_1494-evenement-14940607.php>. Acesso em: 16 abr. 2009.
- ETEMAD, Baud. *La Possession du monde: poids et mesures de la colonisation (XVIIIe-XXe siècles)*. Editions Complexe, 2000. ISBN 9782870277836.
- GASPAR, M. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar: 2004.
- LAET, Joannes de. *Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros I-IV. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XXX. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912.
- . *Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros VIII-X. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XXXVIII. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920.
- . *Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros XI-XIII. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XLI-II. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925.
- LOPEZ, Adriana. *Franceses e tupinambás na terra do Brasil*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998. 434 p. (Coleção Cultura, 7).
- MARTIM, G. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. UFPE, 1999.
- . Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN/PB), *Clio Arqueológica*, Recife, n. 16, p. 12-32, 2003.

- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Gênese Natalense*. Natal: Edição do Autor, 2000. 72 p.
- _____. *No Rastro dos Flamengos*. Natal: Fundação José Augusto, 1989. 104 p. il.
- _____. *Notas para a história do Rio Grande do Norte*. João Pessoa: UNIPÊ, 2001. 207p.
- _____. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998. 133p. il. (Coleção Cultura, 6).
- MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
- _____. *Estudos de história do Rio Grande do Norte*. Natal: Tip. Santa Cruz, 2001. 272 p.
- _____. *Proto-história do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Presença Edições; Natal: Fundação José Augusto, 1985.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. rev. e ampl. Natal: EDUFRN, 2007.
- MOBERG, C. *Introdução à Arqueologia*. São Paulo: Edições 70, 1968.
- NOELLI, F. S. Resenha: Os antigos habitantes do Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 341-342, abr. 2003. [online]. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 abr. 2009.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil – 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PESSIS, A. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. *Clio Arqueológica*, Recife, n. 8, p. 35-69, 1992.
- RIBEIRO, L. *Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos rupestres: um estudo regional das gravuras e pinturas do Alto-Médio Rio São Francisco*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, P. A questão das interpretações em arte rupestre no Brasil, *Clio Arqueológica*, Recife, n. 12, p. 139-167, 1997.
- SOUZA, Gabriel Soares de. 1540?-1591. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001. (Coleção Reconquista do Brasil, 2).
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. v. 1. Traduzida pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Obelisco, 1965a.
- _____. *História do Brasil*. v. 2. Traduzida pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Obelisco, 1965b.
- SPENCER, Walner Barros; PEREIRA, Levy. Margrave – Trilhas e Caminhos Coloniais do Rio Grande. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2., 2008, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2008. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em: 22 out. 2008.
- SUASSUNA, Luiz Eduardo B.; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002. 403 p.
- TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2007. 305 p.



Arqueologia e ensino





A Pré-história do Seridó no ensino básico público

Evanuel Marques da Silveira¹

Gilmara Pereira da Costa²

Tendo em vista a preocupação recente, que procura promover meios e métodos de relacionar as disciplinas numa interdisciplinaridade, procurou-se observar como os conteúdos referentes à Pré-história do Nordeste, e em especial, os estudos arqueológicos da região do Seridó estão inseridos (ou não) no conteúdo da disciplina História no ensino fundamental. Para tanto, o trabalho encontra-se construído em seis partes: na primeira, faz-se uma breve introdução ao trabalho; na segunda, é feita a caracterização da escola que foi o campo delimitado de ação da pesquisa; em seguida, é apresentada uma abordagem teórica acerca da Arqueologia e da Pré-história; na quarta parte, faz-se uma análise do livro didático adotado na escola; na quinta, é feita a análise dos questionários aplicados; e, por último, tecem-se breves conclusões acerca do presente trabalho.

1 Graduado em História – Departamento de História e Geografia – CERES/UFRN.

2 Graduanda em História – Departamento de História e Geografia – CERES/UFRN.

Campo de ação

Nosso trabalho foi resultado das atividades que integravam pesquisa e ensino, desenvolvidas pelo grupo de estudo em Arqueologia, intitulado “Arte rupestre no Seridó Potiguar”, vinculado ao projeto de pesquisa “Sítios arqueológicos do Seridó potiguar: levantamento e prospecção”, coordenado pela Profa. Dra. Marcia Severina Vasques. Esse projeto foi realizado durante o ano de 2009, estando, então, naquela época, vinculado ao Departamento de História e Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Com a finalidade de analisar como a temática da Pré-história do Nordeste é tratada nos livros didáticos de história e como o seu conteúdo é abordado na sala de aula, foi selecionada uma escola de ensino fundamental da cidade de Caicó-RN para análise. O trabalho constituiu-se, sobretudo, na aplicação de questionários, visando fazer observações gerais da instituição de ensino, sua composição física estrutural, sua forma administrativa, ações pedagógicas, ação da comunidade escolar como um todo e, principalmente, a questão do ensino referente à Pré-história do Nordeste, em particular à do Seridó Potiguar.

A aplicação dos questionários, a alunos e professor, aconteceu na Escola Municipal Hermann Gmeiner, na turma do 6º ano A, turno matutino, composta por alunos com faixa etária entre dez e doze anos, localizada no município de Caicó-RN. É uma escola relativamente recente, fundada no dia 30 de dezembro de 2002, no local onde anteriormente funcionava uma escola pertencente ao sistema “Aldeias SOS”.

O funcionamento da escola ocorre em dois períodos, matutino e vespertino, comportando, à época da pesquisa, em torno de quatrocentos alunos, com faixa etária entre quatro e dezesseis anos. Para atender a essa demanda, a instituição conta com quarenta e seis funcionários, sendo o corpo docente

formado, na sua grande maioria, por profissionais graduados, e os que não o são, estão fazendo um curso superior em sua área específica de ensino.

No aspecto físico, a escola possui um amplo espaço e uma boa divisão, tendo em sua formação doze salas de aula, uma biblioteca, uma sala de vídeo, uma secretaria, dentre outros espaços administrativos. Consideramos a observação do espaço como uma ação necessária para entender as pessoas que nele se encontram, pois percebemos que a escola não é um lugar fixo, homogêneo, mas sim múltiplo, com um contexto sociocultural e político próprio, cuja influência na organização escolar é determinante para o alcance do progresso do ensino e do aprendizado.

A Arqueologia e os estudos pré-históricos

A Arqueologia, a Pré-história e as questões que envolvem nossos ancestrais “estão presentes na História da educação brasileira dentro dos programas de História do Brasil desde o século XIX, embora o tratamento que lhes foi dispensado foi e continua sendo mais de ilustração do que conteúdo a ser ensinado/estudado/problematizado” (NOELLI, 2003, p. 341). Os programas tradicionais foram ampliados com os “temas transversais”, que tratam da pluralidade cultural e étnica. Podemos comprovar esse fato com a simples comparação entre os demais conteúdos do currículo básico de História do Brasil e a Pré-história; perceberemos facilmente a imensa diferença em termos quantitativos entre ambos, considerando que são milhares de anos de Pré-história, em relação a apenas quinhentos e poucos anos de História do Brasil. Não só o estudo e o conhecimento da Pré-história são de suma importância para o conhecimento dos grupos humanos pré-históricos pelas crianças que se encontram no nível básico de ensino, como também o conhecimento a respeito desses primeiros habitantes

da região, de como viviam e de como se adaptaram ao meio ambiente, é necessário à sociedade atual.

Para discutir a aplicação em sala de aula de uma temática sobre a Pré-história regional, são necessárias leituras a respeito da Arqueologia e da Pré-história. Dentre os autores que investigam esses temas, trabalhamos com Funari (2003), Gaspar (2004), Martin (1999, 2003) e Pessis (1992).

De acordo com Moberg (1968), nos primórdios da Arqueologia, as ideias renascentistas, que dedicavam interesses à Antiguidade Clássica, desempenharam papel importante para seu desenvolvimento. A palavra “Arqueologia”, tendo surgido do grego com o significado de “relato e conhecimento das coisas antigas”, consistia, em sua visão tradicional, no estudo dos objetos criados pelo homem e resgatados pelos seus estudiosos. No entanto, Funari afirma que os vestígios do meio ambiente e de animais que estariam associados aos seres humanos também são estudados pela Arqueologia, pois a maneira como a natureza foi apropriada se dá de modo dependente e determinado pela forma de organização social e produtiva. Assim, “a Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2003, p. 15).

Posto o objeto de estudo da Arqueologia, o seu objetivo se dá de modo diverso, de acordo com as diversas correntes de estudo. A histórico-cultural restringia seu objetivo apenas à descrição e à classificação tipológica de objetos antigos; a Nova Arqueologia, ou Arqueologia Processual, definia seu objetivo numa proposta arqueológico-antropológica, buscando compreender as relações sociais, bem como as transformações na sociedade; a pós-processual preocupa-se com o contexto histórico e social da produção do conhecimento e a subjetividade dos grupos. Hodder (1994) ressalta que, para a Arqueologia Contextual, o sentido da Arqueologia, sua identidade, é

outorgado pelo seu contexto. Pessis (1992, p. 41) admite que os registros não podem ser estudados de forma fragmentada, de modo que o “contexto arqueológico estabelece o espaço das possibilidades de explicação factual ou hipotética”.

No estudo dos achados arqueológicos, é de suma importância o papel da interpretação, de modo que muitas vezes esses são considerados como textos que devem ser lidos pelo pesquisador (HODDER, 1994). De acordo com Paulo Seda (1994, p. 141), “interpretar para nós [...] representa buscar o significado e a função de alguma coisa, em um dado momento e local. [...] É em última instância, uma síntese de todos os dados obtidos na análise”. De acordo com Moberg (1968), pensa-se numa “linguagem dos achados” por que os objetos e os monumentos encontrados foram elementos de comunicação não verbal de grande importância em diversos contatos humanos.

A Arqueologia pode ser histórica e pré-histórica, cada uma com campos e temas específicos de pesquisa. Constituindo-se como ciência com meios e objetivos próprios, a Arqueologia tem ampliado os horizontes de compreensão da Pré-história, possibilitando cada vez mais a compreensão acerca das mudanças do mundo material provocadas pela ação humana. É uma característica da Arqueologia desenvolver a sua pesquisa de modo interdisciplinar, a fim de melhor analisar toda a complexidade do contexto de produção e consumo de seu objeto de estudo, a cultura material. Desse modo, normalmente o quadro de pesquisadores envolvidos numa escavação e análise arqueológica é composto também por geólogos, palinólogos, biólogos, dentre muitos outros profissionais.

A Pré-história costuma ser delimitada ao estudo das sociedades e homens que viveram antes da “invenção” da escrita. Assim, a Pré-história objetiva explicar as ocorrências do passado de certos grupos humanos, o que se dá a partir do estudo arqueológico dos restos de sua cultura material (o que foi produzido pelo homem e o contexto relacionado). Desse

modo, o conhecimento dessas sociedades, bem como de suas transformações e particularidades contextuais se dá exclusivamente através da pesquisa arqueológica. Assim, percebe-se a grande importância do papel desempenhado pela Arqueologia, que permite o estudo dos grupos humanos que não dispunham de escrita.

A Arqueologia brasileira teve um grande avanço científico, sobretudo, a partir da década de 60 do século XX. Já os estudos a respeito da arte rupestre, tiveram enorme desdobramento, na região Nordeste, com as pesquisas desenvolvidas na Serra da Capivara pela equipe de Niède Guidon. No entanto, notamos que determinadas convenções de classificação adotadas pelos arqueólogos, nos anos 1970 e 1980, com o tempo se tornaram um empecilho ao desenvolvimento e à proposição de novas formas de abordagem. Podemos exemplificar com os conceitos de tradição, subtradição e estilo, aplicados ao estudo da arte rupestre.

Segundo Pessis (1992), no Nordeste brasileiro, as classes de arte rupestre foram divididas em: tradição, que ordena os registros gráficos como representantes de identidades culturais de caráter genérico; subtradições, que ordenam as tradições através de seu posicionamento geográfico; estilos, que estabelecem uma ordenação das classificações anteriores em momentos de uma evolução cronológica em sua representação gráfica.

Como forma de classificação das pinturas e gravuras rupestres, Pessis (1992, p. 47-49) considera que três dimensões do fenômeno gráfico devem ser observadas: a material, a temática e a da apresentação gráfica. A primeira diz respeito à análise propriamente dita do conhecimento técnico do grupo cultural responsável pelos grafismos. As características técnicas devem ser motivo de análise levando-se em conta as especificidades da pintura, sobretudo em relação às formas e cores

utilizadas, e da gravura, com suas técnicas próprias de entalhe, perfuração e raspagem da rocha.

Um segundo nível de classificação refere-se aos temas recorrentes nas pinturas e gravuras rupestres, os quais podem ser divididos pelo arqueólogo em categorias de análise como, por exemplo, cenas de caça, de dança, de guerra etc. Provavelmente, os temas estão associados ao contexto histórico e à história de vida do grupo, dependendo das condições do meio ambiente e de outros fatores que não podemos identificar.

A última dimensão, a da apresentação gráfica, é aquela na qual podemos identificar as formas gestuais, as quais refletem tanto o comportamento social quanto os padrões culturais próprios do grupo em questão. Às vezes, a apresentação gráfica é conhecida e não o tema. Um exemplo de grafismo emblemático da Tradição Nordeste são as duas figuras humanas representadas de costas em relação à outra (dorso com dorso), com os braços dobrados por cima da cabeça e, muitas vezes, acompanhadas por um grafismo puro com três dígitos.

Uma crítica que podemos fazer a esse tipo de classificação dos registros rupestres, que se utiliza dos conceitos de tradição, subtradição e estilo, é que acabamos por isolar as pinturas e gravuras do seu entorno, do próprio sítio arqueológico no qual estão situadas. Consideradas algo à parte, sua interpretação torna-se mais difícil. As abordagens arqueológicas mais recentes, como as da Arqueologia Cognitiva ou aquelas da Arqueologia Pós-processual, são alternativas viáveis ao aprimoramento da análise de sítios arqueológicos e, em especial, de registros rupestres. Um exemplo é o estudo realizado por Loredana Ribeiro no Complexo Montalvânia, Minas Gerais, nos moldes da Arqueologia Contextual. Ao comparar as pinturas e gravuras de uma região ou área, a pesquisadora observou que existiam similaridades entre elas propondo, portanto, que ambas não fossem tomadas isoladamente e sim

como pertencendo ao mesmo contexto arqueológico. Ribeiro (2005, p. 248) aponta que nos sítios arqueológicos do Complexo Montalvânia ocorre a apresentação de gravuras em forma de figuras anelares e antropomorfas que fazem parte de um “jogo gráfico similar ao encontrado entre as pinturas, em que um mesmo tema é apresentado desde suas formas mais simples até as mais naturalistas (ou vice-versa)”. Isso leva ao questionamento da hipótese da evolução a partir da apresentação do tema, o que era comum nos estudos de registros rupestres. A autora defende, portanto, que um mesmo grupo pode praticar dois estilos em contextos diversos, como os Dani, na Nova Guiné. Ela ressalta ainda que a questão das superposições como ruptura cultural é questionada no Complexo estudado, de modo que pode ter diversos significados; e aborda também a importância dos contextos de produção, consumo visual e auditório dos estilos rupestres para o desenvolvimento da interpretação. Embora Ribeiro esteja tratando de um sítio arqueológico mineiro, sua hipótese de trabalho, de não isolar os estudos de pintura e gravura rupestre, serve também às outras áreas do país. No nordeste, por exemplo, a classificação das pinturas e gravuras em tradições segue a linha evolucionista, como se a tradição nordeste tivesse se originado primeiro e fosse seguida, cronologicamente, pela tradição agreste, sendo as itaquatiras, a tradição das gravuras rupestres, a mais recente delas.

Na região Nordeste, novos estudos arqueológicos poderão trazer outras interpretações sobre os registros rupestres. Uma análise que considere o todo, o contexto arqueológico, e não tome pinturas e gravuras isoladamente, pode se mostrar mais eficaz e apresentar novas perspectivas para o entendimento dos grupos humanos que habitaram a região no passado.

Figura 1 – Exemplo de pintura rupestre da Tradição Nordeste, Subtradição Seridó. Sítio Xiquexique I, Carnaúba dos Dantas-RN



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Figura 2 – Exemplo de gravura rupestre – Tradição Itaquetiara. Sítio Pintado, Timbaúba dos Batistas-RN



Foto: Evanuel Marques da Silveira.

Questão do livro didático

O livro didático constitui um importante veículo de análise sobre como o conhecimento acadêmico está sendo repassado para os alunos do ensino fundamental e médio. No entanto, é uma fonte que não pode ser analisada singularmente, ou mesmo sem a contextualização escolar e social, pois ele é um produto cultural, com suas ações particulares, mas dentro de uma lógica escolar e da sociedade onde está inserido. Nesse sentido, sua ação efetiva no processo de ensino-aprendizagem, seja ela positiva ou negativa, não pode ser analisada apenas pelo seu conteúdo, mas, também a partir do modo como ele é utilizado. Nesse contexto, utilizamos como análise não só o conteúdo do livro didático, mas também as respostas dos questionários, que demonstram o seu uso prático em sala de aula.

O livro adotado pela professora, e aparentemente, o único material didático utilizado para a aplicação da aula, é de autoria de Gilberto Cotrim, intitulado *Saber e fazer História*, o qual compõe a coleção recomendada pelo Plano Nacional do Livro didático para 2008 a 2010 (PNLD/2008) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), atendendo as recomendações previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História (BRASIL, 2000).

Analisando-se a referida obra, pôde ser observado que, para Cotrim, a Arqueologia tem papel de resgatar a história. A partir do estudo e interpretação dos vestígios, os arqueólogos elaboram teorias acerca do modo de vida daqueles grupos humanos. Ademais, o autor conceitua que:

os arqueólogos têm os mesmos objetivos que os historiadores, só que seus documentos, o meio de conhecerem o passado, são bastante diferentes. Não utilizam textos escritos, mas os objetos produzidos pelos homens [...]. A tarefa principal do arqueólogo é fazer esses objetos falarem, fazê-los dizer de si mesmos e dos homens que os fabricaram (COTRIM, 2005, p. 54).

Desse modo, o autor acaba por apresentar um conceito um tanto redutor da Arqueologia, desconsiderando a amplitude de seu campo de estudo, pois não deixa claro, nem mesmo menciona que os vestígios estudados pelo arqueólogo englobam qualquer resto de vestígio resultante de ação humana, restringindo-os apenas aos objetos. Ademais, parece apresentar o uso de textos escritos completamente fora dos horizontes do estudo arqueológico. Na verdade, muitas pesquisas arqueológicas podem utilizar-se desses textos, ou com finalidade auxiliar ou meramente comparativa. Ou seja, algumas correntes de estudos arqueológicos parecem apostar na possibilidade do uso desses dois “métodos”.

Cotrim apresenta apenas a pintura como marca deixada pelos povos pré-históricos nas paredes de rochas, desconsiderando a existência e diferença das gravuras rupestres. Agrupa as pinturas em apenas dois temas: em representações de animais e de humanos, resultando numa falsa generalização, pois desconsidera a sua abrangência nas representações de objetos, abstrações e de cenas. O texto do livro que trata sobre o povoamento do Brasil traz um mapa contendo os principais sítios arqueológicos do país até o ano de 1995. Porém, não traz referência a nenhum sítio da região do Seridó, nem mesmo do Rio Grande do Norte (RN). Além da defasagem do mapa utilizado em relação à publicação do livro (o livro foi publicado em 2005, utilizando-se de um mapa referente à situação de dez anos antes), há diversas publicações referentes à região do RN e do Seridó muito antes de o livro ter sido publicado, até mesmo da década de 1920. A desconsideração desse estudo realizado faz do livro didático utilizado na escola que foi nosso campo de ação um texto que não menciona essa importante região onde habitam seus alunos, distanciando-os do conteúdo aprendido.

A partir dessa análise do livro adotado, pode-se afirmar que restariam outros meios didáticos que poderiam ser propostos pela própria professora da disciplina para suprir essa temática. No entanto, de acordo com as respostas do questionário

aplicado à docente da disciplina, o ensino de Pré-história ficou restrito às generalizações trazidas pelo livro, não trazendo a referência aos vestígios arqueológicos do Seridó e Rio Grande do Norte. A maior proximidade se dá quando são mencionadas as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no estado do Piauí.

Análise dos questionários aplicados

De acordo com o questionário aplicado à professora da disciplina de História do sexto ano do Ensino Fundamental da escola já mencionada, a arte rupestre seridoense não é trabalhada, restringindo-se ao ensino de questões genéricas de Pré-história, o que resulta em prejuízo para os alunos, uma vez que não existe o conhecimento acerca de sua própria região.

O questionário aplicado aos alunos coaduna-se com as respostas da professora, o que resultou num grande desconhecimento por parte dos alunos acerca da temática proposta. Composto por cinco questões, o questionário aplicado na turma, mostra-nos uma preocupante situação. Apesar de termos exposto algumas fotografias de pinturas e gravuras referentes à região do Seridó potiguar em sala de aula, os alunos tiveram dificuldades para responder questões simples, como:

- Você sabe o que é arte rupestre?
- Você sabe ou imagina por quem foram feitas essas figuras?
- Achrom importantes para a História?

O desconhecimento do conceito de arte rupestre foi quase total. Os alunos não compreendiam o significado da própria expressão. Muitos ainda possuíam consigo informações que sugeriam que tais pinturas e gravuras eram obras de “seres de outro planeta”. Algumas fotografias de pinturas e gravuras foram mostradas em sala de aula no momento do questionário para que os alunos observassem do que se tratava. Desse modo, alguns perceberam que “arte rupestre” se referia a

algum tipo de ação humana sobre as rochas. No entanto, não imaginavam por que estavam ali e em que épocas teriam sido confeccionadas. Tendo em vista tais resultados obtidos, percebe-se uma clara lacuna no ensino do conhecimento acerca da nossa Pré-história, seja de modo geral, seja regional. Quanto ao terceiro questionamento indicado, os alunos demonstraram desconhecimento duma possível relação entre a arte rupestre e a História. Isso mostra que provavelmente essa importante referência para o conhecimento que se obtém da Pré-história e da História (a partir dos estudos arqueológicos) não foi trabalhada em sala de aula; ou, se foi desenvolvida, o foi de maneira inadequada, de modo que os alunos não aprenderam.

Um dos principais fatores causadores de tal lacuna é a própria instituição de ensino superior, pois colocam todos os anos no mercado muitos profissionais que vão atuar na área de História nas escolas da rede pública e particular de ensino de todo o Brasil, mas muitos deles não têm ou tiveram pouco acesso às bibliografias especializadas de Arqueologia histórica ou mesmo pré-histórica ao longo da vida acadêmica. Tendo em vista que até mesmo no meio universitário o conhecimento arqueológico é pouco difundido, ficando restrito a alguns profissionais dos departamentos que mantêm disciplina ou setores de pesquisas em Arqueologia, que não é uma constante nas universidades do Brasil.

Com o término do presente trabalho, foi possível observar por amostragem a situação na qual se encontra o ensino de Pré-história no ensino básico público do Seridó, bem como suas implicações. Ao observar o conhecimento construído acerca da Arqueologia de um modo geral, com o livro adotado pela escola como objeto de estudo e com a análise dos questionários aplicados, percebe-se uma preocupante situação. Verificou-se que os alunos têm acesso ao conhecimento arqueológico e pré-histórico de um modo simplista, faltando a aplicação das temáticas que envolvam a produção científica recente, assim como a ausência dos trabalhos existentes sobre a Pré-história local.

Tendo em vista essa situação, um dos passos a serem seguidos para solucionar esse problema, seria tornar a disciplina de Arqueologia (que comumente é optativa) em obrigatória na estrutura curricular dos cursos de História. Assim, esta chegaria a todos os alunos do curso, para que estes possam futuramente estar mais bem preparados para lecionar a disciplina de História no ensino básico quando estiverem atuando como professores.

Fonte

COTRIM, Gilberto Viera. *Saber e fazer História*. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2005.

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- HODDER, I. La Arqueologia contextual. In: _____. *Interpretación en Arqueología*. Corrientes Actuales. Barcelona: Crítica, 1994, cap. 7, p. 133-165.
- GASPAR, M. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- MARTIN, G. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Ed. UFPE, 1999.
- MARTIN, G. Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN/PB), *Clio Arqueológica*, Recife, n. 16, p. 12-32, 2003.
- MOBERG, C. *Introdução à Arqueologia*. São Paulo: Edições 70, 1968.
- NOELLI, F. S. Resenha: os antigos habitantes do Brasil. *Educ. Soc.*, [online], Campinas, vol. 24, n. 82, p. 341-342, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 abr. 2009.
- PESSIS, A. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. *Clio Arqueológica*, Recife, n. 8, p. 35-69, 1992.
- RIBEIRO, L. *Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos rupestres: um estudo regional das gravuras e pinturas do Alto-Médio Rio São Francisco*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SEDA, P. A questão das interpretações em arte rupestre no Brasil, *Clio Arqueológica*, Recife, n. 12, p. 139-167, 1997.

Usos da Arqueologia na sala de aula

Tom Oliver Miller¹

Desde o início da sua existência o homem ocupa o seu espaço na superfície do Planeta, fazendo sempre as suas modificações de acordo com as suas necessidades e com a tecnologia da época. As atividades humanas do passado, inclusive, passam a integrar permanentemente a paisagem, onde modificações feitas por grupos posteriores vêm-se sobrepor às de grupos anteriores, configurando, desse modo, um processo contínuo.

Na quase totalidade desses casos, por não existir registro escrito de tais atividades, somente o especialista pode recuperar a “memória” dos eventos envolvendo os nossos antepassados. Convém ressaltar, contudo, que qualquer modificação atual da paisagem – estradas, barragens, cultivo, construção, desmatamento etc. – destrói irremediavelmente uma parte da nossa memória coletiva. A ciência que trata dessa parte da nossa memória patrimonial chama-se Arqueologia.

Em geral, pensa-se a Arqueologia como a ciência que fornece dados de suporte para as descrições históricas, ou ainda para descobrir e registrar a história onde ela não foi registrada pelos contemporâneos dos eventos. Todavia, a Arqueologia não se resume a tal, pois tem outras contribuições a apresentar.

1 Professor aposentado do Departamento de Antropologia e do Museu Câmara Cascudo da UFRN.

Estamos nos pronunciando, enquanto autor, como arqueólogo antropológico e sistêmico, pois é essa a nossa área de atuação. Nesse âmbito, o trabalho de campo e de laboratório tem o seu próprio conjunto de métodos e técnicas, embora quando se chegue à interpretação, o que se tem mesmo é antropologia – seja do passado ou do presente.

A. O que faz a Arqueologia?

A Arqueologia analisa, identifica e estuda os vestígios materiais dos povos desaparecidos, com o objetivo de conhecer melhor a vida dos nossos antepassados e os problemas enfrentados e solucionados (ou não) no passado. Protegendo hoje esses objetos e vestígios do passado, estaremos salvaguardando e garantindo a compreensão e perpetuação da nossa memória social futura. Além disso, nenhum povo pode prosperar sem a memória do seu passado, pois as soluções para o futuro têm que levar em conta a experiência vivida.

Tradicionalmente, entendia-se a Arqueologia como o estudo de povos pré-históricos ou pré-letrados. Estes não deixaram textos escritos pra que pudéssemos ler a sua história. Uma vez que a Arqueologia só pode lidar com objetos materiais que sobreviveram à ação corrosiva do tempo e ao contexto dentro do qual se inseriam, paulatinamente, essa disciplina passou também a ser o estudo do desenvolvimento da tecnologia, sendo esta entendida como o instrumental (material) que serve de mediador entre homem-homem e entre homem-ambiente, bem como o conhecimento (informação) necessário para sua fabricação e uso. A tecnologia não mudou de função, continua sendo o mediador mencionado, mas tem evoluído em termos de eficiência e diversificação.

O Homem do passado vivia em grupos em ambientes diferentes, com a tecnologia necessária para a sua sobrevivência. A sua herança de informação genética praticamente não passou

por qualquer mudança significativa nos últimos 50.000 anos. A única diferença entre esse Homem e o de hoje é a sua tecnologia acumulada – o aumento da informação sendo uma das concomitantes da evolução – seja esta genética ou cultural. Disso, podemos inferir que a informação que ganhamos sobre como o Homem do passado se relacionava com o seu ambiente físico e social é relevante para melhor entender a nossa situação atual.

Uma constatação dos antropólogos e arqueólogos é que os seres humanos vivem em grupos organizados em territórios próprios. Precisam se abastecer de energias e matérias-primas para a sua sobrevivência, sendo a fonte dessas energias e matérias o seu ambiente físico-geográfico.

A maneira de os seres humanos lidarem com o seu ambiente para dele extraírem o necessário para a sua sobrevivência envolve, diferentemente dos casos de todas as outras espécies vivas, uma variedade extraordinária de instrumentos e facilidades manufaturados para essa finalidade – o “instrumental” (nos termos de MALINOWSKI, 1970) usado pelo “pessoal” organizado em “instituições”.

O arqueólogo Lewis Binford (1962, 1964) considera que o enfoque de pesquisa deve ser o “palco” onde um grupo de “atores” (o “pessoal” de Malinowski) desempenhou atividades organizadas de “extração” (de energias e matérias) do ambiente, ou que “transformou” (processou) tais matérias para produzir instrumentos ou energias utilizáveis (p. ex., alimentos). Sendo a atividade organizada, essa deixaria também o seu reflexo na organização dos instrumentos e das modificações do palco que os atores abandonaram após terminarem a sua atividade.

B. Ambientes e opções

A Arqueologia Antropológica pode nos ensinar muita coisa sobre o passado, possibilitando, assim, uma nova perspectiva sobre o presente e o futuro. Como frisamos, o Homem

se insere num ambiente e o ambiente lhe fornece oportunidades e limitações sobre as suas opções. Ele pode aproveitar-se daquelas e superar, ou não, estas de acordo com os rumos imprimidos na sua programação biológica e cultural.

Ressaltamos que tanto existem diferenças entre ambientes quanto entre os programas biológicos e culturais. Acrescentando-se a essas diferenças o fator da Historicidade, teremos todos os ingredientes para uma infinidade de possibilidades. E mais: há fatores que limitam ou inibem o número de escolhas dentre as opções, os quais podem afunilá-las para uma gama menor de resultados possíveis.

Como estamos, ainda, tentando entender as interações causais entre esses fatores, vamos começar com o ambiente.

Adaptação e coparticipação

Quando um homem do povo *hopi pueblo* do Arizona, na América do Norte, sai à procura da planta medicinal adequada para um determinado fim, ele não colhe o primeiro exemplar que encontra: ao contrário, deixa um *palito de rezar* – um pauzinho decorado com símbolos sagrados – ao lado da planta como sinal de respeito, e vai procurar outra. O leitor vai pensar logo nisso como um exemplo da superstição de um primitivo. Entretanto, tal ato garante a sobrevivência da espécie em questão num ambiente árido, fazendo parte da visão do mundo do *hopi* de que o homem, longe de estar aqui para dominar e explorar o Universo, é um coparticipante na comunidade maior da Natureza, a nossa biosfera. Para o *hopi*, os seres humanos, especificamente, são membros dessa comunhão e têm a responsabilidade de se esforçar para garantir a ordem e a harmonia no Universo, senão, o caos tomaria conta deste. Embora esteja nos custando aprender esta ideia, a nossa sobrevivência depende dela.

Tal visão *hopi* do Universo, como um todo harmoniosamente integrado de partes diferentes ou desiguais, reflete-se até na sua arte, na qual vemos um equilíbrio assimétrico entre unidades de formas e tamanhos diferentes – uma arte mais sinfônica do que decorativa.

Também vale a pena falar da distinção que fazemos entre a *função* de uma determinada prática e o *significado* desta. A função da prática *hopi* de deixar a primeira planta viver tem a função de parcialmente garantir um suprimento futuro de tal planta. O *significado*, por outro lado, diz respeito à razão pela qual o povo é motivado a fazer uma determinada coisa e não outra: no caso, uma expressão de “respeito” aos poderes e posição (sobrenatural) da planta na comunidade dos vivos. Isso não tem qualquer relação com a *função*, a não ser garantir que o povo pratique atos que tenham o resultado sistêmico desejado, mesmo que pelas razões erradas – bastando que haja resultados positivos.

Desse modo, como notamos, a ação na base do *significado* pode até conduzir a um resultado positivo que nada tem a ver com o significado em si: os índios *kaiapós* não matam os animais mais gordos (“bonitos”) que encontram perto das suas comunidades porque, no seu entender, eles (os animais) têm espíritos mais fortes e, mortos, podem causar danos às pessoas da comunidade. Isso tem como consequência que tais animais poupados, com as suas características de maior produção de quilos de carne por indivíduo, vivem mais tempo para propagar as suas tendências genéticas para mais prole (seleção), melhorando, assim, o estoque genético para a produção de carne na região (função). Os *kaiapós*, contudo, não sabem disso. Apenas eles têm medo dos espíritos fortes. Entretanto, isso bastava para garantir a carne boa no seu cardápio.

Os seres humanos não agem de acordo com o Universo objetivamente real, mas, antes, de acordo com o seu modelo mental do Universo, o que não é a mesma coisa. É por isso que o

povo de um sistema sociocultural não precisa saber a *função* de uma determinada prática, desde que esta lhes traga os resultados de que o sistema necessita. Todavia, tal povo precisa de uma motivação, e é por isso que temos o *significado*.

Inserção num ambiente físico –
possibilidades e limitações

Possibilidades do ambiente: sempre existiu uma grande quantidade de minério na Serra dos Carajás, mas os índios que nela habitavam não se aproveitaram de tal riqueza, por não terem se dado conta dela, uma vez que esta não fazia parte de sua visão do mundo. Fazia parte, sim, do seu ambiente *físico*, mas não do seu ambiente *efetivo* ou cognitivo. É por isso que fazemos essa distinção entre o *ambiente físico* e o *ambiente efetivo*.

Os índios Coeur d'Alêne (Skitsmish), do noroeste da América do Norte viviam num ambiente de densas florestas temperadas, cortadas por inúmeros rios e lagos, os quais eram aproveitados tanto como via para o seu deslocamento quanto como fonte de alimento. No entanto, depois da conquista desse território e incorporação pelos Estados Unidos, tais índios foram despojados das suas lindas praias e vias aquáticas e colocados numa reserva de floresta fechada – ambiente que eles mal conheciam e certamente temiam. Um índio desse povo era capaz de viajar 300 quilômetros de canoa para não ter que atravessar vinte quilômetros de floresta a pé.

Ao mesmo tempo, os norte-americanos estabeleceram uma rede de comunicação fluvial com barcos a vapor para transporte de minério, operários, soldados e produtos pela região, precisando, portanto, de lenha para as caldeiras dos barcos. Prontamente, os índios começaram a desmatar a floresta para vender a madeira, em troca de, entre outras coisas, poder andar de barco de graça. Ao desmatarem a região, os

índios descobriram que, embaixo da floresta, havia um solo riquíssimo de origem eólica (solo *paloose loess*), ideal para o cultivo do trigo. Isso levou-os a se tornarem fazendeiros de uma parte das melhores terras para produção de trigo no continente, e os brancos passaram a se morder de raiva porque, ao deixarem a floresta (inútil para eles naqueles tempos) para os índios, não sabiam do valor do solo embaixo. Àquelas alturas, porém, o “mal” já estava feito.

Similarmente, os índios do sudeste do mesmo país foram expulsos das suas terras e colocados numa reserva de terras áridas, aparentemente muito pobres, no semideserto de Oklahoma. Só depois é que foi descoberto o petróleo na região, deixando os índios ricos e os brancos furiosos, porque, mais uma vez, o “mal” já estava feito. O ambiente físico não mudara, mas, nos dois casos, a percepção do ambiente (ambiente efetivo) sim.

Limitações do ambiente: o ambiente físico também pode impor limitações que só podem ser superadas por alargamento do ambiente efetivo, explorado através de mecanismos tais como o comércio.

Depois dos povos filipinos e dos ilhéus do Pacífico Ocidental terem caído sob a influência dos malaio-indonésios, por sua vez sob influência indiana, eles usaram o conhecimento indiano-indonésio de navegação para colonizar todas as ilhas do Pacífico. Ao fazerem isso, na opinião dos antropólogos do século XIX, tais povos regrediram da Idade do Ferro (barbárie) para a Idade da Pedra (selvageria). Isso porque não possuíam mais a metalurgia nem a cerâmica, embora continuassem a praticar a horticultura e a criação de animais de pequeno porte. Por quê? Os territórios ocupados pelos polinésios e micronésios são ilhotas formadas pelos picos de vulcões que emergiram das águas, ou por recifes de coral formados em volta do pico da cratera de vulcões submersos, mas perto da superfície. O solo vulcânico é rico para a agricultura, e o solo

formado pelo coral também pode ser cultivado. Esse tipo de solo, todavia, não possui minério de ferro nem argila para a confecção da cerâmica.

Ao contrário do que pensavam os antropólogos da época, isso não é a involução cultural, é apenas a privação. Esses povos continuavam a ter chefias desenvolvidas, frequentemente à beira da formação do Estado, o que foi alcançado muito facilmente pelos havaianos, samoanos, tonguenses e outros. A sua arte de navegação ainda continuava tão boa quanto a de outros povos, até que os europeus absorveram essa arte dos árabes (que a derivaram, também, dos indianos) e a combinaram com a construção de fortalezas flutuantes.

Combinações e recombinações de fatores: um caso muito interessante é o dos povos tupis-guaranis da América do Sul. Sabemos por evidências históricas e arqueológicas que esses povos se expandiram de um ponto de origem na Amazônia e ocuparam uma grande parte do lado leste do continente. Caso semelhante aconteceu com os povos bantos da África.

Nos dois casos, sabemos que a sua expansão foi possível por uma tecnologia que lhes deu maior eficiência na exploração do seu ambiente, deslocando os povos autóctones para ambientes de menor produtividade. No caso banto, por exemplo, foi a tecnologia do ferro que eles desenvolveram. Tal tecnologia eles desenvolveram, provavelmente, independentemente da produção homóloga da Ásia, porque a tecnologia é distinta.

O caso dos guaranis e tupis, um grupo de povos de língua e cultura muito semelhantes entre si, é mais bem entendido porque eles ainda estavam em processo quando os europeus chegaram para, por sua vez, deslocá-los ou absorvê-los. A tecnologia que dava vantagem a esses povos era a do processamento da mandioca, uma planta tóxica, mas altamente produtiva de carboidratos. Parece também que a tecnologia por eles desenvolvida para a obtenção de proteína de origem

aquática também dava maiores resultados do que os modos de procura de proteína de animais terrestres dos seus inimigos.

Sendo assim, pode-se afirmar que foi um chefe tupi pré-histórico que resolveu conquistar o mundo? Não. Os tupis seguiam um mito, o mito da terra sem males, o que fazia com que qualquer grupo de pessoas insatisfeitas com o seu mundo partisse à procura desse paraíso perdido. É claro que, ao assim fazerem, eles entravam em conflito com os que já habitavam as terras invadidas. No entanto, a tecnologia citada permitia que criassem um contingente de pessoas maior do que o que podia ser sustentado pela horticultura das suas vítimas. Uma vez estabelecido, o grupo logo se tornava tão numeroso que não podia ser derrotado pelo número inferior das suas vítimas, que terminavam por se retirar para terras que não serviam para a produção de mandioca. O arqueólogo José Proenza Brochado mostrou que os tupis e guaranis já tinham ocupado quase todos os territórios cujo clima permitia o cultivo da mandioca, quando os europeus chegaram. Porém, ressaltamos, não conseguiram ocupar outros ambientes, como por exemplo, os planaltos frios de araucária, que ficaram para os kaingangs e xóklengs, e os campos abertos, que ficaram para os otis.

A expansão tupi deu-se na realidade devido a uma *combinação* de três fatores, sendo um tecnológico (material), outro, referente à ocupação de ambientes permissíveis (percepção do ambiente efetivo) e um outro, mítico (ideia).

As sociedades humanas nunca aproveitam todos os recursos disponíveis no seu ambiente físico, pois há uma seleção sistêmica feita pela sociedade através das suas normas. Por exemplo, muitos povos apreciam iguarias como gafanhotos e formigas de mel, enquanto outros os deixam fora do cardápio. Como fontes de proteína, tais alimentos são altamente ricos. Outros povos, por sua vez, sentem o mesmo nojo em relação a ovos ou a leite de vaca ou de cabra. Assim, quando os primeiros europeus chegaram à Austrália, ficaram com nojo de

ver os aborígenes comendo lagartos, grilos e formigas de mel. Não sabiam, mas os nativos sentiram o mesmo nojo ao vê-los comendo “aranhas do mar” (caranguejos).

A relação recíproca homem-ambiente: o ambiente, longe de ser estático, modifica-se e é modificado pelas ações humanas, que também se modificam (através do acúmulo de informação) durante o processo (um exemplo de historicidade). Tais relações circulares intercausais múltiplas só se tornaram compreensíveis com o advento da Teoria de Sistemas (ver MILLER, 2009b).

Há tanto tempo os xavantes e outros povos do Centro-Oeste vêm botando fogo na mata pouco antes da época das chuvas que as plantas – árvores e arbustos – se adaptaram a tal situação, criando raízes que alcançam maior profundidade e caules com cascas fortes. No período da seca, seus fluidos vitais passam para as raízes. Por quê? Para resistir às queimadas. Essas queimadas, por sua vez, produzem cinzas (das folhas e plantas menores incineradas) que, em combinação com as chuvas, fornecem um ambiente rico para os gramináceos, os quais são as primeiras plantas que nascem depois das chuvas. Isso, por sua vez, produz mais pastagem para criar maior biomassa de animais portadores de carne. Tem sido notado que esse tipo de ambiente, chamado de *cerrado*, estava em expansão há muito tempo, tendo sido ajudado, portanto, pelo homem.

A própria agricultura envolve grandes modificações ambientais, pelo cultivo – que envolve a substituição da vegetação dominante – e pelo esgotamento mineral e orgânico do solo. A necessidade de cuidar das plantas cultivadas tornou o Homem sedentário, mesmo querendo carne na mesa, à semelhança do que fizera, anteriormente, a pesca em áreas ricas em moluscos. O esgotamento do solo, porém, exigiu uma nova adaptação por parte dos lavradores, que tinham que brocar novas roças, abandonando as velhas à ação do mato, contri-
buindo assim para um processo de regeneração.

As lições do Passado aplicadas ao Presente – para garantir o Futuro

Várias civilizações se iniciaram ao desenvolver uma tecnologia para manipular grandes quantidades de água: captação, armazenamento e redistribuição. São as “Civilizações de Regadio” ou “Civilizações Hidráulicas”, às quais Marx chamou de “Modo Asiático de Produção”. Algumas, como na Mesopotâmia e no Vale do Indo, existiram por milhares de anos. A tecnologia dessas civilizações possibilitou a utilização altamente produtiva de terras que, no regime agrícola dependente da chuva, não seriam propícias para o cultivo. Mas, a maioria dessas são “civilizações perdidas”, extintas. Por quê?

A água da chuva não tem nada de sal, embora este seja altamente solúvel. As águas do rio, por sua vez, contêm pequenas quantidades de sal em solução – pequenas, mas presentes. Quando se leva essa água para o solo, ela se evapora – mas a pequeníssima quantidade de sal não. Permanece depositada lá. A quantidade anual é ínfima, mas a acumulação através de séculos e milênios não o é. O solo acaba acumulando sal até o ponto de se tornar improdutivo para a agricultura. Com a diminuição do fornecimento de alimento, o povo passa fome e isso acaba por levá-lo a praticar violência – guerras com os vizinhos, banditismo, dissolução social, dentre outros. Suméria e Babilônia são nomes de coleções de museus, e nem sabemos ler o que o povo do Indo escreveu. Tudo perdido.

Nos dias atuais, temos como exemplo a ser citado a reunião promovida pela Petrobras, na década de 1990, em Mossoró, sobre o impacto ambiental de projetos nas terras áridas do Rio Grande do Norte. Alguns dos participantes desse evento insistiram que a empresa citada devia liberar os poços abertos na prospecção para petróleo que, posteriormente eram lacrados por só produzirem água salobra. Argumentaram eles que o nível de sal não ia prejudicar a produtividade do solo (em curto prazo). Não estavam pensando no longo prazo, quando

o efeito CUMULATIVO iria destruir qualquer possibilidade de cultivo durante milênios. Foi necessário que este arqueólogo chamasse a atenção a esses fatos históricos.

Outro problema que o passado pode elucidar é o do desmatamento. O advento do neolítico significava que as florestas acabaram sendo derrubadas para dar lugar às roças. Nas florestas da Europa e América do Norte, isso não trouxe problemas, ao menos inicialmente. Mas, em áreas tropicais, onde o grau de lixiviação do solo é maior, a história era outra. Na região do atual Saara, encontramos sítios arqueológicos com arpões e anzóis, e as pinturas rupestres figuram animais típicos das savanas na atual África do Sul e Oriental. As queimadas das roças acabaram intensificando um processo incipiente de desertificação, ao ponto de torná-la irreversível. Antes, as condições eram semelhantes às da Amazônia e do Centro-Oeste de hoje, em termos de solo e regime pluviométrico. Evidentemente, a história vai se repetir aqui também. O que é necessário é que se procure aproveitar as lições do passado.

A história climática de América do Sul, como revelada pela Geomorfologia, Geologia do Quaternário e pela Arqueologia, mostra ciclos de calor e aridificação, com enxurradas sazonais, com ciclos de suavização climática, seguidos de crescimento das matas. Estamos entrando numa nova época de aumento de calor ambiental, o que promete, na sequência, um novo ciclo de aridificação com enxurradas violentas. O desmatamento da Amazônia, por exemplo, vai intensificar muito esses processos.

Durante muito tempo, especulava-se sobre a causa do colapso da grande Civilização Maia, da América Central. Esse povo produziu grandes cidades e obras de arte, como as grandes civilizações do Velho Mundo o fizeram. Seus matemáticos e astrônomos não tinham igual até recentemente. O que aconteceu com essa civilização?

A região habitada pelos Maias é rica em calcário e essa pedra foi usada não só como pedra bruta mas também para

estruque e para cimento (sim, cimento!), indispensável na realização de obras em concreto. Todavia, para reduzir o calcário a cimento, era necessário muito calor numa estufa, e o combustível óbvio para isso era a lenha. Esta vinha das muitas árvores da floresta tropical. As cidades foram ficando maiores e as florestas escassas, até o ponto de o solo, sem proteção, ser lixiviado e levado pelas enxurradas, não podendo mais sustentar a grande densidade demográfica dessa civilização urbana. O resultado foi semelhante ao que já notamos na Mesopotâmia. Aliás, a história do Grande Tenochtitlán, das terras altas do México Central, também não foi diferente.

Arqueologia na sala de aula

A Arqueologia é uma ciência social que usa métodos e técnicas semelhantes aos de outras ciências e um raciocínio metodológico semelhante ao das ciências forenses ou ao da criminalística. Sendo assim, a sua contribuição na sala de aula pode – e deve – ser maior do que uma fonte de informações suplementares para a História.

Arqueólogos nos Estados Unidos incluem no currículo matérias tais como a Arqueologia Urbana. Porém, em vez de cavar buracos, ficam observando, medindo, registrando e analisando as relações espaciais entre atividades humanas e a disposição final dos objetos utilizados numa atividade, visando a algum objetivo. Em Massachusetts, os alunos foram aos cemitérios para fotografar, medir e analisar estilisticamente as lápides, usando a data do enterro como controle. Conseguiram elaborar sequências de evolução da ideia de uma lápide adequada. Em Nova York, os alunos mediram em centímetros o espaço nas prateleiras dos supermercados para certos produtos, tais como *whisky* ou manteiga, anotando tanto as marcas, com a sua “carga” de prestígio, quanto a natureza social do bairro onde o supermercado se localizava. Uma comparação foi feita entre medidas em bairros populares, bairros de classes

privilegiadas, e ainda com controles, tais como a inspeção do conteúdo das latas de lixo no mesmo bairro e a procura e quantificação das mesmas marcas.

Na década de 1980, usamos uma técnica semelhante, na disciplina de Arqueologia na UFRN, ao enviar os nossos alunos para anotar as marcas e anos dos carros nos estacionamento perto de comércio ou agremiações (igrejas, *country* clube, grêmios esportivos, supermercados etc.) à procura de um índice de covariação. Os alunos também usaram, experimentalmente, diversas tecnologias de produção de instrumentos de pedra lascada com desenhos e observações analíticas codificadas, em fichas, para aplicar testes estatísticos de níveis de significado de covariações, como método de ensino da metodologia científica.

Em Portugal, certos professores também estão utilizando a produção e o uso de objetos de pedra e de cerâmica num ambiente apropriado, para ensinar de modo gráfico o estilo de vida dos nossos antepassados e a forma como faziam uso da tecnologia e do meio ambiente. Recomendamos ao leitor a consulta do *blog* do grupo em questão

Questões “quentes” no contexto arqueológico

Ainda há uma classe de fenômenos dos quais a Arqueologia apresenta evidências ou, ao menos, coisas sobre o que se pensar. São as “questões quentes” filosóficas.

Primeiro, o Tempo. A Arqueologia lida com este, e isso que fica manifesto na sequência de camadas ou na seriação de conjuntos quantificados de artefatos. Mas, o que é o Tempo? Quando se fala em tempo, pensamos imediatamente em relógios ou em cronologias. A Arqueologia lida com cronologias absolutas (calendário) e relativas (“Antes da República, mas depois da Colônia”). Não deve haver qualquer dúvida sobre o que seria isso. Também lidamos com o tempo “objetivo”

(relógio, movimentos de corpos celestes) e o tempo “subjetivo” (“Esperei uma eternidade antes de ser atendido” ou “O dia passou num instante”). Também não deve haver nenhum senão aqui.

No entanto, nenhuma dessas ideias sobre o tempo entra na questão essencial: qual é a natureza do tempo? A gramática das línguas indo-europeias divide as ações ou os processos em passado, presente e futuro. Isso nos dá uma imagem do tempo como uma linha, começando num passado desconhecido através do presente até um futuro também desconhecido. Assim, as nossas vidas são uma viagem, como um trem que vai de Curitiba ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo.

Contudo, outras línguas têm outras estruturas e, portanto, outras visões do tempo. Algumas línguas indígenas classificam os eventos em termos de processos inacabados e processos acabados. Ao se traduzir para uma língua do grupo europeu, o segundo tipo de processo é traduzido como tempo passado, enquanto o primeiro como presente ou, raramente, futuro. Alguns povos pensam que as coisas sempre estiveram como agora; outros, por sua vez, pensam em ciclos, como os astecas, que acreditavam que ocorrera uma sucessão de mundos criados e destruídos e que estávamos num desses ciclos.

A ideia da ciclicidade é tão fundamental quanto à de linearidade e, potencialmente, tem o mesmo valor. Certamente, a ciclicidade está mais de acordo como o que sabemos sobre mudanças climáticas, ascensão e queda de civilizações e assim por diante. Outros aspectos do tempo-espço estão embutidos nas línguas, como o *hopi* que diz “Ontem à noite eu estive com a roseira da minha mãe” em vez de como nós, “Ontem à noite eu sonhei com a roseira da minha mãe”. Quem tem razão? O que a ciência moderna nos diz sobre o tempo?

A Ciência diz que o Universo consiste de energia, sendo uma das formas desta a matéria. Outros acrescentam outra coisa a esse quadro, a qual, ao contrário da matéria e da energia,

não pode ser vista diretamente: trata-se da organização ou informação. Como diz o antropólogo Radcliffe-Brown (1973), dizer que uma cultura podia se alastrar através de um continente é como dizer que uma equação quadrática pode cometer um assassinato. Não se pode ver um clã, mas ninguém que estude um povo dividido em clãs pode duvidar que lá esteja – mesmo invisível. É que a informação não tem existência física, não estando, portanto, sujeita às leis da Termodinâmica.

Físicos, tais como Heisenberg, dizem que a passagem do tempo é, no mínimo, um efeito colateral da entropia ou, no máximo, uma ilusão provocada por esta. Isso significa que, para voltar no tempo, você tem que repor, no lugar certo, todas as energias entrópicas gastas por um processo qualquer. Vamos considerar, por exemplo, queimar lenha. Como fazer a energia dissipada, como o calor, voltar à lareira e se reconstituir como lenha? A quantidade de energia envolvida é simplesmente impensável. É por isso que os processos entrópicos complexos são irreversíveis. Isso inclui o tempo. Evidentemente, é impossível juntar energia do Universo o suficiente para se voltar no tempo, a não ser que se passe por um universo paralelo. Em outras palavras, a resposta à pergunta “O que é o Tempo?” só pode ser: “Não sei, nem sei se existe”.

Outra questão “quente” ligada à do Tempo, é a da sobrevivência. Entendemos a sobrevivência como sendo a permanência do indivíduo ou da espécie, mas isso tem que ser qualificado em termos de tempo, pois envolve adaptabilidade e adaptação às circunstâncias ambientais. Mas, se representarmos isso num circuito, descobriremos que “maximizar a adaptação” significa “maximizar as atividades de procura”, o que é um circuito de ampliação (ver MILLER, 2009a). Essa ampliação conduz à exaustão das fontes de energias/matérias procuradas, o que conduz à decadência do sistema. Adaptação, no sentido de maximização, portanto, não conduz à sobrevivência, como vimos nos casos da Mesopotâmia e da América Central. A

adaptabilidade significa a capacidade de amortecer as atividades de procura para dentro da capacidade do ambiente as sustentar, em vez de ampliá-las. Na Amazônia, os índios são quase os únicos que entendem isso no âmbito da prática. Não entender isso é trazer mudanças climáticas, pragas, fome e conflitos.

Finalmente, queremos examinar outra “questão quente”, a saber: O que é o Progresso? Presume-se que o Progresso seja um concomitante da evolução e signifique ir (“progredir”) para uma coisa melhor do que a anterior. Progresso representa mais, maior, melhor etc. No Paleolítico, o homem teve que dar duro para buscar e caçar alimentos. No Neolítico, as coisas melhoraram porque a domesticação de plantas e animais conduziu a uma produção maior, o que significou fartura e tempo de lazer. Melhor ainda foi com a *civilização*, com a especialização de funções sob uma coordenação, o que resultou em mais produtos e mais conforto para todos. Todo mundo sabe disso, não sabe?

Vamos começar com a jornada do trabalho. De acordo com antropólogos que trabalhavam em lugares como o Deserto do Kalaari, onde a produção natural de elementos é baixa, existe um povo (os *san*) que lá vive desde tempos imemoriais, e os seus restos arqueológicos se encontram por toda parte da África. Como no caso de todos os Bandos Patrilocais, o modo de vida mais bem-sucedido da história do homem (mais de cem mil anos), as mulheres coletam e processam produtos vegetais, e os homens caçam as proteínas na forma de animais. Em quatro a seis horas, um homem pode apanhar comida suficiente para a sua família para três, quatro ou mais dias. No resto do tempo, ele fabrica e conserta os seus instrumentos de trabalho, conversa com a família ou com os vizinhos, troca histórias de eventos e atividades para educar os seus filhos e tira sonecas. Imaginemos como seria esse modo de produção num ambiente que não seja pobre como o Deserto do Kalaari!

No entanto, o caçador-coletor tem que mudar frequentemente o seu acampamento, pois os recursos locais se esgotam. Isso significa que não pode acumular propriedades – ele é pobre, portanto, ninguém vai atacá-lo para roubar riquezas que ele não tem. Ao mesmo tempo, não poder levar peso significa não poder ter muitas crianças para levar de um local para outro. Além do mais, mais bocas para alimentar significa ter que mudar o acampamento com maior frequência.

O agricultor, ao contrário, tem a sua produção perto da mão, não tendo que comprar fora os produtos que cultiva. Fora os curtos períodos de semear e coletar, ele trabalha uma média de seis horas, mas *aqui é todo dia*. Trabalho pesado é o de brocar a mata para fazer roça. Depois da colheita, ele tem os seus alimentos estocados para passar a entressafra e pode acumular riquezas e filhos. Acumular filhos significa ter que aumentar a roça e, portanto, o trabalho. Aumentar riquezas e alimento estocado atrai saqueadores. O agricultor intensivo, com irrigação e outras especializações, pode trabalhar de nove a dez horas por dia também todos os dias da semana. O agricultor não ganha tempo de ócio pela sua nova atividade econômica; ganha a possibilidade de ter mais filhos porque não tem que constantemente mudar o acampamento.

E, nos tempos modernos? A jornada de trabalho é de 8 horas por dia, de 40 a 48 horas semanais, o ano todo – fora as férias. Isso porque os movimentos trabalhistas acabaram com a jornada de 10 a 12 horas sem período de férias, o que era normal para as civilizações. O civilizado trabalha *mais*, não menos, do que o agricultor do Neolítico.

Para viver numa comunidade com especializações de profissões, inclusive para proteger-se de assaltantes, o civilizado tem que sustentar, além dos especialistas, uma administração, que logo se torna uma classe dirigente, e pagar impostos. Para isso, ele tem de trabalhar mais (se for independente) ou

pegar um segundo emprego, e a sua esposa tem de pegar um emprego, além de continuar a gerenciar o lar.

Um índio brasileiro que tinha morado no Rio de Janeiro foi entrevistado na tribo e lhe perguntaram se ele tinha gostado da cidade. Disse que sim. Então perguntaram por que voltara para a tribo: “Porque aqui não tem que pagar o aluguel, não tem que pagar a conta do telefone, não tem que pagar a conta da água, da luz, não tem que pagar impostos, não tem lojas cheias de coisas para comprar – aqui na tribo tudo é mais fácil”.

O que é que o civilizado ganha? Mais tempo de lazer, não. Ganha uma maior escolha de objetos de consumo sem ter de fazê-los à mão, mas para pagar para tanto tem que trabalhar mais ou comer menos. Ele pode até sonhar em um dos seus filhos chegar a trabalhar para a classe dirigente e ter uma vida de maior conforto ou luxo. A esse ponto, devemos nos perguntar: o que é que queremos da vida? Mais tempo, dinheiro, comida, conforto, felicidade, mais filhos vivos? Menos trabalho, angústia, preocupação? O que é que nos proporciona as coisas que queremos? É a domesticação de plantas, a civilização, as contas bancárias, os bens de posse?

Com isso, não estamos propondo uma volta da humanidade ao Paleolítico: isso é impossível. Mesmo se tentasse fazê-lo, algum saqueador com mais organização e equipamento bélico nos levaria de volta ou nos destruiria. As mudanças entrópicas, inclusive o tempo, são unidirecionais. No entanto, se podemos instituir uma jornada de 8 horas e férias, pela lei, podemos fazer outros melhoramentos também, porém, teremos que reduzir a densidade demográfica que pressiona a capacidade limitada da terra de nos sustentar. Temos que aprender a fazer o que fizeram no Paleolítico: controlar o número de nascimentos.

Ainda, devemos colocar tudo isto em termos de todos, pois é preciso lembrar que a liberdade de um há de terminar onde começa a do outro. O filósofo iluminista Thomas Hobbes

(1979) afirma que somente uma pessoa no mundo (civilizado) pode ser livre: o soberano.

Quais são as coisas permanentes, portanto, confiáveis na vida? A resposta do antropólogo Melville Herskovits (1963) é “a mudança”. Um ditame popular diz que são duas: a morte e os impostos.

Escrevemos e lemos a nossa História do nosso ponto de vista, ainda como sobreviventes. Esquecemo-nos de que a paisagem paleontológica e arqueológica está entulhada de restos de espécies e civilizações elegantes, porém, extintas. Estamos olhando do ponto errado do telescópio. A Arqueologia pode nos ajudar a pensar um pouco sobre quais são as nossas perspectivas.

Referências

- BINFORD, Lewis. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, v. 28, p. 217-25, 1962.
- _____. A consideration of archaeological research design. *American Antiquity*, v. 29, p. 425-441, 1964.
- GAMBINI, Roberto. *Os Caminhos da Terra*. São Paulo. 1998.
- HERSKOVITS, Melville. *Man and his Works: Antropologia Cultural*. São Paulo: Mestre Jou, 1963.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Orig. 1651.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Trabalho apresentado ao 1º Simpósio Nacional de História Antiga, João Pessoa, PB, 1983.
- MILLER, T. O. *A Segunda Revolução Científica: como o pensamento sobre o Universo chegou a se transfigurar nos últimos anos, na visão de um Antropólogo-Arqueólogo Transdisciplinar*. Natal: EDUFRRN, 2009a.
- _____. O Papel da Arqueologia na Educação Patrimonial. In: SARTI, Antonio Carlos; MUNDET, Luís (Org.). *Turismo e Arqueologia: múltiplos olhares*. Piracicaba: PrintFit, 2009b.
- PARREIRAS HORTA, Maria de Lourdes. *Educação Patrimonial*. Apostila. s.d.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973. Orig. 1952.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

Sobre as organizadoras

Francisca de Souza Miller. Doutora em Ciências Sociais (Antropologia/PUC-SP), Mestre em Antropologia (UFPE) e professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRN. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal (ETAPA). Editora da *Vivência* – Revista de Antropologia do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRN. Realiza pesquisas com comunidades tradicionais (pescadores, quilombolas). Atualmente desenvolve o projeto “Estudos Etnográficos de algumas comunidades pesqueiras do Rio Grande do Norte e vizinhanças”. É autora de *Barra de Tabatinga: terra do povo, mar de todos* (EDUFRN, 2002), de *Pescadores e Coletoras de Patané/Camocim: aspectos da adaptação humana aos manguezais* (EDUFRN, 2012) e de diversos artigos publicados em revistas regionais e nacionais.

Márcia Severina Vasques. Doutora e Mestre em Arqueologia (Museu de Arqueologia e Etnologia/USP) e professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFRN. Sua tese versou sobre máscaras funerárias egípcias do período romano. Desenvolveu pesquisas a respeito das gravuras rupestres do Seridó potiguar e atualmente dedica-se à Arqueologia Clássica.

Formato
15 x 22 cm

Tipo
Arsenal
Gentium Book Basic

Este livro foi produzido pela equipe da
Editora da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte em julho de 2014.